Serviço Público Federal

PROCESSO Nº
02001004420/2007-65

NOME: **UHE SÃO MANOEL MT / PA VOLUME X**

ANO: **2007**

PROCEDÊNCIA:

REFERÊNCIA:

ASSUNTO: MMA/IBAMA DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA
PROCESSO: 02001.004420/2007-65
INTERESSADO: EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA
CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA: 414.2
DATA: 06/12/2012
RESUMO: LICENCIAMENTO UHE SÃO MANOEL. VOLUMES 1 A 9.

ANDAMENTO

ÓRGÃO	DATA	ÓRGÃO	DATA	ÓRGÃO	DATA	ÓRGÃO	DATA	APENSAÇÃO ANEXAÇÃO

DILIC/IBAMA
Fl. 1648
Ass.:

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

Aos 18 dias do mês de novembro de 2013, procedemos a abertura deste volume nº X do processo de nº 02001.004420/2007-65, que se inicia com a página nº 1648. Para constar subscrevo e assino.

Maycon Martins
MAYCON ROBERTO DA S. MARTINS
Responsável do(a) /IBAMA

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1649
Ass.:

DESP. ABERT. VOL. 001072/2013 COHID/IBAMA

Brasilia, 18 de novembro de 2013

Ao Arquivo Setorial do SETORIAL DILIC

Solicitamos a abertura de volume no processo nº 02001.004420/2007-65. Após abertura tramite o processo à Coordenação de Energia Hidrelétrica.

MARIANA TENEDINI
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

EM BRANCO

Fls.: 1650
Proc.: 4420/07-65
Rubr.: FUNAI/SEPRO
Serviço de Expedição e Protocolo
08620.068102/2013-60
Recebi 06/11/2013

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
SBS – Setor Bancário Sul, Quadra 2, Lote 14 – Ed. Cleto Meirelles. Cep.: 70070-120 - Brasília/DF
Fone: (61) 3247-6000 - e-mail: dpds@funai.gov.br

Ofício nº. 796/2013/DPDS/FUNAI-MJ

Brasília, 5 de novembro de 2013

A Sua Senhoria a Senhora
Gisela Damm Forattini
Diretora de Licenciamento Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
SCEN Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA
70.818-900 – Brasília/DF

Assunto: **Componente Indígena - UHE São Manoel**
Referência: Processo Funai nº 08620.00209/2008-93

Senhora Diretora,

1. Cumprimentando-a cordialmente, vimos manifestarmo-nos em relação ao componente indígena do processo de licenciamento ambiental da UHE São Manoel, a partir das informações técnicas produzidas pelo setor competente da Funai a respeito do referido processo, cuja análise teve por base as seguintes peças técnicas: i) Estudos do Componente Indígena - Tomos I, II e III; ii) Nota Técnica Preliminar anexa ao Ofício 614/ EPE/2013 e; iii) Documento de Revisão da Matriz anexo ao Ofício 811/EPE/2013.

2. A matriz de impacto reformulada pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE e encaminhada pelo Ofício nº 0811/EPE/2013 identifica 28 impactos advindos do empreendimento sobre os povos indígenas, sendo 27 deles negativos e 1 classificado como adverso e benéfico. Desses, 5 foram considerados irreversíveis pela própria EPE. Do ponto de vista da Funai outros 3 foram considerados também irreversíveis, totalizando 8 impactos irreversíveis. Dos demais, nem todos contam com medidas condizentes com sua magnitude e abrangência, como pode ser verificado na Informação Técnica nº 291/2013/COEP/CGLIC/DPDS/Funai –MJ, de 01 de novembro de 2013, em anexo.

Dos aspectos ambientais

3. No que se refere a aspectos do componente ambiental dos estudos e a seu potencial impacto sobre os povos indígenas afetados, esta Fundação permanece sem todos os elementos necessários para um posicionamento técnico seguro acerca da ictiofauna. Há que se destacar que a ictiofauna é elemento fundamental sobretudo para a segurança alimentar dos povos indígenas da região, bem como para sua reprodução cultural, uma vez que rituais e aspectos cosmológicos desses povos estão atrelados a ela.

EM BRANCO

4. No âmbito do processo de licenciamento da UHE São Manoel, a Funai manifestou-se diversas vezes acerca da necessidade de levantamento de dados mais precisos sobre os recursos pesqueiros utilizados pelos povos indígenas, incluindo a estruturação, distribuição e grau de intercruzamento das populações para permitir uma compreensão plena dos impactos a todas as espécies de referência alimentar e/ou cosmológica aos grupos indígenas, o que pode ser verificado, por exemplo, nos Ofícios 521/2010/PRES-FUNAI-MJ, 783/2011/DPDS-FUNAI-MJ e 71/2012/DPDS-FUNAI-MJ (em anexo). No entanto, os estudos realizados não responderam suficientemente ao requerido pela Funai, nem tampouco foram apresentadas medidas de comprovada eficácia para mitigar os impactos, sendo apenas proposto um programa de monitoramento.

5. Cabe destacar que no Ofício 521/2010/PRES-FUNAI-MJ a Funai estabeleceu uma série de condicionantes no âmbito do licenciamento prévio da UHE Teles Pires que se referiam a qualquer aproveitamento a jusante daquele empreendimento, as quais não foram cumpridas, sendo uma delas o monitoramento da ictiofauna por três anos após a operação da UHE Teles Pires.

6. Cumpre informar que no dia 29 de outubro de 2013, o Ministério Público Federal em Cuiabá solicitou à Funai, no âmbito do ICP 1.20.000.000717/2012-55, informações sobre a qualidade da água do rio em função das obras da UHE Teles Pires. O expediente aponta impactos (não previstos nos estudos) que os povos indígenas - especialmente Kayabi e Apiaká - estariam sofrendo em função da instalação da UHE Teles Pires, que dista cerca de 40 km da TI Kayabi, como atestam os trechos a seguir: *'[...] inúmeros indígenas têm relatado que, desde o início da construção das obras da Usina Hidrelétrica Teles Pires a qualidade da água tem se deteriorado muito: inicialmente relataram que perceberam muito sedimento na água, o que atribuíram à detonação de rochas no rio para implantação das obras. A situação, no entanto, vem se agravando a cada dia, em especial, após o curso normal do rio ter sido desviado. Após o desvio do rio, os indígenas relatam que a água se tornou barrenta e suja, o que não é normal em tempos de seca, onde o rio, normalmente, adquire uma coloração esverdeada/azulada e, em locais mais rasos, torna-se límpido e transparente. Os indígenas relatam que em alguns dias a água estava tão barrenta que seu consumo se tornou impossível e "nem mesmo para lavar roupa a água estava servindo"'*. Por meio de sobrevôo foi constatado que realmente havia uma grande mancha de barro na água que saía da Usina e chegava até a aldeia Kururuzinho. *"Outra reclamação constante dos indígenas é que o peixe do rio tem diminuído drasticamente e que é difícil pescar, principalmente nos dias em que há dinamitação de rochas na área do empreendimento"*.

7. O relato dos impactos diz respeito à segurança alimentar e acesso à água potável dos povos indígenas da região, que dependem do rio para sua sobrevivência física e cultural, quadro esse que tende a se agravar no caso da UHE São Manoel em virtude de sua proximidade em relação à TI Kayabi (apenas 1.6 km). Importante ressaltar que diversas aldeias das TIs impactadas dependem exclusivamente da água do Rio Teles Pires para consumo.

8. Outras condicionantes do Ofício 521/2010/PRES-FUNAI-MJ que igualmente carecem de cumprimento e que merecem destaque são a revisão da avaliação ambiental integrada no que se refere aos indicadores de fragilidade e vulnerabilidade das terras indígenas, tendo em vista os impactos sinérgicos e cumulativos decorrentes dos barramentos no Rio Teles Pires; bem como a condicionante relativa ao programa de proteção e integridade territorial, conforme declarado na Carta n. 302/2013 da CHTP.

EM BRANCO

Dos aspectos socioculturais

9. No que se refere a aspectos do componente sociocultural dos estudos e seu potencial impacto sobre os povos indígenas, esta Fundação também carece de elementos para uma manifestação conclusiva e segura acerca dos impactos socioculturais aos povos indígenas envolvidos.

10. O Tomo III do Estudo do CI, de setembro de 2012, aponta a inviabilidade a curto e médio prazo do empreendimento, embasando suas conclusões tanto no que diz respeito às dificuldades de interlocução e participação dos povos indígenas impactados, quanto em relação às inseguranças acerca dos reais impactos ambientais sobre as terras e povos indígenas.

11. De fato, a homologação da TI Kayabi realizada este ano, colocada pelo Tomo III do Estudo do CI como uma das condições para avaliação de viabilidade, representou um avanço. No entanto, refere-se a apenas *um* dos aspectos levantados pelo estudo. De toda forma, a Funai, até o presente momento, não recebeu nova análise de viabilidade do empreendimento à luz das ações de regularização fundiária e da revisão da matriz de impactos.

12. Grande parte das comunidades indígenas afetadas pelo empreendimento têm se manifestado contrariamente ao projeto da UHE São Manoel ao longo de todo processo, como pode ser verificado também nos documentos anexos. Decorre dessa contrariedade o fato de que os Munduruku sequer permitiram a realização de estudos em suas aldeias, o que leva à ausência de estudos primários de impacto a esse povo, que seguiu manifestando sua oposição ao empreendimento inclusive durante a realização das audiências públicas em Paranaíta – MT e Jacareacanga – PA.

13. Cabe, ainda, ressaltar que desde o início das discussões sobre o empreendimento, passaram a ser verificados conflitos geracionais e interétnicos entre os povos indígenas potencialmente afetados que coabitam a região, decorrentes da maior ou menor abertura ao diálogo e das expectativas levantadas em função de possíveis compensações advindas do empreendimento.

Considerações finais

14. Tendo em vista o exposto, informamos que neste momento não possuímos elementos conclusivos para manifestação positiva em relação à continuidade do processo de licenciamento.

15. Recomendamos atenção dos órgãos públicos federais para a necessidade de maior presença do Estado brasileiro na região, por meio da implementação de políticas públicas voltadas aos povos indígenas, bem como através do fortalecimento da representação do órgão indigenista oficial localmente, para que se avance na interlocução.

16. Recomendamos que as incertezas e questionamentos advindos da fragilidade dos estudos no que diz respeito à ictiofauna, dos impactos apontados pelo MPF atribuídos à instalação da UHE Teles Pires e da ausência do cumprimento das condicionantes elencadas em 2010 sejam sanados para garantir uma continuidade segura no processo de licenciamento e nos diálogos com as comunidades indígenas.

Atenciosamente,

Carolina Schneider Comandulli
Diretora Substituta

EM BRANCO

Fls.: 1653
Proc.: 4420/07-6
Rubr.:

FUNAI/SEPRO
Serviço de Expedição e Protocolo
08620.071728/2013-53

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental - CGLIC
Coordenação do Componente Indígena de Energia, Petróleo e Gás – COEP

Informação Técnica nº 291/2013/COEP/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ

Brasília, 01 de novembro de 2013.

À: Coordenação
Assunto: Componente Indígena da UHE São Manoel
Referência: Processo nº 08620.000209/2008.

I) Apresentação

1. Esta informação tem por objetivo apresentar a análise técnica acerca dos Estudos de Impacto – Componente Indígena da UHE de São Manoel, de responsabilidade da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, a fim de subsidiar manifestação da Funai ao órgão licenciador competente.

2. Em agosto/2013 a Funai emitiu a Informação Técnica nº 200/COEP/CGLIC/DPDS/Funai, que avaliou em caráter preliminar os estudos apresentados pela EPE ao longo do processo de licenciamento ambiental, a saber: Estudos de Impacto – Componente Indígena Tomos I, II e III. Posteriormente às ponderações apontadas pela Funai, a EPE encaminhou a Nota Técnica Preliminar – anexa ao Ofício nº 641/EPE/2013, que buscou esclarecer as dúvidas e questionamentos exarados pela Funai.

3. Após a emissão da Nota Técnica pela EPE foram realizadas duas reuniões entre os técnicos das duas instituições, nos dias 05 e 09 de agosto de 2013, para discutir questões relacionadas a ictiofauna e a reformulação da matriz de impactos. Posteriormente às reuniões, a EPE encaminhou o Ofício nº 0811/EPE/2013 com anexo – *Revisão da Matriz de Impactos dos Estudos do Componente Indígena da UHE São Manoel*.

4. Diante do exposto, esta informação tem como escopo apresentar as considerações acerca da Nota Técnica Preliminar encaminhada pela EPE, em resposta a Informação Técnica nº. 200, e ao documento que traz a matriz reformulada, visando apontar os temas considerados esclarecidos e/ou respondidos e aqueles que não foram contemplados de forma satisfatória, contribuindo assim para a manifestação sobre a Licença Prévia do empreendimento, ao órgão licenciador competente.

5. Assim, nos itens II e III serão apresentadas considerações gerais sobre a Nota Técnica Preliminar encaminhada pela EPE e específicas da ictiofauna, respectivamente, sendo que as ponderações sobre os impactos e a matriz revisada serão apresentadas no item IV e as considerações finais no item V.

II) Considerações Gerais sobre a Nota Técnica - EPE

6. Neste item serão apresentadas as considerações técnicas acerca das manifestações exaradas pela EPE em sua Nota Técnica Preliminar, emitida em resposta a Informação nº 200/COEP/CGLIC/DPDS/Funai, limitando-se os pontos considerados relevantes para o Componente Indígena.

EN BLANCO

FUNAI
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental - CGLIC
Coordenação do Componente Indígena de Energia, Petróleo e Gás - COEP

7. Inicialmente destacamos que, com relação às ponderações da EPE acerca do Parecer nº 14/2010, é importante ressaltar que, em contraposição aos argumentos apresentados, para a Funai e para os povos indígenas não há como dissociar os processos de licenciamento ambiental das UHEs Teles Pires e São Manoel, levando-se em conta que são barramentos consecutivos em um mesmo rio, inseridos, no que podemos considerar, numa mesma área de influência indígena, impactando os mesmos povos indígenas e, também, por isso seus processos administrativos tramitaram concomitantemente. Nesse sentido, embora o Parecer tenha sido emitido no âmbito do licenciamento da UHE Teles Pires, suas considerações e condicionantes relacionam-se aos dois aproveitamentos.

8. Ainda no que se refere à vinculação dos processos de licenciamento ambiental dos dois aproveitamentos, vale lembrar que a EPE apresentou os Estudos de Impacto – Componente Indígena elaborados no âmbito do licenciamento ambiental da UHE São Manoel, para a manifestação da Funai acerca da UHE Teles Pires, do mesmo modo que lançou mão dos estudos complementares acerca da ictiofauna, apresentados à Funai pela Cia Hidrelétrica Teles Pires (CHTP) em atendimento a uma das condicionantes expressas na LP, sob a justificativa de não duplicação de esforços. Neste sentido, nota-se uma postura contraditória da EPE quando questiona que as condicionantes estabelecidas para a UHE Teles Pires não devam ser vinculadas à UHE São Manoel, sob a alegação de serem projetos distintos, mas, quando conveniente, se apropria das peças técnicas produzidas no bojo de um ou de outro empreendimento.

9. Algumas das condicionantes estabelecidas pela Funai no âmbito da LP da UHE Teles Pires, que se referiam a qualquer aproveitamento a jusante, incluindo a UHE São Manoel, não foram cumpridas. Essas condicionantes foram fundamentadas a partir do Parecer nº 14/2010 e apresentadas ao Ibama no Ofício nº 521/2010/PRES, emitido em 10/12/2010, e contemplavam, entre outros pontos, a revisão da avaliação ambiental integrada e o monitoramento da ictiofauna por 3 (três) anos após a operação da UHE Teles Pires. Há de se destacar que o Programa de Monitoramento da Ictiofauna - Componente Indígena da UHE Teles Pires, ainda não foi iniciado e, portanto, não foram produzidos dados que pudessem contribuir para essa análise.

10. É certo que em virtude do complexo de hidrelétricas planejadas para serem instaladas no rio Teles Pires, seria necessário que estas fossem avaliadas em conjunto, dimensionando os impactos sinérgicos e cumulativos. Para isso, necessitar-se-ia, sobretudo, de campanhas de campo mais ampliadas, respeitando os regimes de chuva e seca, de empreender estudos mais qualificados sobre a ictiofauna, de criar mecanismos de diálogo mais transparente com as comunidades indígenas, discutindo efetivamente os impactos do empreendimento, inclusive os efeitos sociais e cosmológicos das perdas de territórios considerados sagrados e de incorporar o *feedback* da análise do monitoramento dos impactos da construção da UHE Teles Pires e seus efeitos sob as TIs e os povos que nelas vivem.

11. Os cuidados para com a efetividade de construção mínima desses pontos salientados fizeram parte da condução da Funai no Componente Indígena da UHE São Manoel e, que a priori, não foram levadas a efeito em sua totalidade, em virtude de expectativas contrárias do empreendedor para elaborar a reformulação do Componente Indígena, que acabou por dificultar o atendimento do TR e das solicitações exaradas no Ofício nº 051/2011/DPDS-FUNAI-MJ.

EM BRANCO

FUNAI
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental - CGLIC
Coordenação do Componente Indígena de Energia, Petróleo e Gás – COEP

12. Diante desses fatos, em outubro de 2011, as audiências públicas foram suspensas em virtude do "movimento", como chamado pelas lideranças indígenas à época, que culminou com a retenção de servidores da Funai e da EPE e sua equipe de consultores, com o objetivo de chamar a atenção do governo quanto ao descontentamento com a celeridade dos estudos do Componente Indígena e dispostos a lutarem por seus direitos, e, dessa forma, cobrar a implementação de políticas públicas alinhadas com seus projetos próprios de futuro.

13. Nesse sentido, embora hoje o cenário esteja parcialmente modificado, considerando que o governo tenha efetivado dois dos principais pleitos indígenas - a homologação da TI Kayabi e a melhoria no atendimento a saúde com a construção de um posto de saúde na aldeia Kururuzinho, ainda serão necessárias ações específicas para a desintrusão da terra, que se encontra extremamente vulnerável em sua porção sul, que fica cerca de 1 Km do local previsto para a instalação do barramento.

14. Quanto ao destaque dado pela EPE em sua NT de que a Funai teria demorado 35 meses para emissão de parecer acerca dos Estudos de Impacto – Componente Indígena, cabe esclarecer que a primeira versão dos estudos encaminhados à Funai, Tomo I, foi enviado à Fundação em Julho/2010, e em agosto de 2010 a Funai se manifestou por meio do Ofício nº 051/2011/DPDS-FUNAI-MJ indicando a necessidade de reformulação do produto.

15. Em dezembro/2010 a Funai emitiu o parecer 14/2010, que apresentou uma análise detalhada dos Estudos, no âmbito do licenciamento ambiental da UHE Teles Pires, e estabeleceu uma série de condicionantes, inclusive em observação aos empreendimentos a jusante. Posteriormente a EPE contratou outro antropólogo para elaborar a reformulação dos estudos do componente indígena, entretanto, não atendeu as solicitações de realização das campanhas de ictiofauna e nem os levantamentos de campo das percepções indígenas.

16. Os estudos contendo as reformulações foram entregues à Funai em Julho de 2011 (tomo II), e a Funai reiterou a necessidade de realização da etapa de campo registrar as percepções indígenas e complementação dos estudos relativos a ictiofauna. A EPE aceitou que o antropólogo realizasse a complementação de campo, mas a empresa justificou que não complementaria os dados relativos a ictiofauna pois utilizaria as informações apresentadas pela UHE Teles Pires, que naquele momento não estava mais sob a responsabilidade da EPE e sim do consórcio de Teles Pires (CHTP).

17. Em outubro de 2011, antes das audiências públicas, ao final da complementação de campo, as equipes técnicas da EPE e da Funai foram à aldeia Kururuzinho para que o antropólogo responsável pela reformulação dos estudos pudesse apresentar a conceituação teórica que tinha realizado no Tomo II e informar os resultados que havia acabado de levantar no campo para as lideranças Apiaká, Kayabi e Munduruku. Estas lideranças não se conformaram com o cronograma apertado de apresentação dos resultados do estudo e decidiram manter todos os técnicos e profissionais na terra indígena, visando um canal mais efetivo de diálogo com o governo. Somente em dezembro de 2011 – três meses após o ocorrido, a EPE encaminhou a primeira versão do Tomo III, sem a assinatura do técnico responsável, o Dr Frederico Oliveira, e em janeiro de 2012, a Funai solicita o envio da peça técnica devidamente assinada, conforme legislação vigente .

18. Assim, somente em setembro de 2012, nove meses após a solicitação da Funai, a EPE encaminhou uma nova versão do Tomo III devidamente assinada pelo profissional, , cujo conteúdo era

EM BRANCO

diverso daquele encaminhado incialmente sem assinatura e, o qual apontou pela inviabilidade do empreendimento a curto e médio prazos. Evidencia-se assim que houve alteração do texto original sem que houvesse um acordo técnico com antropólogo, e, independente de sua contra argumentação anexada à segunda versão do Tomo III, a situação caracteriza-se como bastante grave.

19. Além disso, levando-se em conta o tensionamento estabelecido pelos processos de licenciamento ambiental na região, não havia condições propícias para retomar o diálogo acerca da UHE São Manoel, considerando dentre outros aspectos, a desconfiança generalizada por parte das lideranças indígenas para tratar desse aproveitamento. Dessa forma, por conta do contexto, somente no início de 2013 o governo retoma o processo de licenciamento da UHE São Manoel, após a homologação da TI Kayabi e o início das obras de construção de um posto de saúde na aldeia Kururuzinho. Sendo assim, considerando que a EPE participou de cada uma das etapas acima descritas, não procede a afirmação de que a Funai teria demorado 35 meses para se manifestar acerca dos estudos.

20. Outro aspecto importante a ser destacado diz respeito à defasagem do Componente Indígena em relação ao restante do processo de licenciamento ambiental, uma vez que os exíguos prazos estabelecidos para realização de seus estudos, acabou por refletir na qualidade dos produtos. No caso específico da UHE São Manoel, somados os esforços dos diferentes profissionais envolvidos nos levantamentos primários, os mesmos foram realizados em apenas vinte dias, sem efetivar campanhas que, no mínimo, considerassem a sazonalidade do rio Teles Pires.

21. No que concerne ao Termo de Referência emitido pela Funai para orientar os estudos, é prerrogativa desta Fundação, pautando-se no princípio da precaução, solicitar, se necessário, informações adicionais que considere pertinentes e fundamentais a sua análise, visando garantir o direito de reprodução física e cultural dos povos indígenas.

22. Quanto às tabelas 8.1 e 8.2, que apresentam a distância da UHE São Manoel em relação à TI Kayabi, destacamos dois pontos; a) a distância deve ser estabelecida a partir dos limites das terras indígenas e não das aldeias tendo em vista a possibilidade de mudanças de localização das aldeias e, b) não está em análise a UHE Foz do Apiacás, pois já apresentamos considerações acerca desse aproveitamento quando da avaliação da UHE Teles Pires

23. Sobre o quadro do histórico apresentado pela EPE, as solicitações dispostas no ofício 783/2011/DPDS-Funai-MJ, de 12/08/2011, estão relacionadas à campanha de campo do antropólogo e sobre a ictiofauna. Destacamos que, embora a EPE tenha informado que não teria condições de realizar complementações de campo relativas à ictiofauna, não houve concordância por parte da Funai.

24. Há de se destacar ainda que, somente após evento de retenção de técnicos da EPE e da Funai na aldeia Kururuzinho é que o pleito indígena começou a ser considerado nesse processo. Desta forma, na percepção dos indígenas, a implementação parcial de políticas públicas, caracterizou-se como uma "moeda de troca" pelos impactos advindos de empreendimentos, estabelecendo uma lógica inversa em que resta limitado o poder de escolha.

25. Em consequência disso, para os Munduruku, devido ao fato dos Kayabi terem aceitado a construção do posto de saúde na Aldeia Kururuzinho pela CHTP, criou-se uma tensão nas relações sociais que marcam o dia-a-dia desses povos pelo entendimento Munduruku de que os Kayabi estariam

EN BLANCO

FUNAI
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental - CGLIC
Coordenação do Componente Indígena de Energia, Petróleo e Gás – COEP

se "vendendo" ao governo e aceitando o empreendimento, quando na verdade, assim como eles, os Kayabi são contrários a instalação das UHEs. Desta forma, concorda-se com a EPE quando essa afirma [...] "*a necessidade de consolidação das políticas indigenista nacional ao ponto de ser capaz de antecipar-se com estratégias de interação às políticas de cunho social*", contudo, seria necessária a estruturação do órgão indigenista na mesma medida que vem ocorrendo com o setor elétrico, de modo que possa influenciar o planejamento energético do país, juntamente com os demais setores da sociedade, incluindo os povos indígenas. Além disso, é importante que as políticas do setor elétrico instituídas no país, levem em consideração, além dos Megawatts, as idiossincrasias que caracterizam as populações indígenas que não consideram os rios como vocação energética.

III) Sobre ictiofauna

26. No que concerne a ictiofauna, destaca-se que esses recursos naturais são de extrema importância para as populações indígenas, não só como segurança alimentar, mas também por questões relacionadas às suas manifestações socioculturais. O estudo não apresenta informações relacionadas ao estoque, e, de acordo com a própria EPE, não há metodologias disponíveis para identificar esse tipo de impactos ou estabelecer parâmetros com outras bacias hidrográficas que já tenham sido estudadas com mais profundidade. Nesse sentido, esta Fundação não possui elementos técnicos para manifestação quanto a viabilidade do empreendimento, sob essa ótica.

27. Com relação a Figura 1 da NT emitida pela EPE, que apresenta o mapa dos pontos relativos aos levantamentos sobre a ictiofauna, ressalta-se que as coletas apontadas por triângulos, que fazem referência ao monitoramento da ictiofauna da UHE Teles Pires dentro das áreas indígenas Kayabi e Munduruku, ainda não iniciaram. Nesse sentido, o uso dos pontos que ainda nem tiveram o monitoramento iniciado não é pertinente para a questão da ictiofauna. Além disso, foram identificadas outras fontes de informações sobre a bacia do Teles Pires, sem no entanto apresentar um adequado cruzamento dos dados ou o tratamento das informações.

28. A EPE afirma no ECI que *[...] "foi examinado em particular o aspecto de segurança alimentar para a população indígena. Com base nessas avaliações, foram propostos programas e medidas a fim de evitar, minimizar, monitorar ou compensar os efeitos dos impactos identificados, na especificidade dessa etapa dos estudos"*, entretanto, quando questionada sobre em que medida se darão os impactos sobre as espécies utilizadas pelos indígenas, a equipe de consultoria contratada pela EPE informa que não há metodologia disponível para aferir quanto do estoque será comprometido. Por esse caminho, se não há como prever impactos dessa ordem, a plotagem dos pontos utilizados pelos índios para pesca, ou mesmo as informações sobre as rotas migratórias relatadas por eles, sem um intercruzamento com dados científicos, não são elementos confiáveis para um posicionamento decisivo da Funai.

29. Quando a EPE trata os impactos da UHE São Manoel, observa-se que a ênfase ocorre principalmente a montante do barramento, dando destaque a área do reservatório, devido à modificação do ambiente de lótico a lêntico, contudo, o rio Teles Pires deve ser considerado uma estrutura contínua, levando-se em conta ainda que a UHE São Manoel é o quinto barramento previsto para ser instalado nesse rio, logo, não há como dissociar que a porção a jusante do barramento sofrerá com os impactos que se espraiam ao longo do rio e refletem e influenciam seu equilíbrio dinâmico.

EM BRANCO

FUNAI
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental - CGLIC
Coordenação do Componente Indígena de Energia, Petróleo e Gás – COEP

30. A EPE atribui aos programas de Interação e Comunicação Social e Monitoramento Participativo, a responsabilidade pelos esclarecimentos necessários quanto às alterações sobre a ictiofauna, enquanto que é na fase de viabilidade que deverão ser apresentados os impactos e as medidas para mitigá-los, ou seja, antes da emissão da LP.

31. Conforme já abordado nessa informação técnica, os dados apresentados fundamentaram-se, principalmente, em levantamentos secundários, portanto, não foram realizadas capturas no período de campo nem campanhas sazonais. Por conseguinte, os resultados apresentados não oferecem elementos mínimos necessários para um posicionamento técnico seguro. Desta forma, considerando os aspectos supramencionados e a limitação disciplinar da equipe técnica da Funai destacamos, entre os aspectos relativos a segurança alimentar dos povos indígenas:

(i) que não se trata apenas de quantitativo disponível de qualquer espécie, e sim de um cruzamento de informações que considere não só o consumo alimentar dos povos indígenas quanto também as espécies de referência simbólica e cultural.

(ii) que não foram apresentados dados circunstanciados que permitam uma compreensão plena quanto ao grau de intercruzamento das populações, tendo em vista a necessidade de informações consistentes sobre a estruturação e distribuição das populações a montante e a jusante. Nesse sentido, não há como se afirmar que as populações residentes não serão afetadas. ?

(iii) que é sabido que haverá perda da qualidade ambiental e que não foi apresentada forma de restaurar a biodiversidade afetada nem houve definição sobre a implantação de um sistema de transposição de peixes. contraditório precipitado

34. Levando em consideração os aspectos acima apontados, reitera-se aqui, a importância da manutenção do rio Apiaká sem barramentos, tendo em vista que esse tributário poderá servir como rota alternativa para as espécies migradoras. Além disso, é importante que sejam produzidos mais conhecimentos acerca dos tributários do rio Teles Pires.

IV Considerações sobre Impactos e a Matriz reformulada

35. Neste item serão apresentadas as ponderações acerca de impactos que foram considerados esclarecidos pela NT da EPE, mas que, do ponto de vista desta Fundação, mereceriam ações específicas. Além disso, serão apontadas as discordâncias em relação a reformulação da matriz de impactos.

36. Sobre a - *metilação do mercúrio e disponibilização na cadeia trófica* - mesmo levando-se em conta que impactos dessa natureza sejam improváveis e que dependam de um conjunto de ações, pautando-se no princípio da precaução, sugerimos, caso a viabilidade seja reconhecida pelo órgão licenciador, que seja avaliada a pertinência da limpeza total da área do reservatório, não deixando nenhum de seus braços com vegetação, evitando o processo de eutrofização e da metilação do mercúrio. Além disso, recomenda-se que o programa de monitoramento da ictiofauna, inclua metodologias para identificar a presença de mercúrio nas espécies carnívoras que são consumidos pelos índios.

EM BRANCO

FUNAI
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental - CGLIC
Coordenação do Componente Indígena de Energia, Petróleo e Gás – COEP

37. Sobre o impacto - *Obstrução da principal via de acesso dos índios para Alta Floresta* – está claro para essa Fundação que não haverá obstrução das vias de acesso, entretanto, mantendo-se o local previsto para o canteiro de obras, caso seja emitida LP pelo órgão ambiental, os acessos à obra serão os mesmos utilizados pelos índios para acessar a cidade ou retornar as aldeia. Desta forma, visando diminuir esse impacto, recomenda-se a alteração locacional do canteiro de obras e a utilização de outras vias de acesso que não aquelas usadas pelos indígenas.

38. *Ameaças às redes e relações sociais interétnicas* – de acordo com a EPE as redes e alianças estabelecidas entre as três etnias não necessariamente sofrerão desequilíbrio, levando-se em conta que os impactos tiveram como base de resultados etnográficos e analíticos de dois antropólogos. Contudo, destacamos que o conflito interétnico já está estabelecido entre os Kayabi e os Munduruku e entre os Apiaká e os Kayabi, tendo em vista posicionamentos distintos desses povos ao longo do processo, embora tenham em comum a contrariedade em relação à instalação dos aproveitamentos de Teles Pires e São Manoel. Dessa forma, esse impacto deve ser considerado de alta magnitude.

39. Para o impacto – *assédio sobre a população da aldeia, comprometendo a integridade física e a estrutura social tradicional* – reitera-se a necessidade de alteração da localização do canteiro de obras, preferencialmente adotando a margem esquerda, como o da CHTP, caso seja emitida a LP pelo licenciador.

40. No item – *Rejeição a construção devido à previsão de outros empreendimentos, inclusive a hidrovia Tapajós-Santarém* – entendemos que a rejeição está sim relacionada a projetos futuros, mas também à própria UHE São Manoel. De acordo com as ponderações apresentadas pela EPE na NT, os projetos voltados para o desenvolvimento na Amazônia têm propiciado visibilidade a grupos historicamente marginalizados. Entretanto, o que se observa na prática é que muitas vezes os povos indígenas só conseguem ser notados quando adotam posturas radicais.

41. Quanto as ponderações da EPE sobre a incidência do empreendimento sobre áreas protegidas, informamos que é de conhecimento da Funai que o empreendimento não causa supressão territorial de TI e nem de Unidades de Conservação,.contudo, a região é de extrema importância para a biodiversidade, considerando que o mosaico de áreas protegidas representa o maior bloco de florestas contínuas da Amazônia. Além disso, não foi minimamente considerada uma zona de amortecimento para reduzir os impactos sobre a TI.

42. Concordamos parcialmente com o argumento apresentado pela EPE, quando deposita nos órgãos de controle ambiental - e não do empreendedor - a responsabilidade sobre a ocorrência de pressão socioambiental no entorno da TI Entretanto, há de se considerar que as pressões serão potencializadas pelo o empreendimento. Nesse sentido, a atual localização do canteiro de obras pode ser considerada como um efetivo intensificador das pressões sobre o território indígena.

43. Com relação à manifestação da Funai, no que tange à metodologia adotada nos estudos e ao tempo disponibilizado para os levantamentos de campo, entende-se que a opção metodológica acabou por comprometer a qualidade, principalmente, dos estudos relacionados à ictiofauna. Não houve por parte da EPE nenhuma solicitação de captura para identificação das espécies in loco, de forma que os dados se basearam, principalmente, em uma lista elaborada pela própria Funai associada a uma tentativa frustrada de junção com informações do EIA, sem descrição comprovada das rotas migratórias, nem um cruzamento de dados científicos com os de cunho etnográficos. Além disso, não

EM BRANCO

FUNAI
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental - CGLIC
Coordenação do Componente Indígena de Energia, Petróleo e Gás – COEP

foram claramente apresentadas as inferências do empreendimento nos peixes consumidos pelos índios, incluindo informações sobre o estoque das espécies de referência alimentar ou cosmológica.

44. É importante registrar que o uso da distância como parâmetro para identificar os impactos sobre a TI Munduruku, conforme descrito pela EPE, não se mostra eficiente. Embora possa ser tomado como referência para os impactos sobre os meios físico, biótico, não dá conta daqueles de ordem sociocultural, que já se mostraram nítidos por deflagrarem uma série de conflitos desde o momento de apresentação dos projetos da UHE Teles Pires, São Manoel e Foz do Apiacás,.

45. No que tange aos impactos associados às *concepções cosmológicas ligadas ao rio: reação simbólico-religiosa e princípios fatalistas* – considerado adverso, direto, permanente, irreversível e de alta magnitude, esclarecemos que os programas propostos– (Interação e Comunicação Social e Valorização das Manifestações Culturais dos povos indígenas) não possuem envergadura condizente com o impacto diagnosticado.

46. Ao que concerne ao impacto – *Rejeição à construção do empreendimento devido a incredulidade em relação aos estudos de impacto do empreendimento no rio Teles Pires*– inicialmente destaca-se que o "tempo" dos procedimentos administrativos e institucionais foram insuficientes para atender tanto as questões técnicas, quanto a empreender uma discussão participativa sobre os impactos com os povos indígenas. Contudo, a EPE relata que foram realizadas várias reuniões ao longo do processo buscando reduzir as expectativas dos indígenas. Registra-se que foram realizadas duas reuniões antes do início dos estudos -para solicitar anuência para sua realização, e posteriormente, uma reunião para apresentação dos resultados do Tomo I para o empreendimento da UHE Teles Pires, que foi considerada improdutiva tendo em vista o uso de metodologias inapropriadas pela EPE. Após as reformulações solicitadas pela Funai à EPE, no momento de apresentação dos resultados parciais do componente indígena, os índios já tinham conhecimento da não realização dos levantamentos sobre a ictiofauna e que as informações geradas pela campanha de campo com o antropólogo não seriam incorporadas antes da audiência pública. Como já fora mencionado, essa situação acabou por causar a retenção dos técnicos na aldeia Kururuzinho e, somente em setembro/2013 é que os resultados foram apresentados aos povos impactados.

47. Assim, afirmar que ocorreram várias reuniões, quando na realidade foram realizadas quatro reuniões técnicas para discutir a UHE São Manoel, um empreendimento de grande porte com pretensão de ser instalado próximo aos limites da Terra Indígena Kayabi e equidistante 40 Kms de outro AHE de porte ainda maior, é subestimar os impactos que podem ser causados aos povos indígenas e ainda por cima criar outros impactos sobre a capacidade de mediação e chefia das lideranças indígenas.

48. No item – *pressão dos índios com relação à sua segurança territorial* – a EPE destaca que a Funai teria reconhecido seu apoio na segurança territorial. Não está claro para esta Fundação qual teria sido o apoio da empresa. Ao que tange ao processo de homologação da TI Kayabi, as instituições que estiveram a frente dessa tarefa foram: a própria Funai e a Secretaria Geral da Presidência da República, especificamente a Secretaria de Articulação Social.

49. Em relação aos quelônios, destacamos que foi solicitado no TR informações quanto aos impactos e, embora na NT emitida pela EPE destaquem que esse ponto foi amplamente discutido no EIA, no âmbito do Componente Indígena foi pouco aprofundado. Ainda que os estudos do componente

EM BRANCO

indígena devam ter tomado como parte integrante do EIA, em situação de defasagem os dados do EIA devem ser revisitados no âmbito do componente indígena e de suas especificidades. Além disso, como programa para mitigação foi proposto o monitoramento, não houve descrição do impacto X disponibilidade de estoque e nem apresentada qual será a influência sobre a dieta alimentar dos indígenas.

50. De modo geral, ainda pode ser notado nas reformulações e complementações do estudo que alguns dos impactos descritos não possuem medidas claras para mitigá-los e/ou compensá-los. Existe também uma confusão evidente entre medidas e programas. Não se evita, corrige, reverte tampouco compensa um impacto unicamente pela nomeação de um programa. Os Programas precisam estar alicerçados em medidas seguras para ser comprovada a sua eficácia de resolução do problema diagnosticado. E não se trata de detalhamento dos programas, pois isso de fato, é tarefa para a próxima fase do licenciamento, mas simplesmente de uma clareza e coerência técnica com os impactos identificados. No quadro atual das relações entre impacto->medidas->programas, o estudo não fornece nenhuma clarividência de que será possível reverter os impactos gerados. Essa indefinição por si é reflexo da própria falta de debate na elaboração dos estudos com os povos indígenas.

51. Quanto aos impactos relacionados à mudança do modo de vida dos jovens, ocasionando conflitos de gerações, consideramos o impacto direto, irreversível e de alta magnitude. Ao que concerne ao impacto – aumento da exposição dos indígenas à prostituição, alcoolismo, drogas e violência fora da aldeia, diferentemente da EPE, essa Fundação considera-o de alta magnitude.

52. No que tange aos impactos relacionados à interferência em Sítios do Patrimônio Cultural, Histórico e Arqueológicos, esta fundação considera-os irreversíveis e, ao que concerne ao impacto – *aumento da pressão na TI Kayabi em virtude da melhoria dos acessos entre o canteiro de obras e os municípios de Paranaíta e Alta Floresta* - consideramos Direto, Irreversível e de Alta Magnitude.

53. Ainda com relação a discordância na classificação de matriz de impactos, destacamos que o impacto – *Interferência sobre a disponibilidade dos recursos de pesca para as comunidades indígenas* – é avaliado pela Funai como irreversível e de alta magnitude.

V) Considerações Finais

54. Ao longo desta informação técnica, buscou-se destacar os pontos mais críticos identificados nos Estudos de Impactos – Componente Indígena, Tomos I, II e III, bem como os gargalos enfrentados na condução do processo, visando assim, disponibilizar elementos técnicos que subsidiem o posicionamento desta Fundação em relação à continuidade do processo de licenciamento ambiental. Nesse sentido, seguem as considerações finais elencadas abaixo:

- ✓ Os povos indígenas Kayabi, Apiaká e Munduruku posicionaram-se contrários ao empreendimento;
- ✓ Nem todos os apontamentos da Funai foram sanados, conforme apresentado nessa Informação Técnica;

EM BRANCO

FUNAI
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental - CGLIC
Coordenação do Componente Indígena de Energia, Petróleo e Gás - COEP

- ✓ Não foram cumpridas as condicionantes estabelecidas pela Funai, no âmbito do licenciamento ambiental prévio da UHE Teles Pires, que se referiam a qualquer aproveitamento a jusante, inclusive a UHE São Manuel - a revisão da avaliação ambiental integrada e o monitoramento da ictiofauna por 3 (três) anos após a operação da UHE Teles Pires;
- ✓ Identificação de 28 impactos, sendo 27 negativos;
- ✓ Ausência de elementos para manifestação quanto ao impacto sobre a ictiofauna para assegurar a segurança alimentar dos povos indígenas afetados, levando-se em conta a dependências desses povos em relação ao rio e seus recursos pesqueiros;
- ✓ Não foram indicados programas capazes de mitigar ou compensar os impactos sobre a ictiofauna, sendo que a matriz contempla apenas ações de monitoramento. Há que se destacar a baixa probabilidade de êxito em repovoamento, a provável ineficácia de escada para transposição de peixes e a insustentabilidade da implementação de tanques de piscicultura em TIs;
- ✓ Carência de medidas eficazes e claras para atender aos impactos do empreendimento, como os relacionados a perda de espaços culturais e cosmológicos, imprescindíveis para estruturar Programas Socioambientais minimamente confiáveis.
- ✓ Apesar de licenciamentos específicos e em diferentes fases, há que se considerar que os programas do componente indígena da UHE Teles Pires ainda não estão sendo plenamente executados, o que desfavorece o ambiente local e a governança para a instalação de mais um aproveitamento no rio.
- ✓ Há que se destacar ainda a conclusão do Estudo tomo III, em que é apontada a inviabilidade do projeto a curto e médio prazo, uma vez que as questões que embasaram tal apontamento não foram plenamente sanadas, para além da homologação da TI e da construção de um posto de saúde no Kururuzinho. Além disso, não foi apresentada nova análise de viabilidade após as informações levantadas no tomo III e nas alterações propostas nos Of. 811/EPE/2013;

55. Concluída a análise, sugere-se que seja encaminhado ofício ao Ibama informando que a Funai não dispõe de elementos suficientemente consistentes para manifestar-se favorável ao prosseguimento do processo de licenciamento ambiental da UHE São Manoel.

Atenciosamente,

VIVIAN GLADYS DE OLIVEIRA SOUZA
Assessora

De acordo. Encaminha-se a DPDS para apreciação e assinatura. Em: 05/11/2013

JULIA DE PAIVA PEREIRA LEÃO
Coordenadora Geral - Substituta

EM BRANCO

Fls.: 1663
Proc.: ~~6711/08~~ 4420107-65
Rubr.:

Folha 1245
Processo 6711-2008
Assinatura

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
CNPJ: 00059311/0001-26
PRESIDÊNCIA DA FUNAI
SEPS 702/902 - Ed. LEX - 3° Andar - CEP 70340-904 - Brasília-DF
Fone: (61) 3313.3503/3660 - Fax: (61) 3313.3857/3856

OFICIO Nº521/2010/PRES-FUNAI-MJ

Brasília, 10 de dezembro de 2010.

A Sua Senhoria o Senhor
Abelardo Bayma Azevedo
Presidente do Ibama
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama
70818-900 Brasília - DF
Tel: (61) 3316-1001
Fax: (61) 3316-1025

Assunto: **Componente Indígena – UHE Teles Pires**
Referência: Processo Funai nº 8620 00209/2008-DV

Senhor Presidente,

1. No âmbito do componente indígena do processo de licenciamento ambiental da UHE Teles Pires, informamos que esta Fundação não tem óbices para a emissão de Licença Prévia, desde que sejam cumpridas integralmente as condicionantes abaixo, que deverão ser atendidas antes da LI, não podendo ser postergadas para outras fases do licenciamento.

a) Reformulação dos Estudos, contemplando:

- Elaboração dos estudos relacionados aos índios isolados, conforme diretrizes apresentadas pela Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatados da Funai;
- Elaboração de programa de proteção e integridade territorial, conforme diretrizes da Coordenação Geral de Monitoramento Territorial da Funai;
- Complementação da caracterização das microbacias (a exceção da TI Kayabi) indicando pontos de vulnerabilidade de todas as microbacias, inclusive a da TI Kayabi;
- Classificação dos principais corpos hídricos das terras indígenas, indicando fatores externos que possam afetá-los;
- Analisar interferências sobre a qualidade da água a jusante do empreendimento, abordando impactos sobre os ecossistemas e conseqüências no uso e consumo indígena;
- Apresentar programa de monitoramento da água que contemple pontos a jusante, notadamente locais de relevância para os povos indígenas;
- Descrever rotas migratórias e principais pontos de ocorrência, incluindo plotagem de locais utilizados pelas comunidades indígenas para pesca;
- Realizar estudos e monitoramento da ictiofauna em relação aos mecanismos de transposição com metodologia de marcação de cardumes;
- Apresentar análise de cenários futuros (com e sem barramentos), que considere a avaliação cumulativa relacionada ao carreamento de sedimentos, a modelagem de fluxos migratórios, níveis e tipos de ocupação, aumento da demanda por recursos naturais e minerais, previsões para o desmatamento na região e suas consequências para a fauna e biodiversidade das terras indígenas;

EM BRANCO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
CNPJ: 00059311/0001-26
PRESIDÊNCIA DA FUNAI
SEPS 702/902 - Ed. LEX - 3° Andar - CEP 70340-904 - Brasília-DF
Fone: (61) 3313.3503/3660 - Fax: (61) 3313.3857/3856

- Apresentar análise de sinergia que considere todos os empreendimentos instalados e projetados para a bacia do rio Teles Pires, pautando-se em fundamentos metodológicos que possibilitem o levantamento de impactos socioambientais dos empreendimentos, levando-se em conta a dinâmica dos ecossistemas e a capacidade das comunidades para acomodar efeitos adicionais em cadeia. A análise de sinergia deve considerar também os empreendimentos associados à instalação da UHE Teles Pires, notadamente linhas de transmissão e subestações
- Elaborar matriz de impactos específica para a UHE Teles Pires, apresentando os aspectos básicos e reinterpretando reversibilidade e magnitude dos impactos a partir da implementação das medidas propostas. A matriz deve considerar também interferências a jusante do projeto, apresentando medidas que atenuem, revertam ou compensem cada impacto identificado; além de rever impactos sobre a ictiofauna, considerando que os peixes não devem ser tratados unicamente como recurso alimentar. Redimensionar impactos associados ao assoreamento no reservatório principal e ao desmatamento;
- Reformulação do capítulo 5 dos Estudos, de forma a atender integralmente os itens "b", "c" e "e" do Termo de Referencia emitido pela Funai, considerando a mobilidade tradicional e locais de importância para os povos indígenas, e levando em conta narrativas de distintos segmentos e gerações, além da memória social sobre o local previsto para o empreendimento. Devem ser caracterizadas as comunidades e apresentadas às relações sócioecológicas que os Apiaká, Kayabi e Munduruku mantêm com seus territórios. Os dados etnográficos devem ser acompanhados de comentários descritivos.
- Avaliar as categorias e conceitos que estruturam valores das sociedades indígenas a fim de caracterizar a importância histórica, cultural e ecológica do rio Teles Pires, em especial o local previsto para o empreendimento. Explorar a sociocosmologia relacionada ao Salto Sete Quedas.
- Realizar reuniões nas terras indígenas com linguagem e metodologia adequadas. Para tanto, as apresentações devem ser previamente submetidas à CGGAM/Funai.

b) Revisão da AAI da Bacia do Rio Teles Pires (Eletrobrás, 2005) no que se refere aos indicadores de fragilidade e vulnerabilidade das terras indígenas;

c) Relatório de monitoramento da ictiofauna que consolide dados coletados no período de 3 (três) anos de pesquisa, a fim de verificar níveis seguros de interferência sobre a dinâmica e ciclo de reprodução dos peixes de relevância alimentar e simbólica para os povos indígenas.

2. Ressaltamos que o descumprimento de qualquer condicionante relacionada ao componente indígena implicará na suspensão automática da anuência desta Fundação para a continuidade do processo de licenciamento ambiental do empreendimento em tela.

3. Após a aprovação pela Funai do produto reformulado, deve ser elaborado PBA do Componente Indígena, seguindo a itemização anexa, que se aplica a cada Programa/Subprograma do PBA.

4. Destacamos que os representantes das três etnias envolvidas nesse processo – Apiaká, Kayabi e Munduruku – manifestaram-se contrariamente à realização do empreendimento, tanto nas

EM BRANCO

1665
4120/07-65

Folha 1247
Processo 6711-2008
Assinatura

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
CNPJ: 00059311/0001-26
PRESIDÊNCIA DA FUNAI
SEPS 702/902 - Ed. LEX - 3° Andar - CEP 70340-904 - Brasília-DF
Fone: (61) 3313.3503/3660 - Fax: (61) 3313.3857/3856

audiências públicas quanto em reuniões realizadas na terra indígena e em Brasília, junto a Funai e Ibama.

5. Esclarecemos, por fim, que somente após o cumprimento integral das condicionantes acima listadas esta Fundação terá condições de avaliar processos de licenciamento ambiental de empreendimentos a jusante da UHE Teles Pires.

Atenciosamente,

Márcio Augusto Freitas de Meira
Presidente da Funai

EM BRANCO

Processo nº: 209/08
Folha: 852
Nome: Elis
FUNAI/SEPRO
Serviço de Expedição e Protocolo
08620.004061/2012-01

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
SEPS 702/902 - Ed. Lex – 2º andar – Cep.: 70340-904 - Brasília-DF
Fone: (61) 3313-3533 - Fax: (61) 3313-3854 e-mail: dpds@funai.gov.br

FUNAI/SEPRO

OFÍCIO Nº 71 /2012/DPDS-FUNAI-MJ

Brasília, 17 de janeiro de 2012

A sua Senhoria a Senhora
FLAVIA POMPEU SERRAN
Superintendente de Meio Ambiente
Empresa de Pesquisa Energética – EPE
Av. Rio Branco, 1 - 11° andar
20090-003 - Rio de Janeiro-RJ

Processo nº
Folha
Nome

Assunto: **Estudos do Componente Indígena da UHE São Manoel - Terras Indígenas Kayabi, Munduruku e Apiacá do Pontal e Isolados.**
Referência: Processo Funai nº 08620 000209/08

Senhora Superintendente,

1. Cumprimentando-a cordialmente, nos remetemos ao Ofício Nº 1697/EPE/2011, de 02/12/11, por meio do qual foram encaminhadas as complementações solicitadas por esta Fundação para a avaliação do processo de licenciamento ambiental do AHE de São Manoel.

2. Informamos que para nos manifestarmos acerca desse estudo reformulado, se faz necessário que o mesmo contenha a assinatura dos responsáveis técnicos.

3. A esse respeito destacamos-se que as peças técnicas protocoladas nesta Fundação devem estar devidamente assinadas, tendo em vista que a responsabilidade sobre o conteúdo e informações prestadas no estudo é compartilhada entre o empreendedor e os profissionais que o assinam, tal como pode ser observado na Resolução CONAMA nº 237:

> *Artigo 11 – Os estudos necessários ao processo de licenciamento deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados, às expensas do empreendedor.*
> *Parágrafo Único – O empreendedor e os profissionais que subscrevem os estudos previstos no caput deste artigo serão responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas civis e penais.*

4. Solicitamos que o estudo do componente indígena seja entregue em 04 vias em formato impresso e digital, conforme item 7, página 11 do Termo de Referência emitido pela Funai.

5. Em referência ao não atendimento do item c) do Ofício Nº 783/2011/DPDS-FUNAI-MJ, no tocante aos estudos de ictiofauna, informamos que esta Fundação não reconhece o disposto na página 4 do produto em tela. Dessa forma, solicitamos que seja realizada a campanha de campo e contempladas as ações requeridas pela Funai.

EM BRANCO

1667

Processo nº: 209/08
Folha: 853
Nome: Paulo

6. Reiteramos, por fim, que esse estudo não trata do processo de licenciamento ambiental do AHE Foz dos Apiacá.

Atenciosamente,

ALOYSIO ANTONIO CASTELO GUAPINDAIA
Diretor

Com cópia à Senhora Gisela Forattini - Diretora de Licenciamento Ambiental do Ibama.
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama Cep: 70818-900 – Brasília/DF.

EM BRANCO

Processo nº: 209/08 1668
Folha: 684
Nome:

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
SEPS 702/902 - Ed. Lex – 2° andar – Cep.: 70340-904 - Brasília-DF
Fone: (61) 3313-3533 - Fax: (61) 3313-3854 e-mail: dpds@funai.gov.br

OFÍCIO Nº 783 /2011/DPDS-FUNAI-MJ

Brasília, 12 de agosto de 2011

A sua Senhoria a Senhora
FLAVIA POMPEU SERRAN
Superintendente de Meio Ambiente
Empresa de Pesquisa Energética – EPE
Av. Rio Branco, 1 - 11° andar, CEP: 20090-003 - Rio de Janeiro-RJ

Assunto: **Manifestação acerca dos "Estudos do Componente Indígena das UHE São Manoel e Foz dos Apiacás – Revisão e complementação – Terras Indígenas Kayabi, Munduruku e Pontal dos Apiacás"**
Referência: Processos Funai nº 08620 002242/08 e nº 2927/2008

Senhora Superintendente,

1. Cumprimentando-a cordialmente, nos remetemos ao processo de licenciamento ambiental dos AHE de São Manoel para nos manifestarmos acerca da reformulação dos "Estudos do Componente Indígena das UHE São Manoel e Foz dos Apiacás – Revisão e complementação – Terras Indígenas Kayabi, Munduruku e Pontal dos Apiacás".

2. Notificamos que o estudo foi considerado apto à análise para o Ibama, com a ressalva de que o mesmo está sendo considerado, por esta Fundação, específico ao AHE São Manoel, devendo ser complementado pelos resultados finais da UHE Teles Pires, e pela realização de campanha de campo, coordenado por um antropólogo, se possível o mesmo que prestou consultoria para a primeira parte do ECI, ora apresentado, para:

a) Levantamento de expectativas das populações indígenas acerca dos empreendimentos; promover a visita dos mesmos aos locais planejados para os eixos dos barramentos;
b) Analisar a etnoecologia da paisagem, nos locais definidos para o barramento;
c) Realizar campanhas de ictiofauna para identificar rotas migratórias, sítios de desova e reprodução, com uso de metodologias comum entre os índios, cruzando dados científicos com o etnoconhecimento, de modo a subsidiar a proposição de sistemas de transposição.

3. Desta forma, sugerimos a realização de reunião entre a EPE e a equipe técnica desta Fundação, no dia 17/08/2011 às 10h na sala de reuniões da CGGAM, para o nivelamento de informações e esclarecimentos dos itens acima relacionados. Encaminhamos anexo o roteiro orientativo para elaboração do PBA do Componente Indígena.

5. Agradecemos antecipadamente a atenção e colocamo-nos a disposição para esclarecimentos adicionais pelo telefones (61) 3313-3942 e 3313-3697.

Atenciosamente,

MARCELA NUNES DE MENEZES
Diretora, Substituta

EM BRANCO

1069

Aldeia Tatuí, 12 de agosto de 2.013.

MANIFESTO DO POVO KAWAIWETE AOS REPRESENTANTES DO GOVERNO FEDERAL
Presidente da Funai, Ministério de Minas e Energia e Ministério da Educação

O povo Kawaiwete quer através deste manifesto afirmar que enquanto nossas comunidades sofrem os descasos no atendimento à saúde, lentidão na demarcação das terras, o governo federalsegura a execução dos recursos destinados para atender a saúde, infraestrutura e demarcação para os povos indígenas. Um exemplo disso é que em 2012 somente 71,37% do orçamento indigenista foi executado, sendo que para delimitação e demarcações das terras apenas 37% dos recursos previstos foram utilizados. O problema, então, não é falta de recursos, mas falta de vontade.

Por outros lado as empresas construtoras de hidrelétricas, linhões entre outras apresentam os direitos à saúde e educação como moedas de trocas nos PBAs para que aceitemos a construção dos projetos. Vemos que o descaso com a saúde, a falta de atendimento adequado, o enfraquecimento da Funai são na verdade para enfraquecer nossos povos e nos deixarpoucas alternativas diante destas propostas.

Reforçamos que os Ministros do Supremo Tribunal Federal acolham o pedido apresentado pelos deputados da Frente Parlamentar de Defesa dos Povos Indígenas para que extingam de vez a PEC 215/2000, que fere nossos direitos constitucionais, pois significa que nenhuma terra será demarcada caso seja aprovada esta PEC.

Que o governo Dilma arquive de uma vez por todas a Portaria 303/2012, que além de ferir a Constituição Federal é uma visível conceção do governo federal aos interesses ruralistas.

Repudiamos as tentativas e as construções de hidrelétricas que afetam nossas terras e comunidades: no rio Tapajós, rio Teles Pires (São Manoel, Sinop, Teles Pires), PCH Paranatinga II, no rio Kuluene e as duas planejadas no rio Dos Peixes, sendo uma dentro da TI Apiaká-Kayabi. O governo federal deve respeitar os nossos desejos de vivermos em paz, construindo nossos próprios projetos de fututo em vez de apoiar os projetos de empresas e pessoas que só querem lucrar explorando os recursos naturais que nós preservamos para nossos filhos, netos e outros que virão.

Repudiamos as PLP 227/2012, proposta pelo deputado federal de Mato Grosso Homero Pereira e a PEC 237/2013, que são manobras que visam atender aos interesses da bancada ruralista e mineradora além de possibilitar a invasão e exploração das riquesas das nossas terras.

Repudiamos as ações e posições do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, em conjunto com a Ministra Chefe da Casa Civil e Luiz Adams da AGU que vêm

Recebido em 12/08

EM BRANCO

1670
~~[illegible]~~ 4/20/07-65
Rubr.: ~

assumindo uma posição contrária aos direitos dos povos indígenas, manifestando-se a favor da suspensão de demarcações e mudanças nos processos demarcatórios, em visível desrespeito aos direitos dos povosindígenas. Repudiamos também as propostas de vincular as demarcações das terras indígenas a Embrapa ou outros órgãos, o que na prática impossibilitará as demarcações previstas na Constituição Federal.

Reafirmamos que a Conveção 169 da OIT, que em 2004 foi assumida pelo então presidente Lula, deve ser respeitada e nós povos indígenas devemos ser ouvidos em tudo nos afeta e nosso desejos respitados, sejam projetos dos governos ou os propostos no Congresso Nacional.

Por fim reafirmamos nossoapoio aos parentes Munduruku na sua luta contra a implantação de hidrelétricas que afetam suas comunidades e repudiamos as ações do governo federal que visam pressionar o povo para que aceitem estes projetos.

Kawaiete, um só povo, um só ideal. Terra, cultura e tradição não dá para separar!

* Erivaldo ~~[illegible]~~
* POFAT KAYABI
* [illegible] Kayabi
* [illegible]
Marete Kaiabi
[illegible] Kaiabi
INAMURAP Kaiabi
[illegible] Crixi
RAINON PANHUN D.
Roberto
Regina
[illegible] Rea
TEKWA KAYABI
Emi Kaiabi
MARCELO KAYABI
TYIMAKHIE KAIABI
Towajui Kaiabi
RONALDO NAWOCATO KAYABI
NIVALDO KWASIARI JURUKATU
[illegible] Kawit
Esmeraldo MYAN Kayabi
Reginaldo Francisco Jurucatu

* Marcio Antônio Jorfi
* [illegible] Kayabi
* [illegible]
* Luiz Paulo JACQUI
* Kawayp Kayabi
* [illegible] Kayabi
*
*
*
*
*
*
*
*
*
*
*
*

EM BRANCO

1671

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MATO GROSSO

OFÍCIO N. 5207/2013 – PR/MT/4° OFÍCIO CÍVEL
Etiqueta n.: PR-MT-00032046/2013

Cuiabá, 29 de outubro de 2013.

À Ilustríssima Senhora
Maria Augusta Boulitreau Assirati
Diretora de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da FUNAI - DPDS
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da FUNAI - DPDS
SEPS 702/902 – Ed. Lex – 2° andar, CEP 70340-904 – Brasília/DF
Fone/Fax: 61-3313-3830, 61-3313-3662, 61-3313-3732

Ref.: Inquérito Civil Público nº 1.20.000.000717/2012-55

Senhora Diretora

Ao tempo em que a cumprimento, faço uso do presente para, no interesse da instrução do Inquérito Civil Público em epígrafe, solicitar a Vossa Senhoria, tendo em vista o teor da representação em anexo, informações sobre as dificuldades dos povos indígenas *Apiaká, Munduruku e Kayabi* afetados pela UHE Teles Pires para conseguir água potável e quais medidas estão sendo tomadas para o atendimento a tais comunidades indígenas.

Sem mais para o momento, reitero meus protestos de consideração e respeito, bem como tabulo o prazo de **10 (dez)** dias úteis, a contar do recebimento deste ofício, para envio da resposta, devidamente acompanhada dos documentos necessários para os questionamentos sobreditos, nos termos do art. 8°, II, §§ 3° e 5°, da Lei Complementar n. 75/93. Solicito ainda que seja consignado em sua resposta o número deste ofício e de etiqueta, em epígrafe.

Manoel Antonio Gonçalves da Silva
Procurador da República

Ao Ministério Público Federal de Cuiabá

A/C MD. Procurador da República

Exmo. Sr. Dr. Manoel Antônio Gonçalves da Silva

PR - MT
28084 /2013

Assunto: Degradação da qualidade da água, no rio Teles Pires, em virtude da construção da Usina Hidrelétrica de Teles Pires.

Senhor Procurador:

Cumprimentando-o cordialmente, informo que a construção da Usina Hidrelétrica de Teles Pires, vêm causando graves ameaças à saúde, à vida e a dignidade humana dos povos indígenas Kayabi, Apiaka e Munduruku, em virtude do comprometimento da qualidade da água do rio Teles Pires, conforme passo a relatar a seguir.

Na terra indígena Kayabi, vivem indígenas Kayabi, Apiaka e Munduruku. Sabe-se que em todas as aldeias "Kayabi", desde a aldeia de São Benedito (no rio São Benedito, afluente do rio Teles Pires), até as aldeias Coelho, Tucumã, Lage, Dinossauro, Kururuzinho, Minhocuçu e Sapé, todas elas distribuídas no leito do rio Teles Pires, não há poço artesiano, água tratada, tampouco rede de tratamento de esgoto. Nas aldeias Apiaka de Artur Santo, Três Maria, Três Maria 2 (antiga aldeia Cordeiro), Bem Fica e Barro Vermelho, os indígenas também não contam com água tratada ou poço artesiano.

Nessas condições, toda a água consumida é retirada "in natura" do rio Teles Pires e não costuma passar por quaisquer processos de filtragem ou tratamento. Além de servir ao consumo humano, a água também é utilizada em todas as atividades produtivas desses povos (caça, pesca, roças, áreas de uso e coleta de recursos), bem como para tomar banho, lavar roupa e louça ou ainda para o lazer da criançada. Para o modo de vida dos indígenas que vivem no Teles Pires, a água e sua qualidade são fundamentais, pois

EM BRANCO

Fls: 1673
Proc.: 1120107-65
Rubr.:
Fls. 187

parte indissociável da significação cultural e manutenção da própria vida humana, por ser recurso indispensável.

Ocorre que, inúmeros indígenas tem relatado que, desde o início da construção das obras da usina hidrelétrica de Teles Pires, a qualidade da água tem se deteriorado muito: inicialmente relataram que perceberam muito sedimento na água, o que atribuíram a detonação de rochas no rio para implantação das obras. A situação, no entanto vem se agravando a cada dia, em especial, após o curso normal do rio ter sido desviado. Após o desvio do rio, os indígenas relatam que a água se tornou barrenta e suja, o que não é normal em tempos de seca, onde o rio, normalmente, adquire uma coloração esverdeada/azulada e, em locais mais rasos, torna-se límpido e transparente.

Os indígenas relatam que em alguns dias a água estava tão barrenta que seu consumo se tornou impossível e que "nem mesmo para lavar roupa a água está servindo". Tal informação foi corroborada pela servidora da FUNAI de Brasília, Vivian Gladys, no dia 11/09/2013, quando foi apresentado em Alta Floresta o "Estudo de Componente Indígena" da Usina Hidrelétrica de São Manoel. Segundo a servidora, os indígenas perceberam que a água tornou-se muito barrenta e entraram em contato com ela. Imediatamente, a servidora relatou que entrou em contato com uma senhora de nome "Cleide", responsável pelos programas relativos aos indígenas na UHE Teles Pires. A servidora prosseguiu informando que a senhora Cleide "realizou um sobrevoo sobre a usina e constatou que realmente havia uma grande mancha de barro na água, que saía da usina e chegava até a aldeia Kururuzinho", que a mancha era visível e que realmente começava no empreendimento e que isso se deu por conta das obras que deslocaram uma grande quantidade de argila no rio.

De acordo com relatos dos indígenas, a Sra. Cleide prometeu que seriam doados para a comunidade alguns filtros de barro, mas que, passados mais de quarenta dias, eles continuavam a consumir a água imprópria, pois nenhuma providência foi realmente tomada pela UHE Teles

EM BRANCO

1671
4120107-65

Pires.

Saliente-se que a UHE Teles Pires está a cerca de 50 (cinquenta) quilômetros do limite da Terra Indígena e que sempre foi dito aos indígenas que, devido a essa "enorme" distância, o empreendimento causaria apenas "impactos indiretos" à Terra e ao povo Kayabi, Apiaka e Munduruku, motivo pelos quais as medidas de mitigação são consideradas "pequenas" ou "poucas". 183

Outra reclamação constante dos indígenas é que o peixe do rio tem diminuído drasticamente e que é difícil pescar, principalmente nos dias em que há dinamitação de rochas na área do empreendimento. Segundo os indígenas o barulho das explosões "espanta o peixe".

Destaque-se que os peixes são um alimento muito apreciado pelos Kayabi, Apiaka e Munduruku, além de outras iguarias que dependem da "saúde" do rio, tais como os tracajás e seus ovos. Há, no entanto uma preferência alimentar em relação a algumas espécies da ictiofauna, sendo que algumas são mais apreciadas e outras menos, mas todas elas consumidas. Deve-se destacar, por exemplo, que mulheres Kayabi, quando gestantes ou em resguardo, por exemplo, devem se alimentar, preferencialmente, de um tipo de peixe, considerado dentro da cosmovisão Kayabi, mais adequado a recomposição física e preservação da vitalidade e capacidade reprodutiva feminina, bem como protetivas à saúde de seus filhos recém-nascidos. Assim, os peixes além de ser uma base alimentar importante, constituem também elementos simbólicos que conferem significados a vida cotidiana, ou seja, contribuem, juntamente com uma miríade de outros aspectos, para os rituais cotidianos de um modo de vida único e específico.

Nesse contexto, deve-se relatar ainda, que **os indígenas Apiaka, da aldeia Mairowi, que vivem mais à jusante do empreendimento, também tem reclamado com frequência que a água está com uma coloração "esbranquiçada" e incomum, "como nunca vimos antes", o que também vêm impedindo que a água do rio possa ser consumida**. Suas

EM BRANCO

1675
4420/07-65

preocupações aumentam com a chegada das chuvas, vez que temem que a água se torne ainda mais suja, com muita terra e areia escorrendo para dentro do rio, em virtude da imensa quantidade de vegetação nativa retiradas das margens do rio, para implantação do canteiro de obras, o que deixou uma vasta área à descoberto. Para os indígenas, mais terra, mais sedimento, mais areia, irão escorrer para dentro do rio, agora que a floresta não está mais ali, deixando a água que bebem mais barrenta que o normal, impedindo o seu consumo.

A foto abaixo representa o estágio atual do empreendimento. Nela pode-se verificar que o impacto na qualidade da água deve ser realmente muito alto. Deve-se considerar que no lugar do empreendimento, havia, anteriormente, uma área florestada. Inclusive, é possível notar a diferença de coloração da água que está à montante do desvio e da água que sai à jusante, além da quantidade de sedimentos e areia no leito do rio.

EM BRANCO

1676
4420107-65

(FOTO 1: UHE TELES PIRES)

Diante desse contexto, solicita-se a esse Ministério Público Federal, que tome as medidas cabíveis para a preservação da sadia qualidade de vida dos indígenas Kayabi, Apiaka e Munduruku, pois, em que pese a obra da UHE Teles Pires já estar em adiantada fase de construção, nenhuma providência concreta tem sido tomada para que os indígenas não tenham sua vida, saúde, segurança alimentar e cultura resguardadas dos impactos ambientais e culturais causados pelo empreendimento.

Sem mais para o momento, renovo protestos de consideração e estima.

EM BRANCO

1677
4420/07-GS

Alta Floresta, 20 de setembro de 2013.

191

Juliana de Paula Batista

Advogada – OAB/MT 16584

EM BRANCO

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MATO GROSSO
4º Ofício Cível

Etiqueta Único: PR-MT-00029147/2013
Inquérito Civil Público n. 1.20.000.000117/2012-55
Representante: MPF
Representado: A definir

DESPACHO

O Inquérito Civil Público em questão tem por finalidade investigar irregularidades e ilegalidades ambientais e indígenas decorrentes do empreendimento energético denominado UHE Teles Pires.

Dentre os fatos apurados neste feito, verifica-se a má qualidade da água do rio Teles Pires, especificamente no trecho de rio à jusante do empreendimento e que banha as *Terras Indígenas* habitadas pelos povos *Kayabi, Apiaká e Munduruku* em aldeias instaladas às margens do Teles Pires.

Há nos autos notícia de que à jusante do empreendimento o rio apresenta água barrenta e com muitos sedimentos, possivelmente da construção da barragem UHE Teles Pires. As mesmas informações sobreditas narram o fato de que os povos indígenas acima citados servem-se da água do rio Teles Pires para manutenção das suas aldeias. Contudo, após a constatação da má qualidade da água os indígenas estão experimentando restrições alimentares, tendo em vista o fato de que a água está imprópria para consumo. Noticia-se, ainda, que em virtude da baixa qualidade da água seu uso pelos indígenas, inclusive para fins sanitários, foi descartado.

Consta ainda das informações já mencionadas que as aldeias servidas pelo trecho de rio que fica à jusante da UHE Teles Pires são desprovidas de poços artesianos e não há nessa localidades qualquer equipamento para filtragem da água, que antes era consumida sem necessidade de qualquer tratamento.

Cabe destacar que às fls. 102/104 consta cópia da licença ambiental de instalação do empreendimento hidrelétrico em questão, emitida pelo **IBAMA** em 19/08/2011, com validade de 04 anos. Tal licença tem sua validade condicionada ao cumprimento de obrigações

EM BRANCO

EM BRANCO

1679
4420107-65

PR / MT
Fls. 1930

de fazer, dentre elas destacam-se o monitoramento hidrossedimentológico, o limnológico, o de qualidade da água e também o monitoramento da ictiofauna, tudo no interesse de inibir, prevenir e mitigar danos socioambientais.

É o relatório.

Diante disso e das notícias apresentadas neste feito determino o que segue:

1. *expedição de ofício à Companhia Hidrelétrica Teles Pires S. A., com cópia deste despacho e de fls. 186/191, para que se manifeste sobre a representação sobredita e apresente cópia dos relatórios de monitoramento hidrossedimentológico, limnológico, qualidade da água e ictiofauna do rio Teles Pires, referentes ao trecho do rio à jusante do empreendimento;*

2. *expedição de ofício ao IBAMA, com cópia deste despacho e de fls. 186/191, para que informe se foi constatado por aquela autarquia, no curso do acompanhamento do cumprimento das condicionantes da licença de instalação da UHE Teles Pires, a diminuição da qualidade da água do rio, e informe quais medidas pretende adotar para a correção dos problemas apontados nas informações de fls. 186/191;*

3. *expedição de ofício à FUNAI, com cópia deste despacho e de fls. 186/191, para que informe se tem conhecimento sobre dificuldades dos povos indígenas Apiaká, Munduruku e Kayabi afetados pela UHE Teles Pires para conseguir água potável e quais medidas estão sendo tomadas para o atendimento a tais comunidades indígenas.*

4. *Em virtude da urgência do caso, determino que as respostas sejam apresentadas a este subscritor no prazo de 10 dias corridos, contados da data do recebimento dos ofícios, encaminhados por fax, primeiramente;*

Cuiabá, 04 de outubro de 2013.

Manoel Antonio Gonçalves da Silva
Procurador da República

EJEMPLAR

1680
1420/07-CS

Vivian Gladys De Oliveira Souza

De: Vivian Gladys De Oliveira Souza
Enviado em: segunda-feira, 29 de julho de 2013 15:02
Para: Marcos Duarte (mduarte@uhetelespires.com.br)
Cc: Cleide Regina Rocha Santos (crocha@uhetelespires.com.br); janiscarvalho@gmail.com; julia_paiva@yahoo.com.br; 'CLOVIS NUNES'
Assunto: UHE Teles Pires

Prezados,
Boa tarde.
Hoje pela manha recebi a ligação de um Kayabi, que reside na aldeia Coelho, relatando que a agua encontra-se extremamente suja e barrenta, impossibilitando o consumo da comunidade que vive por lá.
Solicitaram, inclusive, a instalação de um poço emergencial para que possam consumir a agua.
Desta forma, solicitamos que seja verificado, com rapidez, se os motivos da alteração da água estão relacionados a instalação da UHE Teles Pires.
Aguardamos a manifestação dessa Cia e colocamo-nos a disposição.
Att.

Vivian Gladys de Oliveira Souza
Assessora – CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ
Setor Bancário Sul Qd. 02. Lote 14
Edifício Cleto Meireles, 5° andar.
Cep: 70070-120 - Brasília/DF
Fone: (61) 3247-6825 e-mail: vivian.souza@funai.gov.br

EM BRANCO

1681
4120/07-65

Vivian Gladys De Oliveira Souza
(vivian.souza@funai.gov.br) Este remetente esta na lista de contactos.

Enviada: segunda-feira, 29 de Julho de 2013 18:01:52
Para: Marcos Duarte (mduarte@uhetelespires.com.br) (mduarte@uhetelespires.com.br); Cleide Regina Rocha Santos (crocha@uhetelespires.com.br) (crocha@uhetelespires.com.br);
Cc: janiscarvalho@gmail.com (janiscarvalho@gmail.com); julia_paiva@yahoo.com.br (julia_paiva@yahoo.com.br); CLOVIS NUNES (clovis.ksb@hotmail.com)

Prezados. Boa tarde.

Hoje pela manha recebi a ligação de um Kayabi, que reside na aldeia Coelho, relatando que a água encontra-se extremamente suja e barrenta, impossibilitando o consumo da comunidade que vive por lá.

Solicitaram, inclusive, a instalação de um poço emergencial para que possam consumir a água.

Desta forma, solicitamos que seja verificado, com rapidez, se os motivos da alteração da água estão relacionados a instalação da UHE Teles Pires.

Aguardamos a manifestação dessa Cia e colocamo-nos a disposição.

Att.

Vivian Gladys de Oliveira Souza - Assessora - CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ

Em atenção ao e-mail recebido e supramencionado pela Srª Vivian Gladys de Oliveira Souza - Assessora – CGLIC/DPDS/FUNAI, devido telefonema realizado pela liderança Murici Kayabi – Aldeia Remanso do Coelho (Rio Teles Pires), no qual o mesmo questionou assunto sobre a contaminação da água do Rio Teles Pires em função da construção da UHE / Teles Pires. Na data de ontem (31-07-2013) estivemos mais confirmação concreta deste episódio, onde o Professor Srº Gentil Rossi e o lider Paulo Kayabi - filho do cacique João, ambos se deslocou com aeronave da Aldeia Kururuzinho com destino para Alta Floresta, viagem que os mesmo sobrevoaram e avistaram o problema que a UHE Teles Pires já provocou com a qualidade da água que não tem condições de uso humano, devido estar muita suja, ou seja, barrenta, ainda o Professor Gentil afirma, se a pessoa entrar na água até atingir ao nivel do tórax e colocando a palma da mão na altura do cintura/umbigo não da mais para enxergar a mão, isto comprova que realmente a água encontra – se extremamente suja/barrenta, tipo água de enxurrada.

Atenção: CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ, mediante essa situação sobre a desqualificação da água, praticamente sem condições de uso para nosso POVO, devido aos impactos que já começam aparecer em função da construção da UHE Teles Pires, problema que a FUNAI e a CHTP tem que resolver e de imediato, uma vez, que toda hora necessitamos d'água, que são conscientes e sabedores que nós índios Kayabi nascemos e se criamos as margens deste Rio, entretanto questão que vem sendo discutindo no PBAI que ainda não obtivemos nenhum desses Programas em praticas, então neste momento reivindicamos com URGENCIA que seja tomada as devidas providencias de colocar em atividade perfurações de POÇOS ARTESIANOS ou SEMI - ARTESIANOS em todas as Aldeias que ficam situadas as margens do RIO TELES PIRES e, até mesmo na ALDEIA SÃO BENEDITO, queremos resposta com máxima URGENCIA...

Alta Floresta – MT, Em, 01-08-2013

João Maira'wi – Cacique da Aldeia Kururuzinho João Mairawi

Juvenildo Kayabi Mundurukú – Presidente da AIKK Juvenildo Kayabi Mundurukú

Alessandro Paleci – AISAN Alessandro Paleci

Josuè Kayabi Mundurukú – Conselho Distrital do DSEI Kayapó em Colider-MT Josué Kayabi Mundurukú

Atú Kayabi – ex Cacique Geral Atú Kajabi

Nilza Paleci – Esposa do cacique João Nilza

Sara Kayabi – Conselho da AIKK Sara Kayabi

Jonas Kayabi – Liderança e Estudante Jonas Kayabi

Murici Kayabi – Aldeia Remanso do Coelho Murici Kayabi

+ Maiwan Paleci – Secretario da A.I.K.K

EM BRANCO

1682
4420107-6

TELES PIRES

Paranaíta-MT, 03 de outubro de 2013.

FUNAI/SEPRO
Serviço de Expedição e Protocolo
08620.065046/2013-10

Carta CHTP nº 302/2013

À
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável – DPDS
Brasília – DF

A/C
Sra. CAROLINA SCHNEIDER COMANDULLI
Diretora Substituta

C/C
Sra. JULIA PAIVA
Coordenação do Componente Indígena de Energia, Petróleo e Gás – COEP

Ref.: Processo FUNAI nº 2242/2008-DV - Usina Hidrelétrica Teles Pires
Ofício nº 533/2013/DPT-FUNAI-MJ

Assunto: UHE Teles Pires – Plano de Proteção e Integridade Territorial das Terras Indígenas

Prezadas Senhoras,

Cumprimentando-as cordialmente, servimo-nos da presente para tecer as seguintes considerações a respeito do Plano de Proteção e Integridade Territorial das Terras Indígenas no âmbito do processo de licenciamento da UHE Teles Pires.

Segundo se verifica no Plano de Proteção e Integridade Territorial das Terras Indígenas afetadas pela Usina Hidrelétrica Teles Pires, a justificativa para implantação do referido programa pela Companhia Hidrelétrica Teles Pires - CHTP estaria calcada na premissa principal de aumento da tensão causada pelo empreendimento nas áreas indígenas localizadas no seu entorno.

EM BRANCO

TELES PIRES

Também de acordo com o mencionado Plano, o aumento da tensão está associado a ocorrência de diversos fatores nos arredores das terras indígenas, a seguir descritos: I) Previsão de incremento populacional na área de implantação da UHE Teles Pires, com previsão da chegada de 7.013 trabalhadores no auge da obra, segundo previsão do Estudo de Impacto Ambiental; II) Previsão de construção de outros seis Aproveitamentos Hidrelétricos e sete Pequenas Centrais Hidrelétricas; III) Existência de atividade garimpeira na região do baixo Teles Pires; IV) Ocorrência de atividade de turismo e pesca principalmente no baixo Teles Pires e Alto Tapajós; V) Ocupação da TI Kayabi por não indígenas, com exploração de recursos naturais do território; VI) Existência de desmatamento e focos de calor, principalmente pela ocupação das margens da rodovia BR 230 e BR 163, bem como pela expansão agropecuária na região.

Adiante, ao fazer o prognóstico a respeito de possíveis impactos nos territórios indígenas, são mencionados os seguintes fatores como passíveis de aumento da pressão local: I) Previsão de instalação de outros empreendimentos para a região, como seis aproveitamentos hidrelétricos e sete pequenas centrais hidrelétricas, além do complexo hidroviário Tapajós Teles Pires; II) Risco de impacto direto decorrente da possibilidade de os funcionários de outras regiões do Brasil que se deslocaram para trabalhar na UHE Teles Pires não retornarem aos seus locais de origem e virem a ocupar as terras indígenas; e III) Risco de aumento da atividade econômica nos municípios de Mato Grosso e Pará em decorrência da implantação da UHE Teles Pires e, por conseguinte, da expansão agropecuária e madeireira sobre as áreas indígenas.

Apesar disso, durante o prognóstico realizado pelo estudo, conclui-se que não é possível relacionar diretamente a implantação do empreendimento com o aumento da pressão nos territórios indígenas, havendo apenas uma tendência de aumento da pressão, com ou sem a implantação do empreendimento, conforme se verifica no seguinte trecho:

> Segundo o ECI[1], o aumento da pressão sobre as terras indígenas, com ou sem a UHE Teles Pires, tende a aumentar. No entanto, não é especificado de que forma aumentarão essas pressões em ambos os casos. Também não é dimensionado o grau de aumento da pressão para os dois quadros prognosticados, ficando a argumentação comprometida.

[1] Estudo do Componente Indígena.

EM BRANCO

TELES PIRES

Entretanto, diferentemente do que alega a FUNAI no Plano de Proteção e Integridade Territorial das Terras Indígenas afetadas pela Usina Hidrelétrica Teles Pires, o empreendimento não causa pressão sobre os territórios indígenas e eventuais riscos decorrentes da implantação do empreendimento, pois já foram eliminados pelas medidas preventivas adotadas no âmbito do licenciamento ambiental conduzido pelo IBAMA.

Ademais, a maioria dos fatores citados no estudo como passíveis de causar impacto sobre os territórios indígenas não tem qualquer relação com a implantação da UHE Teles Pires, de modo que a proteção dos territórios não pode ser totalmente atribuída à Companhia Hidrelétrica Teles Pires, conforme será demonstrado a seguir.

ALEGAÇÃO DE PRESSÃO SOBRE OS TERRITÓRIOS INDÍGENAS DECORRENTE DE DIVERSOS FATORES ALHEIOS À UHE TELES PIRES – NÃO IDENTIFICAÇÃO DA RELAÇÃO CAUSA E EFEITO DA IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO SOBRE OS TERRITÓRIOS – IMPOSSIBILIDADE DE IMPUTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE PROTEÇÃO À COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

Como mencionado em linhas anteriores, a FUNAI cita diversos fatores que podem gerar pressão sobre os territórios indígenas.

Com efeito, de maneira bastante resumida, o aumento da pressão estaria associado ao aumento do desmatamento, do garimpo, da produção agropecuária, da pesca, do turismo, da implantação de outros empreendimentos hidrelétricos e de uma hidrovia.

A maioria dos fatores, no entanto, não tem qualquer relação com a implantação da UHE Teles Pires, sendo anteriores, independentes e alheios à concessão de uso de bem público outorgada pela União para a Companhia Hidrelétrica Teles Pires para implantação do empreendimento.

Nesse sentido, constata-se que a existência de garimpo, pesca , turismo, produção agropecuária e desmatamento no entorno dos territórios indígenas ocorre há muitos anos, não possuindo qualquer relação com a UHE Teles Pires.

EM BRANCO

1685
4420/07-05

TELES PIRES

Ademais, certamente essas atividades continuarão a ser desenvolvidas no entorno dos territórios indígenas sem que a Companhia Hidrelétrica Teles Pires, no âmbito das obrigações assumidas com a União no contrato de concessão, tenha qualquer relação com elas.

De outro lado, o dever de fiscalização dessas atividades está relacionado ao exercício do Poder de Polícia do Estado, razão pela qual compete ao Poder Público – e a não à Concessionária – a adoção de medidas capazes de evitar seus efeitos negativos sobre qualquer bem que se considere protegido.

Demais disso, a FUNAI também menciona a existência de diversos projetos de infraestrutura no entorno dos territórios indígenas como pequenas centrais hidrelétricas, uma hidrovia e algumas usinas hidrelétricas.

Ocorre que esses empreendimentos sequer possuem licença ambiental prévia, não havendo qualquer indicativo sobre sua viabilidade socioambiental. É evidente que não se pode considerar o impacto de um empreendimento que sequer se sabe se irá existir.

Além do mais, mesmo que fossem considerados esses fatores, deveria ser avaliada a influência de cada um deles e distribuída a responsabilidade de proteção aos territórios de acordo com o risco de cada um, o que em hipótese alguma foi observado no estudo em apreço.

Nesse sentido, contata-se que a FUNAI cita expressamente que não foi avaliado pelo Estudo do Componente Indígena de que maneira a UHE Teles Pires aumentaria a pressão sobre os territórios indígenas, conforme se nota no trecho já citado do Plano de Proteção e Integridade Territorial das Terras Indígenas afetadas pela Usina Hidrelétrica Teles Pires.

Portanto, a Companhia Hidrelétrica Teles Pires entende como desarrazoada e desproporcional a atribuição de responsabilidade pela implantação de um plano de proteção aos territórios indígenas Kayabi, com área de 1.053.313 hectares, Munduruku, com área de 2.381.796 hectares, e Apiaká do Pontal e Isolados, com área de 983.324 hectares.

EM BRANCO

1686
AA20/07-65

TELES PIRES

EVENTOS RELACIONADOS À IMPLANTAÇÃO DA UHE TELES PIRES E SUPOSTA PRESSÃO SOBRE A ÁREA INDÍGENA – INOCORRÊNCIA – ADOÇÃO DE MEDIDAS PREVENTIVAS NO ÂMBITO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO EMPREENDIMENTO

Além do exposto, a FUNAI cita alguns fatores relacionados ao empreendimento que poderiam influenciar pressão sobre os territórios indígenas.

Nesse sentido, é mencionado o risco decorrente da chegada de trabalhadores vindos de outras regiões do país para trabalhar na UHE Teles Pires e que poderiam permanecer na região, assim como o aumento da atividade econômica local, predominantemente agropecuária, no entorno da região dos territórios.

No entanto, conforme será demonstrado a seguir, o licenciamento ambiental da UHE Teles Pires possui ações específicas e eficazes que evitam qualquer risco de pressão sobre os territórios indígenas.

AUMENTO DA POPULAÇÃO NA REGIÃO
PREVENÇÃO PELO PROGRAMA DE CONTRATAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DA UHE TELES PIRES

No Plano de Proteção e Integridade Territorial das Terras Indígenas afetadas pela Usina Hidrelétrica Teles Pires é mencionado um contingente de 7.013 funcionários no auge da contratação de mão de obra para a implantação da UHE, a fim de justificar o aumento populacional na região, o risco de permanência desses funcionários e a alegada possibilidade de pressão sobre os territórios indígenas.

De início, deve-se ressaltar que esse número foi superestimado no momento de elaboração dos estudos ambientais. Na verdade, atualmente, durante o pico da obra, são empregados 5287 funcionários, o que representa uma redução aproximada de 25,25% das previsões iniciais.

Além disso, cabe ressaltar que somente parte desses trabalhadores vem de outras regiões do país, pelo fato de a Companhia Hidrelétrica Teles Pires priorizar a contratação de mão de obra local, promovendo cursos de qualificação profissional específica, conforme previsto no Programa de Contratação e Desmobilização de Mão de Obra do Projeto Básico Ambiental.

EM BRANCO

1687
1120107-65

TELES PIRES

Some-se a isso que é prestado amplo apoio aos funcionários durante o período de desmobilização de mão de obra, objetivando, segundo previsto no Projeto Básico Ambiental, *atuar no processo de desmobilização, contribuindo para evitar a permanência, na AID e na All, de trabalhadores migrantes sem alternativas de geração de renda.*

Destaque-se que essas ações estão sendo ampla e satisfatoriamente implementadas pela Companhia Hidrelétrica Teles Pires no âmbito do licenciamento ambiental conduzido pelo IBAMA.

Nesse sentido, destaque-se que o IBAMA entendeu satisfatórias as medidas adotadas pela CHTP durante a implantação do programa, conforme se verifica na Nota Técnica 000317/2013, item 87, expedida pelo IBAMA.

Portanto, no âmbito do licenciamento ambiental, estão sendo tomadas medidas eficazes para evitar a permanência de trabalhadores no local de implantação do empreendimento, afastando-se qualquer risco de pressão sobre os territórios indígenas.

Como se não bastasse, deve-se ressaltar que diversas peculiaridades geográficas da região dificultam sobremaneira a ocorrência de pressão em territórios indígenas.

Primeiramente, o canteiro de obras está localizado a distância aproximada, em linha reta, de 32 quilômetros do início da demarcação das Terras Indígenas Kayabi, 95 quilômetros das Terras Indígenas Munduruku e 120 quilômetros das Terras Indígenas Apiaká do Pontal e Isolados. Ver mapa com localização do Empreendimento UHE Teles Pires em relação às Terras Indígenas na página seguinte.

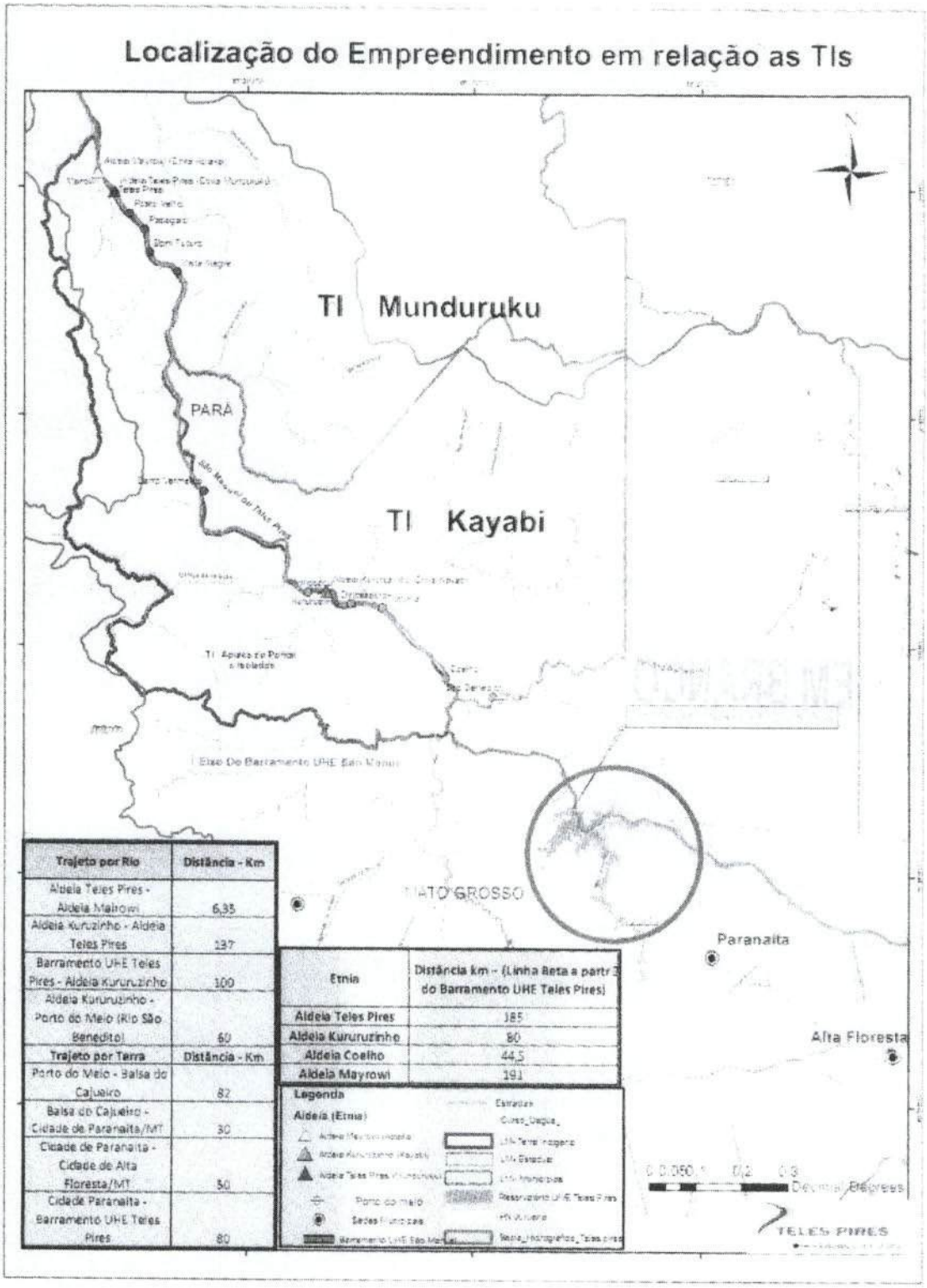
O deslocamento dos trabalhadores nos período de folga ocorre para área urbana dos municípios de Paranaíta e Alta Floresta, em transporte disponibilizado pela Companhia Hidrelétrica Teles Pires, que ficam em sentido oposto aos territórios indígenas, o que reduz ainda mais o risco de pressão sobre essas áreas.

EM BRANCO

1688
4420107-65

TELES PIRES

Localização do Empreendimento em relação as TIs



Trajeto por Rio	Distância - Km
Aldeia Teles Pires - Aldeia Mairowi	6,35
Aldeia Kururuzinho - Aldeia Teles Pires	137
Barramento UHE Teles Pires - Aldeia Kururuzinho	100
Aldeia Kururuzinho - Porto do Meio (Rio São Benedito)	60
Trajeto por Terra	**Distância - Km**
Porto do Meio - Balsa do Cajueiro	82
Balsa do Cajueiro - Cidade de Paranaíta/MT	30
Cidade de Paranaíta - Cidade de Alta Floresta/MT	50
Cidade Paranaíta - Barramento UHE Teles Pires	80

Etnia	Distância km - (Linha Reta a partir do Barramento UHE Teles Pires)
Aldeia Teles Pires	185
Aldeia Kururuzinho	80
Aldeia Coelho	44,5
Aldeia Mayrowi	191

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.
Rua Real Grandeza, nº 274 – Tel. (21) 3253-0353 ou 3251-0252 – Botafogo – CEP 22.281-036 – Rio de Janeiro – RJ
Av. Airton Senna, nº 377 – Tel. (66) 3563-1465 – Centro – CEP 78.590-000 – Paranaíta – MT
www.uhetelespires.com.br

EM BRANCO

TELES PIRES

Ademais, trata-se de Região Amazônica, com péssima infraestrutura rodoviária e extremamente vulnerável às intempéries da natureza, o que potencializa ainda mais essas distâncias. Aliás, o meio menos custoso de acesso às áreas indígenas é por via área ou por meio de navegação.

Tanto é assim que desde o início das obras de instalação da UHE Teles Pires não foi registrado qualquer fato praticado por funcionários da UHE Teles Pires que pudesse causar prejuízo aos territórios especialmente protegidos.

Assim, é possível afirmar que não há influência decorrente da presença de trabalhadores da UHE Teles Pires sobre os territórios indígenas e, ainda que se cogitasse eventual risco, esse risco seria completamente eliminado pelas medidas adotadas no Programa de Contratação e Desmobilização da Mão de Obra do Projeto Básico Ambiental.

DA ALTERAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS LOCAIS PELA PRESENÇA DO EMPREENDIMENTO – READEQUAÇÃO DAS ATIVIDADES SEGUNDO DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL – INOCORRÊNCIA DE PRESSÃO EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS

Segundo a FUNAI, a reorganização das atividades econômicas da região, predominantemente agropecuárias, em decorrência da implantação da UHE Teles Pires, poderia causar pressão sobre os territórios indígenas.

Todavia, o licenciamento ambiental da UHE Teles Pires também possui programa ambiental específico que orienta a readequação das atividades econômicas locais, mediante acompanhamento e fiscalização do IBAMA.

Segundo o Programa, os principais objetivos são:

- Capacitar os pescadores comerciais, bem como os empreendedores e trabalhadores da atividade de garimpo fluvial de ouro, a se adequarem às condições criadas com a formação do reservatório;

EM BRANCO

1690
4420 107-65

TELES PIRES

- Fomentar o empreendedorismo e capacitar os empreendedores locais para as novas oportunidades de negócios que surgirão em decorrência da dinamização econômica dos municípios da AII, tendo como público-alvo preferencial os micro e pequenos empresários;
- Contribuir para o desenvolvimento e a consolidação do turismo na região, produzindo instrumentos para planejar e disciplinar os usos para recreação, lazer e turismo na borda do reservatório, fortalecer a imagem da região como pólo turístico e auxiliar na criação de condições para ampliar e fortalecer a economia do turismo;
- Estabelecer parcerias com administrações municipais e estaduais, entidades da organização civil, entidade do *trade* turístico da região, entidades capacitadoras e de apoio financeiro;
- Realizar seminários, cursos de empreendedorismo, oficinas visando o desenvolvimento de Plano de Oportunidade de Investimento nos municípios e elaboração de Planos de Negócios de novas empresas;
- Contribuir para o desenvolvimento dos fornecedores locais com o objetivo de capacitar, promover e assessorar empresas fornecedoras tanto do empreendimento como de outras instituições e, consequentemente, contribuir para o desenvolvimento local e regional.

Essas ações, evidentemente, são ações coordenadas pela Companhia Hidrelétrica Teles Pires e suas empresas contratadas, de modo a cumprir a legislação vigente e não oferecer qualquer tipo de risco aos territórios indígenas da região.

Ademais, todo o desenvolvimento do programa será acompanhado e avaliado pelo IBAMA, de maneira que eventuais riscos de interferência sobre áreas especialmente protegidas poderão ser detectados e medidas de correção poderão ser adotadas.

Além desse Programa, o licenciamento ambiental da UHE Teles Pires também prevê a reorganização do território e das atividades econômicas da região de implantação do empreendimento no Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório da População.

Nesse Programa há previsão de ações capazes de alcançar os seguintes objetivos:

BRANCO

TELES PIRES

• Contribuir para o ordenamento da área de entorno do futuro reservatório, de maneira a garantir a compatibilização entre os usos atuais e os propostos para o futuro reservatório;

• Recompor as condições de trabalho e geração de renda das pessoas afetadas pela substituição do uso do solo na área de implantação do empreendimento;

• Estabelecer medidas de apoio que permitam a manutenção das atividades econômicas que sofrerão alterações durante o período de construção e operação da UHE Teles Pires, inclusive aquelas que poderão continuar a ser desenvolvidas na área do reservatório (especificamente garimpo e atividades de turismo);

• Capacitar a população afetada para o desenvolvimento de outras atividades econômicas, nos casos em que durante o monitoramento das alterações induzidas pelo empreendimento se verifiquem variações ambientais que inviabilizem a continuidade na atividade atual com o mesmo nível de intensidade econômica.

Portanto, estão exaustivamente previstas medidas no licenciamento ambiental da UHE Teles Pires com o objetivo de promover o reordenamento das atividades econômicas na região do empreendimento.

Essas medidas são implantadas cumprindo a legislação vigente, sem oferecer risco para os territórios indígenas da região, até mesmo porque os territórios estão muito distantes dos locais em que as ações estão previstas.

Deste modo, e considerando que a reorganização das atividades econômicas será realizada sob o crivo da legalidade, sob fiscalização do IBAMA, não há motivo para relacionar essa reestruturação com eventual pressão sobre os territórios indígenas.

CONCLUSÃO

Ante ao exposto, a CHTP requer que a FUNAI reconsidere o pleito constante do Ofício nº 533/2013/DPT-FUNAI-MJ e, via de consequência, dispense a Companhia Hidrelétrica Teles Pires, no âmbito do processo de licenciamento ambiental da UHE Teles Pires, da implantação do Plano de

EM BRANCO

1692
4420107-CS

TELES PIRES

Proteção e Integridade Territorial das Terras Indígenas, notadamente porque o empreendimento não gera tensão sobre os territórios indígenas citados, eventuais riscos de impacto são prevenidos a contento no âmbito no licenciamento ambiental conduzido pelo IBAMA, assim como as medidas previstas no Plano são desproporcionais a eventual influência do empreendimento na região.

Por oportuno, a CHTP registra que deixa de se manifestar sobre as ações em espécie previstas no Plano, resguardando-se o direito de serem analisadas no futuro.

Certo da compreensão de V.Sas., desde já nos colocamos à inteira disposição para eventuais esclarecimentos e/ou reuniões técnicas que se façam porventura necessárias.

Atenciosamente,

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.
Marcos Azevedo Duarte
Diretor de Meio Ambiente

Encaminha-se à CGHIC
Para conhecimento e providências necessárias.

Marcelo Pinheiro Torres 03/10/13
Chefe de Divisão da DPDS
Portaria nº 373/PRES/2013

Anexos:
Nota Técnica IBAMA 000317/2013
Programa de Contratação e Desmobilização de Mão de Obra
Programa de Apoio a Reinserção e Fomento das Atividades Econômicas Locais
Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População

EM BRANCO

EM BRANCO

DIGITALIZADO NO IBAMA

1693
A120107-65

epe
Empresa de Pesquisa Energética

02001.021124/2013-77
11.11.2013

Ofício nº 1162/EPE/2013

Rio de Janeiro, 06 de novembro de 2013

A Sua Senhoria o Senhor
THOMAZ TOLEDO
Coordenador Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA, Bloco A, 1º andar
70818-900 Brasília DF

Assunto: **UHE São Manoel (processo nº 02001.004420/2007-65) – Encaminha relatório das audiências públicas**

Senhor Coordenador,

Fazendo referência ao processo nº 02001.004420/2007-65, da UHE São Manoel, encaminho, anexo, o relatório das audiências públicas realizadas nas cidades de Paranaíta (27/10/2013), Jacareacanga (29/10/2013) e Itaituba (30/10/2013).

2. Permaneço ao dispor para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

AMILCAR GUERREIRO
Diretor de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais

Anexo: **Relatório das audiências públicas da UHE São Manoel**

À analista Mariane Tozedini,

para conhecimento e juntada

ao processo.

19/11/2013

Mônica Cristina Carneiro da Fonseca
Matrícula nº 1.423.150
Chefe
COHID/CGENE/DILIC

1694
4420/07-65

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA
UHE SÃO MANOEL

Relatório das Audiências Públicas

Paranaíta (MT) 27/09/2013

Jacareacanga (PA) 29/09/2013

Itaituba (PA) 30/09/2013

Outubro de 2013

APRESENTAÇÃO

O objetivo deste relatório é apresentar os procedimentos adotados para a realização das Audiências Públicas integrantes do processo de Licenciamento Ambiental da UHE São Manoel e os principais registros feitos, conforme preconizam as Resoluções CONAMA 001 de 1986, que estabelece critérios básicos e diretrizes gerais para o EIA/Rima; 006 de 1987, que dispõe sobre licenciamento ambiental de obras de grande porte, especialmente do setor de geração de energia elétrica, e 009 de 1987, que regulamenta as audiências públicas.

Para o licenciamento ambiental da UHE São Manoel, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) definiu a realização de três audiências públicas nos municípios de Paranaíta, no estado de Mato Grosso, em 27 de setembro de 2013, e em Jacareacanga e Itaituba, no estado do Pará, respectivamente, em 29 e 30 de setembro de 2013. Todas as Audiências Públicas foram conduzidas e presididas pelo IBAMA.

Desta forma, a Empresa de Pesquisa Energética, proponente do estudo da UHE São Manoel, por meio do Consórcio Leme Concremat, consultoria especializada que elaborou os estudos de engenharia e meio ambiente deste empreendimento, realizou as três Audiências Públicas previstas, conforme descrito a seguir.

1695
4420/07/15

1 - O Projeto

A Usina Hidrelétrica São Manoel situa-se no rio Teles Pires, na fronteira dos estados do Mato Grosso e do Pará. Com uma capacidade instalada de 700MW, produzirá energia suficiente para atender o consumo de 2,5 milhões de pessoas. A usina tem um reservatório pequeno, de 6.600 ha, dos quais 2.600 correspondem à inundação natural do rio. Com isso, apresenta um índice de produção de 11 MW/km^2, que lhe confere condição para pleitear créditos de carbono, como projeto que contribui para mitigar os efeitos do aquecimento global. O reservatório da usina não atinge terras indígenas e apenas 5 famílias terão suas propriedades e benfeitorias completamente atingidas.

2 – Organização das Audiências Públicas

As definições para realização das Audiências Públicas foram determinadas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, órgão responsável pelo procedimento de licenciamento ambiental da UHE São Manoel. As cidades, datas e locais realização dos eventos foram divulgados pelo Ibama, por meio do Edital publicado no DOU em 12/08/2013 e na retificação publicada no DOU em 12/09/2013.

A organização das audiências públicas ocorreu em três etapas, a saber:

- **Etapa I**: realização de uma viagem de reconhecimento na região, no período de 09 e 10 de setembro de 2013, com o objetivo de identificar:

- os locais mais adequados para a realização dos eventos;
- os principais fornecedores de serviços a serem contratados nos municípios anfitriões das Audiências Públicas, verificando a capacidade de fornecimento dos serviços necessários e privilegiando fornecedores locais;
- os procedimentos legais necessários à obtenção de autorização para divulgar os eventos em áreas públicas;
- os meios de comunicação locais para divulgação das Audiências Públicas.

Para a definição dos locais para realização das audiências públicas levou-se em consideração os seguintes aspectos:

- Localização: proximidade com a região central do núcleo urbano do município, o que facilita o acesso da população;
- Tamanho: acomodação em lugar coberto para pelo menos 500 pessoas;
- Infraestrutura adequada: sanitários masculinos e femininos, cozinha, pontos de energia, palco ou local para instalação da "mesa diretora", luz, ventilação adequada e estacionamento fácil.

- **Etapa II**: efetivação das contratações dos serviços para realizar as Audiências Públicas, aluguel dos salões, equipamentos multimídia, cadeiras, mesas, lanche, espaços na mídia (rádio, carro de som, televisão e jornal), faixas, cartazes, faixa de mesa, filmagem, gravação de áudio, sonorização, registro fotográfico, equipes de apoio, segurança, recepcionistas, gerador de energia, serviços de limpeza e manutenção etc.

- **Etapa III**: divulgação dos eventos; instalação das infraestruturas e monitoramento dos serviços para a realização das Audiências Públicas nos três municípios (preparação dos locais das audiências para receber os eventos, serviços de filmagem, gravação, projeção, recepcionistas, segurança e orientação etc.).

Com o objetivo de informar e convidar a população para participar das Audiências Públicas, foram implementadas diferentes formas de comunicação: cartaz, faixa, carro de som, rádio regional, rede de televisão regional e jornal com circulação estadual e regional.

- Cartazes e faixas: fixados em diversos locais do núcleo urbano, nos principais locais de circulação da população como: prefeituras municipais, câmaras de vereadores, escolas públicas, hospitais, postos de saúde, postos de correios, sindicatos, associações, câmara de diretores lojistas, rodoviárias, bancos, lojas agropecuárias, farmácias, supermercados, hotéis e outros estabelecimentos comerciais.
- Divulgação em carros de som, rádios, televisão e jornais: efetuada nos dias que antecederam a realização das Audiências Públicas.

Visando garantir a segurança dos participantes das Audiências Públicas foi solicitado aos órgãos de segurança pública federal e estaduais o reforço de segurança nos locais dos eventos. Participaram da segurança: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional de Segurança e Polícia Militar.

3 - Audiências Públicas

A seguir, são apresentadas as informações sobre a realização das Audiências Públicas nas três cidades.

A Faixa disposta nas Mesas de Cerimônia nas três cidades é a seguinte:

O procedimento adotado pelo Ibama para as audiências públicas foi o seguinte:

1. Abertura formal da Audiência Pública pelo representante do Ibama;
2. Execução do Hino Nacional;
3. Constituição da Mesa de Cerimônia, com a participação dos representantes do Ibama, do proponente dos estudos ambientais e autoridades locais;
4. Pronunciamento dos membros da Mesa de Cerimônia;
5. Leitura do Regulamento para Realização de Audiência Pública pelo representante do Ibama;
6. Apresentação do processo de licenciamento ambiental pelo Ibama;

1598
4120/07-65

7. Apresentação do projeto, do estudo de impacto ambiental e do estudo do componente indígena pela proponente;
8. Intervalo para lanche;
9. Abertura para perguntas, questionamentos e manifestações;
10. Pronunciamento dos responsáveis pelos estudos ambientais;
11. Encerramento da Audiência Pública.

Participaram das Audiências Públicas os seguintes técnicos:

- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama:
  - Marcus Lima, Superintendente no Estado de Mato Grosso;
  - Thomaz Toledo, Coordenador Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica;
  - Antonio Torres – Gerente Executivo em Santarém;
  - Frederico Amaral, Coordenador do Grupo de Trabalho para Análise do Estudo de Impacto Ambiental da UHE São Manoel;
  - Roberto Souza, Analista ambiental, Grupo de Trabalho para Análise do Estudo de Impacto Ambiental da UHE São Manoel;
  - Hiltoney de Oliveira, Analista ambiental, Grupo de Trabalho para Análise do Estudo de Impacto Ambiental da UHE São Manoel;
- Empresa de Pesquisa Energética – EPE:
  - Amilcar Guerreiro, Diretor de Estudos Econômicos – Energéticos e Ambientais;
  - Carlos Frederico Menezes, Superintendente-Adjunto de Meio Ambiente e Coordenador dos Estudos de Impacto Ambiental da UHE São Manoel;
  - Elisangela Almeida, Consultora Técnica, Grupo de Trabalho para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental da UHE São Manoel
  - Natasha Sodré, Analista de Pesquisa Energética, Grupo de Trabalho para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental da UHE São Manoel;
  - Glauce Botelho, Analista de Pesquisa Energética, Grupo de Trabalho para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental da UHE São Manoel, Grupo de Trabalho para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental da UHE São Manoel;
  - Daniel Loureiro, Analista de Pesquisa Energética;
  - Vinicius Rosenthal, Analista de Pesquisa Energética, Grupo de Trabalho para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental da UHE São Manoel;
  - Guilherme Fialho, Analista de Pesquisa Energética, Coordenador Suplente dos Estudos de Viabilidade da UHE São Manoel.
- Consórcio Leme Concremat:
  - Guilherme Furgler, Coordenador dos Estudos de Impacto Ambiental da UHE São Manoel;
  - Aurea Morato, Coordenadora dos Estudos Socioeconômicos da UHE São Manoel;
  - Efrem Ferreira, Coordenador dos Estudos da Ictiofauna da UHE São Manoel.
- Ministério de Minas e Energia – MME:
  - Luiz Fernando Pinto, Chefe da Assessoria Especial em Gestão Socioambiental;
  - Thiago Prado, Gerente de Projeto.
- Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG:
  - Verônica Sánchez, Coordenadora Geral de Geração, Transmissão de Energia Elétrica.

3.1 – Audiência Pública de Paranaíta (MT)

A Audiência Pública de Paranaíta foi realizada no dia 27/09/2013, sexta-feira, às 18h. Os registros da realização do evento são apresentados no **Anexo 1 – Registros da Audiência Pública de Paranaíta**.

O Ibama solicitou ampla divulgação da audiência publica planejada para Paranaíta na cidade de Alta Floresta, bem como, a disponibilização de transporte para os interessados participarem do evento. A divulgação foi efetuada nessa cidade da mesma forma que a adotada em Paranaíta (cartazes, faixas, carro de som, rádio, televisão e jornal) e foram disponibilizados quatro ônibus para transporte dos interessados até local da audiência pública em Paranaíta.

Local
A Audiência Pública de Paranaíta foi realizada no Salão Paroquial, situado à Avenida Ayrton Senna da Silva s/n, Centro. O Salão consiste de um salão de festas coberto, que permite a distribuição de até 800 cadeiras.

Cartaz
Foram fixados 94 cartazes, sendo 47 em Paranaíta e 47 em Alta Floresta, conforme modelos apresentados a seguir:

Cartaz em Paranaíta

Cartaz em Alta Floresta

Os serviços de fixação dos cartazes foram realizados pela empresa Swot Solução em Eventos (CNPJ: 10.359.163/0001-19, Inscr. Est.: 07510435001-87, situada no ST SCIA, Quadra 8, Conjunto 9, Lote 02/03, Guará, Brasília) e os locais são apresentados no **Anexo 1.1 – Locais onde foram fixados os cartazes para divulgação da Audiência Pública de Paranaíta.**

Faixa
As faixas fixadas em Paranaíta e Alta Floresta são apresentadas, respectivamente, a seguir:

1697
AA20 107-65

Os serviços de fixação das faixas foram realizados pela empresa Swot Solução em Eventos (CNPJ: 10.359.163/0001-19, Inscr. Est.: 07510435001-87, situada no ST SCIA, Quadra 8, Conjunto 9, Lote 02/03, Guará, Brasília) e os locais são apresentados a seguir:

Nº	Paranaíta	Alta Floresta
1	Prefeitura Municipal	Rodoviária
2	Rua principal	
3	Rua	

Carro de Som

O comunicado em carros de som efetuado em Paranaíta e Alta Floresta é apresentado a seguir:

> **AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO SÃO MANOEL**
> O Ibama e a EPE convidam a população para a audiência pública de licenciamento ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico São Manoel, a ser realizada em Paranaíta – MT, dia 27 de setembro, 6ª feira, às 18 horas, no Salão Paroquial, na Av. Ayrton Senna da Silva s/n – Centro.
> Em Alta Floresta, haverá transporte gratuito para Paranaíta, saindo da Praça da Igreja às 15h, 15h30min, 16h e 16h30min e retornando ao final do evento.
> Também serão realizadas audiências públicas em Jacareacanga e Itaituba – PA.
> O Rima está disponível para consulta nas prefeituras e na Internet, nos sites do Ibama: www.ibama.gov.br e da EPE: www.epe.gov.br.
> Compareçam!

Os serviços foram realizados em Paranaíta por João Carlos Muniz e em Alta Floresta por Reginaldo Propaganda (CPF: 902.325.771-53) e os comunicados efetuados da seguinte forma:

Cidades	Paranaíta	Alta Floresta
Período	18 a 27/09/2013	18 a 27/09/2013
Duração da chamada/dia	2 h	2 h
Total das chamadas no período	20 h	20 h

Rádio

O comunicado efetuado em rádios regionais de Paranaíta e Alta Floresta é apresentado a seguir:

> **AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO SÃO MANOEL**
> O Ibama e a EPE convidam a população para a audiência pública de licenciamento ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico São Manoel, a ser realizada em Paranaíta – MT, dia 27 de setembro, 6ª feira, às 18 horas, no Salão Paroquial, na Av. Ayrton Senna da Silva s/n – Centro.
> Em Alta Floresta, haverá transporte gratuito para Paranaíta, saindo da Praça da Igreja às 15h, 15h30min, 16h e 16h30min e retornando ao final do evento.
> Também serão realizadas audiências públicas em Jacareacanga e Itaituba – PA.
> O Rima está disponível para consulta nas prefeituras e na Internet, nos sites do Ibama: www.ibama.gov.br e da EPE: www.epe.gov.br.
> Compareçam!

Os serviços foram realizados pela EBC Empresa Brasil de Comunicação (CNPJ: 09.168.704/0001-42, situada à SCS Q. 9 Bl. B-50, Ed. Venâncio 2000, 1º subsolo, Asa Sul, Brasília) e os comunicados efetuados da seguinte forma:

Cidades / Detalhes	Paranaíta	Alta Floresta
Rádio	Paranaíta FM	Bambina FM
Período	21 a 27/09/2013	20 a 27/09/2013
Horário	7 às 19 h	7 às 19 h
Quantidade de inserções/dia	4	4
Duração da inserção	90 seg.	90 seg.
Total das inserções	28	32

Os detalhes da contratação dos serviços são apresentados no **Anexo 4 – Comunicados das Audiências Públicas em rádio, carro de som, televisão e jornal**.

Televisão

O comunicado efetuado nas redes de televisão regional em Paranaíta e Alta Floresta é apresentado a seguir:

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO SÃO MANOEL

O Ibama e a EPE convidam a população para a audiência pública de licenciamento ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico São Manoel, a ser realizada em Paranaíta – MT, dia 27 de setembro, 6ª feira, às 18 horas, no Salão Paroquial, na Av. Ayrton Senna da Silva s/n – Centro.

Em Alta Floresta, haverá transporte gratuito para Paranaíta, saindo da Praça da Igreja às 15h, 15h30min, 16h e 16h30min e retornando ao final do evento.

Também serão realizadas audiências públicas em Jacareacanga e Itaituba – PA.

O Rima está disponível para consulta nas prefeituras e na Internet, nos sites do Ibama: www.ibama.gov.br e da EPE: www.epe.gov.br.

Compareçam!

Os serviços foram realizados em Paranaíta pela empresa Sistemas MBS de Comunicação Ltda. (CNPJ: 04.243.180/0001-93, Inscr. Est.: 13.199.105-1, situada à Rua Paulo Pires nº 290, Setor G, Alta Floresta), e em Alta Floresta pela empresa Sistema Nortão de Radiodifusão Ltda. (CNPJ: 33.048.380/0001-93, situada à Rua Paulo Pires nº 261, Setor G, Alta Floresta). Os comunicados foram efetuados da seguinte forma:

Cidades	Paranaíta	Alta Floresta
Rede de televisão	TV Nativa Canal 7 (Rede Record)	TV Nortão Canal 5
Período	23 a 27/09/2013	23 a 27/09/2013
Duração da inserção	30 seg.	30 seg.
Quantidade de inserções/dia	4	4
Total de inserções no período	20	20

Jornal

O comunicado efetuado em jornais de circulação estadual e regional em Paranaíta e Alta Floresta é apresentado a seguir:

epe — Empresa de Pesquisa Energética

Ministério de Minas e Energia

GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO SÃO MANOEL

O Ibama (órgão licenciador e realizador das Audiências Públicas) **e a Empresa de Pesquisa Energética – EPE** (proponente do projeto), **convidam a população para as Audiências Públicas de licenciamento Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico São Manoel, processo de número 02001.004420/2007-65.**

	Paranaíta/MT	Jacareacanga/PA	Itaituba/PA
Dia:	27/09/2013	29/09/2013	30/09/2013
Local:	Salão Paroquial Av. Ayrton Senna da Silva s/n, Centro	Escola Municipal Carmem Valente da Silva Av. Mundurukania, s/n, São Pedro	Parque de Exposições Hélio da Mota Gueiros Rod. Transamazônica, km 5, Jardim Aeroporto
Horário:	18h	16h	18h

Órgão Licenciador: IBAMA

Proponente do Projeto: epe

Os serviços de divulgação em jornais foram realizados pela EBC Empresa Brasil de Comunicação (CNPJ: 09.168.704/0001-42, situada à SCS Q. 9 Bl. B-50, Ed. Venâncio 2000, 1º subsolo, Asa Sul, Brasília) e os comunicados efetuados da seguinte forma:

Circulação	Jornal	Data da publicação
Capital e Estado de Mato Grosso	Diário de Cuiabá	18/09/2013
		22/09/2013
Região de Alta Floresta e Paranaíta	Mato Grosso do Norte	13/09/2013
		20/09/2013
		27/09/2013

Os detalhes da contratação dos serviços e as cópias das publicações são apresentados no **Anexo 4 – Comunicados das Audiências Públicas em rádio, carro de som, televisão e jornal**.

3.2 – Audiência Pública de Jacareacanga (PA)

A Audiência Pública de Jacareacanga foi realizada no dia 29/09/2013, domingo, às 17h e 30 min. Os registros da realização do evento são apresentados no **Anexo 2 – Registros da Audiência Pública de Jacareacanga.**

Local

A Audiência Pública de Jacareacanga foi realizada na Escola Municipal Carmem Valente da Silva, Quadra Poliesportiva Professor Ludeilson de Souza Baia, situada à Avenida Mundurukania, s/n – São Pedro. Consiste de uma quadra esportiva coberta que permite a distribuição de até 800 cadeiras na área central e de arquibancadas nas duas laterais.

Cartaz

Foram fixados 32 cartazes em Jacareacanga, conforme modelo apresentado a seguir:

Os serviços de fixação dos cartazes foram realizados pela empresa Swot Solução em Eventos (CNPJ: 10.359.163/0001-19, Inscr. Est.: 07510435001-87), situada no ST SCIA, Quadra 8, Conjunto 9, Lote 02/03, Guará, Brasília, e os locais são apresentados no **Anexo 2.1 – Locais onde foram fixados os cartazes para divulgação da Audiência Pública de Jacareacanga.**

Faixa
A faixa fixada em Jacareacanga é apresentada a seguir:

Os serviços de fixação das faixas foram realizados pela empresa Swot Solução em Eventos (CNPJ: 10.359.163/0001-19, Inscr. Est.: 07510435001-87), situada no ST SCIA, Quadra 8, Conjunto 9, Lote 02/03, Guará, Brasília, e os locais são apresentados a seguir:

Nº	Local
1	Quadra da Escola Municipal Carmem Valente da Silva

Carro de Som
O comunicado em carros de som efetuados em Jacareacanga é apresentado a seguir:

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO SÃO MANOEL
O Ibama e a EPE convidam a população para a audiência pública de licenciamento ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico São Manoel, a ser realizada em Jacareacanga – PA, dia 29 de setembro, domingo, às 16 horas, na Escola Municipal Carmem Valente da Silva.
Também serão realizadas audiências públicas em Paranaíta – MT e Itaituba – PA.
O Rima está disponível para consulta nas prefeituras e na Internet, nos sites do Ibama: www.ibama.gov.br e da EPE: www.epe.gov.br.
Compareçam!

Os serviços foram realizados pela empresa J.M. Produções Ltda. (CNPJ: 13.687.887/0001-80, Inscr. Est.: 000.238), situada à Rua Estandislau Brilhante, nº 9, Bela Vista, Jacareacanga, e os comunicados efetuados da seguinte forma:

Período	20 a 29/09/2013
Duração da chamada/dia	2 h
Total das chamadas no período	20 h

Rádio
O comunicado efetuado na rádio regional em Jacareacanga é apresentado a seguir:

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO SÃO MANOEL

O Ibama e a EPE convidam a população para a audiência pública de licenciamento ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico São Manoel, a ser realizada em Jacareacanga – PA, dia 29 de setembro, domingo, às 16 horas, na Escola Municipal Carmem Valente da Silva.

Também serão realizadas audiências públicas em Paranaíta – MT e Itaituba – PA.

O Rima está disponível para consulta nas prefeituras e na Internet, nos sites do Ibama: www.ibama.gov.br e da EPE: www.epe.gov.br.

Compareçam!

Os serviços foram realizados pela EBC Empresa Brasil de Comunicação (CNPJ: 09.168.704/0001-42), situada à SCS Q. 9 Bl. B-50, Ed. Venâncio 2000, 1º subsolo, Asa Sul, Brasília, e os comunicados efetuados da seguinte forma:

Rádio	Líder
Período	21 a 29/09/2013
Horário	7 às 19 h
Quantidade de inserções/dia	4
Duração da inserção	90 seg.
Total das inserções	36

Os detalhes da contratação dos serviços são apresentados no **Anexo 4 – Comunicados das Audiências Públicas em rádio, carro de som, televisão e jornal**.

Televisão

O comunicado efetuado na rede de televisão regional em Jacareacanga é apresentado a seguir:

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO SÃO MANOEL

O Ibama e a EPE convidam a população para a audiência pública de licenciamento ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico São Manoel, a ser realizada em:

- Jacareacanga – PA, dia 29 de setembro, domingo, às 16 horas, na Escola Municipal Carmem Valente da Silva, na Av. Mundurukania, s/n – São Pedro;
- Itaituba – PA, dia 30 de setembro, 2ª feira, às 18 horas, no Parque de Exposições Hélio da Mota Gueiros, na Rodovia Transamazônica, km 5 – Jardim Aeroporto.

Também serão realizadas audiências públicas em Paranaíta – MT.

O Rima está disponível para consulta nas prefeituras e na Internet, nos sites do Ibama: www.ibama.gov.br e da EPE: www.epe.gov.br.

Compareçam!

Os serviços foram realizados pela empresa J.M. Produções Ltda. (CNPJ: 13.687.887/0001-80, Inscr. Est.: 000.238), situada à Rua Estandislau Brilhante, nº 9, Bela Vista, Jacareacanga, e os comunicados efetuados da seguinte forma:

Rede de televisão	TV Buré (SBT TV)
Período	21 a 29/09/2013
Duração da inserção	30 seg.
Quantidade de inserções/dia	1
Total de inserções no período	9

Jornal
O comunicado efetuado em jornais é apresentado a seguir:

Ministério de Minas e Energia — BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO SÃO MANOEL

O Ibama (órgão licenciador e realizador das Audiências Públicas) **e a Empresa de Pesquisa Energética – EPE** (proponente do projeto), **convidam a população para as Audiências Públicas de licenciamento Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico São Manoel, processo de número 02001.004420/2007-65.**

	Paranaíta/MT	Jacareacanga/PA	Itaituba/PA
Dia:	27/09/2013	29/09/2013	30/09/2013
Local:	Salão Paroquial Av. Ayrton Senna da Silva s/n, Centro	Escola Municipal Carmem Valente da Silva Av. Mundurukania, s/n, São Pedro	Parque de Exposições Hélio da Mota Gueiros Rod. Transamazônica, km 5, Jardim Aeroporto
Horário	18h	16h	18h

Órgão Licenciador: **Proponente do Projeto:**

Os serviços de divulgação em jornais foram realizados pela EBC Empresa Brasil de Comunicação (CNPJ: 09.168.704/0001-42), situada à SCS Q. 9 Bl. B-50, Ed. Venâncio 2000, 1º subsolo, Asa Sul, Brasília, e os comunicados efetuados da seguinte forma:

Circulação	Jornal	Data da publicação
Capital e Estado do Pará	O Liberal	15/09/2013
		22/092013

Cabe esclarecer que, a programação de publicação dos comunicados incluía inserções no jornal regional – Jornal Folha do Oeste. No entanto, os comunicados não foram efetivamente realizados, devido ao cancelamento sem justificativa informado pela EBC.

Os detalhes da contratação dos serviços e as cópias das publicações são apresentados no **Anexo 4 – Comunicados das Audiências Públicas em rádio, carro de som, televisão e jornal**.

3.3 – Audiência Pública de Itaituba (PA)

A Audiência Pública de Itaituba foi realizada no dia 30/09/2013, segunda-feira, às 18h. Os registros da realização do evento são apresentados no **Anexo 3 – Registros da Audiência Pública de Itaituba.**

Local
A Audiência Pública de Itaituba foi realizada no Parque de Exposições Hélio da Mota Gueiros, situado na Rodovia Transamazônica, km 5 – Jardim Aeroporto. Consiste de um salão de festas coberto que permite a distribuição de até 800 cadeiras.

Cartaz
Foram fixados 15 cartazes em Itaituba, conforme modelo apresentado a seguir:

Os serviços de fixação dos cartazes foram realizados pela empresa Swot Solução em Eventos (CNPJ: 10.359.163/0001-19, Inscr. Est.: 07510435001-87), situada no ST SCIA, Quadra 8, Conjunto 9, Lote 02/03, Guará, Brasília, no **Anexo 3.1 – Locais onde foram fixados os cartazes para divulgação da Audiência Pública de Itaituba.**

Faixa
As faixas fixadas em Itaituba são apresentadas a seguir:

Os serviços de fixação das faixas foram realizados pela empresa Swot Solução em Eventos (CNPJ: 10.359.163/0001-19, Inscr. Est.: 07510435001-87), situada no ST SCIA, Quadra 8, Conjunto 9, Lote 02/03, Guará, Brasília, e os locais são apresentados a seguir:

Nº	Local	Data da colocação
1	Parque de Exposições Hélio da Mota Gueiros	23/09/2013
2	Trapiche de atracação da balsa no rio Tapajós	23/09/2013

Carro de Som
O comunicado em carros de som efetuados em Itaituba é apresentado a seguir:

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO SÃO MANOEL
O Ibama e a EPE convidam a população para a audiência pública de licenciamento ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico São Manoel, a ser realizada em em Itaituba – PA, dia 30 de setembro, 2ª feira, às 18 horas, no Parque de Exposições Hélio da Mota Gueiros, na Rodovia Transamazônica, km 5 – Jardim Aeroporto.
Também serão realizadas audiências públicas em Paranaíta – MT e Jacareacanga – PA.
O Rima está disponível para consulta nas prefeituras e na Internet, nos sites do Ibama: www.ibama.gov.br e da EPE: www.epe.gov.br.
Compareçam!

Os serviços foram realizados pela empresa C D Moura, Propaganda & Publicidade - Studio Moura (CNPJ 08.852.868/0001-44, Inscr. Est. 15.258.126-0), situada à Travessa Custo Chermont - Centro, Itaituba, e os comunicados efetuados da seguinte forma:

Período		**21 a 30/09/2013**
Quantidade de chamadas/dia		**2**
Horários	Manhã	**09 às 10 h ou 10 às 12 h**
	Tarde	**15 às 16 h**
Duração da chamada/dia		**2 h**
Total das chamadas no período		**20 h**

Rádio
O comunicado efetuado na rádio regional de Itaituba é apresentado a seguir:

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO SÃO MANOEL
O Ibama e a EPE convidam a população para a audiência pública de licenciamento ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico São Manoel, a ser realizada em em Itaituba – PA, dia 30 de setembro, 2ª feira, às 18 horas, no Parque de Exposições Hélio da Mota Gueiros, na Rodovia Transamazônica, km 5 – Jardim Aeroporto.
Também serão realizadas audiências públicas em Paranaíta – MT e Jacareacanga – PA.
O Rima está disponível para consulta nas prefeituras e na Internet, nos sites do Ibama: www.ibama.gov.br e da EPE: www.epe.gov.br.
Compareçam!

Os serviços foram realizados pela EBC Empresa Brasil de Comunicação (CNPJ: 09.168.704/0001-42), situada à SCS Q. 9 Bl. B-50, Ed. Venâncio 2000, 1º subsolo, Asa Sul, Brasília, e os comunicados efetuados da seguinte forma:

Rádio	**Clube AM**
Período	**20 a 29/09/2013**
Horário	**7 às 19 h**
Quantidade de inserções/dia	**4**
Duração da inserção	**90 seg.**
Total das inserções	**40**

Os detalhes da contratação dos serviços são apresentados no **Anexo 4 – Comunicados das Audiências Públicas em rádio, carro de som, televisão e jornal**.

Televisão

O comunicado efetuado na rede de televisão regional em Itaituba é apresentado a seguir:

ATENÇÃO PARA ESSE COMUNICADO:
"AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO SÃO MANOEL"
O IBAMA E A EPE CONVIDAM A POPULAÇÃO PARA AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO SÃO MANOEL, A SEREM REALIZADAS EM ITAITUBA, NO PARÁ, DIA 30 DE SETEMBRO, 2ª FEIRA, ÀS 18 HORAS, NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES HÉLIO DA MOTA GUEIROS, NA RODOVIA TRANSAMAZÔNICA, KM 5 – JARDIM AEROPORTO.
TAMBÉM SERÁ REALIZADA AUDIÊNCIA PÚBLICA EM PARANAÍTA – MT E JACAREACANGA – PA.
O RIMA ESTÁ DISPONÍVEL PARA CONSULTA NAS PREFEITURAS E NA INTERNET, NOS SITES DO IBAMA: www.ibama.gov.br E DA EPE: www.epe.gov.br.
COMPAREÇAM!

Os serviços foram realizados pela empresa C D Moura, Propaganda & Publicidade - Studio Moura (CNPJ 08.852.868/0001-44, Inscr. Est. 15.258.126-0), situada à Travessa Custo Chermont - Centro, Itaituba, e os comunicados efetuados da seguinte forma:

Rede de televisão		**TV Eldorado (Rede Band de Comunicação)**
Período		**21 a 30/09/2013**
Horário		**diversos**
Duração da inserção		**39 seg.**
Quantidade de inserções/dia	Finais de semana	**7**
	Dias úteis	**10**
Total de inserções no período		**88**

Jornal

O comunicado efetuado em jornal é apresentado a seguir:

Ministério de Minas e Energia

BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO SÃO MANOEL

O Ibama (órgão licenciador e realizador das Audiências Públicas) **e a Empresa de Pesquisa Energética – EPE** (proponente do projeto), **convidam a população para as Audiências Públicas de licenciamento Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico São Manoel, processo de número 02001.004420/2007-68.**

	Paranaíta/MT	Jacareacanga/PA	Itaituba/PA
Dia:	27/09/2013	29/09/2013	30/09/2013
Local:	Salão Paroquial Av. Ayrton Senna da Silva s/n, Centro	Escola Municipal Carmem Valente da Silva Av. Mundurukania, s/n, São Pedro	Parque de Exposições Hélio da Mota Gueiros Rod. Transamazônica, km 5, Jardim Aeroporto
Horário:	18h	16h	18h

Órgão Licenciador: **Proponente do Projeto:**

1702
4420107-05

Os serviços foram realizados pela EBC Empresa Brasil de Comunicação (CNPJ: 09.168.704/0001-42), situada à SCS Q. 9 Bl. B-50, Ed. Venâncio 2000, 1º subsolo, Asa Sul, Brasília, e os comunicados efetuados da seguinte forma:

Circulação	Jornal	Data da publicação
Capital e Estado do Pará	O Liberal	15/09/2013
		22/092013

Cabe esclarecer que, a programação de publicação dos comunicados incluía inserções no jornal regional – Jornal Folha do Oeste. No entanto, os comunicados não foram efetivamente realizados, devido ao cancelamento sem justificativa informado pela EBC.

Os detalhes da contratação dos serviços e as cópias das publicações são apresentados no **Anexo 4 – Comunicados das Audiências Públicas em rádio, carro de som, televisão e jornal**.

4 - Considerações Finais

O projeto, seus impactos socioambientais e os programas propostos para mitigá-los e compensá-los foram apresentados aos participantes das Audiências Públicas. Foi demonstrado que todos os estudos socioambientais foram concluídos, inclusive os que se reportam ao componente indígena. O Relatório de Impacto Ambiental – Rima foi distribuído a todos os participantes das três Audiências Públicas. O Estudo de Impacto Ambiental e o Estudo do Componente Indígena estiveram disponíveis para consulta nas três Audiências Públicas.

Foi garantida ampla manifestação do público, que formulou questões, solicitou explicações e apresentou reclamações e sugestões. Embora tenham participado uma quantidade significativa de pessoas, assinaram a lista de presença 619 pessoas, sendo 255 em Paranaíta, 155 em Jacareacanga e 199 em Itaituba.

As Audiências Públicas transcorreram em ambiente de tranquilidade, com exceção de um pequeno incidente antes do início do evento em Jacareacanga, quando indígenas da etnia Munduruku, cujo terra se situa a mais de 150 km do local da UHE São Manoel, impediram a entrada dos técnicos do Ibama e da EPE, dos representantes dos órgãos de governo e do público ao local da audiência. Após a manifestação realizada, a entrada foi liberada e a reunião ocorreu normalmente.

Forças policiais foram mobilizadas exclusivamente para garantir a ordem pública e a segurança dos participantes da reunião. Nenhum incidente foi registrado.

Lista de Anexos

Anexo 1 – Registros da Audiência Pública de Paranaíta

Anexo 1.1 – Locais onde foram fixados os cartazes para divulgação da Audiência Pública de Paranaíta

Anexo 1.2 – Registros fotográficos da Audiência Pública de Paranaíta

Anexo 1.3 – Apresentação realizada na Audiência Pública de Paranaíta

Anexo 1.4 – Ata e lista de frequência da Audiência Pública de Paranaíta

Anexo 2 – Registros da Audiência Pública de Jacareacanga

Anexo 2.1 – Locais onde foram fixados os cartazes para divulgação da Audiência Pública de Jacareacanga

Anexo 2.2 – Registros fotográficos da Audiência Pública de Jacareacanga

Anexo 2.3 – Apresentação realizada na Audiência Pública de Jacareacanga

Anexo 2.4 – Ata e lista de frequência da Audiência Pública de Jacareacanga

Anexo 3 – Registros da Audiência Pública de Itaituba

Anexo 3.1 – Locais onde foram fixados os cartazes para divulgação da Audiência Pública de Itaituba

Anexo 3.2 – Registros fotográficos da Audiência Pública de Itaituba

Anexo 3.3 – Apresentação realizada na Audiência Pública de Itaituba

Anexo 3.4 – Ata e lista de frequência da Audiência Pública de Itaituba

Anexo 4 – Comunicados das Audiências Públicas em rádio, carro de som, televisão e jornal

Anexo 5 – Arquivos Digitais

Anexo 6 – Regulamento para realização de Audiência Pública

1703
AA20107-65

Anexo 1 – Registros da Audiência Pública de Paranaíta

Anexo 1.1 – Locais onde foram fixados os cartazes para divulgação da Audiência Pública de Paranaíta

Nº	Paranaíta		Alta Floresta	
	Local	Data da colocação	Local	Data da colocação
1	Armarinhos Popular	18/09/2013	Academia Poly Sport	18/09/2013
2	Auto Posto Daferp	20/09/2013	Aeroporto Alta Floresta	18/09/2013
3	Auto Posto G3	18/09/2013	Auto Posto Nafita	17/09/2013
4	Bar Beira Rio (Balsa)	19/09/2013	Auto Posto Pioneiro	18/09/2013
5	Bar da Dalva	20/09/2013	Bar do Bigode	18/09/2013
6	Bar do Dico	19/09/2013	Casa das Latarias	17/09/2013
7	Bar do Zeca	19/09/2013	Casa do Sorvete	18/09/2013
8	Bar São Mateus	19/09/2013	Corpo de Bombeiros	18/09/2013
9	Câmara Municipal de Paranaíta	20/09/2013	Deparé Home Center	18/09/2013
10	Centro Comercial Nodari	18/09/2013	Unemat	18/09/2013
11	Drogaria Biofarma	18/09/2013	Feira Municipal de Alta Floresta	18/09/2013
21	Escola Estadual São Pedro	19/09/2013	Fórum de Alta Floresta	18/09/2013
13	Escola Municipal Juscelino Kubitschek	20/09/2013	Hospital Regional de Alta Floresta	17/09/2013
14	Escritório Acreditar	20/09/2013	Hotel Floresta Amazônica	18/09/2013
15	Fórum de Paranaíta	20/09/2013	Hotel Lisboa	18/09/2013
16	Godoy Motos	19/09/2013	IBAMA de Alta Floresta	18/09/2013
17	Hospital Municipal de Paranaíta	20/09/2013	Lanchonete e Restaurante Santa Helena	18/09/2013
18	Hotel Petros	19/09/2013	Lanchonete Caioni	18/09/2013
19	Hotel Rios	20/09/2013	Lanchonete Casa Grande	17/09/2013
20	Igreja Católica	18/09/2013	Lanchonete CTG	18/09/2013
21	JJ Lanches Jaiminho	20/09/2013	Lanchonete da Unemat	18/09/2013
22	Lanchonete Parque da Lage	19/09/2013	Lotérica Teimosinha	18/09/2013
23	Maré Alta Caça e Pesca	18/09/2013	Mercearia e Marmitaria MRL	18/09/2013
24	Mavi Engenharia Ltda	20/09/2013	Museu de História Natural de Alta Floresta	18/09/2013
25	Mercado Quero Mais	18/09/2013	Panificadora Pão e Arte	18/09/2013
26	Mercado Oliveira	19/09/2013	Peixaria	17/09/2013
27	Mercado Silveira	19/09/2013	Pilotando Gostoso	18/09/2013
28	Mercearia Moura	19/09/2013	Pirâmide Palace Hotel	18/09/2013
29	MS Comercial	19/09/2013	Polícia Civil de Alta Floresta	18/09/2013
30	OMS Locadora	18/09/2013	Polícia Militar de Alta Floresta	17/09/2013
31	Panificadora Pão de Açúcar	18/09/2013	Polícia Municipal de Alta Floresta	17/09/2013
32	Polícia Civil de Paranaíta	20/09/2013	Praça Central	18/09/2013
33	Polícia Militar de Paranaíta	20/09/2013	Prefeitura Municipal	18/09/2013
34	Prefeitura Municipal	20/09/2013	Publi Art	17/09/2013
35	Posto de Saúde da Família – PSF III	20/09/2013	Restaurante Cambalacho	18/09/2013
36	Posto de Saúde da Família – PSF Rural	19/09/2013	Restaurante e Pizzaria Paolla	17/09/2013
37	Posto de Saúde da Família – PSF I	20/09/2013	Rodoviária	17/09/2013
38	Relojoaria Marcelo	18/09/2013	Secretaria Municipal de Saúde	18/09/2013
39	Restaurante e Pizzaria Charolles	18/09/2013	SEMA em Alta Floresta	18/09/2013
40	Restaurante Laços e Abraços	18/09/2013	Serv Fest	18/09/2013
40	Rocha Motos	18/09/2013	Supermercado Delmoro	18/09/2013
42	Rodoviária de Paranaíta	18/09/2013	Supermercado Kinfuko	17/09/2013

Nº	Paranaíta		Alta Floresta	
	Local	Data da colocação	Local	Data da colocação
43	Secretaria Municipal de Ação Social	20/09/2013	Supermercado Londrina	17/09/2013
44	Secretaria Municipal de Saúde	20/09/2013	Supermercado Maringá	17/09/2013
45	Supermercado Real	20/09/2013	Terminal Rodoviário	17/09/2013
46	Supermercado Zanette	20/09/2013	Unemat – Campus 2	18/09/2013
47	Escritório da UHE Teles Pires em Paranaíta	20/09/2013	Universidade Uniflor	18/09/2013

1705
AA 20107-65

Anexo 1.2 - Registros fotográficos da Audiência Pública de Paranaíta

Vista aérea da cidade de Paranaíta

Faixa para divulgação da Audiência Pública de Paranaíta, localizada na Prefeitura Municipal

Faixa para divulgação da Audiência Pública de Paranaíta, localizada na rua principal

Faixa para divulgação da Audiência Pública de Paranaíta

Cartaz de divulgação da Audiência Pública de Paranaíta, localizado no Auto Posto DAFERP

Cartaz de divulgação da Audiência Pública de Paranaíta, localizado no Maré Alta Caça e Pesca

Cartaz de divulgação da Audiência Pública de Paranaíta, localizado na Polícia Militar de Paranaíta

Salão Paroquial em Paranaíta

Organização do Salão Paroquial para realização da Audiência Pública de Paranaíta

Mesa diretora da Audiência Pública de Paranaíta, com representantes do Ibama, da EPE e do Consórcio Leme-Concremat

Mesa diretora da Audiência Pública de Paranaíta, com representantes do Ibama, da EPE e do Consórcio Leme-Concremat

Representante do Ibama lendo o regulamento para realização de Audiência Pública em Paranaíta

Participação de representantes da FUNAI e da população na Audiência Pública em Paranaíta

Participação da população na Audiência Pública em Paranaíta

Participação de representantes indígenas na Audiência Pública em Paranaíta

Anexo 1.3 - Apresentação realizada na Audiência Pública de Paranaíta

Audiências Públicas da UHE São Manoel

Impactos e Programas Ambientais

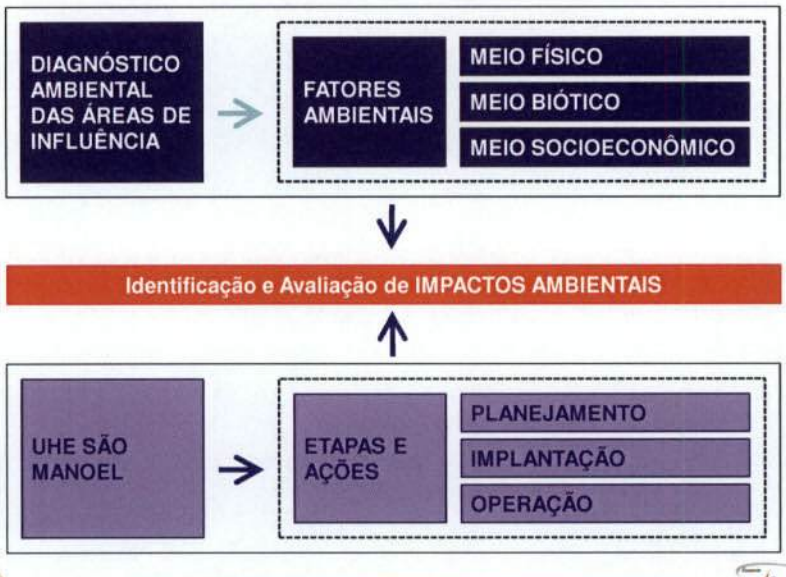
Paranaíta, 27 de setembro de 2013

Jacareacanga, 29 de setembro de 2013

Itaituba, 30 de setembro de 2013

epe

Procedimentos metodológicos

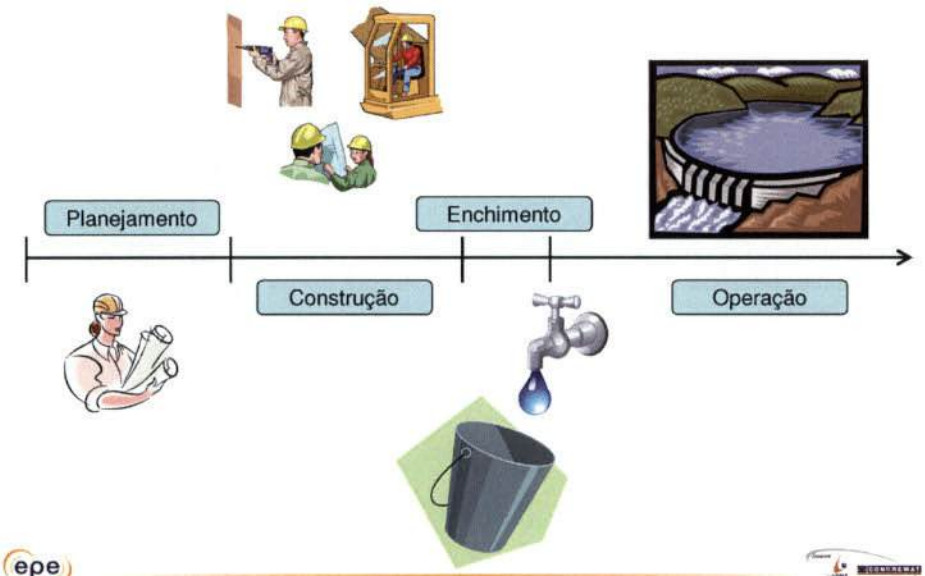


epe

1710
4120/07-65

Procedimentos metodológicos

Impactos Ambientais



Etapa de Planejamento

Divulgação do empreendimento

Elaboração dos estudos

Audiência Pública

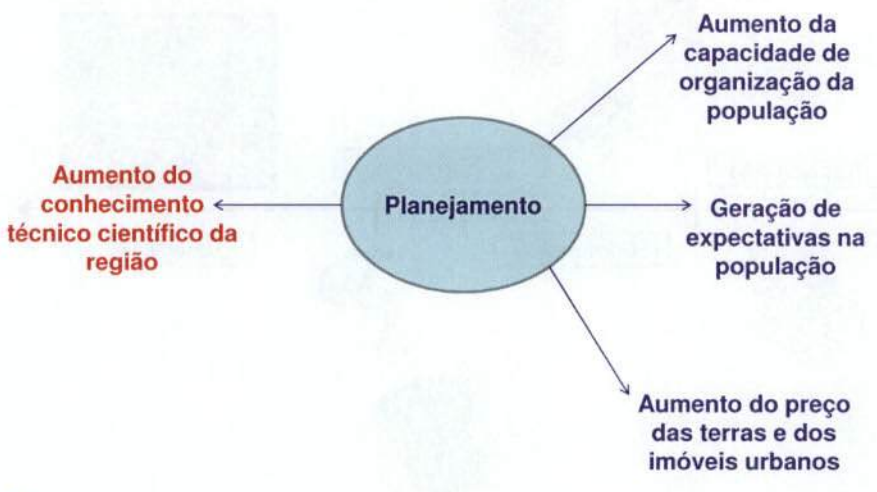
Leilão de energia

Elaboração do PBA

Etapa de Planejamento

Alta importância

Média importância

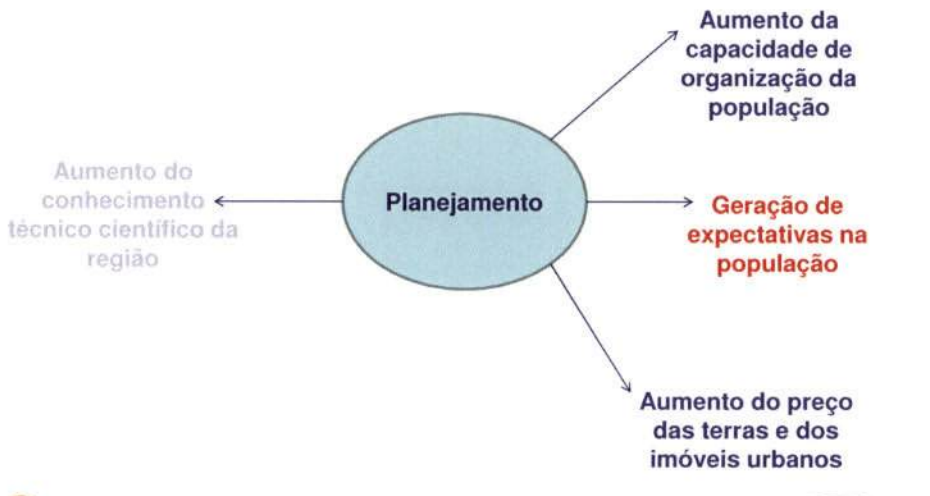


1711
AA20107-CS

Etapa de Planejamento

Alta importância

Média importância



Etapa de Planejamento

Alta importância

Média importância

Planejamento

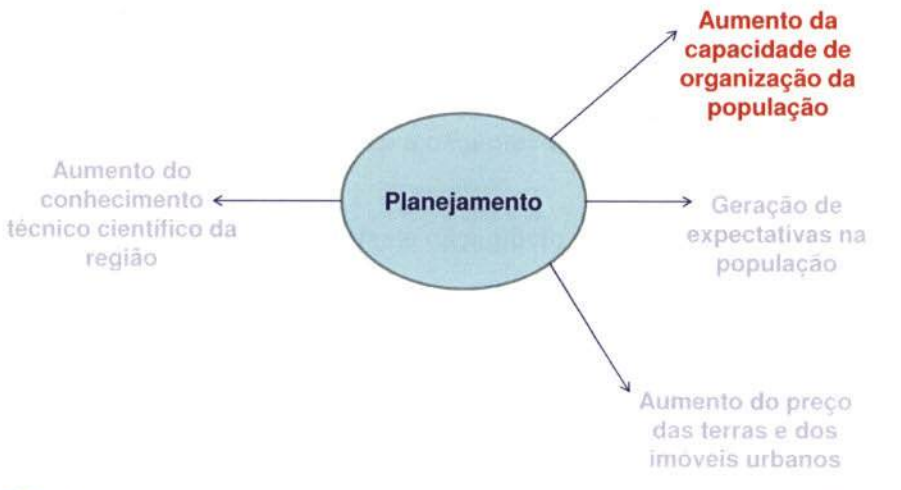
- Aumento do conhecimento técnico científico da região
- Aumento da capacidade de organização da população
- Geração de expectativas na população
- Aumento do preço das terras e dos imóveis urbanos

1712
4420107-6

Etapa de Planejamento

Alta importância

Média importância



Programas Ambientais Propostos

- Estabelecer convênios com universidades e institutos de pesquisa
- Identificar as principais preocupações e expectativas e implantar ações de divulgação e esclarecimento à população
- Implantar ações de divulgação e estratégias de comunicação social
- Apoiar e fortalecer as políticas públicas: plano diretor e de ordenamento territorial e política de regularização fundiária da Amazônia Legal

1713
4420/07-65

Etapa de Construção – Infraestruturas de Apoio

Aquisição de terras

Desmatamento e terraplanagem

Sistemas viário, energia e comunicações

Infraestruturas de apoio

Etapa de Construção

Alta importância

Perda de vegetação

Perda de hábitats para os animais

Redução de animais no entorno da represa

Infraestruturas de Apoio

Média importância

Aumento do ruído e da vibração

Alteração da paisagem

Alteração da qualidade da água abaixo da barragem

Possibilidade de lançamento de esgoto ou lixo na REPE

Aumento da possibilidade de erosão das margens dos rios

Atração dos animais para as áreas da obra

Perda de terras e benfeitorias

Aumento da pesca na região

Medidas Socioambientais Propostas

- Promover a manutenção periódica dos equipamentos para evitar vazamentos, ruído e emissão de gases em níveis acima dos permitidos

Etapa de Construção

Alta importância

- Perda de vegetação
- Perda de hábitats para os animais
- Redução de animais no entorno da represa

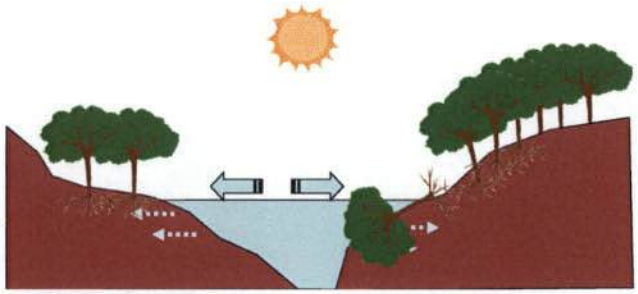
Infraestruturas de Apoio

Média importância

- Aumento do ruído e da vibração
- Alteração da paisagem
- Alteração da qualidade da água abaixo da barragem
- Possibilidade de lançamento de esgoto ou lixo na REPE
- Aumento da possibilidade de erosão das margens dos rios
- Atração dos animais para as áreas da obra
- Perda de terras e benfeitorias
- Aumento da pesca na região

1714
4920 107-65

Medidas Socioambientais Propostas

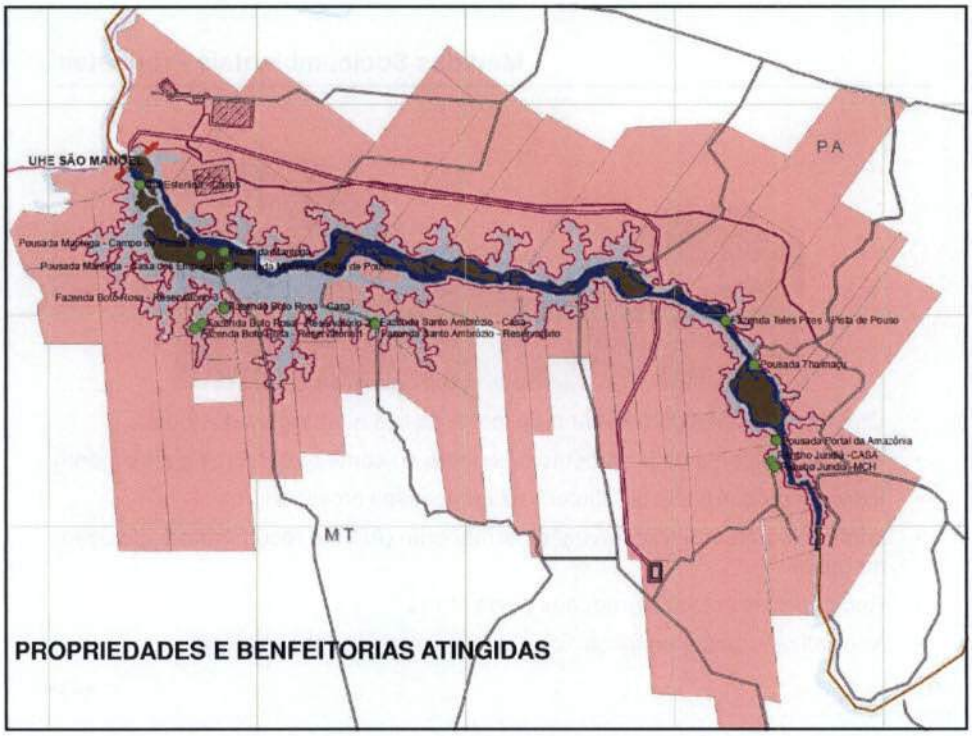


- Orientar operários para evitar o descarte de lixo na margem dos rios
- Implantar sistema de tratamento de esgoto no canteiro de obras e alojamento
- Prevenir a ocorrência ou aumento de processos erosivos
- Implantar a área de preservação permanente (APP) e recuperar a vegetação marginal
- Recompor as áreas degradadas pelas obras
- Normatizar o uso e ocupação do solo no entorno do reservatório

Etapa de Construção

Alta importância

Média importância



PROPRIEDADES E BENFEITORIAS ATINGIDAS

Medidas Socioambientais Propostas

- Indenizar os proprietários pela perda de terras e benfeitorias

1715
4120/07-6

Etapa de Construção

Alta importância

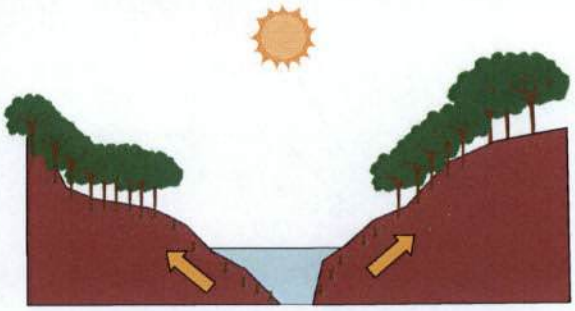
- Perda de vegetação
- Perda de hábitats para os animais
- Redução de animais no entorno da represa

Infraestruturas de Apoio

Média importância

- Aumento do ruido e da vibração
- Alteração da paisagem
- Alteração da qualidade da água abaixo da barragem
- Possibilidade de lançamento de esgoto ou lixo na REPE
- Aumento da possibilidade de erosão das margens dos rios
- Perda de terras e benfeitorias
- Atração dos animais para as áreas da obra
- Aumento da pesca na região

Medidas Socioambientais Propostas



O desmatamento será feito das margens para as encostas, para facilitar a fuga dos animais

- Realizar o resgate dos animais durante o desmatamento
- Proibir a pesca e caça no canteiro de obras
- Sinalizar as vias e conscientizar os motoristas para reduzir acidentes
- Implantar banco de sementes e viveiro de mudas
- Implantar um programa de desmatamento controlado com a delimitação precisa das áreas que serão desmatadas

Etapa de Construção

Alta importância

- Criação de empregos
- Aumento da procura por serviços públicos
- Aumento da ocorrência de doenças
- Aumento da arrecadação municipal
- Aumento das atividades econômicas

Infraestruturas de Apoio

Média importância

- Aumento do preço das terras e dos imóveis urbanos
- Aumento da capacidade de organização da população
- Geração de expectativas na população
- Aumento da população
- Possível aumento da prostituição
- Melhoria das condições das estradas
- Interferência em locais com patrimônio cultural, histórico e arqueológico

1716
4120/07-15

???

Medidas Socioambientais Propostas

- Adotar medidas adequadas de higiene e controle de doenças
- Prevenir doenças infecciosas e parasitárias
- Localizar e remover criadouros de mosquitos
- Promover vacinação contra tétano e febre amarela
- Prevenir doenças respiratórias com a pavimentação ou umidificação rotineira das estradas, principalmente em trechos próximos às cidades

Etapa de Construção

1717
AA 26/07-65

Medidas Socioambientais Propostas

- **Priorizar a contratação de trabalhadores locais**
- **Capacitar a força de trabalho local para preencher vagas nas obras e os empregos criados com a expansão da economia local**
- **Adequar as estradas e sinalização das vias em parceria com os órgãos públicos**
- **Apoiar e fortalecer as políticas públicas: plano diretor e de ordenamento territorial e política de regularização fundiária da Amazônia Legal**
- **Capacitar os empreendedores locais para novas oportunidades de negócios (seminários de oportunidades de negócios, cursos de empreendedorismo etc.)**
- **Priorizar a aquisição de bens e serviços de fornecedores locais**

Etapa de Construção

Alta importância

Média importância

Medidas Socioambientais Propostas

- **Identificar e registrar o patrimônio cultural histórico e arqueológico encontrado nas áreas das obras**
- **Esclarecer a população sobre a importância da preservação do patrimônio cultural histórico e arqueológico**

1718
4420107-65

Etapa de Construção

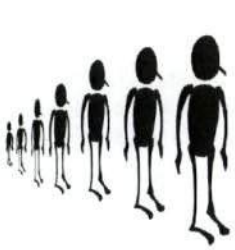
Alta importância

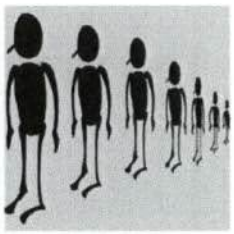
- Criação de empregos
- **Aumento da procura por serviços públicos**
- Aumento da ocorrência de doenças
- Aumento da arrecadação municipal
- Aumento das atividades econômicas

Infraestruturas de Apoio

Média importância

- Aumento do preço das terras e dos imóveis urbanos
- Aumento da capacidade de organização da população
- Geração de expectativas na população
- **Aumento da população**
- **Possível aumento da prostituição**
- Melhoria das condições das estradas
- Interferência em locais com patrimônio cultural, histórico e arqueológico

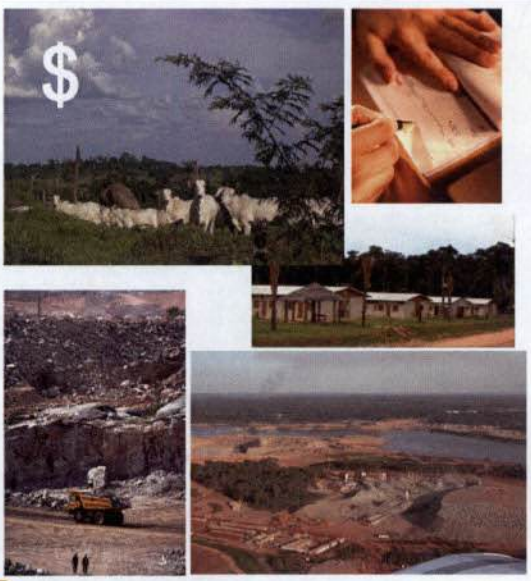




Medidas Socioambientais Propostas

- Priorizar contratação de trabalhadores locais
- Organizar ações para controlar os efeitos da chegada de muitos trabalhadores simultaneamente nas cidades
- Adequar os núcleos urbanos com equipamentos e infraestrutura para acomodar a população atraída pelas novas oportunidades de negócios (educação, saúde, habitação, segurança pública, saneamento etc.)
- Promover ações de comunicação e interação sociais
- Orientar a população sobre a prevenção de doenças
- Estabelecer regras de convivência dos trabalhadores com a população local, imigrante e indígena

Etapa de Construção – Obra Principal



Cadastro físico e socioeconômico e avaliação das propriedades

Aquisição de terras

Operação do canteiro industrial

Operação do alojamento

Instalação de empreiteiras e alocação de mão de obra

Abertura e exploração de jazidas e áreas de empréstimo

Implantação de áreas de estocagem e bota-fora

1719
4420107-65

Etapa de Construção

Alta importância

Média importância

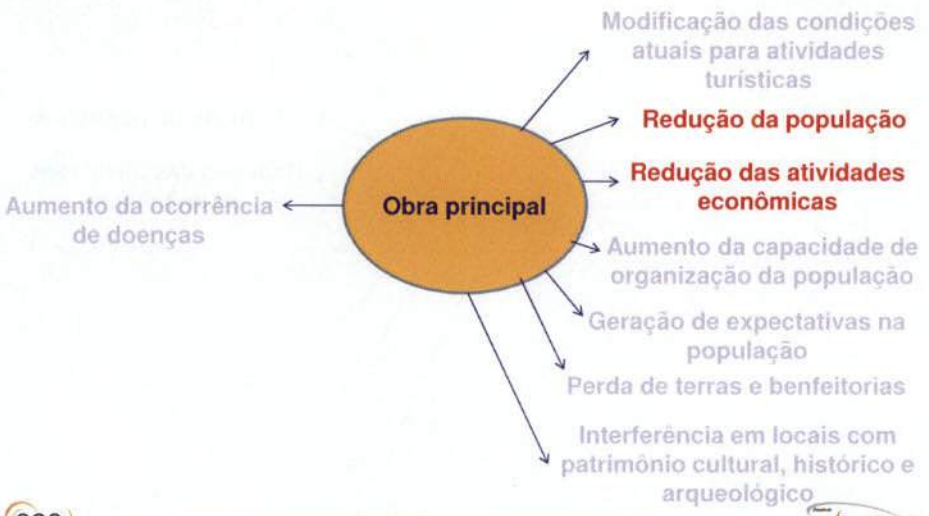
Medidas Socioambientais Propostas

- Desenvolver parcerias com os pescadores locais e indenizar as eventuais benfeitorias dos pescadores, como ranchos de pesca
- Compensar financeiramente os mergulhadores e donos de balsas de garimpo
- Indenizar os proprietários dos estabelecimentos voltados ao turismo (pousadas de pesca esportiva) que serão afetados pela implantação da UHE São Manoel
- Implantar áreas de lazer, como praias artificiais e/ou balneários

Etapa de Construção

Alta importância

Média importância



Medidas Socioambientais Propostas

- Promover a formação de um banco de empregos na região, para encaminhar os trabalhadores nos momentos de desmobilização
- Divulgar o cronograma das obras, para informar a população sobre o período previsto para o encerramento das obras
- Promover o retorno periódico dos trabalhadores às regiões de origem
- Incentivar e acompanhar o retorno definitivo das pessoas desmobilizadas às suas regiões de origem

1720
4420107-65

Etapa de Construção

Baixa importância

Infraestruturas de apoio:

- Alteração da qualidade dos solos
- Alteração da qualidade do ar
- Perda de solos cultiváveis
- Interferências em áreas com possibilidade de mineração
- Aumento da caça e atropelamento dos animais
- Modificação das relações sociais e culturais
- Aumento do número de acidentes de trabalho

Obra principal:

- Aprisionamento de peixes nas ensecadeiras
- Modificação das condições atuais de pesca
- Modificação das condições atuais de mineração

Etapa de Enchimento

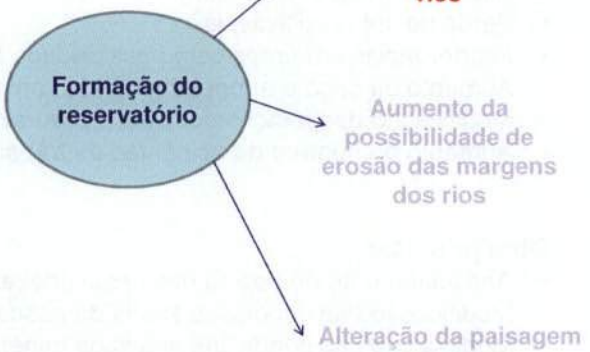
Fechamento das comportas e enchimento do reservatório

Comissionamento e testes

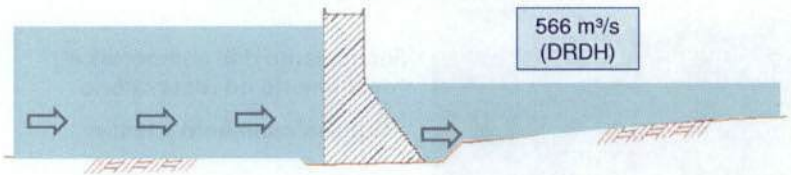
Etapa de Enchimento

Alta importância

Média importância



Medidas Socioambientais Propostas



Tempo estimado de enchimento: 3 dias

- **Manter, durante o enchimento, uma vazão abaixo da barragem suficiente para a manutenção da vida aquática e do consumo da água**
- **Instalação de estações para monitorar as vazões e níveis d'água do reservatório e abaixo da barragem**

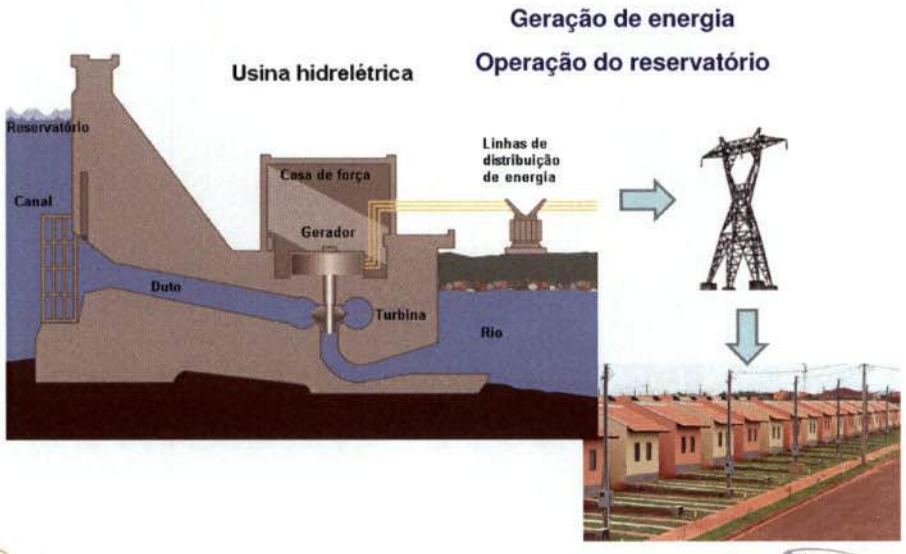
1721
4420/07-CS

Etapa de Enchimento

Baixa importância

- Alteração do clima na região da represa e emissão de gases de efeito estufa
- Risco de pequenos tremores de terra
- Aumento da possibilidade de contaminação dos aquíferos
- Alteração do regime fluvial

Etapa de Operação



Etapa de Operação

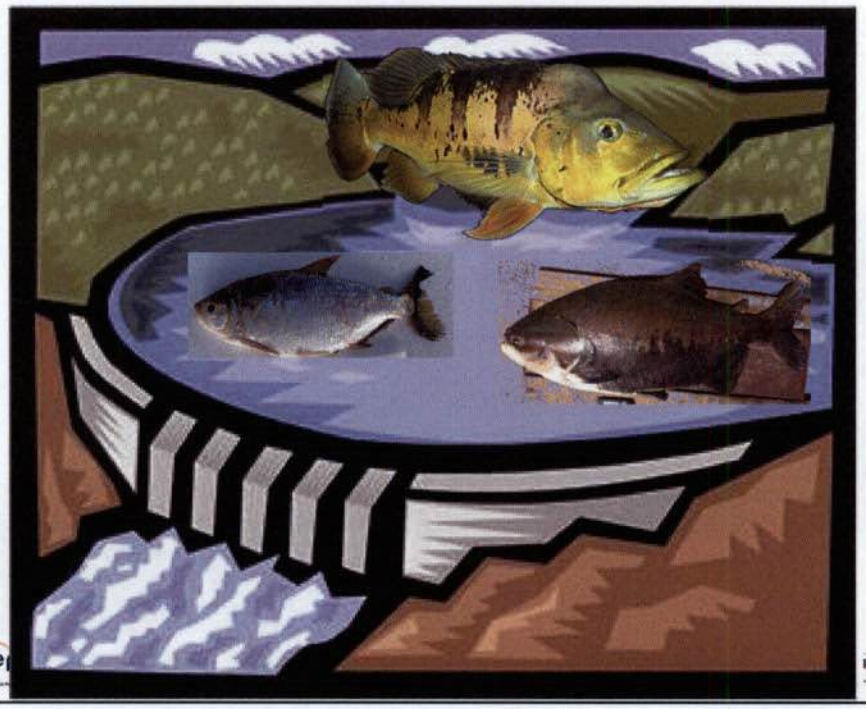
Alta importância

- Alteração na quantidade de peixes abaixo da barragem
- Interferência em rotas migratórias de peixes
- Alteração na comunidade de peixes na área do reservatório
- Desmatamento e ocupação da área de preservação permanente da represa

Média importância

- Morte de peixes nas turbinas
- Alteração da vegetação da margem da represa
- Aumento da possibilidade de erosão das margens dos rios
- Alteração das vazões e níveis d'água dos rios

Operação da UHE São Manoel



1722
1420/07-6

Medidas Socioambientais Propostas

- Implantar sistema de transposição de peixes - STP e monitorar a eficiência deste dispositivo, tanto a montante quanto a jusante da barragem
- Desenvolver estratégias para evitar a morte de peixes durante a parada de máquinas
- Realizar o monitoramento da icitofauna no reservatório para a avaliação das alternativas a serem tomadas com vistas à sua conservação

Etapa de Operação

Medidas Socioambientais Propostas

- Monitorar as áreas sujeitas à queda de árvores e desmoronamento de encostas
- Elaborar o Plano de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificiais (PACUERA)
- Promover campanhas de educação ambiental
- Implantar a Área de Preservação Permanente – APP no entorno do reservatório
- Fiscalizar a APP por meio de parceria entre empreendedor e órgãos ambientais estaduais e federais

Etapa de Operação

Alta importância

Média importância

1723
4420/07-65

Medidas Socioambientais Propostas

- Realizar o monitoramento dos mamíferos semi-aquáticos no reservatório para a avaliação das alternativas a serem tomadas com vistas à sua conservação

Etapa de Operação

Alta importância

Média importância

Medidas Socioambientais Propostas

- Definir as áreas prioritárias para desmatamento em função da modelagem matemática da qualidade da água
- Realizar o monitoramento da qualidade da água e das macrófitas aquáticas
- Realizar a remoção mecânica de macrófitas aquáticas em caso de interferência nos usos da água
- Realizar o monitoramento da população de mosquitos, identificando os focos de mosquitos e demais condições epidemiológicas que possam aumentar o risco de potencial malarígeno da área
- Estabelecer critérios de saúde pública para a realização do controle das populações de mosquitos

Etapa de Operação

Medidas Socioambientais Propostas

Compensação financeira pela geração de energia estimada em R$ 6,8 milhões por ano

- **R$ 4,5 milhões/ano – Paranaíta/MT**
- **R$ 2,3 milhões/ano – Jacareacanga/PA**

- Divulgar o montante de recursos destinados aos municípios abrangidos pela UHE São Manoel
- Estimular, mediante ações de comunicação, o direcionamento do montante de recursos adicionais ao investimento em infraestrutura e à capacitação administrativa das prefeituras de Paranaíta e Jacareacanga

Etapa de Operação

Baixa importância

- Acúmulo de sedimentos na represa
- Aumento da possibilidade de contaminação dos aquíferos
- Risco de pequenos tremores de terra
- Alteração do clima na região da represa e emissão de gases de efeito estufa
- Risco de contaminação dos peixes por mercúrio
- Alteração dos tipos de organismos que vivem na água
- Aumento dos caramujos que transmitem a esquistossomose
- Modificação das condições atuais de pesca
- Modificação das condições atuais de mineração

Considerações finais

Por todas as questões expostas, considera-se que a Usina Hidrelétrica São Manoel apresenta viabilidade técnica, econômica, social e ambiental, desde que implantadas as medidas adequadas de prevenção, mitigação, compensação dos impactos negativos ou potencialização dos efeitos positivos decorrentes da sua construção e operação.

Anexo 1.4 - Ata e lista de frequência da Audiência Pública de Paranaíta

Ata da Audiência Pública para apresentação e discussão do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA, do Aproveitamento Hidrelétrico de São Manoel, realizada ao vigésimo sétimo dia do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às 19 horas, no Salão Paroquial da cidade de Paranaíta no Estado do Mato Grosso. Roberto Huet, representante do Ibama/DILIC, fez a leitura do regulamento da Audiência Pública. Foram lidos então os nomes dos integrantes da Mesa de Abertura, composta pelo Presidente da Audiência Marcus Keynes - Superintendente do IBAMA no Estado do Mato Grosso;– Prefeito do Município de Paranaíta (MT) – Antônio Domingo Ruffato ; - Presidente da Câmara de Vereadores de Paranaíta – Jerson Mourão. O Presidente da Mesa, Marcus Keynes, solicitou a presença do Sr Amilcar Guerreiro. O Presidente da mesa solicitou ao secretário executivo da mesa Sr Thomaz Toledo, para nomear as autoridades presentes. Em seguida, o Presidente da Mesa citou a presença dos analistas do Ibama e do ICMBio presentes. Após, saudou os presentes e destacou a finalidade da audiência pública. O Presidente da Mesa fez breve explicação sobre o formato da apresentação a ser feita e passou a palavra para. Em seguida o Presidente passou a palavra ao Prefeito de Paranaíta que expôs a visão do município sobre o empreendimento. O secretário executivo informou que a audiência está sendo gravada e que será anexada ao processo de licenciamento. O presidente passou a palavra ao Presidente da Câmara de Vereadores de Paranaíta que expôs sua visão. Após, o presidente da mesa passou a palavra ao representante da EPE Sr. Amilcar Guerreiro que informou a presença dos técnicas da EPE e os técnicos da Concremat, empresa que executou os estudos ambientais. O Presidente solicitou o desfazimento da mesa e que o Analista do Ibama Frederico Queiroga apresentasse o processo de licenciamento no Ibama, seu marco legal e procedimentos técnicos administrativos. Após a apresentação do Ibama, O presidente solicitou a explanação do represente da EPE para explicar o projeto da hidrelétrica UHE São Manoel, e em seguida apresentou um vídeo sobre a hidrelétrica. Após o Sr Amilcar Guerreiro mostrou os aspectos positivos da obra. O secretário executivo registrou a presença de demais autoridades. Após, o presidente solicitou ao responsável pelos estudos ambientais, Sr Guilherme Furgler, a explicação sobre os estudos ambientais da usina, ao tempo que este apresentou um vídeo sobre os aspectos socioambientais da região da obra. Após o vídeo, o sr. Guilherme Furgler expôs os detalhes da execução dos estudos ambientais e como são identificados e avaliados os impactos ambientais da hidrelétrica. Em seguida o sr Amilcar Guerreiro explicou o estudo específico sobre o componente indígena, informando que, apesar da hidrelétrica não inundar terras indígenas, existirá impactos sobre o modo de vida indígena. O estudo contempla a identificação dos impactos e as ações de mitigação e compensação sobre as populações indígenas. Após, o presidente informou que após o intervalo será aberto o espaço para os questionamentos. O secretário executivo abriu para as perguntas. A realização da audiência foi questionada, considerada as questões judiciais sendo que o Ibama informou que a audiência foi liberada pela justiça e que o Ibama, ciente da importância da audiência, manteve a mesma,

1726
4420107-65

informando que era visível que havia uma representatividade da sociedade. Outro questionamento colocado foi sobre o aumento do desmatamento no entorno da UHE São Manoel. O Ibama informou que executa ações importantes de comando e controle sobre desmatamento na região e que estas ações não estão ligadas as questões das usinas e sim às questões mais globais do desmatamento na região. Outra questão levantada pelo Sr. Rogério Rodrigues ex-secretário de meio ambiente do SINOP informou que as demais hidrelétricas trouxeram impactos não mitigados e não compensados e que estas ações dependem muito mais das ações do governo federal. O mesmo questionou e informou que será demandado uma audiência pública no município de Alta Floresta. Ele também questionou sobre o representante do ministério do planejamento para se pronunciar sobre as ações do ministério do planejamento. Por último, solicitou que previamente à Licença de Instalação o Ibama solicite a anuência dos municípios e que isto seja incluído como condicionante. O secretário da audiência informou que as demandas ao Ministério de Planejamento e que fogem ao escopo principal da audiência. O secretário informou que os pedidos de audiências públicas serão avaliados pelo Ibama. O secretário informou que o Promotor de Justiça de Alta Floresta também protocolou documento com questionamentos inclusive com o questionamento sobre a realização da audiência pública em Alta Floresta e assim, passou a palavra ao Sr. Promotor de justiça. O Sr. Promotor iniciou sua intervenção alertando sobre os impactos no meio socioeconômico, inclusive com as demandas não atendidas referentes à hidrelétrica de Teles Pires. Questionou sobre o licenciamento particulado da série de empreendimentos hidrelétricos no Rio Teles Pires. O promotor questiona sobre o diagnóstico da UHE São Manoel e sobre a temporalidade, se foram feitos diagnósticos com inclusão do advento da UHE Teles Pires. O representante dos autores dos estudos, informou que houve uma estudo de avaliação ambiental integrada de toda a bacia do rio Teles Pires e que nessa avaliação inclui impactos sinérgicos de todos os empreendimento previstos. O secretário executivo da audiência informou que esta questão foi refletida já pelo Ibama e que se avaliou que as externalidades que levaram ao distanciamento temporal dos dois empreendimentos acredita-se que originou um cenário favorável no quesito do histograma de contratação de mão de obra. O promotor colocou que a questão dos programas socioeconômicos restou prejudicadas por um possível distanciamento entre os dois empreendedores. O promotor colocou que as obras da UHE Teles Pires agravaram as questões sociais, especificamente sobre segurança pública, saneamento básico, educação e saúde, questionando o Ibama. O secretário executivo da audiência pública informou que não poderia corroborar com essa assertiva porque esta avaliação ainda está sendo feita pelo Ibama. A obrigação do licenciamento é de se colocar as questões originadas pela obra, que não seria interessante inviabilizar o empreendimento por conta de questões não originadas pelo próprio empreendimento. O Promotor colocou que existe déficit do atendimento dos programas ambientais por conta da UHE Teles Pires e que menos de 3,5% do orçamento que deveria ser destinado a tais programas foram aplicados, solicitando uma maior presença

do Ibama no acompanhamento dos programas. O secretário executivo coloca que existem avaliações semestrais e que é importante a sociedade e as prefeituras estreitarem a relação com o órgão, e que fica registrado a solicitação de maior presença do Ibama. O promotor questionou também as ações sobre segurança pública e o representante dos autores dos estudos informou que é uma situação bastante complexa e coloca que existem nos estudos da UHE São Manoel programas que contemplam estas ações e que também é necessário o município otimizar os recursos disponibilizados. O promotor também sugere que a Licença de Instalação seja condicionada ao entendimento entre o poder público e o empreendedor. O Promotor informa que é importante obrigar ao empreendedor a executar as ações. O Secretário informou que os termos de compromissos são instrumentos utilizados no licenciamento ambiental e que o balizador é o impacto, sem que os valores sejam ignorados na avaliação. Outros questionamentos sobre as questões indígenas e se a conta 10 comtempla o PBA indígena. O representante da EPE informa que sim. Também informa que a reunião com os indígenas indicou direcionamentos que deverão ser seguidos também para a UHE São Manoel. Sobre a questão do estoque pesqueiro, o especialista autor dos estudos sobre ictiofauna informa que as espécies que migram serão as maiores impactadas, e que existirão ações que serão objeto de avaliação sobre os processos migratórios e que os estudos informam que existem espécies que não ultrapassam a barreira de sete quedas. Entretanto, sobre as espécies que migram acima de sete quedas serão objetos de estudos. Sobre os impactos na pesca econômica, o representante dos autores dos estudos informou que as pousadas serão indenizadas. O presidente da audiência franqueou a palavra a representante da prefeitura de Alta Floresta, e ele informou que o RIMA informa que existirá aumento de demanda de serviços públicos nos municípios de Alta Floresta e Paranaíta. O segundo questionamento é sobre a questão do apoio do empreendedor aos municípios para obtenção de recursos junto ao governo federal e o terceiro é sobre a propositura de condicionantes por parte dos municípios de Alta Floresta e Paranaíta antes da emissão da licença. O representante da EPE respondeu que estas ações são políticas públicas e que o empreendedor sim poderá apoiar mas que não existe possibilidade de obrigar o empreendedor questões que são de estado. O secretário da audiência pública informou que ao longo do processo estas demandas são alvos de intensas discussões entre os municípios, o empreendedor e o órgão licenciador. Chamada à se manifestar, a representante do Ministério de Planejamento informou que existem linhas de ação de reforço dos equipamentos públicos audiência informou que todas as demandas e manifestações dos municípios são avaliadas. Outra questão levantada foi sobre a motivação da suspensão das audiências e que apesar da audiência ter sido liberada, o mérito da questão, que é a questão dos impactos indígenas, ainda não ter sido julgado. O secretário da audiência pública informou que do ponto de vista da justiça o Ibama entende que não há descumprimento judicial. A técnica da FUNAI informa que do ponto de vista técnico existe uma complementação dos estudos do componente indígena foi entregue mas não foi analisada. O secretário da

1727
4420107-65

audiência informa que existe no processo, que é de acesso público, manifestação da FUNAI autorizando a realização das audiências públicas. Outro questionamento foi sobre a questão do uso múltiplo da água e sobre o transporte hídrico, principalmente o transporte da produção agrícola da região, soja e milho e que a ANA deveria participar do processo. Amilcar, da EPE, informou que a ANA atestou o uso múltiplo do projeto. O secretário informa que foi protocolado documento sobre o temo e que irá constar no processo. O presidente da audiência dá à palavra ao representante indígena da etnia Kayabi, que informa que não era de interesse dos indígenas a construção da UHE São Manoel e que as questões indígenas da UHE Teles Pires. O representante dos indígenas coloca preocupação sobre as compensações e as melhorias e informa sobre a mortandade dos peixes e que talvez seja causada pela usina Teles Pires. Informa que precisam de ações em educação, com estruturas e professores presentes, sem a necessidade de se deslocar para a cidade. Que tem necessidade de acesso à energia elétrica, moradia digna e estrada, e acesso à saneamento básico. O secretário da audiência passa à palavra ao representante da EPE, que informou que os programas indígenas devem ter sustentabilidade. Outro representante Kayabi solicitou a palavra e repetiu as preocupações da etnia da disponibilidade do pescado e que sabe que o peixe vai acabar. Sobre a compensação, pergunta se o que o governo falou é verdade e vai ser cumprido. Que as ações na aldeia São Benedito ainda não foi executada nenhuma ação pela CHTP. Josenildo Kayabi e Francildo Munduruku também se manifestaram sobre a reunião no MME e que sente receio sobre os impactos e que não vê necessidade de audiência pública em Itaituba. Eles se pronunciam sobre a necessidade de ações que valorizem a história e a cultura das etnias. Eles demandam filtros de água para providenciar água potável e que até agora ainda não tiveram acesso. Questionada sobre a consulta ao povos indígenas considerada na convenção 169 da OIT, a representante da EPE informa que ele é reconhecida e que apesar de não haver regulamentação, a EPE atendeu ao espírito da convenção foi contemplado pela empresa com reuniões nas comunidades indígenas. O secretário executivo da audiência solicita que conste em ata a solicitação do município de Paranaíta que a casa de força da UHE São Manoel esteja localizada no lado do estado do Mato Grosso. O secretário de agricultura solicita o reforço no RIMA de ações e programas de reforço à agropecuária. A representante do Parna do Juruena – ICMBio, questiona o porquê da não identificação do Parna para recebimento da compensação ambiental através da Lei do SNUC. O representante da Concremat informa que a função do EIA é indicar, mas que a compensação é definida pela câmara de comp. O secretário executivo da audiência reforça que essa proposição é inicial e quem define a destinação final seria definida pela comissão do Ibama. A representante do ICMBio – Parna Juruena solicita o registro da manifestação para que o Parna seja contemplado pelos recursos da compensação ambiental advinda da UHE São Manoel. Registra-se, por manifestação do presidente da mesa que as manifestações poderão ser protocolados no Escritório do Ibama de Alta Floresta. Encerrados os debates, às 01:01 h do dia 29 de setembro de 2013, o Presidente

da Mesa Diretora considerou a Audiência Pública válida, tendo em vista que os procedimentos de divulgação foram atendidos conforme preconiza a Legislação Ambiental vigente. Agradeceu a presença de todos os participantes e convidados presentes e deu por encerrado os trabalhos, dos quais lavrei a presente Ata, que eu e os demais participantes assinamos.

Presidente da Mesa: Marcus Keynes

Secretário Executivo da Mesa: Thomaz Miasaki de Toledo

Responsável pela elaboração da Ata: Antonio Hernandes Torres Junior

Representante dos Proponentes dos Projetos: Amilcar Guerreiro

Responsável pelos Estudos Ambientais

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: Paranaíta/MT Data: 27/09/2013

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
Edmundo da Silva R.	Paranaíta		Edmundo
Nerildo Taglior	Paranaíta		
Adriano Jacomito	Paranaíta		Adriano
Iracildo WMDK	Jacareacanga PA		Iracildo
Rafael Kayabi WMDK	Jacareacanga PA		Rafael
Benicio Maura	Paranaíta		[illegible]
Dandes Tarema	ICMBio / Alta Floresta		[illegible]
Carlos Frederico S. Menezes	Rio de Janeiro		[illegible]
José Carlos Martins	Paranaíta		[illegible]
Gislaine C. Martins	Paranaíta		Gislaine C. M.
[illegible] Zatri	"	PTA	[illegible] Zatri
Sonia Semovella	Paranaíta		[illegible]
[illegible]	Paranaíta		[illegible]
Lássia Belone	Paranaíta		[illegible]
Jacqueline Fernandes	Paranaíta		[illegible]
Maria [illegible]	Paranaíta		[illegible]
Nerio Humberto N. Bassi	N.M. Verde		[illegible]
Gabriel de Freitas Assis	N.M. Verde		Gabriel

/18

1728
44 20 107-65

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: Paranaita/MT Data: 27/09/2013

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
MARCIANO ROCHADOS SANTOS		PARANAITA-MT	[illegible]
Suellen Aragão Rufatto		Paranaita - MT	Suellen A Rufatto
VALDENIR S. SILVA	PARANAITA		[illegible]
Leel S. Silva.	PARANAITA		[illegible]
nilseia Peres da Silva		Paranaita	nilseia Peres
Eder de Ramos		Paranaita	[illegible]
marcos Tavares		Paranaita	Marcos Tavares
Carlos Rodrigues Schaido		Paranaita	
[illegible]			
Nelcione [illegible]			

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: PARANAÍTA/MT Data: 27/09/13

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
Valdir Bales Vgfe	Rio Benedito	Jacareacanga Paranaíta	
José Carlos			
Leandro Martins	Paranaíta	Paranaíta	
Edio Lut	Fpolis	Fpolis	
Luisa Franca	Rio de Jan	Rio de Jan	
Marcos Franco	Paranaíta	Paranaíta	
João Carlos Freitas	Paranaíta-MT	Paranaíta	

1729
4420/07-65
1

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: Paranaíta / MT Data: 28/09/2013

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
TÚLIO MACHADO	PARANAÍTA	PARANAÍTA	[signature]
FLÁVIO FROES	BH	BH	[signature]
LAURENN CASTRO	BH	BH	[signature]
ROMILDO DIAS	BH	BH	[signature]
DEBORA ALVARENGA	BH	BH	[signature]
Thaís Mansur	BH	BH	Thaís Mansur
Humberto Ribeiro Mendes Neto	Belo Horizonte / MG	Belo Horizonte / MG	[signature]
TARCIANA LIMA CIRINO	BELO HORIZONTE / MG	BELO HORIZONTE / MG	Tarciana Lima Cirino
WILSON M. GROSSI	BELO HORIZONTE	BELO HORIZONTE - MG	[signature]
[signature]			
[signature]	AF		[signature]
[signature]	AF		[signature]
[signature]			
[signature]	AF	AF	[signature]
LUCIANO MARTIN DA SILVA	MP/MT	ACT AFLORESTA E PARANAÍTA	[signature]
Adriano [illegible]	AF Florest.		
Celemir da Silva			
[signature]			

/18

SERVIÇO PUBLICO FEDERAL
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: Paranaíta/MT Data: 03/09/2013

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
Alice C. Oliveira Custodio	Paranaíta	Paranaíta	Alice C. O. Custodio
Aparecida Flatz	Paranaíta	Paranaíta	
Marcos Duarte	PARANAÍTA	PARANAÍTA	
Antonio Glaicon G. Oliveira	ALTA FLORESTA	ALTA FLORESTA	
Sérgio Zupino	AF/MT	AF/MT	Sérgio
Maria do Carmo Lima	AF/MT	AF/MT	
Luciane Maria Ausoli	Paranaíta	Paranaíta	
Altair Minegati	paranaíta	paranaíta	
Mario Rubens			
Sebastião Francisco da Luz	Paranaíta	P+A.	
Nayza R. de da Cruz	P+A.	P+A.	
Walisc C. da Silva	Alta Floresta	Alta Floresta	
Jane maiara da C.S.	Paranaíta	Paranaíta	Jane maiara
Antonio K. de N. Silva	Paranaíta	PTA/MT	
Erika [illegible] C. da Silva	paranaíta	paranaíta	
Jaime de Jesus Silva	PARANAÍTA	PARANAÍTA/MT	

1/16

1730
442607-5

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

presença do Cidesmo

Kaiaby e Aplicações

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: Paranaíta/MT Data: 27/09/2013

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
Jupore Jup Kaiabi Ibrumo	São Benedito Kayabi	Jacareacanga-PA	Jupore Jup Kaiabi
Glaiton Dacé Munduruku			
MAURÍCIO TADASHI RONCHETI		COLIDER/MT	Mauricio
Maurício S. Viana	Paranaíta	Paranaíta	[illegible]
Israel Cézar Simões	Paranaíta	Paranaíta	[illegible]
Jiago Rodrigues B. Borges	Cuiabá		[illegible]
Sonia A. Bulanda	Sec. saúde	Paranaíta	Sonia Bulanda
Angelo Diosnel Bulanda	Setor Norte 2	Paranaíta	[illegible]
Ailton Aparecido da Silva	Paranaíta		
Aristóteles de A. Ferreira	Cuiabá	Cuiabá	[illegible]
GIUBER DA SILVA FERREIRA	PERIMETRO URBANO	PARANAITA	[illegible]
Luis Henrique Araujo da S.	Paranaíta	Paranaíta	Luis Henrique A.S.
[illegible]	PARANAITA	PARANAITA	[illegible]
Kamila A. Ptasiro	Paranaíta	Paranaíta	[illegible]
Gabriella F. Guevara	Paranaíta	Paranaíta	Gabriella F. Guevara
Laurite Bento Vieira	São Paulo	São Paulo	[illegible]
ALEX AVRANI	SÃO PAULO	AVARÉ	[illegible]
Diosnel A. Filho	PTA	PTA	[illegible]

/18

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: Paranaíta/MT Data: 27/09/2013

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
Marcos A. Boffo	Paranaíta	Paranaíta	[illegible]
Guilherme F. Dias	Paranaíta	Paranaíta	[illegible]
[illegible]		Alta Floresta	[illegible]
Cassiano A. T. Rossi		Sinop	[illegible]
Mei Fernandes Moura	Paranaíta		[illegible]
Edson M de Souza	PARANAITA	PARANAITA	Edson M de Souza
Tatiana Garcia Eulampio	Paranaíta	Paranaíta	[illegible]
Andreia F. dos Reis	Paranaíta	Paranaíta	[illegible]
ROBERVALDO M. B. MATTEU	PARANAITA	" "	[illegible]
Edinaldo	PARANAITA		
Genilson Kaci Munduruku	Aldeia Mairawy Apiaka		
David Kanossuri Apiaka	Aldeia Mairawy		
Jamiles Kiester		Paranaíta	
Elvis Pedroso	Paranaíta	Paranaíta	[illegible]
Miriam C. Brunetta		Colider	[illegible]
Osmar A. Moreira	PARANAITA	PARANAITA	[illegible]
Helena dos Thiago	Rio de Janeiro/RJ	Rio de Janeiro/RJ	Helena dos Thiago
Aleyson Carmo Miranda	Paranaíta	Paranaíta	[illegible]
Valdir Souza			

nunciar
admi-
turismo

/19

1731
4420 107-65

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: PARANAÍTA / MT Data: 27/09/2013

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
Vilma dos [illegible]	B. CHARONA	A FLORESTA	[illegible]
Mauricio J. Oliveira	Floresta AZUL PTA	PARANAITA	[illegible]
Edenilho [illegible]	Floresta Azul	PARANAITA	[illegible]
APARECIDO A. DA SILVA	ALTA FLORESTA	PARANAITA	[illegible]
RAMÓN DELL'ARMELINA	ALTA FLORESTA	ALTA FLORESTA	Ramón Dell'Armelina
BRUNO VIEIRA LOURENÇO	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	[illegible]
Alme de Freitas	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	[illegible]
[illegible]	Paranaita	Paranaita	Paulo S. Vieira Santos
[illegible]	ALTA FLORESTA	ALTA FLORESTA	[illegible]
Joaquim BARBOSA	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	[illegible]
Fabio Sten	Sinop	Sinop	[illegible]
Rafael	Paranaita	Paranaita	[illegible]
Ellohana Sarah	Paranaita	Paranaita	[illegible]
Rosangela R. R. Rezende	Paranaíta	Paranaíta	Ellohana Rezende
Jayanilla Kayabi Munduruku	Aldeia Kururuzinho	Jacareacanga	[illegible]
Renan Gonçalves de Oliveira	Paranaita		[illegible]
Luiz Henrique [illegible]	Cuiabá	Cuiabá	[illegible]
Gonçalo Renato	Cuiabá	Cuiabá	[illegible]
ADIMILSON AP. NOTAJESUS	PARANAITA	PARANAITA	[illegible]

/09

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: PARANAITA/MT Data: 27/09/13

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
Francisco Lino Pavin		Apiacás	[illegible]
João Andrade		Alta Floresta	[illegible]
[illegible]		Paranaita	[illegible]
Ricardo A Martins da Silva		Paranaíta - MT	[illegible]
Pedro Augusto Gisua		Gimop - MT	Pedro Gisua
José Domingos Nunes		Paranaíta MT	[illegible]
Angelo B. Martins		Paranaíta MT	Angelo
[illegible] Moura		Paranaíta MT	[illegible]
Armando de Signoral		Paranaíta	[illegible]
Anderson Machado		Paranaíta	[illegible]
Luciene de Araújo Silva		Paranaíta	Luciene de Araújo Silva
Ermano Reno Teodoro da Silva		Paranaíta	Ermano R.T. da Silva
Andreia S. Kaspary		Paranaíta	[illegible]
[illegible]		Paranaíta	[illegible]
João Ferreira de Souza		Paranaíta	[illegible]
Vilma Finkler		Paranaíta	[illegible]
Dionísio Finkler		Paranaíta	[illegible]
EDER PEREIRA		PARANAITA	[illegible]
Maria Lucia S. [illegible]		Paranaíta	[illegible]

/19

1732
4420107-65

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: PARANAÍTA/MT Data: 27/09/2013

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
Harold Lopes d. Camargo	Greba São Benedito	Jacareacanga	[illegible]
Eldomiro Gilvo de Oliveira	Greba São Benedito	Jacareacanga	Eldomiro
Daniel de Melo	Greba São Benedito	Jacareacanga	[illegible]
Simone E. de C. de Melo	Gleba São Benedito	Jacareacanga	[illegible]
Izaldina dos Camargo	Gleba São Benedito	Jacareacanga	
Natália Conde	São Paulo	São Paulo	[illegible]
Fernando Andrade	São Paulo	São Paulo	[illegible]
Luis Antônio Fontana	Porto Velho	Porto Velho-RO	[illegible]
Valdeir José da Silva	Paranaíta	Paranaíta-MT	[illegible]
Rômulo Gomes	SINOP	SINOP	[illegible]
Marcelo Barros	Brasília		[illegible]
Marcio Rodrigues da Silva			
Antonio D. Rufatto	Prefeito	Paranaíta	[illegible]
Erat Kayabi		São Benedito	Erat
Sebastião Yuta		Bairro Vermio	Sebastião
Jonas Kayabi		Kururuzinho	[illegible]
Nelcione Kayabi		Kururuzinho	[illegible]
Sara Kayabi		Kururuzinho	Sara
Sebastião			Sebastião

/19

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: PARANAÍTA/MT Data: 27/09/2013

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
MILTON FERREIRA	SOMA-CONS AMB.	CURITIBA	
ANA LÚCIA VIEIRA DE SOUZA	IPGP. Inst. Pesquisas	Brasília	
ANDRÉ CAIAFFO PEREIRA	CONSTRAN	SÃO PAULO	
Lorenzo M. Alves	Cuiabá	Cuiabá	
CLAUDIO D. FERENDE	PREFEITURA	PARANAITA.	
JOÃO CARLOS de Godoy	FUNAI COLÍDER	COLÍDER	
OSVALDO RIBEIRO		PARANAITA	
Adenaldo		Cidade Apiakas	
Darlison Kanassuri Apiaká		Apiaká	
Rolildo Santana APIAKÁ		APIAKAS	
Donizet Dos M.D.K		Apiacás	
JAINIE PEREIRA		PARANAITA	
Daiana Aparecida de S. Costa	Paranaíta	Paranaíta	Daiana Costa.
JACKSON CARLOS ARAUJO	Paranaíta	Paranaíta.	
Eliandra Maria Roveda	Paranaita	Paranaíta	
Denis F. Rufotto	Paranaíta	Paranaíta	Denis F. Rufotto
Marcelino Caza	Paranaíta	"	
JOSÉ DOS SANTOS	PARANAÍTA		
Solanda Z Ramos	Paranaíta	Paranaíta	

/19

1733
4420107-65

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: PARANAITA/MT Data: 27/09/13

	NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
*		Sec Agricultura	Paranaita	
		Sec Educ.	Paranaita	
		Sec. Adm.	PARANAÍTA	
	MOISES TRATO	SINDIALTA	ALTA FLORESTA	
			PARANAITA	
		Gab. Camara	Paranaita	
+		Jurídico	Paranaita	
+		Prefeitura	Paranaita	
			Kururuzinho	
			Kururuzinho	
			Kururuzinho	
			Kururuzinho	
			Kururuzinho	
		Kururuzinho		
		Alta Floresta	Alta Floresta	
		PARANAÍTA		
			Paranaita	
	JOSIVAN DE SOUZA		PARANAÍTA	
		Paranaita	Paranaita	

1/19

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: Paranaita Mato Grosso Data: 28/09/2013

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
Reimoldo M S		PARANAITA	Reimoldo
Ezequiel C. Schaida		Paranaita	[illegible]
Joaquim R. da Silva		Carlinda MT	[illegible]
MAURO STOPAZ		PARANAITA	[illegible]
Valdivina de Pereira		Paraita	Pereira
Nelson Maciel Machado		Paranaita	Machado
Elisângela Nogueira		Paranaita MT	[illegible]
Sergio Pilleri		Paranaita	[illegible]
Ilse Maria Mezzalira Signorati		Paranaita	Signorati
Taina C. do Silva		Paranaita	Taina C. do Silva
Nilzette R. Pimenta		Paranaita	[illegible]
Ramon Neto	Manoeira	Paranaita	[illegible]
Robson H. Tanaka		Campinas. SP	[illegible]
Cândido Renato Molina	Paranaita		[illegible]
Ana Claudia Prandini		Paranaita	[illegible]
Jair Martins Gomes	Par	Paranaita	[illegible]
Romualdo Pavoni		Paranaita	[illegible]
Raul Silva Santa		Paranaita MT	[illegible]
Alcides A. Pinho		Paranaita MT	[illegible]

/19

1734
44201CA-65

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: Paranaíta/MT Data: 27/09/2013

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
Wistândia S Carvalheiro	Paranaíta		Wistândia
Diogo Moura Assaor		PARANAITA	Diogo Assaor
VALDIRLI DE MOURA	PARANAÍTA		
Rosiler Lopo	Paranaíta	Paranaíta	Rose Lopo
Niele S. Vicente	Paranaíta	Paranaíta	Niele S. Vicente
Fernando P. de Souza	Paranaíta	Paranaíta	[illegible]
Rubens Martins	Paranaíta		Rubens Martins
Ivone Tavares Martins	Paranaíta	Paranaíta	Ivone Martins
Ismael Ferreira da Silva	Paranaíta		Ismael
Anialul Fernandes	Paranaíta	Paranaíta	[illegible]
Sandra C. Gallo	Paranaíta	"	Sgallo
Euclydes Panhetti Jr.	Paranaíta	Paranaíta	Panhetti Jr.
ALTAIR [illegible]	PARANAÍTA		[illegible]
Valmir Viana [illegible]	PARANAITA		[illegible]
Elianel [illegible]	Bahia		[illegible]
DANILO MACHADO [illegible]	BAHIA	EUNAPOLIS	[illegible]

/16

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: Paranaíta/MT Data: 27/09/2013

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
Fernanda Viegas	Alta Floresta	Alta Floresta	[illegible]
Luís Carlos Biella	Alta Floresta	Alta Floresta	[illegible]
Jerónimo Brendon	Paranaíta		[illegible]
GUILHERME MENDES	BRASILIA	DF	[illegible]
Luiza do Carmo Pinorati	Rio de Janeiro	RJ	[illegible]
EFRAM JORGE G. FERREIRA	MANAUS	MANAUS	[illegible]
CHARLES SEVERINO SANTOS	PARANAÍTA	PARANAÍTA	[illegible]
Roberto Rodrigues	Sinop	Sinop	[illegible]
[illegible]	Sinop	Sinop	[illegible]
Leonildo Barbosa	SINOP SINDRURAL	SINOP	[illegible]
ANTONIO GALVAN	APROSOJA - MT. S.R. SINOP	SINOP	Antonio Galvan
[illegible]	PARANAÍTA		[illegible]
Wagner J. Lucveran	Paranaíta - MT	Paranaíta - MT	[illegible]
[illegible]	"		
[illegible]	A São Pedrão		[illegible]
[illegible]		Alta Floresta	[illegible]
Maria Fonseca	Paranaíta	Paranaíta	[illegible]
Thiago G. F. Prado	Bsb	Bsb	[illegible]
Roberto Huet	Ibama	RJ	[illegible]

19

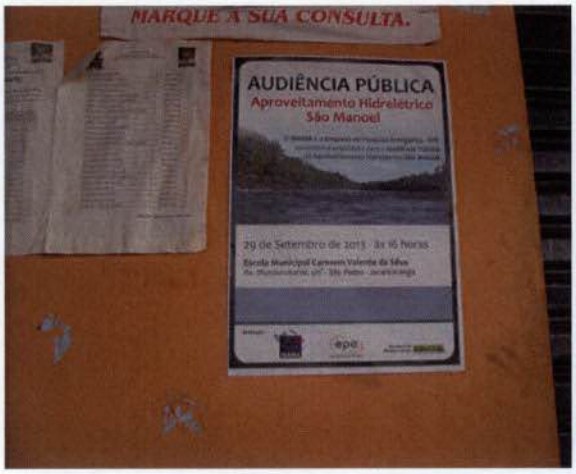
1735
AA20107-65

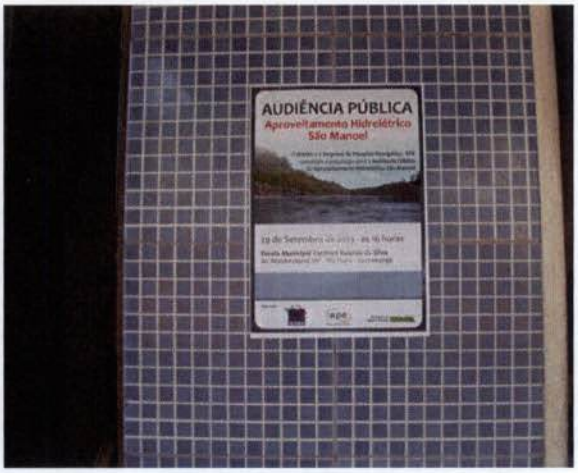
EM BRANCO

Anexo 2 – Registros da Audiência Pública de Jacareacanga

1736
AA 20107-65

Anexo 2.1 – Locais onde foram fixados os cartazes para divulgação da Audiência Pública de Jacareacanga


MARQUE A SUA CONSULTA.
AUDIÊNCIA PÚBLICA
Aproveitamento Hidrelétrico
São Manoel


AUDIÊNCIA PÚBLICA
Aproveitamento Hidrelétrico
São Manoel

IPAL DE JAC AREACA

HOTEL
STO. ANTÔNIO
Apartamentos c/ Ar Condicionado
3542-1241
MOTO TAXI
9169-6894

CAIXA
AQUI
AUDIÊNCIA PÚBLICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA
Aproveitamento Hidrelétrico
São Manoel

DADE SAÚDE DA FA
ALTO TAPAJÓS

COOPERATI
Todos os dias p
FONES:
(93) 3518-2514
(93) 3518-1100
JACARÉ
ALTAMIRA
SANTARÉM
NOVO PROGRESSO

LOTERIA JACAREACANGA
Loterias

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Bradesco

AUDIÊNCIA PÚBLICA

RECARGA
VIVO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SALÃO DO JOAIS
CORTE
Masculino e
Femenino
Química em geral
AUDIÊNCIA PÚBLICA
1º Festival de Dançar

JOSY SERVIÇOS
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Claro
TV
AUDIÊNCIA PÚBLICA

35421335

1738
442017-65

Anexo 2.2 - Registros fotográficos da Audiência Pública de Jacareacanga

Vista aérea da cidade de Jacareacanga

Faixa para divulgação da Audiência Pública de Jacareacanga, localizada na Quadra da Escola

1739
AA20 167-05

Faixa para divulgação da Audiência Pública de Jacareacanga, localizada na Quadra da Escola

Cartaz de divulgação da Audiência Pública de Jacareacanga, localizado na Prefeitura de Jacareacanga

Cartaz de divulgação da Audiência Pública de Jacareacanga, localizado no Hotel Santo Antônio

Cartaz de divulgação da Audiência Pública de Jacareacanga, localizado na Loteria Jacareacanga

1740
AA20107-65

Manifestação de representantes da etnia Munduruku antes do início da Audiência Pública de Jacareacanga

Manifestação de representantes da etnia Munduruku antes do início da Audiência Pública de Jacareacanga

Manifestação de representantes da etnia Munduruku antes do início da Audiência Pública de Jacareacanga

Quadra Poliesportiva Prof. Ludeilson de Souza Baia da Escola Municipal Carmem Valente da Silva em Jacareacanga

A41
4420107-65

Organização da quadra da Escola para realização da Audiência Pública de Jacareacanga

Mesa diretora da Audiência Pública de Jacareacanga, com representanres do Ibama, da EPE e do Consórcio Leme-Concremat

Cerimônia de abertura da Audiência Pública de Jacareacanga

Apresentação dos estudos na Audiência Pública de Jacareacanga

1742
1420107-05

Participação da população na Audiência Pública em Jacareacanga

Participação de representantes indígenas na Audiência Pública em Jacareacanga

Participação da população na Audiência Pública em Jacareacanga

1743
4420107-CS

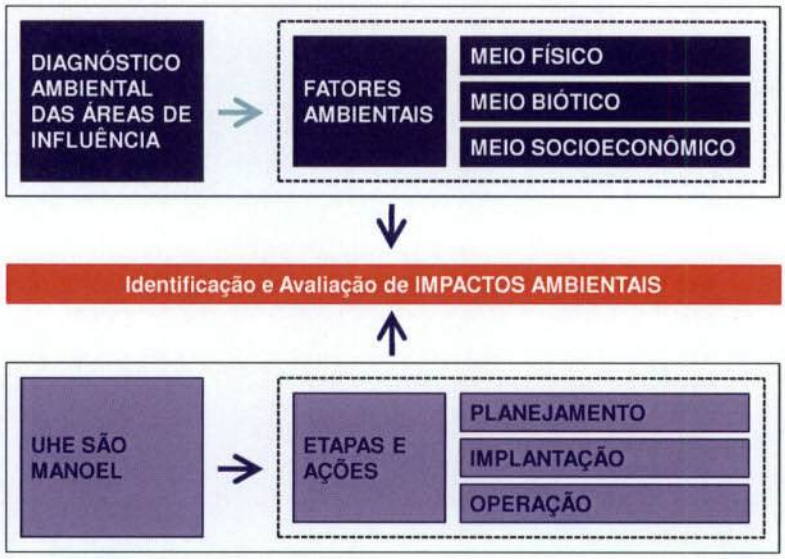
Anexo 2.3 - Apresentação realizada na Audiência Pública de Jacareacanga

Audiências Públicas da UHE São Manoel

Impactos e Programas Ambientais

Paranaíta, 27 de setembro de 2013
Jacareacanga, 29 de setembro de 2013
Itaituba, 30 de setembro de 2013

Procedimentos metodológicos



1744
4420107-65

Procedimentos metodológicos

Avaliação de impactos

- Meio físico
- Meio biótico
- Meio socioeconômico

Magnitude

Grau de alteração

Importância

Relevância da alteração

Medidas e programas ambientais

Impactos Ambientais

Planejamento

Construção

Enchimento

Operação

Etapa de Planejamento

Divulgação do empreendimento

Elaboração dos estudos

Audiência Pública

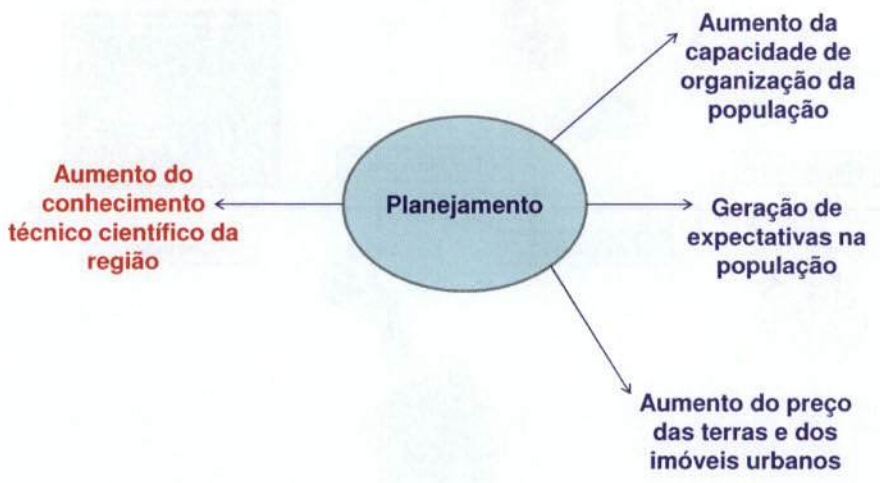
Leilão de energia

Elaboração do PBA

Etapa de Planejamento

Alta importância

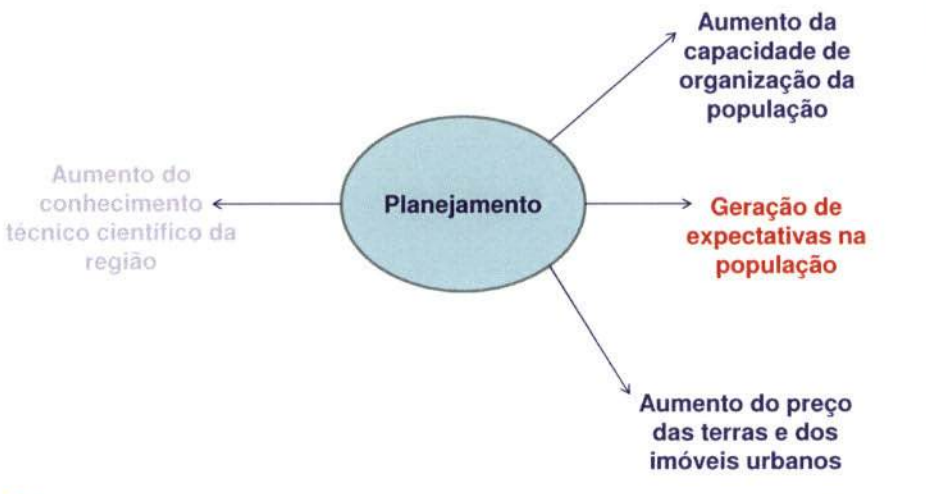
Média importância



Etapa de Planejamento

Alta importância

Média importância



Etapa de Planejamento

Alta importância

Média importância

Planejamento

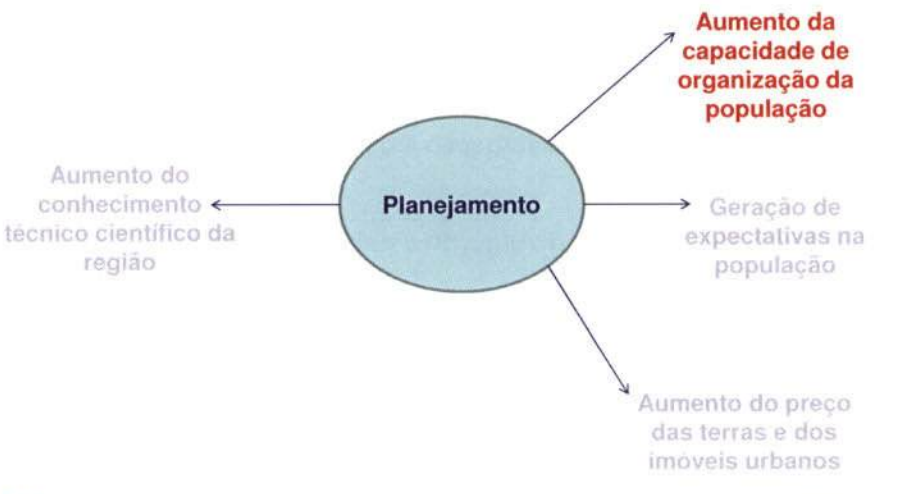
- Aumento do conhecimento técnico científico da região
- Aumento da capacidade de organização da população
- Geração de expectativas na população
- Aumento do preço das terras e dos imóveis urbanos

1746
AA20107-GS

Etapa de Planejamento

Alta importância

Média importância



Programas Ambientais Propostos

- Estabelecer convênios com universidades e institutos de pesquisa
- Identificar as principais preocupações e expectativas e implantar ações de divulgação e esclarecimento à população
- Implantar ações de divulgação e estratégias de comunicação social
- Apoiar e fortalecer as políticas públicas: plano diretor e de ordenamento territorial e política de regularização fundiária da Amazônia Legal

Etapa de Construção – Infraestruturas de Apoio

Aquisição de terras

Desmatamento e terraplanagem

Sistemas viário, energia e comunicações

Infraestruturas de apoio

Etapa de Construção

Alta importância

Perda de vegetação

Perda de hábitats para os animais

Redução de animais no entorno da represa

Infraestruturas de Apoio

Média importância

Aumento do ruído e da vibração

Alteração da paisagem

Alteração da qualidade da água abaixo da barragem

Possibilidade de lançamento de esgoto ou lixo na REPE

Aumento da possibilidade de erosão das margens dos rios

Atração dos animais para as áreas da obra

Perda de terras e benfeitorias

Aumento da pesca na região

Medidas Socioambientais Propostas

• Promover a manutenção periódica dos equipamentos para evitar vazamentos, ruído e emissão de gases em níveis acima dos permitidos

Etapa de Construção

Alta importância

- Perda de vegetação
- Perda de hábitats para os animais
- Redução de animais no entorno da represa

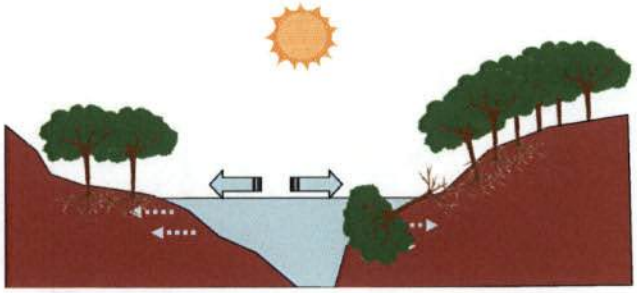
Infraestruturas de Apoio

Média importância

- Aumento do ruído e da vibração
- Alteração da paisagem
- Alteração da qualidade da água abaixo da barragem
- Possibilidade de lançamento de esgoto ou lixo na REPE
- Aumento da possibilidade de erosão das margens dos rios
- Atração dos animais para as áreas da obra
- Perda de terras e benfeitorias
- Aumento da pesca na região

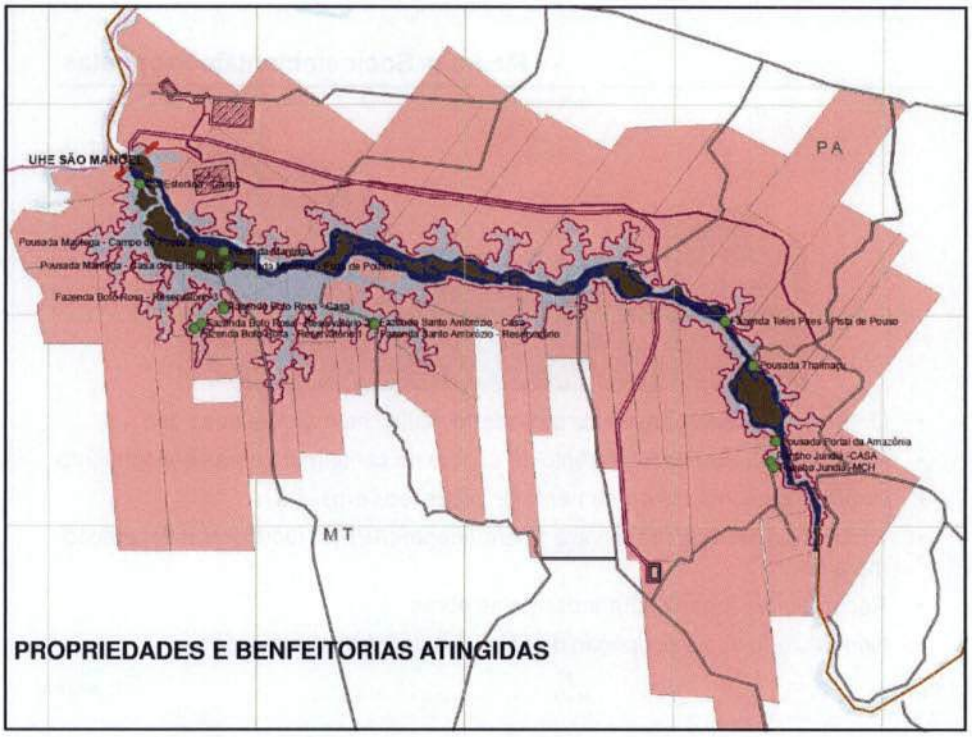
1748
4420107-CC

Medidas Socioambientais Propostas



- Orientar operários para evitar o descarte de lixo na margem dos rios
- Implantar sistema de tratamento de esgoto no canteiro de obras e alojamento
- Prevenir a ocorrência ou aumento de processos erosivos
- Implantar a área de preservação permanente (APP) e recuperar a vegetação marginal
- Recompor as áreas degradadas pelas obras
- Normatizar o uso e ocupação do solo no entorno do reservatório

Etapa de Construção



PROPRIEDADES E BENFEITORIAS ATINGIDAS

Medidas Socioambientais Propostas

- Indenizar os proprietários pela perda de terras e benfeitorias

1749
4420/07-05

Etapa de Construção

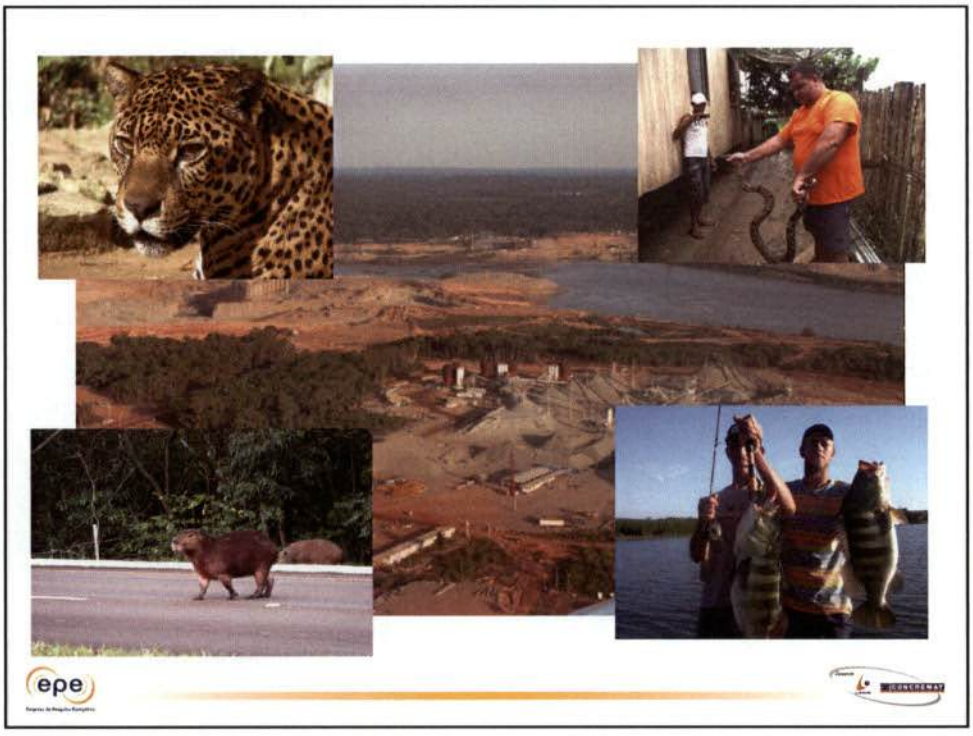
Alta importância

- Perda de vegetação
- Perda de hábitats para os animais
- Redução de animais no entorno da represa

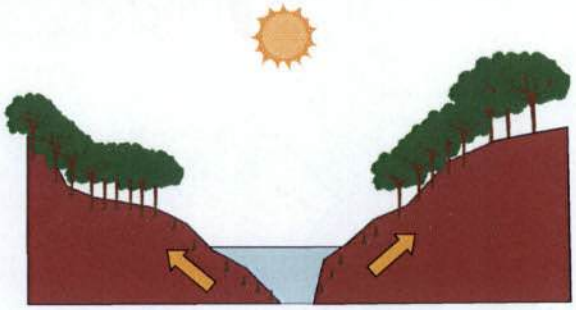
Infraestruturas de Apoio

Média importância

- Aumento do ruído e da vibração
- Alteração da paisagem
- Alteração da qualidade da água abaixo da barragem
- Possibilidade de lançamento de esgoto ou lixo na REPE
- Aumento da possibilidade de erosão das margens dos rios
- Perda de terras e benfeitorias
- Atração dos animais para as áreas da obra
- Aumento da pesca na região



Medidas Socioambientais Propostas



O desmatamento será feito das margens para as encostas, para facilitar a fuga dos animais

- Realizar o resgate dos animais durante o desmatamento
- Proibir a pesca e caça no canteiro de obras
- Sinalizar as vias e conscientizar os motoristas para reduzir acidentes
- Implantar banco de sementes e viveiro de mudas
- Implantar um programa de desmatamento controlado com a delimitação precisa das áreas que serão desmatadas

Etapa de Construção

Alta importância

- Criação de empregos
- Aumento da procura por serviços públicos
- Aumento da ocorrência de doenças
- Aumento da arrecadação municipal
- Aumento das atividades econômicas

Média importância

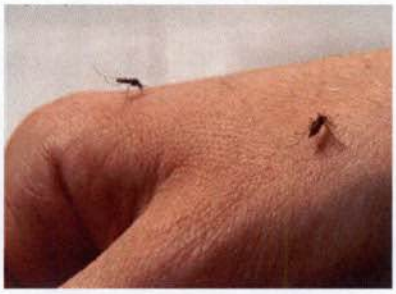
- Aumento do preço das terras e dos imóveis urbanos
- Aumento da capacidade de organização da população
- Geração de expectativas na população
- Aumento da população
- Possível aumento da prostituição
- Melhoria das condições das estradas
- Interferência em locais com patrimônio cultural, histórico e arqueológico

Infraestruturas de Apoio

1750
4420107-65

???

Medidas Socioambientais Propostas



- Adotar medidas adequadas de higiene e controle de doenças
- Prevenir doenças infecciosas e parasitárias
- Localizar e remover criadouros de mosquitos
- Promover vacinação contra tétano e febre amarela
- Prevenir doenças respiratórias com a pavimentação ou umidificação rotineira das estradas, principalmente em trechos próximos às cidades

Etapa de Construção

Alta importância

- Criação de empregos
- Aumento da procura por serviços públicos
- Aumento da ocorrência de doenças
- Aumento da arrecadação municipal
- Aumento das atividades econômicas

Média importância

- Aumento do preço das terras e dos imóveis urbanos
- Aumento da capacidade de organização da população
- Geração de expectativas na população
- Aumento da população
- Possível aumento da prostituição
- Melhoria das condições das estradas
- Interferência em locais com patrimônio cultural, histórico e arqueológico

Infraestruturas de Apoio

1751
4420107-65

Medidas Socioambientais Propostas

- **Priorizar a contratação de trabalhadores locais**
- **Capacitar a força de trabalho local para preencher vagas nas obras e os empregos criados com a expansão da economia local**
- **Adequar as estradas e sinalização das vias em parceria com os órgãos públicos**
- **Apoiar e fortalecer as políticas públicas: plano diretor e de ordenamento territorial e política de regularização fundiária da Amazônia Legal**
- **Capacitar os empreendedores locais para novas oportunidades de negócios (seminários de oportunidades de negócios, cursos de empreendedorismo etc.)**
- **Priorizar a aquisição de bens e serviços de fornecedores locais**

Etapa de Construção

Alta importância

- Criação de empregos
- **Aumento da procura por serviços públicos**
- Aumento da ocorrência de doenças
- Aumento da arrecadação municipal
- Aumento das atividades econômicas

Infraestruturas de Apoio

Média importância

- Aumento do preço das terras e dos imóveis urbanos
- Aumento da capacidade de organização da população
- Geração de expectativas na população
- **Aumento da população**
- **Possível aumento da prostituição**
- Melhoria das condições das estradas
- **Interferência em locais com patrimônio cultural, histórico e arqueológico**

Medidas Socioambientais Propostas

- **Identificar e registrar o patrimônio cultural histórico e arqueológico encontrado nas áreas das obras**
- **Esclarecer a população sobre a importância da preservação do patrimônio cultural histórico e arqueológico**

1752
AA20107-GS

Etapa de Construção

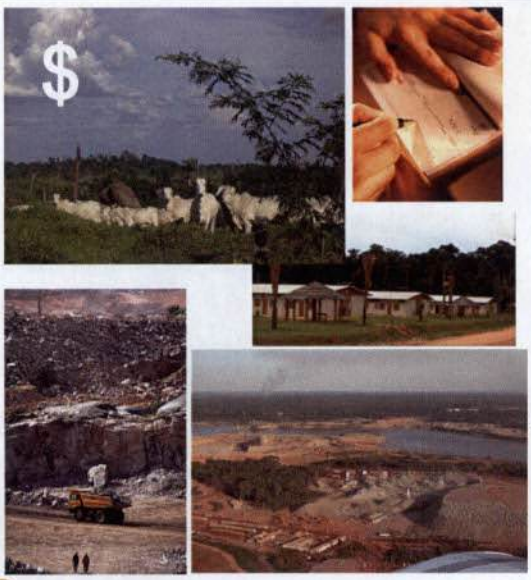
Alta importância

Média importância

Medidas Socioambientais Propostas

- Priorizar contratação de trabalhadores locais
- Organizar ações para controlar os efeitos da chegada de muitos trabalhadores simultaneamente nas cidades
- Adequar os núcleos urbanos com equipamentos e infraestrutura para acomodar a população atraída pelas novas oportunidades de negócios (educação, saúde, habitação, segurança pública, saneamento etc.)
- Promover ações de comunicação e interação sociais
- Orientar a população sobre a prevenção de doenças
- Estabelecer regras de convivência dos trabalhadores com a população local, imigrante e indígena

Etapa de Construção – Obra Principal



Cadastro físico e socioeconômico e avaliação das propriedades

Aquisição de terras

Operação do canteiro industrial

Operação do alojamento

Instalação de empreiteiras e alocação de mão de obra

Abertura e exploração de jazidas e áreas de empréstimo

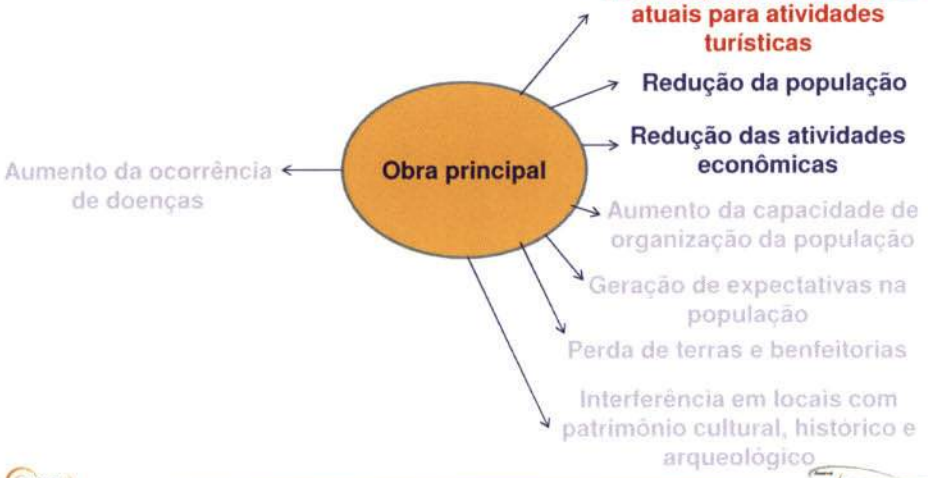
Implantação de áreas de estocagem e bota-fora

1753
1420/07-6

Etapa de Construção

Alta importância

Média importância



Medidas Socioambientais Propostas

- Desenvolver parcerias com os pescadores locais e indenizar as eventuais benfeitorias dos pescadores, como ranchos de pesca
- Compensar financeiramente os mergulhadores e donos de balsas de garimpo
- Indenizar os proprietários dos estabelecimentos voltados ao turismo (pousadas de pesca esportiva) que serão afetados pela implantação da UHE São Manoel
- Implantar áreas de lazer, como praias artificiais e/ou balneários

Etapa de Construção

Alta importância

Média importância

Medidas Socioambientais Propostas

- Promover a formação de um banco de empregos na região, para encaminhar os trabalhadores nos momentos de desmobilização
- Divulgar o cronograma das obras, para informar a população sobre o período previsto para o encerramento das obras
- Promover o retorno periódico dos trabalhadores às regiões de origem
- Incentivar e acompanhar o retorno definitivo das pessoas desmobilizadas às suas regiões de origem

1754
4420107-65

Etapa de Construção

Baixa importância

Infraestruturas de apoio:

- Alteração da qualidade dos solos
- Alteração da qualidade do ar
- Perda de solos cultiváveis
- Interferências em áreas com possibilidade de mineração
- Aumento da caça e atropelamento dos animais
- Modificação das relações sociais e culturais
- Aumento do número de acidentes de trabalho

Obra principal:

- Aprisionamento de peixes nas ensecadeiras
- Modificação das condições atuais de pesca
- Modificação das condições atuais de mineração

Etapa de Enchimento

Fechamento das comportas e enchimento do reservatório

Comissionamento e testes

Etapa de Enchimento

Alta importância

Média importância

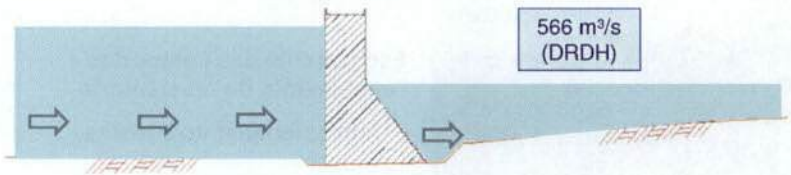
Alteração das vazões e níveis d'água dos rios

Formação do reservatório

Aumento da possibilidade de erosão das margens dos rios

Alteração da paisagem

Medidas Socioambientais Propostas



Tempo estimado de enchimento: 3 dias

- **Manter, durante o enchimento, uma vazão abaixo da barragem suficiente para a manutenção da vida aquática e do consumo da água**
- **Instalação de estações para monitorar as vazões e níveis d'água do reservatório e abaixo da barragem**

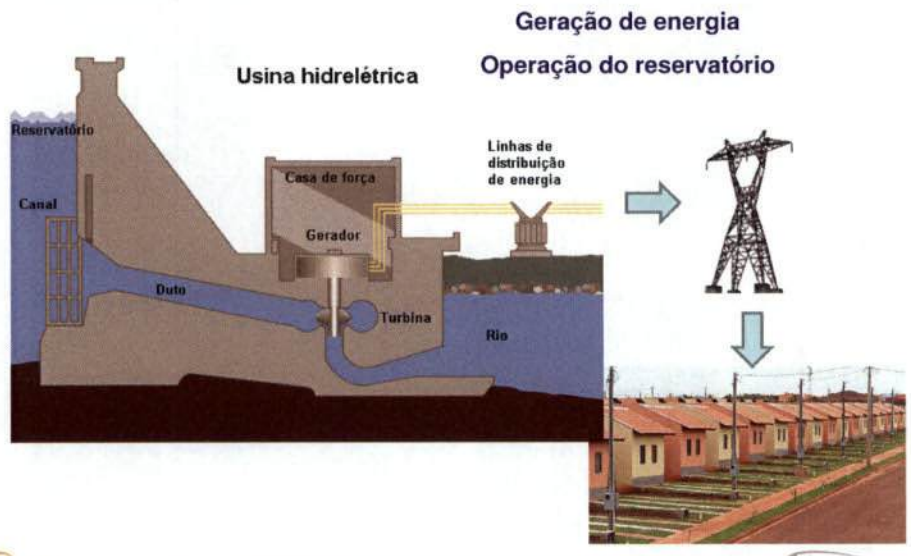
1755
44201/07-65

Etapa de Enchimento

Baixa importância

- Alteração do clima na região da represa e emissão de gases de efeito estufa
- Risco de pequenos tremores de terra
- Aumento da possibilidade de contaminação dos aquíferos
- Alteração do regime fluvial

Etapa de Operação



Etapa de Operação

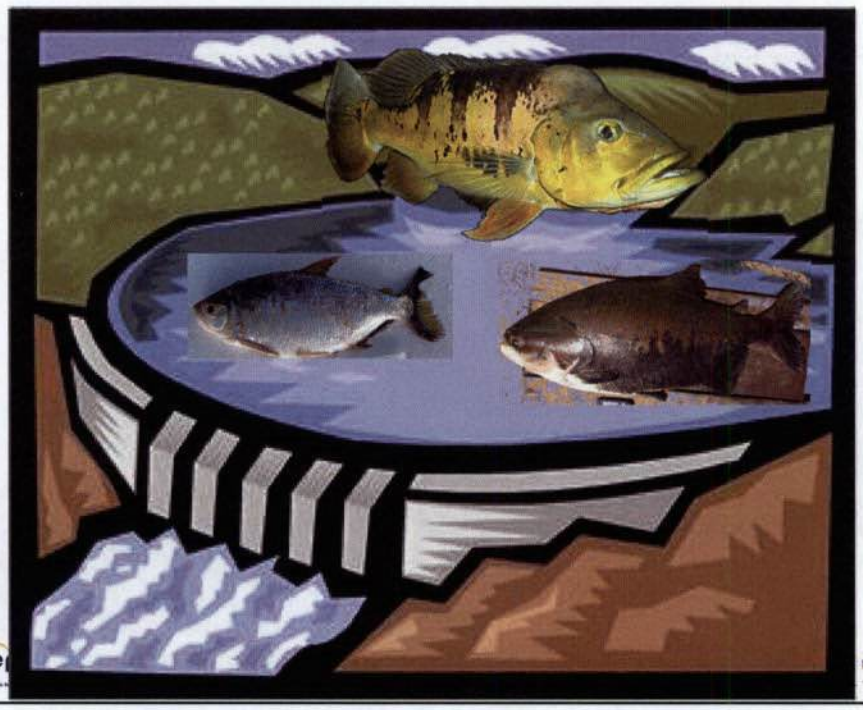
Alta importância

- Alteração na quantidade de peixes abaixo da barragem
- Interferência em rotas migratórias de peixes
- Alteração na comunidade de peixes na área do reservatório
- Desmatamento e ocupação da área de preservação permanente da represa

Média importância

- Morte de peixes nas turbinas
- Alteração da vegetação da margem da represa
- Aumento da possibilidade de erosão das margens dos rios
- Alteração das vazões e níveis d'água dos rios

Operação da UHE São Manoel



1756
AA20107-CS

Medidas Socioambientais Propostas

- Implantar sistema de transposição de peixes - STP e monitorar a eficiência deste dispositivo, tanto a montante quanto a jusante da barragem
- Desenvolver estratégias para evitar a morte de peixes durante a parada de máquinas
- Realizar o monitoramento da icitofauna no reservatório para a avaliação das alternativas a serem tomadas com vistas à sua conservação

Etapa de Operação

Medidas Socioambientais Propostas

- Monitorar as áreas sujeitas à queda de árvores e desmoronamento de encostas
- Elaborar o Plano de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificiais (PACUERA)
- Promover campanhas de educação ambiental
- Implantar a Área de Preservação Permanente – APP no entorno do reservatório
- Fiscalizar a APP por meio de parceria entre empreendedor e órgãos ambientais estaduais e federais

Etapa de Operação

Alta importância

Média importância

1757
4420107-CS

Medidas Socioambientais Propostas

- Realizar o monitoramento dos mamíferos semi-aquáticos no reservatório para a avaliação das alternativas a serem tomadas com vistas à sua conservação

Etapa de Operação

Alta importância

Média importância

Medidas Socioambientais Propostas

- Definir as áreas prioritárias para desmatamento em função da modelagem matemática da qualidade da água
- Realizar o monitoramento da qualidade da água e das macrófitas aquáticas
- Realizar a remoção mecânica de macrófitas aquáticas em caso de interferência nos usos da água
- Realizar o monitoramento da população de mosquitos, identificando os focos de mosquitos e demais condições epidemiológicas que possam aumentar o risco de potencial malarígeno da área
- Estabelecer critérios de saúde pública para a realização do controle das populações de mosquitos

Etapa de Operação

1758
442/07-CC

Medidas Socioambientais Propostas

Compensação financeira pela geração de energia estimada em R$ 6,8 milhões por ano

- **R$ 4,5 milhões/ano – Paranaíta/MT**
- **R$ 2,3 milhões/ano – Jacareacanga/PA**

- Divulgar o montante de recursos destinados aos municípios abrangidos pela UHE São Manoel
- Estimular, mediante ações de comunicação, o direcionamento do montante de recursos adicionais ao investimento em infraestrutura e à capacitação administrativa das prefeituras de Paranaíta e Jacareacanga

Etapa de Operação

Baixa importância

- Acúmulo de sedimentos na represa
- Aumento da possibilidade de contaminação dos aquíferos
- Risco de pequenos tremores de terra
- Alteração do clima na região da represa e emissão de gases de efeito estufa
- Risco de contaminação dos peixes por mercúrio
- Alteração dos tipos de organismos que vivem na água
- Aumento dos caramujos que transmitem a esquistossomose
- Modificação das condições atuais de pesca
- Modificação das condições atuais de mineração

Considerações finais

Por todas as questões expostas, considera-se que a Usina Hidrelétrica São Manoel apresenta viabilidade técnica, econômica, social e ambiental, desde que implantadas as medidas adequadas de prevenção, mitigação, compensação dos impactos negativos ou potencialização dos efeitos positivos decorrentes da sua construção e operação.

1759
4420167-05

Anexo 2.4 - Ata e lista de frequência da Audiência Pública de Jacareacanga

Ata da Audiência Pública para apresentação e discussão do Estudo de Impacto Ambiental e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA, do Aproveitamento Hidrelétrico de São Manoel, realizada ao vigésimo nono dia do mês de setembro do ano de dois mil e treze, com início às 17:30 horas, na Quadra Poliesportiva Professor Ludeilson de Souza Baia, cidade de Jacareacanga no Estado do Pará. O Presidente da Mesa Diretora Sr. Thomaz Miazaqui de Toledo, Coordenador Geral de Energia do IBAMA (CGENE) declarou abertos os trabalhos da Audiência Pública dando boa vinda aos presentes. O analista ambiental Ibama Sr. Roberto Huet, fez a leitura do regulamento da Audiência Pública. O Presidente fez comentários sobre a importância da Audiência Pública e agradeceu a presença de todos, citando: Vereadores Sr. Gerson Barbosa, Sr. Manitupry Munduruku, Sr. Adoneas Kabá, Sr. Evanilson Pereira Rosa, Sr. Rosenildo Munduruku, Sr. Elenaldo Munduruku, Sra. Edileuza Viana, Sr. Raimundo de Aguiar, Sr. Walter Fertuleno, bem como os Secretários Municipais de Administração Sr. Roberto Sprapasson, da Educação Sr. Pedro Luz, de Saúde Sr. Welenton Vasconcelos, de Gabinete Sr. Luiz Henrique Costa, de Assuntos Indígenas Sr. Ivando Alencar, de Planejamento Sr. Acedes Grando, de Meio Ambiente Sr. Everton Sales e Agricultura Sr. Hélio Miranda. A Mesa de Abertura foi composta pelo Presidente Sr. Thomaz Miazaqui de Toledo; Secretário Executivo Sr. Antônio Hernandes Torres Junior; Prefeito Municipal de Jacareacanga (MT), Sr Raulien Queiroz; e representante da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Sr. Amilcar Guerreiro. Foi dada a palavra ao Prefeito Municipal de Jacareacanga Sr. Raulien que ressaltou a importância da chegada do empreendimento ao município e que este trará muitas contribuições para o município que precisa de investimentos. Após, o Presidente da mesa passou a palavra ao representante da EPE Sr. Amilcar que dispensou o uso da mesma. O Presidente desfez a Mesa de Abertura, constituindo-se a Mesa Diretora e passou a palavra para o Analista do Ibama Sr. Frederico Queiroga para que apresentasse o procedimento de licenciamento do Ibama, seu marco legal e procedimentos técnicos administrativos, apresentando ao final um histórico resumido do histórico do processo da UHE São Manoel. Após a apresentação do Ibama, o Presidente fez a apresentação da equipe técnica do Ibama e salientou a importância da assinatura da lista de presença. Em seguida foi dada a palavra ao representante da EPE, que apresentou a equipe de analistas da empresa presentes à AP, fazendo comentários sobre a importância do setor elétrico para o crescimento do país. Também fez a apresentação da equipe de consultores que realizaram o EIARIMA. Para a explanação do projeto da hidrelétrica UHE São Manoel, foi apresentado um vídeo sobre o projeto, destacando as principais estruturas previstas para construção do empreendimento. Ao final do vídeo Sr. Amilcar fez alguns comentários sobre a possibilidade de obtenção de créditos de carbono. Após, o Presidente passou a palavra ao responsável pelos estudos ambientais, Sr Guilherme Furgler, para a explicação sobre os estudos ambientais da usina, que também apresentou também um vídeo sobre os principais aspectos socioambientais da região da obra. Finalizado o vídeo, o

1760
4420107-65

Sr. Guilherme expôs os detalhes da execução dos estudos ambientais e como são identificados e avaliados os impactos ambientais da hidrelétrica. Em seguida a analista da EPE Glauce Botelho explicou os resultados do estudo específico sobre o componente indígena (ECI), informando que, apesar da hidrelétrica não inundar terras indígenas, existirá impactos sobre o modo de vida indígena. O estudo contempla a identificação dos impactos e as ações de mitigação e compensação sobre as populações indígenas. Por questões de logística o Presidente iniciou imediatamente a fase de debates, suprimindo o intervalo. Bloco de manifestações e questionamentos por escrito. O primeiro questionamento, formulado pelo Sr. Jailson referia-se as futuras usinas previstas para o rio Tapajós, sendo informado a usina de São Manoel não terá qualquer influência no rio Tapajós; Sr. Josenilton questionou os riscos de alagamento. Pela consultoria foi informado a realização de estudos prévios asseguram a inexistência de tal risco. Complementando a resposta, o engenheiro da EPE esclareceu os procedimentos técnicos relacionados a segurança das barragens; Sr. Jailson veio ao microfone solicitando mais esclarecimentos, sendo informado sobre o uso de sensores especiais; Sra. Francisca fez considerações sobre grandes empreendimentos e pequeno retorno para os atingidos e questionou sobre indenizações. Respondido pela consultoria foi informada sobre as regras de indenização e compensação; Sr. Lúcio questionou impactos sociais. Respondido pela consultoria que as estruturas estão entre Paranaíta e Jacareacanga, mas que a estrutura principal está muito distante da sede de Jacareacanga; Sr. Reinaldo (Consórcio Tapajós) questionou que além de impostos quais as outras vantagens. Consultor informou que serão discutidas em fase posterior as melhores aplicações dos recursos. Com a palavra, Sr. Eraldo sugere maior participação da sociedade na decisão para aplicação dos recursos, solicitando que seja registrado nessa Ata que, além das recomendações do PBA, sejam discutidas ações semelhantes ao Plano de Desenvolvimento Regional de Belo Monte; Sra. Adriana questiona como os programas de compensação aos indignas constantes da LP serão detalhados. EPE informa que o detalhamento será feito na etapa de LI, no PBAI. Esclarecimentos adicionais do Presidente da Mesa sobre procedimento; Representante indígena Munduruku questiona sobre alagamento nas áreas indígenas. Informado pela EPE que alagamento não atinge terra indígena, mas causa impactos que serão tratados no PBAI. Sr. Francisco Martins registra sugestão de que a madeira suprimida seja beneficiada em Jacareacanga; Sem identificação, pergunta sobre programa específico sobre aproveitamento da madeira. EPE informa que é possível acrescentar um Programa específico para esse fim, mas será tratado após Leilão. Informes adicionais do Presidente da Mesa; Sra. Antônia Cardoso (Sindicato Rural de Jacareacanga) questiona indenizações. EPE esclarece os procedimentos de rotina. Bloco de Manifestações orais. Prefeito Municipal constata falta de energia em Jacareacanga, requerendo do vencedor do Leilão uma alternativa para a carência de energia para o município, inclusive das aldeias, ainda manifestou que, com as melhorias decorrentes dos

investimentos, o município terá sim impactos. A Consultoria esclareceu que a distância da sede não traz impactos diretos, ressaltando o retorno no ISSQN, lembrando que após a LO tem, ainda, a compensação pelo alagamento. O Presidente faz uma correlação com os impactos na infraestrutura em Paranaíta, mas que pode ser posteriormente discutido no Termo de Compromisso a ser assinado com o vencedor do Leilão; Manifestação do representante no MME, esclarecendo as estratégias para atendimento das demandas nas aldeias e na própria sede do município, esclarecendo que o sistema de transmissão – distribuição deve ser ajustado. O MME está discutindo com a CELPA a melhor forma de atendimento da solicitação. Registrado a manifestação da Prefeitura sobre a necessidade de reforço e energia para o município e necessidade de avanço da elaboração de programas específicos juntamente a CELPA; Sr. Roberto – Secretário de Administração Finanças de Jacareacanga destacou a recorrência de apagões na cidade e a ausência dos "projetos chave do Governo Federal" no município, que possui menor PIB *per capita* do Brasil, e solicitou que o município seja inserido no planejamento do desenvolvimento no país, independentemente do empreendedor da UHE São Manoel, na forma das "ações do Estado Brasileiro" (protocolou o documento na Mesa Diretora). A consultoria informou os procedimentos do EIA que propõe Programas específicos para atender os impactos identificados. Presidente da Mesa fez esclarecimentos complementares; Sr. Gerson Munduruku, com considerações sobre as preocupações com as hidrelétricas e seus impactos; que reconhece a importância da energia, mas ressaltou a preocupação com os indígenas com as incertezas decorrentes da instalação das UHE, que os índios tiram seu sustento dos rios. Ressaltou que "os índios são contra as hidrelétricas". Questionou os benefícios de Teles Pires que não foram ainda efetivados, que estão dispostos a dialogar. A EPE esclareceu que o Programa de Apoio as Comunidades Indígenas da UHE São Manoel prevê a participação dos indígenas na sua elaboração. Informou ainda que não há previsão de alteração na qualidade da água decorrente da operação da Usina; Sr. Roberto fez a leitura de uma Carta reivindicando anseios da comunidade (protocolada na Mesa Diretora); Manifestação do Secretário de Educação, ressaltando que esse é o momento de apresentar as preocupações especialmente a falta do Estado na solução dos problemas – falta de propostas concretas. Registrou que a saída da FUNAI das terras causou muito prejuízo, que as Políticas Públicas não chegam às comunidades indígenas, que as questões fundiárias também não chegam; Sr. Claudionor Falheiros fez comentários sobre políticas públicas voltadas aos municípios. Presidente da Mesa fez considerações sobre a preocupação do Ibama sobre temas além do licenciamento ambiental, informando que estão acompanhando a AP representantes do MME e do Ministério do Planejamento; Voltando a perguntas escritas. Sra. Lucia dos Santos, questionando indenizações. Informado pela consultoria os procedimentos adotados para as indenizações; Ieda preocupada com a agua e segurança da barragem. EPE esclarece que as barragens têm um sistema de segurança e que o

empreendedor é responsável pelos prejuízos que por ventura venham a ocorrer em consequência de algum impacto do empreendimento; Sr. Valdeci Munduruku questiona aspectos arqueológicos e históricos nas comunidades. Consultoria esclarece que existe no EIA a previsão de Programa específico para o patrimônio arqueológico. Esclarecimento complementado pela EPE fazendo referência aos programas do PBAI; Sr. Wellingtom Vasconcelos Secretário de Saúde de Jacareacanga questiona os Programas relacionados a saúde em decorrência da chegada de trabalhadores. EPE esclarece diferença entre previsão de contratação para UHE Teles Pires e São Manoel fará com que o impacto previsto seja reavaliado, mas que de qualquer forma, consta no PBA um Programa específico; Sra. Edileusa relata preocupação com a sobrecarga nos serviços públicos municipais e pessoas que chegam para trabalhar na obra. EPE e consultoria informam a existência de programa específico e os procedimentos de acompanhamento da chegada desses trabalhadores; Sem identificação, questiona sobre a participação de trabalhadores de Jacareacanga nas obras. Consultoria informa os procedimentos de capacitação e recrutamento demão de obra, mas que não pode obrigar o empreendedor a contratar somente trabalhadores residentes em Jacareacanga, mesmo porque é muito distante; Sra. Edileuza, questiona sobre a efetiva contratação daqueles capacitados. Presidente da Mesa informa que na etapa subsequente (elaboração do PBA), poderão ser desenvolvidos Programas específicos para atender essa demanda; Sem identificação, mencionando a atividade de extração de madeira fiscalizada pela PF e Ibama causa prejuízo. EPE informa que nenhuma atividade madeireira executada de forma legal é atingida pelo empreendimento. Gerente Executivo do Ibama em Santarém fez considerações; Sem identificação questionou do motivo da realização de AP em Itaituba. Ibama informa questões administrativas; Sr. Ribamar Aguiar, pergunta sobre os benefícios para as comunidades ribeirinhas. Pela consultoria foi informado que não há previsão de impacto de ribeirinhos nem indígenas; Sra, Maria Leonor Santos questiona o que será feito com atingidos. Já respondido; Empresário critica as reuniões para tratar as questões indígenas; Sra. Adrinana (COPEL) reapresenta questões formuladas na AP de Paranaíta; Sem identificação, questiona erros nos projetos que acarretem prejuízos. EPE contesta informando que os dados são apresentados considerando vários parâmetros acompanhados pelos órgãos competentes; COPEL ainda solicita que Ibama inclua dados referentes aos custos do projeto sejam disponibilizados (planilha) em meio eletrônico. Ibama informou que o Ibama não acompanha dados da "Conta 10" do empreendimento. Município de Jacareacanga também solicita acesso aos valores correspondentes aos recursos destinados ao município; Presidente da Mesa reforça as informações prestadas na AP de Paranaíta; COPEL questiona a obrigação, ou não, da vinculação do Cadastro Socioeconômico no curso do processo de licenciamento ambiental do empreendimento. Não havendo mais questionamentos, o Presidente da Mesa informou que as manifestações poderão ser

protocolados no Ibama em até 15 dias, conforme Regulamento da Audiência Pública. Encerrados os debates, às 21:58 minutos do dia 29 de setembro de 2013, o Presidente da Mesa Diretora considerou a Audiência Pública válida, tendo em vista que os procedimentos de divulgação foram atendidos conforme preconiza a Legislação Ambiental vigente. Agradeceu a presença de todos os participantes e convidados presentes e deu por encerrado os trabalhos, dos quais lavrei a presente Ata, que eu e os demais participantes assinamos. Foram registradas 136 assinaturas nas listas de presença, entretanto, os indígenas, em maior número, manifestaram que não assinariam.

Jacareacanga, 29 de setembro de 2013

Presidente da Mesa: Thomaz Miasaki de Toledo

Secretário Executivo da Mesa: Antônio Hernandes Torres Junior

Responsável pela elaboração da Ata: Roberto Huet de Salvo Souza

Representante dos Proponentes dos Projetos: Amilcar Guerreiro

Responsável pelos Estudos Ambientais

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: Jacareacanga Data: 29 / 09 / 13

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
Lea Rodrigues de Sousa.		Jacareacanga-Pará	[illegible]
Izis Lopes		Jacareacanga	
Adagio Barbosa de Souza		Jacareacanga	[illegible]
Edmundo Krisci		Jacareacanga	
[illegible]			
Benedita da Silva			
IZEGLAN dos SANTOS SILVA		JACAREACANGA	[illegible]
Leo Antonio Piccolotto			
Gardenia O. da Silva		Jacareacanga	[illegible]
Isalete Akay Munduruku		Jacareacanga	
Guia Kelly de O Machado		Jacareacanga	[illegible]
Maria Elizete Campos do Nascimento		Jacareacanga	[illegible]
Maria Valéria Martins		Jacareacanga	[illegible]
Sandra Mª Lima Tapajós		Jacareacanga PA	[illegible]
maria vitório martins			
ROBERTO STRAPASTON	CEPADE	JACAREACANGA	[illegible]
Leonice de Jesus M.			
Doufao neves		Jacareacanga	[illegible]
AMBRÓZIO BRITO		SANTARÉM	[illegible]

1762
4420107-65

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: Jacareacanga Data: 29 / 09 / 13

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
MARCELO BASTOS		BRASILIA	[illegible]
Ana Claudia Moura		Brasilia	[illegible]
[illegible]	ITL	ITL	[illegible]
ROBERTO STRAPASSON	JACARE-CENTRO	JACAREACANGA	[illegible]
Romario Monteiro	JACAREACANGA		
Ronaldo Junior	Jacareacanga		
VANDO CRIA DE OLIVEIRA			
[illegible]			
[illegible]	JACAREACANGA		
CESAR J. DA SILVA			
Edna Ferreira Araujo	Jacareacanga	Jacareacanga	[illegible]
[illegible]	[illegible]		
[illegible]			
Márcia Michele Silva	JCR	JCR	[illegible]
Antonio Alves			
Rodioneta S. Silva	Jacareacanga-Pá	Jacareacanga-Pá	[illegible] Silva
Mª Cortenizanda S. Prata	Jacareacanga		[illegible]
[illegible]	Jacareacanga		[illegible]
Adriana Barbosa de Souza	Jacareacanga	Jacareacanga-PA	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: Jacareacanga Data: 29 / 09 / 13

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
Rondiclys S. da [illegible]			
[illegible] Bleu			
Janete Cardoso Sousa			
Elias Alves Sousa			
Marlene Vascimento			
Elton Vasconcelos		JACAREACANGA	[illegible]
Helem Samanda		Jacareacanga	Helem S.
Bruna F. da Silva		Jacareacanga	[illegible] Silva
Naiane S. Moraes		Jacareacanga	Naiane S. Moraes
Ma Helene [illegible] Gama		Jacareacanga	[illegible]
Mª Dionia da Luz		Jacareacanga - PA	Mª Dionia da Luz
Dulcineia Payão Mdk		Jacareacanga - PA	
Ana Rafaela A. Cruz		Jacareacanga - PA	[illegible]
Mª Antonia R. da Conceição		Jacareanga - PA	Mª Antonia
Marcelo R. da Silva		Jacareaga - PA	[illegible]
Joana Maria Mendes [illegible]			
Elziene C de Oliveira		Jacareacanga	
Francineti Rocha		Jacareacanga PA	
Elsiane Cardoso		Jacareacanga	[illegible]

1763
4420107-65
2

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: Jacareacanga Data: 29/09/13

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
Marcia Schmidt Heinle	Bairro Bela Vista	Jacareacanga	(SH)
Martinho Paulo Heinle	B. Bela Vista	Jacareacanga	Martinho P. Heinle
Aldilo Kaba	Ald. Kato		
Genildo Amancio Kaba	Ald. Kato		
Brazemot Hare	Ald. Kato		
Lauro Xori	Ald. Kato		
Candida da Silveira	Jacareacanga		
Sandra Siqueira de Souza	Itaituba	Itaituba	[illegible]
Manoel Cristóvão Martins	Machado	Itaituba	[illegible]
Edi Fátima S. Tavella	Jacareacanga	JCV	[illegible]
Marlide Borges Barreto	Itaituba		
[illegible]	JACAREACANGA	JACAREACANGA	[illegible]
Geva Karla Canto Salgado	Jacareacanga	Jacareacanga	[illegible]
Ivanio Alencar Nogueira	Jacareacanga	Jacareacanga	[illegible]
Dorimer S. Ferreira	Jacareacanga		
Carlos Augusto A. Cardoso	Jacareacanga	JACAREACANGA	[illegible]
Maria Lira Neves	Jacareacanga	Jacareacanga	[illegible]
Elzenis Cardoso	Jacareacanga		
Carla C. Alves	Jacareacanga	Jacareacanga	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: Jacareacanga Data: 29 / 09 / 13

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
Fca Tânia	Jacare - Sede		
Claudia Carolina F. Aguiar	Jacareacanga		[illegible]
Glaucia Furtado Aguiar	Jacareacanga		
Clarisson Vale Amorim	Jacareacanga		
Edivaldo Conceição	Jacareacanga		
Bruno Cirino Paiva	Jacareacanga		[illegible]
Jaco pedro	Jacareacanga		
Orelio Strapazzo	Agricultor		
Maria do Socorro R. Carvalho	Jacareacanga		[illegible]
Helio José M. de Carvalho	Jacareacanga	Jacareacanga	[illegible]
Gilberto Costa	B. S. Fracisco		
Irene Rengel	Jacareacanga		
[illegible]	Jacareacanga		
Antonio Adolfo Maria	Jacareacanga		
Maria Cleonor dos Santos	Jacareacanga		
Maria Lucia dos Santos	Jacare-Acanga		
Maria Anicete Sampaio Lima	Jacare Acanga		
Tiago Rodrigo Heisle	Jacare		
Joaquim Martins	Jacareacanga		

1764
4120/07-05

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: Jacareacanga Data: 29/09/13

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
Lúcio Flavio Pesucioli	JACAREACANGA	JACAREACANGA	
José Haroldo Pinheiro	JCR	JACAREACANGA	
Antonio Mendes Cardoso	JACAREACANGA	JACAREACANGA	
Creusa O. da Silva	Jacareacanga	Jacareacangas	
CLAUDINOR P. FALEIRO	DAFAZ	JACAREACANGA	
Leandro Rezgel da Costa	Jacareacanga	Jacareacanga	
Margarida R. Souza	JCR	Jacareacanga	
Jago Francisco Lima	JCR	JACAREACANGA	
Julia A. Paula	JCR	Jacareacanga	
Mª Perezinha de J. S. Oliveira	Jacareacanga	Jacareacanga	
Adriana Damascena Lima	Jacareacanga	Jacareacanga	
Ariane Lobo Ribeiro	JCR	Jacareacanga	
Jesonias Cardoso Ortatas			
Diogo L. Pertulino	Jacareacanga	" "	
Ana Paula da C. Mota	Jacareacanga	"	
Reynaldo Ferreira dos Santos	Jacareacanga		
Arley Campos de Araujo	Jacareacanga/sede	JCR	
Maria Gorete S. da Silva	Jacareacanga	JCR	
Adam José A. Sanjo	Jacareacanga	JCR	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: Jacarea Canga

Data: 29 / 09 / 13

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
Doroy Antonio Colet	Agrodito	Jacarea Canga	Doroy Colet
Plinio Cavagnoli	Agrodito	Jacarea Canga	[illegible]
Edilenga Viana		JCR	[illegible]
Luiz Henrique Costa		Jacare	[illegible]
Tamiro Moreira A. Silva		JCR	[illegible]
Adriana de Almeida Rocha	COPEL	Curitiba	[illegible]
Edson Rodrigo de Souza			
ANTONIO MUNIZ AGUIAR			
[illegible]			
Jandel de Souza Neri		Jacarea Canga	Jandel Neri
Maria Oliveira		Jacare	[illegible]
[illegible]			
Carlito Araujo de Oliveira			Carlito [illegible]
Maria Maria M. Eubo		Jacarea Canga	[illegible]

14

1765
4420107-CC

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: Jacareacanga Data: 29/09/13

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
Maria da Conceição	Jacareacanga	Jacareacanga	Maria da Conceição
Elda Pimenta Lobo	//	//	Elda Pimenta Lobo
José Amério Q. Oliveira	//	//	[illegible]
Robson M. Coelho	//	//	[illegible]
Jeucas Nobre de Souza	//	//	Jeucas Nobre de Souza
Ivanira Nobre Batista	//	//	[illegible]
Raimundo Delival Batista	//	//	[illegible]
José Felipe da Silva	//	//	José Felipe da Silva
Manoel Odilon Ferreira	//	//	Manoel Odilon Ferreira
	/		

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: Jacareacanga Data: 29 / 09 / 13

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
Chico Tavares	Agradito	Jacareacanga	Chico Tavares
Carlos Alves Cardoso	Jacareacanga		
Cecilio Ribeiro da Silva	Jacareacanga		
Eliene Silva de Souza	Jacareacanga		
Amadeu Ribeiro	Jacareacanga		
MATIS [illegible]	[illegible]		
Julio Cesar [illegible]	Jacareacanga	Jacareacanga	[illegible]
Brigan Murilo de Oliveira Machado	Jacareacanga		
José Wilian [illegible] da Silva	Jacareacanga	Jacareacanga	[illegible]
Gesualdo Oliveira Pereira	Jacareacanga	Jacareacanga	

1766
4420107-05

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: Jacareacanga Data: 29/09/13

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
ELINTON VASCONCELOS	SEMUS - JACAREACANGA	JACAREACANGA	[illegible]
Juan Moreno [illegible]	Agradito	Jacareacanga	[illegible]
Paulo Saraiva de J. Fran.	Agradito	Jacareacanga	[illegible]
José Augusto da S. Martins		JACAREACANGA	[illegible]
[illegible]	SEMEI - Jacareacanga	Jacareacanga	[illegible]
JOCSÃ DO BELEM	JACAREACANGA	Bosatomaz	
Kennedy F. de Almeida	Jacareacanga		[illegible]
Rawlson M. Silva	JACAREACANGA		

Anexo 3 – Registros da Audiência Pública de Itaituba

EM BRANCO

Anexo 3.1 - Locais onde foram fixados os cartazes para divulgação da Audiência Pública de Itaituba

1768
4420/07-05

Nº	Local	Data da colocação
1	Associação dos Idosos	24/09/2013
2	Associação dos mineradores de ouro do Tapajós	24/09/2013
3	Bandeirante	24/09/2013
4	Câmara de Diretores Lojistas	23/09/2013
5	Emater Pará – Escritório Local de Itaituba	24/09/2013
6	Escola Antonio Gonzaga Barros	23/09/2013
7	Escola Maria do Socorro Jacob	23/09/2013
8	Planalto Locadora	23/09/2013
9	Prefeitura Municipal	24/09/2013
10	Projeto Alvorada	23/09/2013
11	Secretaria Municipal de Educação	23/09/2013
12	Secretaria Municipal de Saúde	24/09/2013
13	Serviço de Proteção ao Crédito	23/09/2013
14	Sindicato dos Mototaxistas de Itaituba	24/09/2013
15	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Itaituba	24/09/2013

EM BRANCO

Anexo 3.2 - Registros fotográficos da Audiência Pública de Itaituba

A69
4120/07-05

Faixa para divulgação da Audiência Pública de Itaituba, localizada no Parque de Exposições Hélio da Mota Gueiros

Faixa para divulgação da Audiência Pública de Itaituba, localizada no Trapiche de atracação da balsa no rio Tapajós

Cartaz de divulgação da Audiência Pública de Itaituba, localizado Prefeitura de Itaituba

Cartaz de divulgação da Audiência Pública de Itaituba, localizado na Secretaria Municipal de Saúde

Cartaz de divulgação da Audiência Pública de Itaituba, localizado na Secretaria Municipal de Educação

Cartaz de divulgação da Audiência Pública de Itaituba, localizado no Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Itaituba

Cartaz de divulgação da Audiência Pública de Itaituba, localizado na Escola Antonio Gonzaga Barros

Cartaz de divulgação da Audiência Pública de Itaituba, localizado na Escola Maria do Socorro Jacob

Cartaz de divulgação da Audiência Pública de Itaituba, localizado na Sindicato dos Mototaxistas de Itaituba

Cartaz de divulgação da Audiência Pública de Itaituba, localizado na Associação dos Mineradores de Ouro do Tapajós

Centro de Convenções em Itaituba

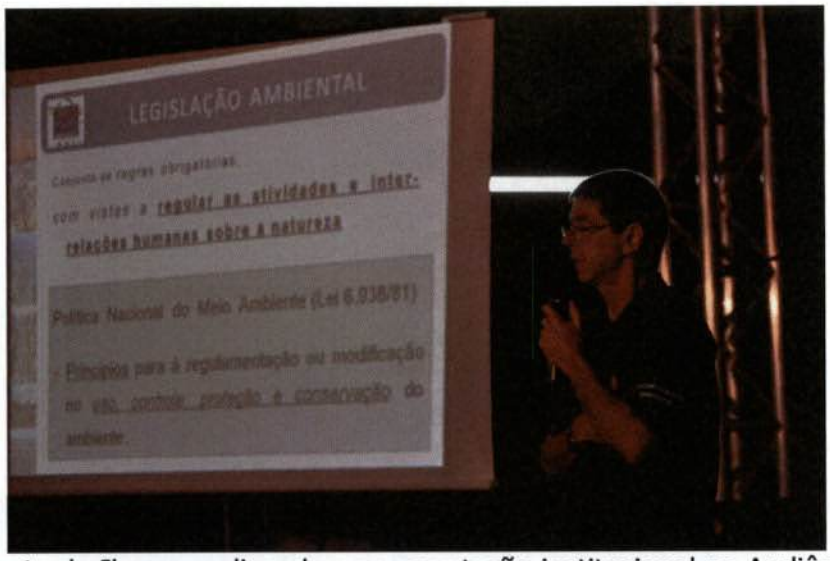
Detalhe do Centro de Convenções em Itaituba

Cerimônia de abertura da Audiência Pública de Itaituba

Cerimônia de abertura da Audiência Pública de Itaituba

Prefeita na Audiência Pública de Itaituba

Representante do Ibama lendo o regulamento para realização de Audiência Pública em Itaituba



Representante do Ibama realizando a apresentação institucional na Audiência Pública em Itaituba

Mesa diretora da Audiência Pública de Itaituba, com representantes do Ibama, da EPE e do Consórcio Leme-Concremat

Representante da EPE realizando a apresentação do Estudo do Componente Indígena (ECI) na Audiência Pública de Itaituba

Representante do MPOG esclarecendo questão apresentada pela população

1774
1120107-05

Participação da população na Audiência Pública em Itaituba

Participação da população na Audiência Pública em Itaituba

Participação da população na Audiência Pública em Itaituba

Participação da população na Audiência Pública em Itaituba

1775
4420107-CS

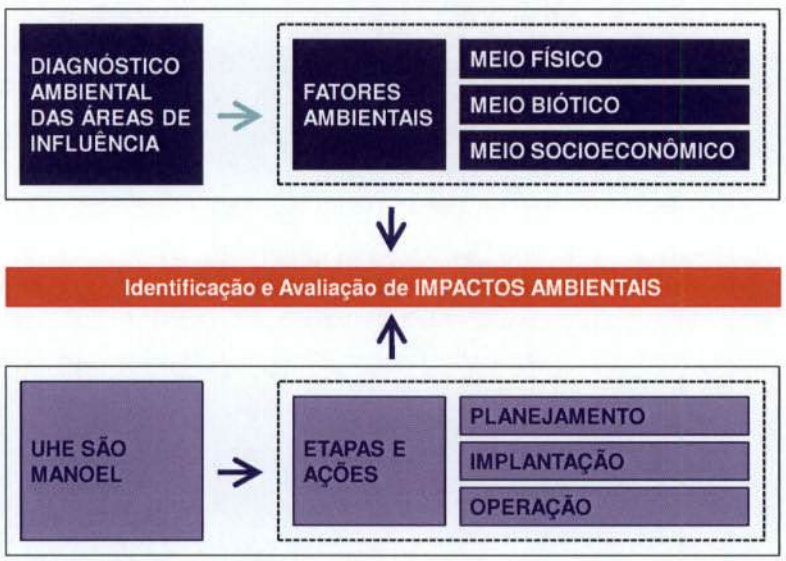
Anexo 3.3 - Apresentação realizada na Audiência Pública de Itaituba

Audiências Públicas da UHE São Manoel

Impactos e Programas Ambientais

Paranaíta, 27 de setembro de 2013
Jacareacanga, 29 de setembro de 2013
Itaituba, 30 de setembro de 2013

Procedimentos metodológicos



Procedimentos metodológicos

Avaliação de impactos

- Meio físico
- Meio biótico
- Meio socioeconômico

Magnitude

Grau de alteração

Importância

Relevância da alteração

Medidas e programas ambientais

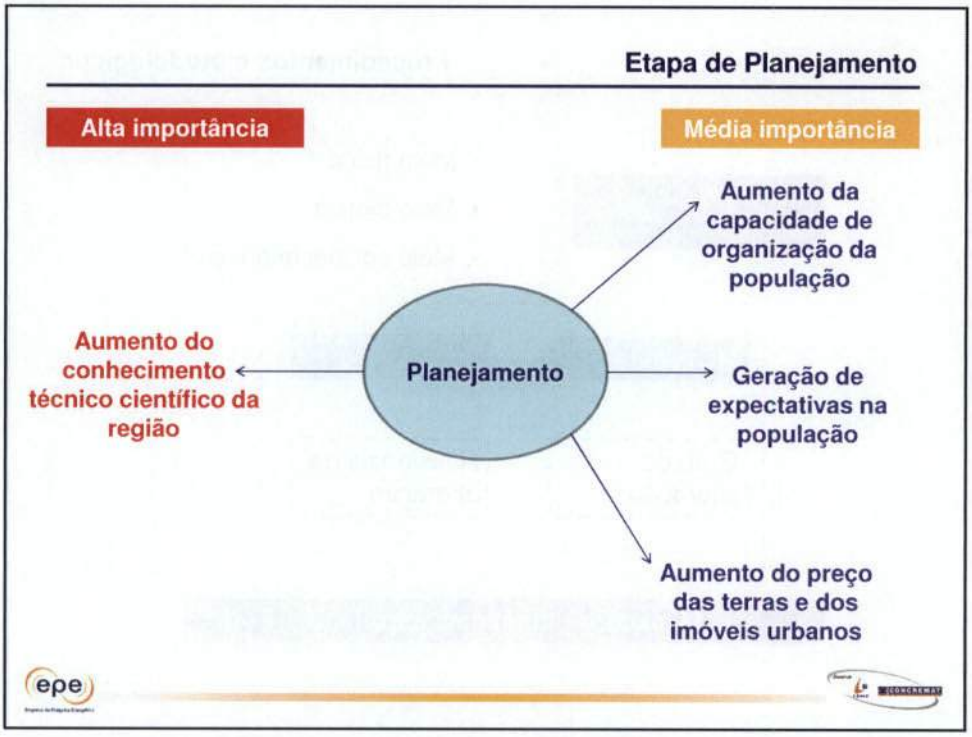
Impactos e Programas Ambientais

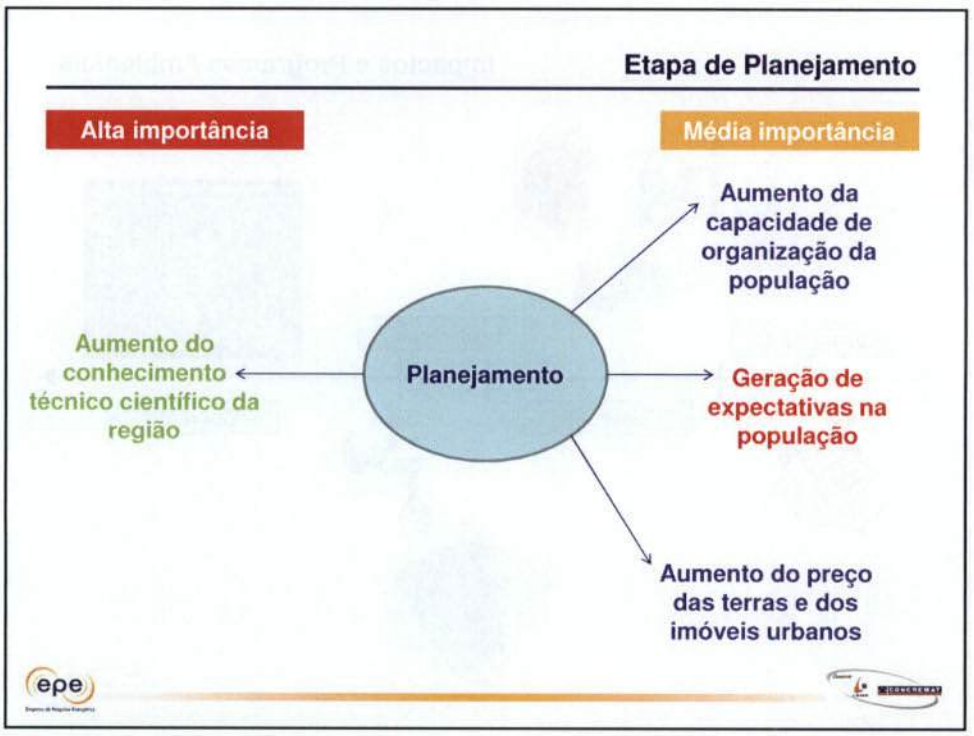
Planejamento

Construção

Enchimento

Operação


Etapa de Planejamento
Alta importância
Média importância
Aumento da capacidade de organização da população
Aumento do conhecimento técnico científico da região
Planejamento
Geração de expectativas na população
Aumento do preço das terras e dos imóveis urbanos

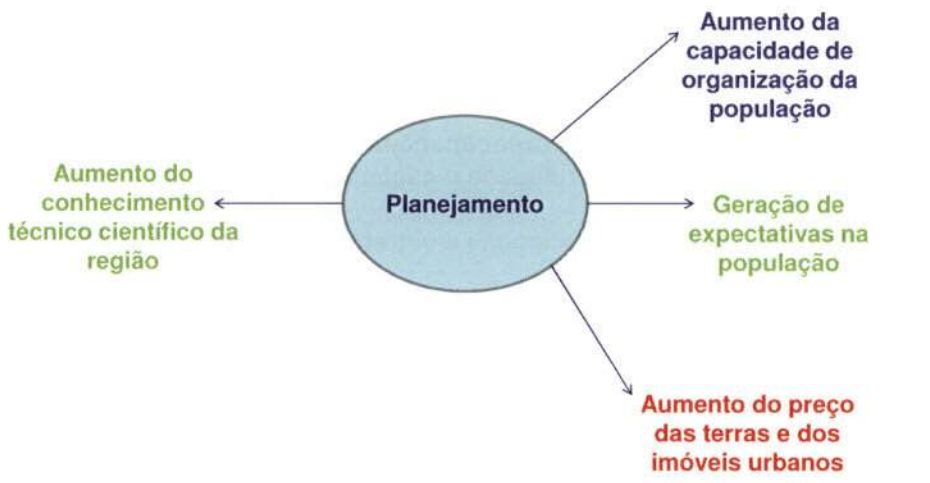

Etapa de Planejamento
Alta importância
Média importância
Aumento da capacidade de organização da população
Aumento do conhecimento técnico científico da região
Planejamento
Geração de expectativas na população
Aumento do preço das terras e dos imóveis urbanos

1777
4420107-65

Etapa de Planejamento

Alta importância

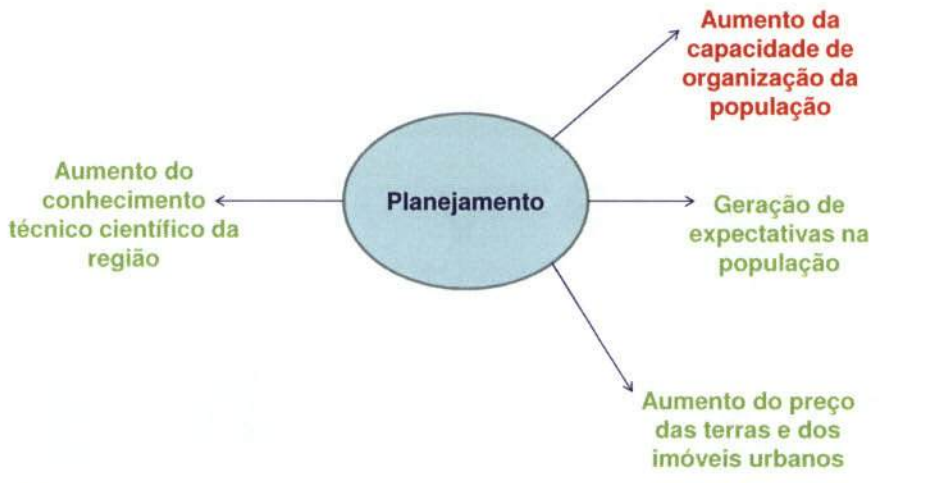
Média importância



Etapa de Planejamento

Alta importância

Média importância



Programas Ambientais Propostos

- Estabelecer convênios com universidades e institutos de pesquisa
- Identificar as principais preocupações e expectativas e implantar ações de divulgação e esclarecimento à população
- Implantar ações de divulgação e estratégias de comunicação social

Etapa de Construção – Infraestruturas de Apoio

Aquisição de terras

Supressão da vegetação e terraplanagem

Sistemas viário, energia e comunicações

Infraestruturas de apoio

Etapa de Construção

Alta importância

Média importância

Medidas Socioambientais Propostas

- Promover a manutenção periódica dos equipamentos para evitar vazamentos, ruído e emissão de gases em níveis acima dos permitidos

Etapa de Construção

Alta importância

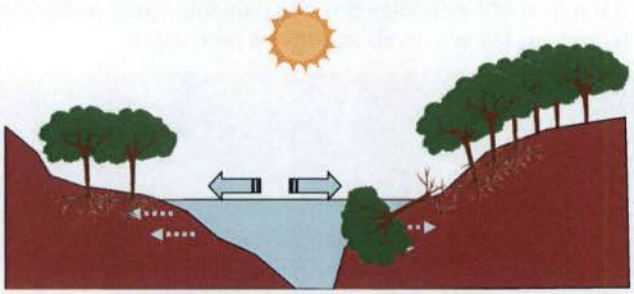
- Perda de vegetação
- Perda de hábitats para os animais
- Redução de animais no entorno da represa

Infraestruturas de Apoio

Média importância

- Aumento do ruído e da vibração
- Alteração da paisagem
- Alteração da qualidade da água abaixo da barragem
- Possibilidade de lançamento de esgoto ou lixo no rio
- Aumento da possibilidade de erosão das margens dos rios
- Atração dos animais para as áreas da obra
- Perda de terras e benfeitorias
- Aumento da pesca na região

Medidas Socioambientais Propostas



- Orientar operários para evitar o descarte de lixo na margem dos rios
- Implantar sistema de tratamento de esgoto no canteiro de obras e alojamento
- Prevenir a ocorrência ou aumento de processos erosivos
- Implantar a área de preservação permanente (APP) e recuperar a vegetação marginal
- Recompor as áreas degradadas pelas obras

1779
4420/07-6r

Etapa de Construção

Alta importância

- Perda de vegetação
- Perda de hábitats para os animais
- Redução de animais no entorno da represa

Infraestruturas de Apoio

Média importância

- Aumento do ruído e da vibração
- Alteração da paisagem
- Alteração da qualidade da água abaixo da barragem
- Possibilidade de lançamento de esgoto ou lixo no rio
- Aumento da possibilidade de erosão das margens dos rios
- Perda de terras e benfeitorias
- Atração dos animais para as áreas da obra
- Aumento da pesca na região

Medidas Socioambientais Propostas

- Indenizar os proprietários pela perda de terras e benfeitorias

Etapa de Construção

Alta importância

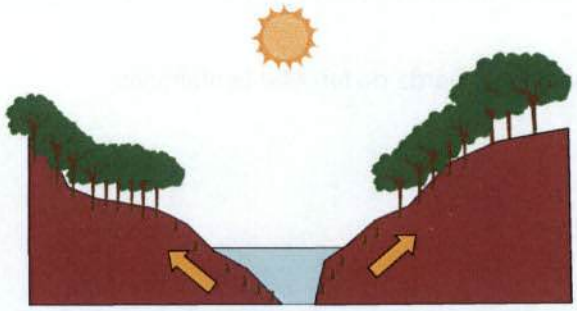
- Perda de vegetação
- Perda de hábitats para os animais
- Redução de animais no entorno da obra

Infraestruturas de Apoio

Média importância

- Aumento do ruído e da vibração
- Alteração da paisagem
- Alteração da qualidade da água abaixo da barragem
- Possibilidade de lançamento de esgoto ou lixo no rio
- Aumento da possibilidade de erosão das margens dos rios
- Perda de terras e benfeitorias
- Atração dos animais para as áreas da obra
- Aumento da pesca na região

Medidas Socioambientais Propostas



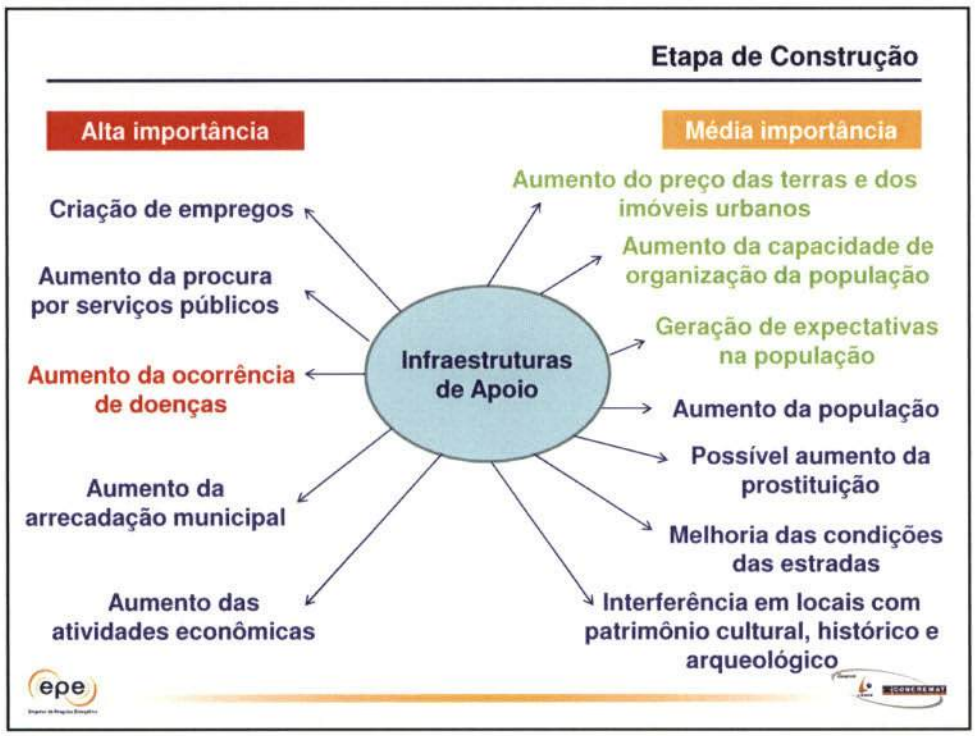
A supressão da vegetação será feita das margens para as encostas, para facilitar a fuga dos animais

- Realizar o resgate dos animais durante a supressão de vegetação
- Proibir a pesca e caça no canteiro de obras
- Sinalizar as vias e conscientizar os motoristas para reduzir acidentes
- Implantar banco de sementes e viveiro de mudas
- Implantar um programa de supressão de vegetação controlado com a delimitação precisa das áreas que serão suprimidas

1780
4420107-65

Etapa de Construção

Etapa de Construção



Medidas Socioambientais Propostas

- Adotar medidas adequadas de higiene e controle de doenças
- Prevenir doenças infecciosas e parasitárias
- Localizar e remover criadouros de mosquitos
- Promover vacinação contra tétano e febre amarela
- Prevenir doenças respiratórias com a pavimentação ou umidificação rotineira das estradas, principalmente em trechos próximos às cidades

Etapa de Construção

Medidas Socioambientais Propostas

- Priorizar a contratação de trabalhadores locais
- Capacitar a força de trabalho local para preencher vagas nas obras e os empregos criados com a expansão da economia local
- Adequar as estradas e sinalização das vias em parceria com os órgãos públicos
- Apoiar e fortalecer as políticas públicas: plano diretor e de ordenamento territorial e política de regularização fundiária
- Capacitar os empreendedores locais para novas oportunidades de negócios (seminários de oportunidades de negócios, cursos de empreendedorismo etc.)
- Priorizar a aquisição de bens e serviços de fornecedores locais

Etapa de Construção

Medidas Socioambientais Propostas

- Identificar e registrar o patrimônio cultural histórico e arqueológico encontrado nas áreas das obras
- Esclarecer a população sobre a importância da preservação do patrimônio cultural histórico e arqueológico

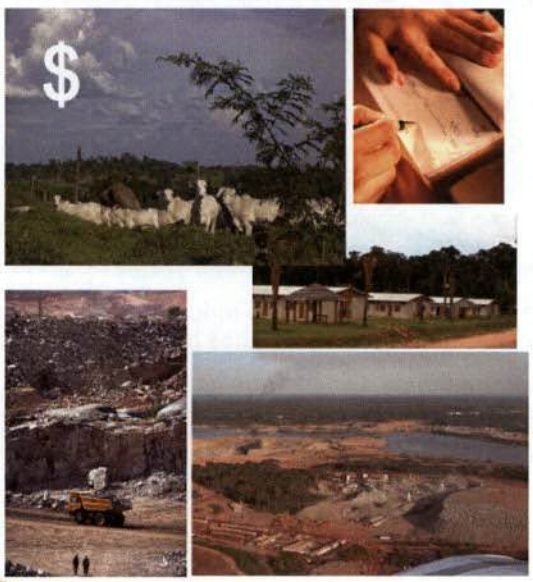
Etapa de Construção

1782
442/07-65

Medidas Socioambientais Propostas

- Priorizar contratação de trabalhadores locais
- Organizar ações para controlar os efeitos da chegada de muitos trabalhadores simultaneamente nas cidades
- Adequar os núcleos urbanos com equipamentos e infraestrutura para acomodar a população atraída pelas novas oportunidades de negócios (educação, saúde, habitação, segurança pública, saneamento etc.)
- Promover ações de comunicação e interação sociais
- Orientar a população sobre a prevenção de doenças
- Estabelecer regras de convivência dos trabalhadores com a população local, imigrante e indígena

Etapa de Construção – Obra Principal



Cadastro físico e socioeconômico e avaliação das propriedades

Aquisição de terras

Operação do canteiro industrial

Operação do alojamento

Instalação de empreiteiras e alocação de mão de obra

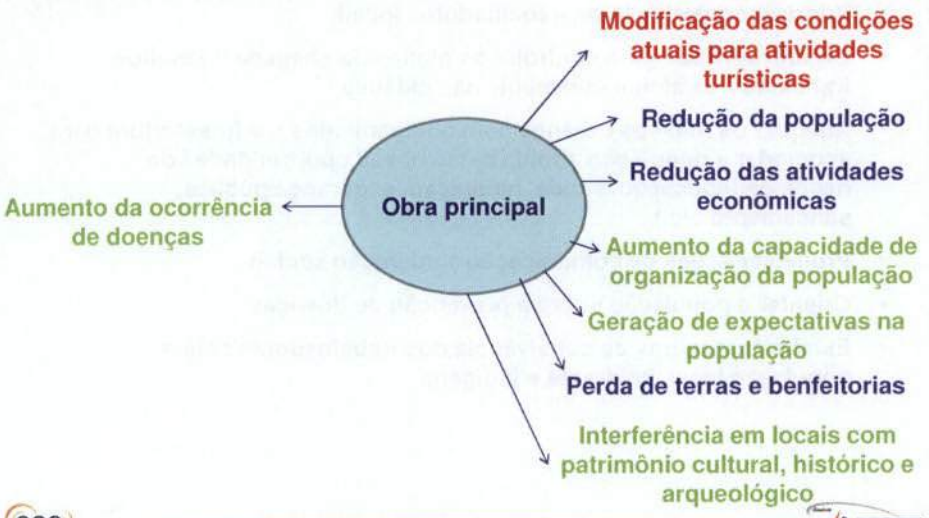
Abertura e exploração de jazidas e áreas de empréstimo

Implantação de áreas de estocagem e bota-fora

Etapa de Construção

Alta importância

Média importância



Medidas Socioambientais Propostas

- Desenvolver parcerias com os pescadores locais e indenizar as eventuais benfeitorias dos pescadores, como ranchos de pesca
- Compensar os mergulhadores e donos de balsas de garimpo
- Indenizar os proprietários dos estabelecimentos voltados ao turismo (pousadas de pesca esportiva) que serão afetados pela implantação da UHE São Manoel

1783
4420/07-05

Etapa de Construção

Alta importância

Média importância

Medidas Socioambientais Propostas

- Priorizar a contratação de pessoas residentes, prestadores de serviços e empresas da região
- Promover a formação de um banco de empregos na região, para encaminhar os trabalhadores nos momentos de desmobilização
- Divulgar o cronograma das obras, para informar a população sobre o período previsto para o encerramento das obras

Etapa de Construção

Alta importância

Média importância

Obra principal

- Aumento da ocorrência de doenças
- Modificação das condições atuais para atividades turísticas
- Redução da população
- Redução das atividades econômicas
- Aumento da capacidade de organização da população
- Geração de expectativas na população
- Perda de terras e benfeitorias
- Interferência em locais com patrimônio cultural, histórico e arqueológico

Medidas Socioambientais Propostas

- Indenizar os proprietários pela perda de terras e benfeitorias

1784
4420107-65

Etapa de Construção

Baixa importância

Infraestruturas de apoio:

- Alteração da qualidade dos solos
- Alteração da qualidade do ar
- Perda de solos cultiváveis
- Interferências em áreas com possibilidade de mineração
- Aumento da caça e atropelamento dos animais
- Modificação das relações sociais e culturais
- Aumento do número de acidentes de trabalho

Obra principal:

- Aprisionamento de peixes nas ensecadeiras
- Modificação das condições atuais de pesca
- Modificação das condições atuais de mineração

Etapa de Enchimento

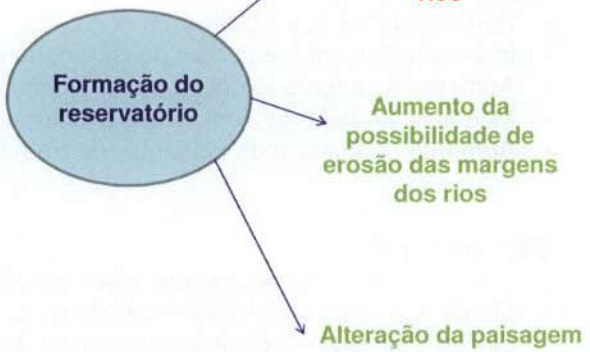
Fechamento das comportas e enchimento do reservatório

Comissionamento e testes

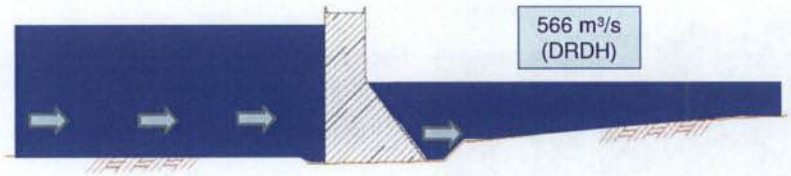
Etapa de Enchimento

Alta importância

Média importância



Medidas Socioambientais Propostas



Tempo estimado de enchimento: 3 dias

- **Manter, durante o enchimento, uma vazão abaixo da barragem para a manutenção da vida aquática e do consumo da água**
- **Instalação de estações para monitorar as vazões e níveis d'água do reservatório e abaixo da barragem**

1785
442/07-05

Etapa de Enchimento

Baixa importância

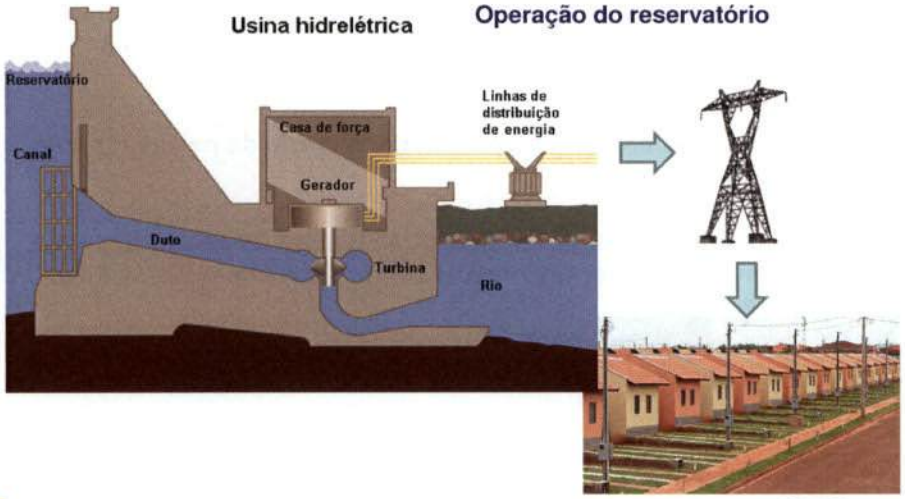
- Alteração do clima na região da represa e emissão de gases de efeito estufa
- Risco de pequenos tremores de terra
- Aumento da possibilidade de contaminação dos aquíferos
- Alteração do regime fluvial

Etapa de Operação

Geração de energia

Operação do reservatório

Usina hidrelétrica



Etapa de Operação

Medidas Socioambientais Propostas

- Implantar sistema de transposição de peixes - STP e monitorar a eficiência deste dispositivo, tanto a montante quanto a jusante da barragem
- Desenvolver estratégias para evitar a morte de peixes durante a parada de máquinas
- Realizar o monitoramento da ictiofauna no reservatório para a avaliação das alternativas a serem tomadas com vistas à sua conservação

1780
112107-05

Etapa de Operação

Medidas Socioambientais Propostas

- Monitorar as áreas sujeitas à queda de árvores e desmoronamento de encostas
- Elaborar o Plano de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificiais (PACUERA)
- Promover campanhas de educação ambiental
- Implantar a Área de Preservação Permanente – APP no entorno do reservatório
- Fiscalizar a APP por meio de parceria entre empreendedor e órgãos ambientais estaduais e federais

Etapa de Operação

Alta importância

Média importância

Medidas Socioambientais Propostas

- Realizar o monitoramento dos mamíferos semi-aquáticos no reservatório para a avaliação das alternativas a serem tomadas com vistas à sua conservação

1787
AA20107-65

Etapa de Operação

Alta importância

Média importância

Medidas Socioambientais Propostas

- Definir as áreas prioritárias para a supressão da vegetação em função da modelagem matemática da qualidade da água
- Realizar o monitoramento da qualidade da água e das macrófitas aquáticas
- Realizar a remoção mecânica de macrófitas aquáticas em caso de interferência nos usos da água
- Realizar o monitoramento da população de mosquitos, identificando os focos de mosquitos e demais condições epidemiológicas que possam aumentar o risco de potencial malarígeno da área
- Estabelecer critérios de saúde pública para a realização do controle das populações de mosquitos

Etapa de Operação

Alta importância

Média importância

Medidas Socioambientais Propostas

Compensação financeira pela geração de energia

- Divulgar o montante de recursos destinados aos municípios abrangidos pela UHE São Manoel
- Estimular, mediante ações de comunicação, o direcionamento do montante de recursos adicionais ao investimento em infraestrutura e à capacitação administrativa das prefeituras de Paranaíta e Jacareacanga

1788
442107-65

Etapa de Operação

Baixa importância

- Acúmulo de sedimentos na represa
- Aumento da possibilidade de contaminação dos aquíferos
- Risco de pequenos tremores de terra
- Alteração do clima na região da represa e emissão de gases de efeito estufa
- Risco de contaminação dos peixes por mercúrio
- Alteração dos tipos de organismos que vivem na água
- Aumento dos caramujos que transmitem a esquistossomose
- Modificação das condições atuais de pesca
- Modificação das condições atuais de mineração

Considerações finais

Por todas as questões expostas, considera-se que a Usina Hidrelétrica São Manoel apresenta viabilidade técnica, econômica, social e ambiental, desde que implantadas as medidas adequadas de prevenção, mitigação, compensação dos impactos negativos ou potencialização dos efeitos positivos decorrentes da sua construção e operação.

Muito obrigado!
epe

1789
442/07-6

Anexo 3.4 - Ata e lista de frequência da Audiência Pública de Itaituba

Ata da Audiência Pública para apresentação e discussão do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA, do Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) São Manoel realizada ao trigésimo dia do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às 18 horas e 50 minutos, no Parque de Exposições Hélio da Mota Gueiros, na cidade de Itaituba no Estado do Pará. A mesa de abertura foi composta pelo Coordenador Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica, Thomaz Miazaki de Toledo, a Prefeita Municipal, Eliene Nunes e o representante da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Amílcar Guerreiro. Hiltoney de Oliveira, representante do Ibama/Dilic, fez a leitura do regulamento da Audiência Pública. Em seguida, o Presidente da Mesa citou a presença dos analistas do Ibama, destacando a presença do Gerente Executivo de Santarém-PA, Antônio Hernandes Torres Júnior. Após, a Prefeita agradeceu a realização da Audiência Pública do AHE São Manoel no município de Itaituba/PA, em função da importância regional do empreendimento. O representante da EPE agradeceu a recepção na cidade e comentou sobre a composição multidisciplinar da equipe responsável pela elaboração do projeto em discussão. O Presidente da Mesa estendeu os agradecimentos à Secretaria Geral da República e às forças policiais que deram apoio para a realização das Audiências Públicas, além de agradecer aos funcionários da Funai pela presença e apoio técnico para as análises dos estudos. O Presidente solicitou o desfazimento da mesa e que o Analista do Ibama Roberto Huet apresentasse o processo de licenciamento ambiental desenvolvido pelo Ibama, seu marco legal e procedimentos técnico-administrativos e a participação da população, quando da realização das Audiências Públicas. Após a apresentação do Ibama, o presidente solicitou a explanação do representante da EPE Sr. Amílcar Guerreiro sobre o projeto do AHE São Manoel. O representante da EPE explicou que, no caso da emissão da Licença Prévia, o empreendimento será leiloado, quando um empreendedor será responsável pelas etapas seguintes do processo, tanto construtivas e operacionais, quanto pelos aspectos socioambientais. Em seguida, foi apresentado um vídeo sobre o projeto do AHE São Manoel. Posteriormente, o presidente solicitou ao responsável pelos estudos ambientais, Sr. Guilherme Furgler, representante da Concremat, a explicação sobre os estudos ambientais da usina, ao tempo que este apresentou um vídeo sobre os aspectos socioambientais e resultados do diagnóstico ambiental da região do AHE. Após o vídeo, o Sr. Guilherme Furgler expôs os detalhes da execução dos estudos ambientais e como são identificados e avaliados os impactos ambientais da hidrelétrica, bem como alguns dos Programas Ambientais que devem ser executados, para os monitoramentos, controle e mitigação dos impactos ambientais causados pela implantação e/ou operação do empreendimento. Em função da chegada de um grupo de alunos, após a exibição dos vídeos, o Presidente da Mesa solicitou que durante o intervalo, tais mídias fossem novamente expostas. Em seguida, a analista Glauce da EPE apresentou o estudo específico sobre o componente indígena, informando que, apesar da hidrelétrica não inundar terras indígenas, existirá impactos sobre o modo de vida indígena (povos Kayabi, Apiaká e Munduruku). O estudo contempla a identificação dos impactos, os

programas ambientais específicos e as ações de mitigação e compensação sobre as populações indígenas. Posteriormente, o Presidente informou que os debates, sobre as questões apresentadas e outras relacionadas ao projeto, seriam abertos após o intervalo.

Fernanda eng. ambiental questionou se o PBAI já é válido para a elaboração da Licença de Instalação, para o qual foi esclarecido que isto é condicionante para emissão de tal licença, com auxílio da Funai, porém em fase posterior no processo de licenciamento ambiental do empreendimento, após aprovação da LP e leilão do empreendimento.

João Paulo perguntou se o EIA/RIMA leva em consideração a sinergia de impactos dos empreendimentos na bacia e se haverá investimento nos municípios, anteriormente à instalação do empreendimento. O representante da EPE afirmou que há capítulo específico do estudo sobre a sinergia dos empreendimentos. Também respondeu que investimentos nos municípios só poderão ser realizados após o leilão do AHE.

Nayara perguntou se o preço da energia vai baixar. A EPE afirmou que a conta de energia não abaixará. Disse ainda que as contas de luz são compostas por um conjunto de modalidades de geração. A longo prazo, após o pagamento das usinas, há redução de custo da energia, com a renovação das concessões dos empreendimentos.

Juliana perguntou se a energia gerada pela UHE São Manoel melhorará o fornecimento de energia para os municípios atingidos e para a região, incluindo Itaituba/PA. A EPE respondeu que a energia será inserida no Sistema Integrado Nacional e que para chegar às residências é necessário o rebaixamento da tensão, de responsabilidade das distribuidoras de energia. Então, para a melhora do fornecimento, é necessário o investimento nas empresas distribuidoras.

Edilson Ribeiro da Silva, perguntou porque a Audiência está sendo realizada em Itaituba. O Ibama respondeu que foi uma escolha para se garantir a realização de Audiências Públicas nos estados atingidos (Pará e Mato Grosso), para retirar dúvidas acerca dos projetos, evitando confusão entre empreendimentos.

Adriele perguntou quais benefícios a construção dos empreendimentos trarão ao município de Itaituba. A EPE respondeu que não há impactos diretos em Itaituba, porém interessados podem se candidatar aos empregos gerados pelo empreendimento, além de ter explicado que as compensações financeiras beneficiarão também os estados atingidos.

Jean Campos perguntou sobre a metodologia de medição da vazão do rio, e se foi feito por meio da técnica de Doppler, adequada para rios de maior porte, A EPE respondeu que os dados de vazão do Teles Pires teve como base os dados históricos disponibilizados pela ANA, tendo sido aprovado pelo órgão responsável, não tendo sido utilizada a técnica mencionada.

Valter questionou o que será feito com os peixes de piracema para continuarem a migração e se o sistema proposto será eficaz e eficiente. O professor Efrem afirmou que o sistema de transposição não foi definido, o que será feito somente após estudos sobre as espécies-alvo.

Também mencionou os problemas relacionados à transposição, afirmando que o importante é que os peixes completem o ciclo hidrológico.

Patrick perguntou porque os investimentos em serviços e infraestrutura não vem antes dos empreendimentos. A EPE afirmou que vários investimentos já deveriam ter sido feitos, independentemente do projeto em discussão, pois são ações de governo. Também afirmou que algumas compensações só poderão ser definidas após o leilão do empreendimento. O Ibama afirmou que não há previsão de investimento anterior, pois a previsão do estudo são ações vinculadas aos impactos causados pelo AHE. A Concremat afirmou que o PBA, em fase pós-LP, definirá medidas, que podem incluir ações anteriores às obras. Patrick fez uma tréplica, mencionando a atração de interessados com a expectativa dos empreendimentos, reiterando a importância do governo agir anteriormente à implantação do empreendimento, com planejamento conjunto à comunidade. Também mencionou que não houve convite e ampla divulgação das Audiências. O Ibama afirmou que foi publicada convocação com 45 dias de antecedência, e que será elaborado relatório abordando se a houve publicidade das audiências, conforme previsto em normativas próprias. A EPE destacou as formas de divulgação do evento.

Cláudio perguntou porque no momento das contratações das subempreiteiras são priorizadas empresas de outros estados. A Concremat afirmou que os empreendedores possuem fornecedores que atendem suas demandas, mas há indicação que seja buscado na região.

David Menezes perguntou se os estudos pagos pelo governo federal que custaram milhões foram realizados, porque não há estudos sobre as deficiências do município, pois não está preparado para receber o empreendimento. Qual infraestrutura os municípios atingidos terão para receber o empreendimento? Disse também que a mitigação dos serviços públicos deve ser feita anteriormente aos empreendimentos, senão haverá acionamento do Ministério Público e Justiça. O Ibama afirmou que o município deve exercer o direito de se manifestar no processo de licenciamento, enviando contribuições e manifestações que serão considerados nas análises ambientais, A EPE afirmou que, em função da distância do empreendimento, não há previsão de impactos no município de Itaituba. A Concremat afirmou que o EIA/RIMA foi encaminhado à Prefeitura e pode ser consultado para verificação da extensão do impacto.

A Prefeita Eliene reiterou os questionamentos acerca da divulgação, dos investimentos em infraestrutura e serviços públicos, para que o município se prepare para os empreendimentos que chegarão para a região. Afirmou que o fato de se realizar audiência em Itaituba, fica subentendido que haverá impacto no município. Afirmou que não há condições de receber os empreendimentos e que as ações devem ser antecipadas para a preparação para chegada dos empreendimentos. O Ibama reiterou a necessidade de participação daqueles que discordarem dos resultados, enviando contribuições para avaliação do órgão licenciador. O MPOG afirmou que empreendimentos diferentes trazem impactos diferentes e que é importante pensar na causalidade dos impactos para traçar medidas efetivas. Afirmou também que há processos

abertos para repasse de orçamento para investimento no município, incluindo a infraestrutura e serviços públicos. A prefeita afirmou que não foram perdidos momentos do cadastro para recebimento de investimentos do governo federal e discordou da posição que não há impactos já ocorrentes no município.

Andreia Siqueira afirmou da importância da realização da audiência em Itaituba e lamentou que a plenária não está cheia. Reafirmou que os impactos já são observáveis, como o número de veículos nas ruas. Afirmou que somente hoje começou a divulgação das audiências, incluindo a TV e o carro de som. Solicitou que as audiências do complexo do Tapajós sejam melhor divulgadas, pela importância dos projetos para a região. O Ibama avaliará o relatório da empresa sobre a divulgação feita pela EPE sobre as audiências. A EPE afirmou que pagou a divulgação das audiências e será feita diligência sobre a denúncia, pois foi contratada para ser feita com 10 dias de antecedência.

Fred Vieira afirmou que a EPE deveria dialogar mais com as associações. Perguntou para quem a energia do AHE será gerada. E mencionou a preocupação sobre o valor da energia que, para empresas como a Vale, é mais barata do que para a população. A EPE afirmou que, por escoar para o sistema interligado, a energia será consumida pelos brasileiros de forma geral. O MME afirmou que o reforço do sistema gera robustez e que um estudo realizado pelo ministério prevê reforço do sistema regional, gerando maior qualidade e confiabilidade ao sistema. Os grandes consumidores não compram a energia como os consumidores finais e não compram com a mesma concorrência que estes. Enquanto os grandes consumidores compram no mercado livre, os consumidores finais compram no mercado regulado O MME afirmou que não controla o preço da energia dos grandes consumidores, e tem recebido pedidos de redução de custos destes.

Foi comentado que o impacto chega à Itaituba, pois há fluxos no rio, sendo ele conectado. A região do Tapajós é das regiões mais ricas do mundo, mas ainda assim é muito pobre. Como conciliar a resolução da pobreza com a chegada dos grandes empreendimentos na região.

Joselita (Tapajós Vivo) trouxe a preocupação com o aparato policial para viabilizar a audiência pública, trazendo desconforto aos munícipes. Também mencionou a preocupação com a chegada de trabalhadores e a falta de condições do município para tal.

Manoel, Presidente do Conselho Municipal de Saúde afirmou que o aparato policial inibiu a participação popular na audiência Afirmou também que o Ibama deveria participar na orientação das atividades produtivas locais para torná-las legais e não somente chegar de forma opressiva na região. Também manifestou sobre a retirada das riquezas regionais para outros lugares, sem contemplar as demandas da região. Repudiou a ação do Ibama, para realização das audiências públicas, amparada pela força policial. O Ibama esclareceu que embora não seja responsável pelo fomento das atividades produtivas, tem sentado às mesas de negociação para a regularização destas, incluindo a exploração minerária e pecuária.

Edson Jesus da comunidade do Pimental, perguntou sobre a desafetação do PARNA Amazônia para a realização das UHEs, pois quando o parque foi criado, até sua desafetação, os ribeirinhos não podiam executar as atividades produtivas, eram multados e não foram indenizados pela saída das terras. Perguntou porque o governo não foi conversar com as comunidades antes do empreendimento. O Ibama afirmou que é necessária a revisita ao processo de criação da Unidade de Conservação (UC) para elucidar a motivação de inclusão da área do Pimental no interior da UC. O Ibama respondeu que a desafetação não foi um ato administrativo do Ibama, tendo sido aprovado pelo Congresso Nacional.

Walfredo Marques Jr. afirmou que todos os estudos estão disponíveis na Secretaria do Meio Ambiente do município, e colocou sua discordância a respeito do impacto socioeconômico, em função dos fluxos migratórios para a região, considerando Itaituba como um polo regional, sendo que impactos já foram identificados na região. A Concremat mencionou a característica multi-escala que os impactos ambientais foram tratados, como ADA, AID, AII e AAR. Também afirmou que o polo regional para o AHE São Manoel é Alta Floresta.

Neraldo Pimenta registrou que o Consórcio Tapajós dos municípios entende que haverá impactos mais abrangentes do que aqueles colocados no EIA/RIMA, incluindo possibilidade de ocorrência em Itaituba. Registrou que já estão ocorrendo impactos na região. Também mencionou o sucesso do PDRS em Altamira e destacou que não devem ser feitos empreendimentos hidrelétricos sem este programa de preparação regional. Disse que devem ser aplicados recursos (180 milhões do PDRS – sociedade civil e 55 milhões diretamente do empreendedor) nos 6 municípios da bacia do Tapajós (Trairão, Aveiro, Itaituba, Rurópolis, Novo Progresso e Jacareacanga).

Foram contabilizadas 149 assinaturas na lista de presença da Audiência Pública.

Itaituba-PA, 30 de setembro de 2013

Presidente da Mesa: Thomaz Miazaki de Toledo

Secretário Executivo da Mesa: Antônio Hernandes Torres Júnior

Responsável pela elaboração da Ata: Frederico Queiroga do Amaral

Representante dos Proponentes dos Projetos: Amílcar Guerreiro

Responsável pelos Estudos Ambientais: Guilherme Furgler.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: Itaituba PA Data: 30/09/13

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
Luis Carlos Biella	São Paulo SP	São Paulo	[illegible]
Juliana	Itaituba	Itaituba	[illegible]
Gilberto Rocha	Belém	Belém	[illegible]
Edson Pereira de Sousa	Itaituba	Itaituba	[illegible]
Raimundo Ferreira Silva			
Lucandra Prado	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	[illegible]
[illegible] Ferreira	ITAITUBA	ITAITUBA	[illegible]
Patrick Souza	ITAITUBA	ITAITUBA	[illegible]
Ana Denise Azevedo Pexinho	ITAITUBA	ITAITUBA	[illegible]
Reginaldo da S Barros	ITAITUBA	Itaituba	
[illegible]	ITAITUBA	Itaituba	[illegible]
Nilda [illegible]		Itaituba	
Ohene Nunes de Oliveira	Itaituba	Itaituba	[illegible]
Maria Rodrigues Oliveira	Itaituba	Itaituba	[illegible]
Elaine Damara Azevedo	Itaituba	Itaituba	[illegible]
Neira Alves do Carmo	Itb	Itaituba	[illegible]
Cindalia da Silva Costa	Itb	Itaituba	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Walter C. A. Jr.	ITB	ITB	[illegible]

1792
4420107-CS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: Itaituba PA Data: 30/09/13

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
Fernanda Viegas		Itaituba	[illegible]
Ana Claudia Moura		Itaituba	[illegible]
MARCELO SANTOS		BRASÍLIA	[illegible]
ELIANA S. MACHADO SCHUBERT		ITAITUBA	[illegible]
Jolfma P Ferreira		Itaituba	[illegible]
Débora da S. Souza		Itaituba	[illegible]
Maria M Paula Santos	Brito	Itaituba	
Olga Oyarcida Baima		Itaituba	[illegible]
Raimundo Colares Santos		Itaituba	
Francisca Colares dos Santos		Itaituba	
Paulo Roberto A Ferreira		Itaituba	[illegible]
Miguel Sou de B. Mello		Itaituba	
WELITON LIMA		ITAITUBA	[illegible]
Marcelo Silva		ITAITUBA	[illegible]
Elio da Silva Pereira		ITAITUBA	[illegible]
Silmara Brito Camargo		Itaituba	[illegible]
* João Paulo Meister		Itaituba	[illegible]
Ney da Conceição Abreu		Itaituba	[illegible]
Edmundo A. Conceição		ITAITUBA	[illegible]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: ITAITUBA - PA Data: 30/09/2013

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
Aurea do Carmo P. Murato	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	[illegible]
Guilherme Furgler	BRASILIA	DF	[illegible]
Antonio dos R. Ferreira Franco			[illegible]
Andréa Coelho	Belém - Pará	Belém	[illegible]
Walfredo Marques Jr.	Itaituba/PA	Itaituba	[illegible]
[illegible] Silva de Souza			
Rosangela S.R. Grosbelli	Itaituba/PA		Rosangela S.R. Grosbelli
Reinaldo A. Gais	Itaituba/PA	Itaituba	[illegible]
Marcus Vinicius Amendes	Itaituba	Itaituba	[illegible]
Adriana A. Pinto	Curitiba/Copel	Curitiba	[illegible]
Josefina Kurtz	Rio de Janeiro	RJ	[illegible]
Jubal Cabral Filho	Itaituba Pará	Itaituba	[illegible]
Gilson Vasconcelos de Souza	Itaituba	Itaituba	[illegible]
Sandra Siqueira Lauza	Diálogo Tapajós	Itaituba	[illegible]
Giuanildo R. de Paiva	Itaituba	Itaiba	[illegible]
Andréa Siqueira	Itaituba	Itaituba	[illegible]
Maria de Fátima Bezerra			[illegible]
[illegible]	Consórcio Tapajós	[illegible]	[illegible]
Isabel Freire	Rio de Janeiro		[illegible]

1793
4420107-CS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: ITAITUBA - PA Data: 30/09/2013

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
Rosemary Machado Alves	Cuiabá	Cuiabá	[illegible]
Mário do Canto	UFPA	Belém	[illegible]
ALESO SABUGO	ITAUTIBO	Belém	[illegible]
Pablo Vidal Santa	Itaituba	Itaituba	[illegible]
Carlos Frederico S. Menezes	Rio de Janeiro	Fpolis	[illegible]
EDIO L. DA LUZ	Fpolis	Fpolis	[illegible]
MARCOS PEREIRA	RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	[illegible]
LUISA FRANCA	RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	[illegible]
EFREM J. G. FERREIRA	MANAUS	MANAUS	[illegible]
Thiago G. F. Prado	BAB	BAB	[illegible]
Atimaan da Silva Franco	Asfranco	Itaituba	Asfranco.
Maria Vilma Silva	Franco	Itaituba	[illegible]
[illegible]	Belém/PA	Belém	[illegible]
Jamairo W. Damasceno	Itaituba	Itaituba	Jamairo.
Raimundo Ferreira Santiago	Itaituba		Raimundo Ferreira Santiago
Carlos Henrique P. da Silva	Itaituba-PA	ITAITUBA-PA	[illegible]
Josemir Bezerra de Brito	Itaituba-PA	Itaituba. PA	Josemir Bezerra de Brito
Eriquan Gomes	ITAITUBA	ITAITUBA	[illegible]
Maria Jandinar. de Carvalho	ITAITUBA - SEMMAP		[illegible]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: Itaituba PA Data: 30/09/13

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
Maria Luiza O. Gomes	Itaituba S. das Araras		[illegible]
[illegible]	Itaituba / IFPA		[illegible]
Alessandra dos Santos Feitoza	Itaituba / IFPA		[illegible]
Josiette Rama Gomes	MMCC - Itaituba	Itaituba	[illegible]
Hermann da Salomão	Itaituba Prefeitura	Itaituba	[illegible]
Jaqueline da Silva de Souza	Crepurizinho	Itaituba	
Edmira Melo Salomão	Itaituba	Itaituba	[illegible]
[illegible]	ITAITUBA	ITAITUBA	[illegible]
[illegible] Roxo Santos	ITAITUBA	ITAITUBA - IFPA	[illegible]
* Alexandre Napoleão Sant'Ana	Itaituba	Itaituba / Polícia Civil	[illegible]
[illegible]	ITAITUBA / IFPA	ITAITUBA - PA	
Leila S. Souza	IFPA / Itaituba	Itaituba / PA	[illegible]
[illegible] Roberto [illegible]	Itaituba		
Karison da S. Oliveira	Itaituba	Itaituba	
Solomy [illegible]	ITB - sede	ITB	[illegible]
Maria Rosana de Souza	Itaituba	Itaituba	[illegible]
Weslany Souza dos S.	Itaituba	Itaituba	[illegible]
Sabrina Winck Soranso	Itaituba	Itaituba	[illegible]
Milena Jarielly Rego de Araújo	Itaituba	Itaituba	Milena Jarielly Rego de Araújo

1794
1420107-65

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: Jacareacanga Data: 29 / 09 / 13

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
[illegible]		JACAREACANGA	[illegible]
[illegible]	Jacareacanga		
Marcelino dos Santos	Jacareacanga		
[illegible]	Jacareacanga		
Elton Maria			
Fabricio F. Cordeiro			
Bruno Henrique de O. M.			
Eliane Carvalho Sena		Jacareacanga	[illegible]
Simone P. P. [illegible]		Jacareacanga	
Amaury da Silva Gomes		Jacareacanga	[illegible]
[illegible]		Jacareacanga	
[illegible]	Jacareacanga	ORY-PA	[illegible]
Wuyncla Paz de Aguiar	Jacareacanga	Jacareacanga	[illegible]
GIVANILDO RODRIGUES DE PAULA	ITAITOBA	ITAITOBA	[illegible]
Velmar Fuchs			
Evaton Sales da Silva	Sc. Meio Ambiente	Jacareacanga	[illegible]
Jacomar C. Barbosa		JACAREACANGA	[illegible]
Lucas [illegible]	Bilim	Bilim	[illegible]
Pedro Lucio SR da Luz	cidade Jacareacanga	Jacareacanga	[illegible]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: ITAITUBA/PA Data 30/09/2013

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
João Fernando Sadeck	Itaituba	ITAITUBA	João Fernando
Bianca Lira Marinho	Itaituba	Itaituba	Bianca Lira
[illegible]	ITAITUBA	ITAITUBA	[illegible]
Elia Nunes	Itaituba	Itaituba	[illegible]
[illegible]	Itaituba	Itaituba	[illegible]
Gabriele Vieira Silva	Itaituba	Itaituba	[illegible]
Neyla Cunha de Souza	Itaituba	Itaituba	Neyla Souza
Josilei de Silva Souza	Itaituba	Itaituba	[illegible]
[illegible]	Itaituba (SEMSA)	Itaituba	[illegible]
Roane Nuete [illegible]	ITAITUBA	ITAITUBA	[illegible]
[illegible]	TRAIRÃO	TRAIRÃO/Itb.	[illegible]
EVILSON COSTA GOMES	ITAITUBA/LIBERDADE	ITAITUBA	[illegible]
Brenda Pérsula N. Dasconcelos	Itaituba	Itaituba	[illegible]
Marilza F. dos Santos	Itaituba	Itaituba	[illegible]
Wilson Campelo Silva	ITAITUBA	ITAITUBA	Wilson Campelo Silva
Maria de Souza Pontes	Itaituba	Itaituba	[illegible]
Edilson Ribeiro da Silva	Itaituba	Itaituba	[illegible]
Geiziele de Araujo Cristino	Itaituba	Itaituba	[illegible]
Kamio José da Costa Rodrigues	Itaituba	Itaituba	Kamio Rodrigues

1795
4420107-65

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: ITAITUBA - PA Data 30/09/2013

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
Pedro Braga da Silva	montanha mangabal	Itaituba	Pedro Braga da Silva
[illegible]	ITAITUBA	ITAITUBA	[illegible]
FABRICIO PRIANTE SCHUBER	ASS. COMERCIAL DE ITAITUBA - PRESIDENTE		[illegible]
Marilda Braga	Itaituba	Itaituba	[illegible]
[illegible]	[illegible]	Itaituba	[illegible]
ENZO LUÍS NICOZE	SEMMAP	ITAITUBA	[illegible]
[illegible]	AVEIRO	AVEIRO	[illegible]
[illegible]	Aveiro	Aveiro	[illegible]
Ma Geronice M. Silva	Itaituba	Itaituba	[illegible]
Amilton Farias	ITB.	ITB	[illegible]
Ana Paula da Silva Santos	Itaituba	Itaituba	[illegible]
Alcides Silva	Itaituba	Itaituba	Alcides S. [illegible]
JOSSEHAN FROTA	ITAITUBA	ITAITUBA	[illegible]
João Paulo Alvi	São Paulo	SÃO PAULO	[illegible]
Bruna Lorrane	Itaituba	ITB	[illegible]
Thalia da Silvah Dias	Itaituba	ITB	[illegible]
Rubervol V. Campos	ITAITUBA	ITB	[illegible]
Andervânia Lima	Itaituba	Itaituba / SEMSA	[illegible]
Francisca Ramira de S. Caldas	Itaituba	Itaituba	[illegible]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: Jacareacanga Data: 29/09/13

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
João Akay Kaba	Jacareacanga	Jacareacanga	[illegible]
Auricioma Daca	Jacareacanga	Jacareacanga	Auricioma
Waldecir Ovoy	Jacareacanga	Jacareacanga	Waldecir Ovoy
Aldeline Kaio	Jacareacanga	Jacareacanga	Aldeline
Guandria Kala Munduruku	Jacareacanga	Jacareacanga	[illegible]
Isaías Kirixi Munduruku	Associação Pusuru	Jacareacanga	[illegible]
Valdete Soares da Silva	Jacareacanga	Jacareacanga	Valdete Soares
Valdenir dos Silva	"	"	Valdenir dos Silva
Helvaride M. Oliveira	Jacareacanga	Jacareacanga	Oliveira
Adenilza Kabi Munduruku	Jacareacanga	Jacareacanga	[illegible]
[illegible]	Jacareacanga	Jacareacanga	[illegible]
[illegible]	"	"	[illegible]
Angela Maria Ferreira Pinheiro	Jacareacanga	Jacareacanga	[illegible]
Elda Maria de Souza Neves	Jacareacanga	Jacareacanga	[illegible]
Jailson Oliveira Martins	Jacareacanga	Jacareacanga	[illegible]
Josielton Filho Gomes	Jacareacanga	Jacareacanga	[illegible]
Tamara Kirixi Munduruku	Jacareacanga	Jacareacanga	[illegible] (Acija)
Zio R. PRATO	Porto Rico	Jacareacanga	[illegible]
Antonio Soares Evangelista	Maranhão	Jacareacanga	Antonio S. Evangelista

1796
4420107-65

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: Itaituba / PA Data: 30/09/13

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
Antonia Macedo Rocha	Mdo São Francisco	Itaituba	Antonia M Rocha
Nayana Nascimento Monteiro	Itaituba	Itaituba	Nayana Nascimento Monteiro
Camila Duarte	Itaituba	Itaituba	Camila Duarte
Aurilene O dos santos	itaituba	itaituba	Aurilene O dos santos
MANOEL DA GRAÇA	Itaituba	Itaituba	[illegible]
Onilson	ITAITUBA	ITAITUBA	Onilson
Ovidio	ITAITUBA	ITAITUBA	Ovidio
Clemison Silva Lopes	ITAITUBA	ITAITUBA	[illegible]
Osmo M Dias	Itaituba	Itaituba	Osmo M Dias

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: Itaituba PA Data: 30/09/13

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
Cliff Serrão	Itaituba - Estepa	Itaituba	[illegible]
Pedro Paulo Cunha	Itaituba - EETEPA	Itaituba	Pedro Paulo F. da Cunha
Eliene Ferreira da Silva	Itaituba EETEPA	Itaituba	Eliene Ferreira da S.
Gilson de Deus Souza	Pimentel	Traição	
Hamilton da Silva	IFPA	ITAITUBA	Hamilton N Silva
Paulo Gilson Santos	Itaituba (Adm)	Itaituba	Paulo Gilson
Jaime Felix Pinto	Natal - RN	NATAL - RN	[illegible]
Hermane Alves Pereira		ITAITUBA	[illegible]
Paulo André M. Gal	ITB	ITB	[illegible]

149 Assinaturas

1797
1420107-65

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: Itaituba Data: 30/09/13

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
Waleyra Marcelo	Itaituba / IFPA	Itaituba PA	Waleyra Marcelo
Luciane F. Quintero	Itaituba IFPA	Itaituba PA	L. F. Quintero
Anna Paula Roginof	Itaituba-Pa IFPA	Itaituba PA	
Adoniel da Silva e Silva	Itaituba - PA - EETEPA	Itaituba PA	Adoniel
Ozana Silva Oliveira	Itaituba PA EETEPA	Itaituba PA	[illegible]
Patrícia Cardoso Ferreira	Itaituba PA EETEPA	Itaituba PA	[illegible]
Johny dos Santos Ferreira	ITB - PA EETEPA	Itaituba PA	[illegible]
José Elias S. Rodrigues	ITB EETEPA	Itaituba PA	[illegible]
Elias Silva Oliveira	Com. Santa Rita	Itaituba PA	Elias Silva Oliveira
Roriane Lopes do Amaral	Itaituba / Técnica ministerial	Itaituba PA	
		Itaituba PA	
		Itaituba PA	
		Itaituba PA	
		Itaituba PA	
		Itaituba PA	
		Itaituba PA	
		Itaituba PA	
		Itaituba PA	
		Itaituba PA	

Anexo 4 – Comunicados das Audiências Públicas em rádio, carro de som, televisão e jornal

EBC Serviços
EBC EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO
SCS Q.9 BI.B-50,Ed.Venâncio 2000 - 1° Subsolo - Asa Sul - CEP 70333-900
Brasília - DF CP08840 - Tele:(61)3799-5200 - CNPJ:09.168.704/0001-42

Planilha:
0023/2013
Data de Emissão
20/09/13 13:32

Planilha de Ações de Divulgação

Comunicados nas rádios regionais

CLIENTE: EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA / EPE - RJ - RIO DE JANEIRO

ENDEREÇO: AV. RIO BRANCO, 11° ANDAR - - N° 01 - CENTRO CEP: 20090-003

CIDADE: Rio de Janeiro - RJ CNPJ: 06.977.747/0002-61 INS. ESTADUAL: DATA: 19/09/201

Veículo	Programa	Horário	Período / Número de Inserções Setembro / 2013	Qtde.	Sec.	Valor Unitário R$	Desc. %	Valor Total R$
Rádio Bambina FM (MT) (Alta Floresta)		07 ÀS 19H	20 21 22 23 24 25 26 27 4 4 4 4 4 4 4 4	32	90"	78,50	40,00	1.507,20
Rádio Clube AM (PA) (Itaituba)		07 ÀS 19H	20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4	40	90"	146,00	78,00	3.044,80
Rádio Paranaíta FM (MT) (Paranaíta)		07 ÀS 19H	21 22 23 24 25 26 27 4 4 4 4 4 4 4	28	90"	50,00	0,00	1.400,00
Rádio Líder (PA) (Jacareacanga)		07 ÀS 19H	21 22 23 24 25 26 27 28 29 4 4 4 4 4 4 4 4 4	36	90"	135,00	20,00	3.888,00

Total Negociado: **R$ 9.840,00**

Observações:
Esta planilha cancela e substitui a anterior de mesmo número devido à inclusão das rádios Líder e Paranaíta

Cidade - UF	Contato:	Identificação do Solicitante:
Rio de Janeiro - 20/09/2013		JACQUES WIZENBERG

Marcos Ferreira Sebastião
CPF 344.715.457-87

epe Empresa de Pesquisa Energética

C D MOURA,PROPAGANDA & PUBLICIDADE

CNPJ,08.532.868/0001-44, INSC.EST.15.258.126-0
Propaganda & publicidade
Stúdio Localizado na Trav, Custo Chermont-centro
Tel:(093)-3518-4899- 9101-1650
Itaituba- Pará

STUDIO MOURA

PROJETO DE MÍDIA

DE: STÚDIO MOURA
PARA: Daniel Dias Loureiro (departamento de divulgação)

Estamos encaminhando o plano de mídia realizado na divulgação pra audiência publica que foi realizada dia 30 de setembro de 2013, em ITAITUBA – PA.

"Segue a discriminação de chamadas e horários veiculados":

Propaganda volante:

	Manhã		tarde		horas	total
21/9	9:00 as 10:00	1:00	15:00 as 16:00	1:00	2:00	2:00 horas
22/9	9:00 as 10:00	1:00	15:00 as 16:00	1:00	2:00	2:00 horas
23/9	9:00 as 10:00	1:00	15:00 as 16:00	1:00	2:00	2:00 horas
24/9	9:00 as 10:00	1:00	15:00 as 16:00	1:00	2:00	2:00 horas
25/9	9:00 as 10:00	1:00	15:00 as 16:00	1:00	2:00	2:00 horas
26/9	9:00 as 10:00	1:00	15:00 as 16:00	1:00	2:00	2:00 horas
27/9	9:00 as 10:00	1:00	15:00 as 16:00	1:00	2:00	2:00 horas
28/9	9:00 as 10:00	1:00	15:00 as 16:00	1:00	2:00	2:00 horas
29/9	9:00 as 10:00	1:00	15:00 as 16:00	1:00	2:00	2:00 horas
30/9	10:00 as 12:00	2:00	xxxxxxxxxxxx		2:00	2:00 horas
	Total de horas rodadas --- ---------- ---------- ---------- ---------- 20:00 rodadas		**Preço unitário** **R$ 50,00**		10X2= 20:00	R$, 1.000,00

Comunicado em carro de som em Itaituba

Comunicado na rede de televisão regional em Itaituba

REDE BAND DE COMUNICAÇAO
WILMAR FREIRE E CIA LTDA
CNPJ: 15.735.517/0002-87
17ª RUA CIDADE ALTA Nº 629 BELA VISTA
CEP: 68180- 140 ITAITUBA - PARA
EMAIL: t tveldoradoitb@hotmail.com

EMPRESA:STUDIO MOURA (AUDIENCIA PUBLICA DA UHE SAO MANOEL NO RIO TELES PIRES)
ENDEREÇO: JUSTO CHERMONT COM AVENIDA BELEM.
CIDADE: ITAITUBA ESTADO: PARA

PROGRAMAÇAO DE 21 A 30 DE SETEMBRO

PROGRAMAS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	Nºinserções	Total
	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S			
Band Kids																							1	1	1	1	1			1			
Dia a Dia																							1	1	1	1	1			1			
Jogo Aberto																							1	1	1	1	1			1			
Jornal Eldorado																							1	1	1	1	1			1			
Ycarli																							1	1	1	1	1			1			
Brasil Urgente																							1	1	1	1	1			1			
Giro da Tarde																																	
Jornal da Band																							1	1	1	1	1			1			
COC																							1							1			
Pré - jogo																									1								
Futebol																									1								
A Liga																								1									
Policia 24H																										1							
Pânico na Band																											1						
Agora é Tarde																							1	1		1	1			1			
Jornal da noite																							1	1	1	1	1			1			
Prog. SABADO																																	
Prog. Noticias de Sab.																																	
Boteco da RBA																					1							1					
Acon tece																					1							1					
Deu Olé																					1							1					
Jornal da Band																					1							1					
TOP Cine																					1							1					
Acredite se Quiser																					1							1					
Top Cine																					1							1					
Prog. DOMINGO																																	
Band Esporte Clube																						1							1				
Formula Truck																						1							1				
Auto mais																						1							1				
Futebol																						1							1				
Panico na Band																						1							1				
Terceiro Tempo																						1							1				
Canal livre																						1							1				

epe
Empresa de Pesquisa Energética

IMIGRANTES | Uma haitiana de 30 anos apresentou sintomas da doença, que foi confirmada por exame; Outras 40 pessoas estão sob investigação

Saúde confirma caso de elefantíase

ALECY ALVES
Da Reportagem

A Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá confirmou que uma haitiana de 30 anos é portadora de filariose, doença infecciosa também conhecida por elefantíase. A paciente, que já apresenta inchaço nos membros, chegou em Cuiabá há oito meses e passa por tratamento.

Informações dadas ao DIÁRIO apontam que outros dois casos, também em haitianas, foram identificados. Porém, os órgãos da saúde pública alegaram desconhecê-los.

De acordo com a SMS, por se tratar de uma doença transmissível e sem registros de notificações no Estado, 45 pessoas que conviveram com a haitiana estão passando por investigação laboratorial. Haitianos e brasileiros, que entraram em contato com a doente no período que ela esteve abrigada na Casa do Migrante, tiveram amostras de sangue coletadas e enviadas para um laboratório em Minas Gerais.

A filariose ou elefantíase não é transmitida entre seres humanos. O transmissor é o mosquito conhecido popularmente como pernilongo, comum no país e que tem outras denominações como aedes, palha, tatuquira, asa branca, cangalinha.

O inseto pica a pessoa infectada e hospeda o verme causador da doença, podendo contaminar a próxima pessoa que picar. A infecção atinge o sistema linfático, bloqueando os vasos e fazendo com que as pessoas acometidas passem a apresentar sinais deformidade nos membros.

Se descoberta na fase inicial, a maioria não chega a desenvolver a elefantíase, forma mais grave da doença, caracterizada pelo inchaço e ferida de membros como pernas. Nos homens, também pode causar deformações nos testículos.

Em ambos, mulher e homem, chegam a causar incapacidade definitiva para o trabalho e outras atividades cotidianas. Também provoca febre, dor de cabeça e mal-estar. No caso específico da haitiana, o diagnóstico aconteceu quando ela já apresentava inchaços, mas ela está em tratamento, não com internação, mas assistida pelo Hospital Universitário Júlio Muller(HGU).

A assessoria da SMS informou que o caso da haitiana foi diagnosticado em julho, mas a secretaria, HUJM e técnicos decidiram que o manteria em sigilo como forma de evitar que os haitianos fossem vítimas de preconceito ou até que deixasse de buscar assistência médica-hospital por medo de serem hostilizados.

De acordo com a OMS, há no mundo cerca de 120 milhões de pessoas infectadas e 40 milhões que desenvolveram elefantíase. A Índia e o continente africano registram o maior número de casos. No Brasil, existem cerca de 49 mil. As cidades de Recife, Belém e Manaus contabilizaram mais casos.

Secretaria Municipal de Saúde (SMS) confirmou a doença em julho, mas manteve o caso em sigilo

EMERGÊNCIA

Bebê nasce dentro do carro da PM

Da Reportagem

Os dois militares que fizeram o parto de uma adolescente dentro da viatura da Polícia Militar reencontram mãe e filho ontem. Eles foram até a casa da avó de Davi Lucas, dona Maria Suely de Souza, no bairro São João Del Rey, onde Danieli Rodrigues de Souza, 16 anos, se recupera do parto, que aconteceu na semana passada.

Com 3.165kg e 49 centímetros, Davi acabou de nasceu no banco traseiro da viatura, na porta do Hospital e Maternidade Santa Helena, pelas mãos do cabo Edinalson Antônio da Mata, 44 anos, e do soldado Lucas Oliveira, de 22, ambos lotados na Base Comunitária do São João Del Rey.

Sem ter seus chamados atendidos por táxis, o pai do bebê, o eletricista Wellington Miranda, 19 anos, não viu outra saída se não literalmente correr até o posto policial.

O cabo Da Mata conta que tentaram chegar na maternidade antes do parto, mas não foi possível. Lucas Oliveira, que dirigia a viatura, conta que acelerou, mas não poderia ir muito rápido por causa da segurança e dos quebra-molas encontrados ao longo do percurso.

Danieli, recordam os policiais, gritou de dor em diversos momentos, mas eles não sabiam avaliar o quando o nascimento de Davi Lucas estava próximo. Ao se aproximar da maternidade, viram que o bebê nascia e mal tiveram tempo de estacionar o carro para concluir o parto.

O médico e as enfermeiras que foram até a viatura contribuíram, levando mãe e filho para dentro da maternidade para os procedimentos finais de assistência.

Em 23 anos de carreira policial, conta o cabo Da Mata, esse é primeiro parto. Comparando a situação com os partos da esposa, com quem tem dois filhos, que segundo ele foram bem mais demorados, o cabo pensou que teriam tempo suficiente para chegar à maternidade.

Já Lucas, solteiro e policial há três anos, recorda que só viu parto no vídeo que assistiu durante o curso de preparação de soldado. Para Da Mata e Lucas, ajudar no nascimento de uma criança é gratificante, especialmente para quem testemunha tantos momentos trágicos de mortes, assaltos e outros crimes.

Danieli diz que os policiais foram muito atenciosos e demonstraram preocupação com a assistência dela. Apesar da pouca idade, Davi Lucas é o segundo filho dela. Maria Clara, sua primeira filha, que nasceu quando a mãe tinha apenas 15 anos, morreu de refluxo enquanto dormia, 25 dias depois do nascimento, segundo relato feito por Danieli à equipe do DIÁRIO. (AR)

PMs Da Mata e Lucas fizeram o parto de Danieli Rodrigues

BLITZ

Militar vai a júri por tentativa

Da Reportagem

O julgamento do policial militar Jorge Luiz da Silva pela tentativa de homicídio sofrido pelo empresário Paulo Roberto de Almeida Filho, de 44 anos, será amanhã. A vítima proprietário de uma grande empresa de material gráfico. O julgamento ocorrerá pelo Tribunal do Júri da Comarca de Cuiabá, presidido pela juíza Mônica Catarina Perri.

O crime ocorreu em maio de 2007, durante uma blitz da Polícia Militar, na avenida Isaac Póvoas, em Cuiabá. Ferido com dois tiros na nuca, Paulo Roberto foi levado ao setor de emergência do Hospital Santa Rosa, onde ficou vários dias internado até receber alta médica.

Segundo informações do hospital, os tiros atingiram os músculos do pescoço, passando próximo da medula. Caso atingisse este órgão, ele poderia ficar paraplégico.

A informação da Polícia Militar é de que o empresário não teria parado após o aceno de um soldado. Por conta disso, um policial atirou em direção ao empresário, que pilotava uma motocicleta.

Os policiais alegaram que o tiro foi dado como advertência para o motociclista, mas não explicaram como o PM errou a direção a ponto de atingir a nuca. Um dos PMs disse que o empresário deveria ter parado na blitz. "O tiro de advertência é dado somente em casos extremos. Havia indícios neste caso", explicou.(AR)

CONDOMÍNIO FECHADO

Polícia investiga assalto a casa da promotora de Justiça

ADILSON ROSA
Da Reportagem

Policiais que investigam o assalto a casa da Promotora de Justiça Lindinalva Rodrigues Correa vão até o Condomínio Terra Selvagem para saber como cinco homens armados com revólveres e usando roupas similares as do Exército conseguiram entrar e driblar a segurança. Os policiais não souberam informar se a entrada do bando foi gravada pelo circuito interno. No assalto, que ocorreu na última sexta-feira de manhã, os ladrões roubaram ouro, joias trabalhadas e também dinheiro que estava no cofre da casa. Naquele horário, a promotora não estava no imóvel.

Para os policiais da Delegacia de Roubos e Furtos da Capital (Derf), os bandidos devem ter estudado o funcionamento do condomínio, localizado a cerca de quatro quilômetros Rodovia do Lago de Manso. Inicialmente, havia a informação de que os ladrões entraram encapuzado, o que seria improvável.

Conforme o boletim de ocorrência registrado na Polícia Militar, os assaltantes renderam a filha da promotora e dois funcionários, que foram amarrados e trancados num dos quartos. Os bandidos tinham como alvo dois cofres da casa que é em um condomínio fechado. As vítimas disseram que só havia um cofre, embora a residência tenha sido projetada para ter dois.

Os ladrões, então, pegaram um pé-de-cabra e arrombaram o cofre, retirando ouro, joias com pedras preciosas e também certa quantia em dinheiro, cujo valor não foi informado. Policiais que atenderam a ocorrência acreditam que os ladrões tenham roubado joias avaliadas em cerca de R$ 500 mil, embora as vítimas não tenham declarado valor.

O assalto teria durante cerca de meia-hora.

COMUNICADO

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO SÃO MANOEL

epe — Ministério de Minas e Energia — BRASIL

Órgão Licenciador:

Proponente do Projeto: epe

chapa 2 CRCMT para todos

NOSSAS AÇÕES CHAPA2-CRCMT Para Todos
* CRC VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL
BUSCAR MELHOR REPRESENTATIVIDADE/ACESSIBILIDADE JUNTO A SEFAZ/MT, PREFEITURAS MUNICIPAIS E RECEITA FEDERAL
* DEFESA DAS PRERROGATIVAS DO PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE
* CRC – EDUCAÇÃO FINANCEIRA FAMILIAR
* CRC CIDADANIA
* CRC EDUCAÇÃO CONTINUADA
* CRC COMISSÕES TEMÁTICAS
* CRC ALUNO DESTAQUE
* CRC SOLENIDADE DE ENTREGAS DE CARTEIRAS PROFISSIONAIS
* CRC MEMORIAL CONTÁBIL
* CRC ROSA
* CRC VERDE
* CRC EMPRESÁRIO CONTÁBIL
* CRC ORIENTAÇÃO PREVENTIVA
* CRC COMUNICAÇÃO

ELEIÇÕES 19, 20 E 21 DE NOVEMBRO

COMPONENTES DA CHAPA 2

CONFIRA NOSSAS PROPOSTAS
www.facebook.com/chapa2crcmt

Comunicado no Jornal Diário de Cuiabá de 18/09/2013

DIÁRIO DE CUIABÁ — Cuiabá, domingo e segunda-feira, 22 e 23 de setembro de 2013 • Cidades • B3

QUALIFICAÇÃO | Público tem medo de perder os benefícios do governo e por isto deixa de fazer os cursos técnicos do programa, que são gratuitos

Falta mão de obra e sobra vaga no Pronatec

ALECY ALVES
Da Reportagem

Baixa escolaridade, deficiências no ensino fundamental e o medo de perder benefícios assistenciais e previdenciários estão entre os fatores que explicam um fenômeno que vem chamando a atenção em Mato Grosso, especialmente na Capital.

Enquanto sobram vagas nos cursos gratuitos profissionalizantes oferecidos pelo Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), falta mão-de-obra qualificada em setores como indústria, comércio e, principalmente, na construção, por causa das obras da Copa de 2014.

De acordo com dados do Serviço Nacional da Indústria (Senai-MT), das 70.102 vagas oferecidas este ano, a partir do mês de fevereiro, cerca de 25 mil, ou 35%, ainda não foram preenchidas.

A situação é mais séria entre os portadores de necessidades especiais (PNEs), para os quais foram destinadas 5% das vagas, em torno de 3,5 mil. Destas, menos de 200 foram preenchidas.

O programa oferece uma diversidade grande de curso, mais de 300 modalidades. Nas últimas semanas, a equipe do Sesi-MT vem percorrendo os bairros de Cuiabá, fazendo plantões com postos de matrículas instalados nos Centros de Referências em Assistência Social (CRAS).

De acordo com o documento intitulado Educação Para o Mundo do Trabalho, lançado este mês pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), que tem como base estatísticas do IBGE, 40,9% dos trabalhadores mato-grossenses têm no máximo o ensino fundamental.

Desses, 27,3% pararam entre a 5ª 8ª séries e apenas 13,6% chegaram ao final dessa etapa da educação formal. Com ensino médio são 37%, e apenas 4,8% com ensino superior. Os dados são de 2011 e fazem referência aos 141.766 trabalhadores da indústria.

Conforme a mesma pesquisa, o Estado tem uma população de 212.116 jovens com idade entre 18 e 24 anos com ensino médio incompleto. Destes, 123.348 estão no mercado de trabalho, mas somente 53.774 ainda frequentam a escola. A maioria, 158.342, já parou de estudar.

Fazendo o caminho inverso nesse universo descrito, Graziele Jorge de Queiroz, 18 anos, abraçou a oportunidade de se capacitar e ter um emprego, enquanto se prepara para o curso superior. Ela, que cursa Edificações pelo Senai e estagia em uma grande construtora, que ser engenheira civil especializada em pavimentação.

Criada pelos avós, a dona de casa Rosalina e o pedreiro Lúdio Gonçalves, Graziele trabalha desde os 14 anos. O primeiro emprego dela, como aprendiz, também foi em construtora. Lá, conta, mesmo sendo lotada no setor financeiro, tinha acesso aos projetos de pavimentação de ruas e rodovias.

A possibilidade de trabalhar com cálculos elaborando e executando grandes projetos a fascina. Por enquanto, como estagiária, ela passa as manhãs no canteiro de obras de um edifício residencial, auxiliando a equipe de engenharia no planejamento, fiscalização e liberação de serviços.

A partir de 2014, como está concluindo o ensino médio, planeja conciliar a faculdade de engenharia com um trabalho na área para a qual está se capacitando.

DIVULGAÇÃO SESI/MT

Programa ofereceu 70.102 vagas este ano e 25 mil, ou 35%, ainda não foram preenchidas; Organização faz mutirões nos bairros

Em Mato Grosso, 57% das matrículas são de mulheres

Da Reportagem

Dentro do Pronatec, a mulheres já ultrapassaram os homens na busca pela capacitação para ingresso ou reinserção no mercado de trabalho, de acordo com as estatísticas do Senai.

No ano passado, por exemplo, 57% dos trabalhadores matriculados nos cursos profissionalizando eram do sexo feminino. Dados parciais deste ano (as matrículas ainda estão abertas) apontam para o aumento da presença feminina. Até o último levantamento, de agosto, as mulheres já representavam 58% das matrículas.

Para o sociólogo Cândido Gomes, professor da Universidade Católica de Brasília e consultor da Confederação Nacional da Indústria (CNI), as mulheres aprenderam que por meio da educação vão trabalhar e ter renda própria e adquiriram confiança em si mesma. Gomes, que esteve em Cuiabá para ministrar palestra, diz que as mulheres estão disparadas na frente dos homens na economia, educação e cidadania.

Entretanto, mesmo com estudo e capacitação, vivem em desigualdade no mercado do trabalho ou na família por conta da resistência masculina à paridade.

Ele diz que os homens perderam o papel dominante, mas continuam presos à masculinidade patriarcal, mesmo os mais jovens. E, educados para um mundo que não existe mais, sem saber qual o seu papel, partem para a violência.(AA)

Senai chega até os bairros para convocar trabalhadores

Da Reportagem

A gestora Regional do Pronatec no Senai, Rosângela Borges Magalhães, explica que os cursos do programa são direcionados às famílias de baixa renda, priorizando os integrantes do Cadastro Único de programas sociais do governo Federal (Bolsa Família), desempregados, trabalhadores que estão recebendo o seguro-desemprego e estudantes do ensino médio.

Não é necessário estar ligado a um determinado setor da economia, à indústria, por exemplo, para ter a matrícula assegurada, observa a gestora.

Os portadores de necessidades especiais, lembra, têm vaga garantida para formação. Rosângela não sabe explicar como ocorreu essa relação da frequência dos cursos com perda do benefício da previdência.

Ela diz que o aluno PNE sequer é indagado se recebe ou não auxílio financeiro público. Ao contrário, o portador de necessidade especial tem até um benefício de R$ 2 por hora/aula para o custeio de alimentação e transporte durante a capacitação.

Rosângela reconhece que atingir a meta de 70.102 matriculados não está sendo uma tarefa fácil, mas não sabe dizer sem há relação com medo de perder o benefício. Visitar os bairros fazendo contato direto com as famílias está sendo uma maneira de informar sobre os cursos e estimular a qualificação profissional.(AA)

Especialistas buscam solução para a baixa escolaridade

Da Reportagem

Este mês, com base nos dados da pesquisa sobre os baixos níveis de escolaridade dos jovens e dos trabalhadores da indústria, a CNI está propondo um amplo debate para formação de propostas de melhoria do ensino.

Em Cuiabá, o workshop "Educação Para o Mundo do Trabalho", organizado pelo Sistema Fiemt (Federação da Indústria), reunia empresários, pesquisadores, especialistas em educação e gestores públicos com a finalidade de discutir o que fazer para que as escolas cumpram a função de ensinar o aluno. Além de aprender a língua portuguesa, matemática, entre outras disciplinas, exigir maior participação dos pais na vida escolar dos filhos, valorizar os professores e melhorar a gestão.

Tudo na vida está relacionado à educação, incluindo valores, atitudes e comportamentos, ensina o sociólogo e professor Cândido Gomes. Ádalha da educação básica generaliza os prejuízos.

No setor da construção civil, diz, o problema não se restringe à carência de mão-de-obra. Quando consegue preencher as vagas, grande parte é ocupada por pessoas não qualificadas. Trabalhadores incapazes de ler e interpretar um manual que, por causa da falta de conhecimento, se perpetuam no trabalho pesado e com salário baixo.

A conta, diz, é simples: sem mão-de-obra qualificada, os preços dos imóveis sobem, a entrega atrasa e a qualidade cai. Os prejuízos, assinala, são compartilhados pelo país em todos os setores da economia e com o consumidor.(AA)

Déficit é de 20% na construção

ARQUIVO/EBC

Obras de mobilidade para a copa absorvem muitos trabalhadores

Da Reportagem

Em Mato Grosso, há um déficit permanente de mão-de-obra no setor da construção civil de 20%, segundo levantamento do Sindicato da Indústria da Construção (Sinduscon), mesmo com a criação de uma escola para formação especifica de trabalhadores.

Ano passado, a Escola Senai da Construção formou quase 13 mil trabalhadores nas mais diversas profissões. Este ano, outros 8.300 estão concluindo cursos profissionalizantes.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Joaquim Dias Santana, diz que realmente falta mão-de-obra e sobram vagas nos cursos. Entretanto, diz, que o cenário se deve ao anúncio de Cuiabá como sede da Copa de 2014, quando o mercado imobiliário começou a aquecer, e do início das obras de mobilidade para o evento esportivo.

Sobre os trabalhadores, Santana destaca que mesmo sem qualificação, uma boa parcela exige salários maiores que o mercado oferece. E, no entendimento dele, o setor não está pagando mal. Quanto aos cursos, o sindicalista observa que a oferta de capacitação gratuita é crescente.

"Sabemos que a maioria dos operários da construção não tem certificação da profissão porque aprendeu sozinho ou trabalhando com outros profissionais que também não fizeram curso", completa. (AA)

Comunicado no Jornal Diário de Cuiabá de 22/09/2013

4 ■ PODER   O LIBERAL   BELÉM, DOMINGO, 15 DE SETEMBRO DE 2013

Casos de dano moral exigem cidadãos cada vez mais atentos. Página 5.

Reforma da casa é prioridade com o 13º

GASTOS

Pesquisa diz que 17% dos brasileiros querem melhorar a própria moradia

EVANDRO FLEXA JR
Da Redação

Uma pesquisa feita pela Consultoria GFL, de São Paulo, aponta que 17% dos brasileiros utilizarão o 13º salário para reformar a casa. As obras no lar estão entre as prioridades dos trabalhadores no Brasil, sobretudo na região Norte, apontam os estudos do Sindicato do Comércio de Materiais de Construção e Similares de Belém e Ananindeua (Sindmaco). A iniciativa de melhorar ou ampliar a casa, além de agregar valor ao bem, garante qualidade de vida ao proprietário e à família, apontam especialistas em economia. Entretanto, a busca pela manutenção do lar deve ser resguardada por alguns cuidados, como por exemplo, acompanhar de perto os profissionais que executarão a obra, para evitar desperdícios de materiais e de tempo. De acordo com a pesquisa, até o final desta década, a reforma da casa deve ser o principal objeto de desejo dos brasileiros, e o primeiro destino dado ao 13º salário.

"Estamos fazendo uma campanha para que alguns operários sejam qualificados em outras áreas, além daqueles que já fazem parte do seu leque de conhecimento. Buscamos, desta forma, ampliar os serviços oferecidos por um único profissional, para que seja menos complicado contratar uma obra", afirma o presidente do Sindmaco, Sebastião Campos. Ele diz que, hoje, as pessoas têm prazer em construir, sobretudo pela mudança de características nas lojas de materiais de construção. "É possível oferecer mais conforto e qualidade em nossos estabelecimentos. Fomos buscar estes itens, e por isso o setor cresce demasiadamente no Pará", destaca.

Sebastião Campos lembra que há três modalidades de reforma: a primeira, com recursos garantidos; a segunda, com recursos "pingados", ou seja, sobras do orçamento mensal; e a terceira, com recursos financiados. "Para que a obra seja bem sucedida, é preciso planejar, para que o dinheiro não termine antes da construção. Se ocorrer o inverso, todo o investimento feito pode ser perdido", levanta.

A venda de materiais de construção para manutenção nas moradias paraenses cresceu 4,5% este ano, se comparado a igual período do ano passado. De acordo com o presidente do Sindmaco, este percentual acompanha a média nacional. Ainda segundo Campos, este crescimento já foi maior no Pará, porém, os indicadores são considerados estáveis. "Programas como o Minha Casa, Minha Vida, por exemplo, impactaram, de certa forma, nos índices de construção. Mas nada que seja negativo, afinal, crescemos na margem da média nacional", avalia. A ampliação dos espaços, a criação de mais um cômodo e a construção de quitinetes estão em alta no Pará, segundo aponta Campos, frisando que o mercado paraense está apto a receber os consumidores, já que, apenas na Grande Belém, estão instaladas 2,5 mil lojas, empregando mais de 20 mil funcionários diretos.

Sebastião Campos, do Sindmaco, orienta sobre cuidados ao contratar obra

Outro destino adequado para o dinheiro extra é o pagamento de dívidas atrasadas

RISCO

Na avaliação do economista Nélio Bordalo, a manutenção do imóvel é um fator positivo, considerando-se a valorização do bem reformado. "Além de agregar valor à casa, gera qualidade de vida às famílias que nela irão residir", diz Nélio. Ele destaca, no entanto, a importância do planejamento, para que a obra seja concluída com sucesso.

"O melhor destino a se dar ao 13º salário é o pagamento de dívidas, para quem as tem. Limite especial, financiamentos atrasados e fatura do cartão de crédito devem ser a prioridade", ensina. Entretanto, no caso dos trabalhadores que não estão endividados, a aplicação do 13º salário é aconselhável. "Há uma grande variação de preços entre os estabelecimentos, ou seja, vale a pena pesquisar. Outro ponto fundamental é comprar à vista, e em um só lugar, para garantir descontos consideráveis", aconselha.

Candidatos ao TRT 8 fazem hoje prova em concurso para 75 vagas

TRABALHO

Aprovados serão aproveitados em unidades no Pará e no Amapá

O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT 8), com jurisdição no Pará e Amapá (AP), faz hoje concurso público para provimento de 75 vagas nos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário, de níveis superior e médio, respectivamente. Desse total, seis são exclusivas para candidatos com deficiência. Haverá, ainda, a formação de cadastro de reserva. Todos os candidatos serão avaliados por meio de provas objetivas e discursivas, realizadas em Belém, Marabá e Santarém, no Pará, e em Macapá, no Amapá. Os selecionados serão lotados nos dois Estados, conforme a necessidade do Tribunal.

Ao todo, o TRT 8 disponibiliza 30 vagas para cargos de nível superior, nas áreas Administrativa, Judiciária e de Apoio Especializado, em diversas especialidades. As remunerações são R$ 8.276,42 e R$ 9.808,20, dependendo do cargo. Para o nível médio são 45 vagas disponíveis nas áreas Administrativa e de Apoio Especializado em Enfermagem, ambas com remuneração de R$ 5.345,01. Os requisitos para cada cargo devem ser observados no edital de abertura do certame. Os locais de provas estão publicados no site www.cespe.unb.br/concursos/trt8_13, sendo que para acessar os dados, o usuário deve informar os números do CPF e da inscrição.

As provas objetiva e discursiva para os cargos de nível superior terão a duração de quatro horas e serão aplicadas a partir das 8h (hora de Brasília). Já as provas objetivas e discursivas aos cargos de nível médio, também com duração de quatro horas, serão aplicadas a partir 14h (hora de Brasília).

Outras informações podem ser obtidas no site www.cespe.unb.br/concursos/trt8_13, ou na Central de Atendimento do Cespe/UnB, de segunda a sexta, das 8h às 19h - Campus Universitário Darcy Ribeiro, Sede do Cespe/UnB - (61) 3448-0100.

OPINIÃO

Máscara e mascarados

GERSON PERES

A história das máscaras e dos mascarados é de longas datas e séculos no mundo. O Brasil faz parte delas e dele. Na civilização ocidental onde nos integramos, ambos estão presentes. O escritor português Antônio Craveiro se dedicou, estudou e escreveu, minuciosamente, sobre elas e eles, desde a "origem, morfologia, funcionalidade, incluindo festas, arte, aperfeiçoamento em fabricação ao uso a qual se dedicava".

O escritor deu ênfase também aos quadros do famoso pintor português Antônio Silva, destacado em "O Tesouro das Máscaras Transmontanas". A desfaçatez ou a impudência, o descaramento, a falta de vergonha e a violência à liberdade, à vida e à propriedade não se podem esconder nas máscaras lúdicas ou sem as que distraem crianças, jovens e adultos, como brinquedos que purificam os verdadeiros espíritos humanos na face da terra. Não há, pois, sentido cascavilhar leis ou perder tempo para se saber o que se deve fazer com um mascarado que violenta a liberdade a vida e a propriedade.

As normas jurídicas, desde a fundamental (Art. 5º CF) na Constituição Federal e as do Código Penal e as de outras leis existentes estão vivas e são, democraticamente, fortes para fazer a máscara cair de imediato. São claras e prontas a exigir a identificação desse tipo de mascarado, merecedor do "flagrante" e sua remessa à Justiça, cuja competência em processo é puni-lo ou absolvê-lo.

O que não se concorda é a violência prosperar em suas manifestações reivindicatórias e que seus protestos pacíficos sejam perturbados pelos violadores da Constituição, das leis e da ordem pública. O vandalismo não pode prosperar. Enfim, os mascarados, classificados agora, acobertadamente, por nomenclaturas, escondem os nomes completos à imprensa e ao povo. A máscara tapa o rosto e a identificação desaparece.

As ações e atos infringentes à lei vão ficando na vasta área da impunidade. A imprensa mostra, nitidamente, os vândalos com máscaras e sem máscaras. Retrata os que fazem e como fazem as ilegalidades. São detidos e em seguida soltos. E o processo para reparar os danos morais e materiais, como fica? Processá-los, sem violência e pacificamente, é a solução. As máscaras nasceram para serem usadas em folguedos musicais e carnavalescos, onde a arte, a alegria, a paz e o amor postergam a necessidade da identificação imediata dos usuários. Este é o caminho. Não tem outro na democracia para os mascarados desrespeitadores das leis.

Estranham-se figuras artísticas e algumas políticas que se manifestaram, com panos quentes, cuidadosos com as máscaras dos infratores, que insistem fazer das mesmas o esconderijo de suas indignações cheias de insensatez e desfaçatez, demonstrada pelo quebra quebra, pelo assalto, pelos saques criminosos das lojas, pela depredação dos bancos e pelos incêndios de veículos. Sua história revela as máscaras e os mascarados que ainda representam vestígios de bons usos herdados de primitivos povos de hábitos saudáveis ligados aos festejos e às artes sempre presentes com a simbologia das máscaras, nunca porém aos crimes sob o inaceitável anonimato.

■ **Gerson Peres é professor, advogado e político.**
E-mail: [illegible]

ESCRITÓRIO
Luciel Caxiado
OAB/PA - 4753
(Criminalista)
Av. Senador Lemos, 443 - Sala 1105 - Umarizal
Ed. Village Executive, Belém - PA - CEP 66050-000
Fone/Fax: (91) 3257-0955 / 8329-3611 / 9961-6882 / 9150-9446

epe — Ministério de Minas e Energia — BRASIL

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO SÃO MANOEL

O Ibama (órgão licenciador e realizador das Audiências Públicas) e a Empresa de Pesquisa Energética – EPE (proponente do projeto) convidam a população para as Audiências Públicas de licenciamento Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico São Manoel, processo de número 02001.004420/2007-65

	Paranaíta/MT	Jacareacanga/PA	[illegible]
Dia	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Local	Salão Paroquial Av. Ayrton Senna da Silva s/n, Centro	Escola Municipal Carmem Valente da Silva Av. Wenderslaunig s/n, São Pedro	Parque de Exposições Hélio da Mota Gueiros Rod. Transamazônica km 5, Jardim Aeroporto
Horário	19h	19h	19h

Órgão Licenciador: [illegible]   Proponente do Projeto: epe

DIA 21/09/13 (sábado) LEILÃO às 10:00h
[illegible]

LEILÃO DE MATERIAL DO RESTAURANTE OREGANO
[illegible]
CATÁLOGO: MÁQUINA DE CAFÉ ITALY COFFE [illegible], BALCÕES DE AÇO INOX, GELADEIRAS DE 4 PORTAS, GELADEIRA VERTICAL, MESAS, CADEIRAS, FOGÃO INDUSTRIAL, [illegible], LOUÇAS, TALHERES, PRATELEIRAS EM AÇO INOX, BALCÃO QUENTE E FRIO EM AÇO INOX, FRITADEIRAS, CREPEIRAS, CENTRAIS DE AR 48.000 BTUS
[illegible]

Comunicado no Jornal O Liberal de 15/09/2013

Demanda pelo Judiciário é maior nos estados. Páginas 5 e 6.

Filiação a partido desperta menos interesse este ano

ELEIÇÕES
Ritmo das adesões às legendas é bem menor comparado ao do pleito de 2012

IRINA CAVALCANTE
Da Redação

A menos de 15 dias do final do prazo para que candidatos que pretendem disputar a eleição de 2014 se filiem a algum partido político, muitas agremiações ainda correm atrás de novos filiados. Levantamento feito junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) mostra que diminuiu o interesse das pessoas por este tipo de participação. Até agosto deste ano, foram registrados no Pará apenas 9 mil filiações a mais do que no final do prazo de filiações para a disputa de 2012, quando ocorreram eleições municipais. Estes números ainda são parciais e devem ser alterados na reta final dos cadastros, porém, não devem chegar nem perto do que foi registrado entre as eleições de 2010 e 2012, quando o crescimento foi de 71,7 mil filiações no Estado.

A crise que vem batendo à porta de quase todos os partidos é a causa da treada na evolução histórica. Em 2010, os partidos políticos no Pará somavam 386.961 filiados. Nas eleições de 2012, eles já eram 458.740 filiados. Porém, com mais uma eleição batendo à porta, até o momento constam no cadastro da Justiça Eleitoral apenas 467.758 mil filiados no Pará. É claro que, desses, nem todos vêm a pretensão de sair candidatos, mas, tradicionalmente, é quando se aproxima o prazo para filiação de candidatos – um ano antes da eleição – que esta busca espontânea pelos partidos aumenta a considerável. Era o momento também do troca-troca de partidos. Pelo menos era o que costumava ocorrer. Mas, este ano, ao que tudo indica, a lógica será diferente.

Dos 30 partidos políticos registrados no Brasil e que possuem representação no Pará, em oito, houve até mesmo um enxugamento dos quadros. Foram os casos do DEM, PCB, PMN, PPL, PPS, PRTB, PTB e PV, já o PCO tem os mesmos quatro filiados de um ano atrás. E mesmo partidos tradicionais, como PSDB e PSDB, os que agregam o maior número de filiados no Estado, tiveram um avanço tímido em seus quadros até agora. O primeiro com 205 filiados a mais do que em 2012 e o segundo com um aumento de 207 filiados no mesmo período.

Para o coordenador de Partidos, Atuação e Distribuição do TRE, Vespasiano Rubim, a explicação pode estar numa descrença na cultura política e que ganharam impulso nas manifestações populares ocorridas em junho.

"Acredito que este número irá aumentar até o dia 5 de outubro, mas não vai alcançar o mesmo patamar de outras eleições. O Brasil está passando por um momento singular. Muitas pessoas estão se mostrando avessa às instituições partidárias, aumentou a descrença na política", afirmou Vespasiano, para ressaltar em seguida sua preocupação com os riscos desta postura para a democracia. "Os partidos políticos são uma forma de organizar a sociedade. Não é possível todo mundo ser consultado a toda hora, sobre todos os assuntos, por isso a importância dos partidos para representar a sociedade", afirmou.

Manifestações de junho parecem ter contribuído para descrença com os políticos

Outro fator que pode estar contribuindo para isso é a pulverização dos partidos políticos no País. "São muitos partidos e com ideologias muito próximas, as pessoas acabam achando que todos os partidos são iguais, não sabem diferenciar muito bem uma legenda da outra", destacou.

PV busca "qualidades" dos candidatos em 2014

No cenário oposto ao cadastro de 2012 da Justiça Eleitoral, o PV é o partido que mais perdeu filiados, caindo de 11.306 para 11.223 este ano. Oitenta e três a menos. Porém, para o presidente do diretório estadual do partido, José Carlos Lima, o que vai contar em 2014 não mais será a quantidade, mas a qualidade dos candidatos.

"Tem muito partido que está correndo atrás de quem já tem mandato ou de quem teve uma expressiva votação por outro partido, mas a gente não. Não estamos atrás de quem está há muito tempo na política, estamos buscando caras novas, fazer a renovação, porque se as mudanças não acontecerem dentro dos partidos, dificilmente vamos atender o chamado que está vindo das ruas", afirmou.

Lima atribui boa parte destas desfiliações, ao fato do partido não compor mais oficialmente a base aliada do governo federal, do Estado e mesmo na capital. "Mas para nós isso foi até positivo, porque antes, muitas pessoas queriam se filiar ao partido porque estavam em busca de cargos, queriam estar no governo que a gente fazia parte, mas agora que temos independência, se afastaram. Este tipo de pessoa não nos interessa, queremos que estejam com a gente filiados que tenham afinidade ideológica com o partido", afirmou.

Dentro desta proposta, ele diz que o partido começou a fazer campanhas de filiação pelo Estado. No dia 30 será o dia D com programação nas sedes do partido nas municípios. "Queremos renovação", afirmou.

CADEIRAS

Nem mesmo o aumento no número de cadeiras no Legislativo do Estado tem motivado as candidaturas. Por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), tomada em abril deste ano, foi alterada a quantidade de deputados federais de 13 estados para as eleições de 2014. O novo cálculo foi feito com base nos dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Pará é um deles e terá direito de ser representado por 21 deputados federais e 45 estaduais.

"Costumo dizer que todo mundo almeja que ser deputado, vereador ou prefeito é bom, mas ninguém quer enfrentar uma eleição. É é verdade. Todos os partidos, de A a Z, estão sentindo dificuldades de encontrar candidatos para 2014. E olha que vamos ter um número maior de vagas no ano que vem, serão 21 deputados federais e 45 estaduais, e com isso deve cair um pouco mais o coeficiente eleitoral, mas mesmo assim está difícil encontrar quem queira concorrer", afirmou o presidente estadual do PTB, Josué Bengston, que entre 2012 e agosto de 2013 perdeu 13 filiados.

Ele diz que apesar desta dificuldade, para 2014, o partido já tem uma nominativa boa, com muitos candidatos com potencial para pensar votos, o que colocaria o partido em melhor situação do que a da eleição de 2012, quando o partido fez apenas quatro prefeitos. "Temos bastante candidatos de meio, com 12 mil, 13 mil votos. Também tem o ex-prefeito de Belém, Duciomar Costa, que se vier candidato estadual pura muita gente, ou se vier para federal, também se elege", acredita.

PSOL, PSC e PT foram os que mais cresceram

Na contramão da tendência mostrada nas estatísticas, chama atenção o desempenho do PSOL no Pará. Em meio a um cenário de crise, no intervalo de um ano, o partido foi o único a somar mais de 2,1 mil nos os filiados à legenda. O número é maior do que os 2,4 mil filiados captados pelo partido entre as eleições de 2010 e 2012. Atualmente a agremiação possui 9,4 mil filiados no Pará.

"O que se vê no país é uma crise de representatividade da população em relação aos partidos tradicionais e nós ainda somos alternativa ao projeto que está posto", afirmou o secretário geral do diretório estadual, Walmir Freire.

Ele explica que o partido não costuma fazer campanhas de filiação neste período que antecede o prazo eleitoral. "O PSOL não se mobiliza apenas do ponto de vista eleitoral para fazer candidatos, estivemos presentes no dia a dia das lutas, nos protestos, e tudo isso tem contribuído para este crescimento", afirmou.

O PSC e o PT aparecem em seguida na lista com, respectivamente, 1,2 mil e 1 mil filiados a mais do que em setembro do ano passado. Para o secretário de organização do PT estadual, Adonsil Cândido Siqueira, as manifestações de junho não impactaram no ritmo das filiações. "Para nós não alterou muita coisa. Estudos mostram que o PT continua com o mesmo grau de confiabilidade perante a população", afirmou, ressaltando que o partido também não costuma mais fazer grandes campanhas de filiação partidária e que diferentemente de outras legendas, dificilmente um eleitor se filia já pensando em sair candidato. "Até porque temos um processo de eleição direta de candidatos", afirmou.

PRAZO

O prazo de filiação para que quem pretende disputar a eleição de 2014 encerra no dia 5 de outubro. Para chamar atenção para esta data e alertar sobre os principais problemas registrados na Justiça em relação à filiação, o Tribunal Regional Eleitoral (TER) realiza amanhã uma reunião com os partidos políticos e candidatos.

De acordo com o coordenador de partidos, distribuição e atuação do Tribunal Regional eleitoral (TRE), Vespasiano Rubim, 19% das causas de indeferimento de registro são decorrentes de problemas na filiação partidária. "Os filiados têm que tomar o cuidado de seguir a Lei 9096. Uma das causas mais comuns de indeferimento de registro é a dupla filiação. O candidato ao migrar de um partido para outro deve comunicar a desfiliação não só ao partido que está saindo, mas também a Zona Eleitoral", afirmou Vespasiano, lembrando ainda que outra questão que deve ser levada em consideração pelos partidos no processo de escolha dos candidatos que vão concorrer ao pleito é a obediência às cotas de gênero. Durante o encontro, será apresentado também o sistema filiaweb, o projeto de registro de candidaturas 2014 e os aspectos gerais para filiação.

OPINIÃO

Por que só Melgaço?

GERSON PERES

As pesquisas são elas e suas circunstâncias. Desculpe-me Ortega y Gasset violentar seu pensamento quando substituo os homens pelas pesquisas. Os números valorizam os destas se transformam em indicadores do progresso ou do retrocesso. Por entre essa concepção nasce o IDH (Índice do Desenvolvimento Humano), um indicador híbrido com base em outros como os indicadores sociais, taxa de tempo de vida e a taxa de educação, onde a do analfabetismo pesa juntamente com o PIB representativo do capital. Assim sendo, tem IDH de origem diversa e o que brotou para interiorizar Melgaço, nosso pequeno, valioso e progressista município do Pará, como o pior para projetar assim entre os cerca dos 5.000 municípios do Brasil, nascido da apropriação, tabulamento e dimensionamento dos números dessas origens, pelo nosso querido IBGE.

O pavo trabalhador de Melgaço é pobre. Não é miserável. É discriminado por fatores que o atingem social e economicamente e à grande maioria dos pequenos municípios brasileiros, num frontal desrespeito aos princípios fundamentais da Constituição Federal (CF ao artigo 1º, III e artigo 5º). Daí, minoria desse florescente município do Marajó, 25 mil habitantes, perguntar a quem interessar possa: por que só Melgaço? Que diferença faz seu 4,6 de IDH da nossa maravilhosa Belém com seus 7,47 Se os IDH servem para orientar os que governam o país, os estados e os municípios, para planificar políticas públicas transformadoras para uma melhor qualidade de vida, aceitam-se os IDH. Mesmo ao considerá-los, assim não impede que pelo menos crítico, construtivo, se deixe de considerá-los que são frutos das pesquisas, por isso mesmo "são eles e suas circunstâncias". Nascem de eixos como saúde, educação, longevidade, analfabetismo, PIB e outros, cujas equações variam equitativamente e classificam pelas mãos do IBGE como pior.

Por que só Melgaço? A realidade é bem outra e pior em bairros e subúrbios das capitais brasileiras grandes e pequenas. Tem maior número de pessoas vivendo sob IDH em condições indignas e muitas vezes com índices de riscos de vida piores, elas estão inseridas em números. Não são falsificados. Em matéria de IDH, extrair de um local de 25 milhabitantes um índice percentual para proclamar o pior de todos é ignorar a capacidade dos que encontram num outro local de 1 milhão de pessoas um índice de necessidade humana pior proporcionalmente.

Melgaço não é um município de miseráveis. Pobres, miseráveis, analfabetos finais de 25 milhões e outros existem espalhados por esse Brasil esperando políticas públicas bem planejadas, igualmente distribuídas, de crescimento e desenvolvimento. Sejam já e logo implementadas e fiscalizadas. Assim, o IDH para todos os gostos deixará de ser tradução de resultados avaliantes de um só, mas de tantos e numerosos outros. Melgaço é governado por Adiel, um homem simples e correto, com bons serviços prestados ao município e seu povo. Leiam o que diz professor da UEPA, com familiares no município, ao analisar minha indagação: "Não quero justificar que Melgaço não tenha problemas de gestão pública. Acho que tem, não só do gestor atual até porque não só de é culpado, pois só tem quatro anos. Desde 1961 até 2013 houve uma série de gestores". É mesmo de se perguntar: por que só Melgaço com bom prefeito, atualmente?

■

Gerson Peres é professor adjunto e político. E-mail: gersonperes@hotmail.com.br

LEILÃO DE VEÍCULOS - BELÉM/PA.
HSBC Honda Volkswagen
VEÍCULOS SEMINOVOS E USADOS VÁRIAS MARCAS E MODELOS
NÃO PERCA ESSA OPORTUNIDADE !
DIA 24/09/2013, Terça-Feira, a partir das 10:00 HORAS
VISITAÇÃO: A PARTIR DIA 23/09/2013, HORÁRIO COMERCIAL
ROD BR 316 Nº 100 - KM 21 - BENEVIDES/PA
Fotos: www.pactoleiloes.com.br
Fones: 91 - 3724-1374 / 91 - 3264-9248 / 91 - 9982-9050

Direito Empresarial, Trabalhista e das Novas Tecnologias
Mario Paiva
Paulo Ivan Borges
PAIVA & BORGES
Tv. Frutuoso Guimarães, 320
1º e 2º andares - Campina
Belém - Pará - Brasil
Fone: (91) 3323-7600

Comunicado no Jornal O Liberal de 22/092013

1802
4420107-66

epe
Empresa de Pesquisa Energética

LDO 2014 entrou em pauta na Câmara de Alta Floresta

Assessoria CMAF

A Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária recebeu o Projeto de Lei nº 1639/2013, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do exercício de 2014, a LDO 2014. O projeto será discutido com a comunidade em Audiência Pública que será divulgada ampla e previamente nos meios de comunicação.

Projeto será discutido com a comunidade em AudiênciaPúblicaProjeto será discutido com a comunidade em Audiência Pública

A LDO estabelece as metas e prioridades da administração pública municipal a serem observadas na Lei Orçamentária Anual (LOA). É com base na LDO, aprovada anualmente pelo Legislativo, que o Executivo Municipal elabora a proposta orçamentária para o ano seguinte.

A Presidente da Comissão Orçamentária, Vereadora Elisa Gonhes, informou que a proposta segue as regras regimentais e as estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A matéria foi recebida pela Comissão na reunião ordinária do último dia 04 de setembro e permanecerá na Comissão por 30 (trinta) dias para receber propostas de emendas, tanto dos vereadores, quanto da comunidade. Será promovida audiência pública para explanação da matéria. Também integram a Comissão os vereadores Charles Miranda Medeiros e Rogério Colicchio dos Santos.

Os arquivos já estão totalmente disponíveis para consulta e download no site oficial da Câmara Municipal através do link: http://www.camaraaltafloresta.mt.gov.br/Transparencia/Projetos-Lei-Ord

TCE orienta gestor de Nova Monte Verde a melhorar eficiência dos recursos da saúde e educação

As contas anuais de governo, da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde, teve parecer prévio favorável pelo Tribunal de Contas de Mato Grosso, sob a responsabilidade dos gestores, Beatriz de Fátima Sueck Lemes (período de 02/01/2012 a 30/08/2012 e 08/10 a 31/12/2012) e Alcindo Lima Coutinho (período de 31/08/2012 a 07/10/2010) referente ao exercício de 2012. A sessão aconteceu terça-feira (10/09)

A equipe técnica, considerando a análise do resultado das políticas públicas de saúde e, visando a sua melhoria, recomendou ao gestor que apresente justificativas para a queda dos resultados atual em relação ao desempenho anterior referente às taxas de internação por infecção respiratória aguda; mortalidade por doença do aparelho circulatório e detecção de hanseníase, além da cobertura da terceira dose da vacina tetravalente e exames citopatológicos cérvicos-vaginais.

O Ministério Público de Contas opinou pelo parecer prévio favorável à aprovação das contas de governo de Nova Monte Verde, recomendando o aperfeiçoamento e o planejamento na execução das políticas públicas nas áreas da saúde e educação.

Foi recomendado ao Poder Legislativo Municipal que oriente o Poder Executivo para que aplique com maior eficiência os recursos destinados à saúde e a educação para que os pontos negativos possam ser minimizados. Beatriz foi derrotada na eleição passado pelo atual prefeito, Batata do Laticínio.

epe Ministério de Minas e Energia GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO SÃO MANOEL

O Ibama (órgão licenciador e realizador das Audiências Públicas) **e a Empresa de Pesquisa Energética – EPE** (proponente do projeto), **convidam a população para as Audiências Públicas de licenciamento Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico São Manoel, processo de número 02001.004420/2007-65.**

	Paranaíta/MT	Jacareacanga/PA	Itaituba/PA
Dia:	27/09/2013	29/09/2013	30/09/2013
Local:	Salão Paroquial Av. Ayrton Senna da Silva s/n, Centro	Escola Municipal Carmem Valente da Silva Av. Mundurukania, s/n, São Pedro	Parque de Exposições Hélio da Mota Gueiros Rod. Transamazônica, km 5, Jardim Aeroporto
Horário:	18h	16h	18h

Órgão Licenciador: Proponente do Projeto: epe

Comunicado no Jornal Mato Grosso do Norte de 13/09/2013

Casamento Comunitário será neste sábado

Carlos Alberto de Lima
Assessoria Prefeitura de AF

A secretária Luzmaia Quirabeira de Araujo, bem como toda a sua equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social aguardam com grande expectativa pela realização do Casamento Comunitário 2013 que acontece neste sábado, 21 de setembro, às 19h, no Gold Eventos, localizado na perimetral Rogério Silva, em Alta Floresta.

> **A Cerimônia irá oportunizar a oficialização da união de 58 casais**

A Cerimônia irá oportunizar a oficialização da união de 58 casais previamente selecionados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

O projeto Casamento Comunitário é uma proposta da Secretaria de Assistência Social em parceria com o Cartório de Registro Civil Dalla Riva, que realizará a cerimônia e emitirá a Certidão de Casamento sem nenhum custo para os noivos.

"O objetivo do Casamento Comunitário é oportunizar a regularização da união dos casais com renda familiar baixa, priorizando casais com certo tempo de convivência e principalmente regularizar a situação da documentação destes casais que, por não terem a comunhão estável oficializada, enfrentam problemas na hora de realizar cadastros em programas sociais e inscrições em programas habitacionais por falta de documentação legal", explicou a primeira-dama e secretária de Assistência Social, Luzmaia Quirabeira.

Presos em Peixoto de Azevedo irão costurar o próprio uniforme

Presos da Cadeia de Peixoto de Azevedo aprenderam a costurar e, com ajuda da comunidade e da Justiça, conseguiram angariar fundos para construir um galpão que servirá como local de trabalho para a confecção dos próprios uniformes.

Além de se sentirem úteis à sociedade, os reeducandos ocupam a mente com atividades físicas e intelectuais eliminando grade parte do tempo ocioso. Além de costurar, os internos daquela unidade cultivam a horta da cadeia e as verduras são usadas para incrementar a alimentação.

Eles também participam de projetos de incentivo à leitura e ainda fazem artesanatos com linhas de crochê e palitos de picolé elaborando tapetes, redes, brinquedos e objetos de decoração.

"Fazem obras maravilhosas! Fizeram um porta jóias de palito de picolé que é uma obra prima", destacou o juiz Alcindo Peres da Rosa, que recentemente foi transferido para outra comarca, mas continua admirando o empenho da diretora da Cadeia Pública de Peixoto de Azevedo, Willian Maria da Silva, nos diversos projetos e trabalhos desenvolvidos.

Esta e outras parcerias na Comarca de Peixoto de Azevedo e municípios da redondeza têm rendido bons frutos. Por meio de campanha junto ao empresariado local, o juiz Darwin de Souza Pontes, da Vara Única de Guarantã do Norte,

já conseguiu com que doassem 50 sacos de cimento, além de britas e tijolos suficientes para a construção de três novas celas na Cadeia Pública de Peixoto.

A ampliação, que deve acontecer até dezembro, visa amenizar a superlotação da unidade prisional, que hoje possui 60% do total de internos oriundos de Guarantã do Norte. O único material que falta para começar a obra é o ferro, mas a Comarca de Matupá, sob a juíza Cláudia Anffe Nunes da Cunha, que também destina reeducandos para a Cadeia de Peixoto, se comprometeu a colaborar com a causa.

Com recursos de transações penais que ficam sob a administração do conselho da comunidade será adquirido todo o metal necessário. A mão-de-obra ficará por conta dos presos.

Unidade de Reabilitação de Carlinda recebe mais de R$ 40 mil em equipamentos

Assessoria de Comunicação
Prefeitura de Carlinda

A Unidade de Reabilitação (fisioterapia) de Carlinda, recebeu na terça-feira (17), dezesseis equipamentos que estarão ampliando a capacidade de atendimento e melhorando os resultados dos tratamentos desenvolvidos com usuários do serviço.

Os equipamentos foram adquiridos por meio de uma emenda de R$ 99.110,00, destinada pelo Deputado Federal Nilson Leitão, deste montante, R$ 40.920,00 estão sendo aplicados na unidade de reabilitação e outros R$ 58.590,00 estão sendo destinados a atender as necessidades do laboratório municipal.

Segundo a secretária de saúde, Márcia Regina, os equipamentos irão ampliar a capacidade de atendimento da unidade. "Estes equipamentos que chegaram vão efetivar realmente a reabilitação do paciente e o nosso objetivo é oferecer melhor qualidade de vida para os carlindenses, estamos promovendo melhorias que vão transformar a unidade em um centro de especialidades no município", disse Márcia.

No início do ano de 2013, a unidade contava apenas com um fisioterapeuta, atualmente são quatro profissionais, sendo três fisioterapeutas e uma fonoaudióloga. Para fisioterapeuta Suelyn Bishop, os novos equipamentos são fundamentais para a recuperação dos pacientes. "Estamos recebendo equipamentos

Equipamentos vão ampliar capacidade de atendimento

que vão proporcionar um atendimento a um número maior de pacientes, com muito mais qualidade, afinal os materiais que chegaram para nós são fundamentais no tratamento", enfatizou.

Entre os equipamentos recebidos estão: Balança mecânica, barra de apoio, cadeiras de rodas, esteira elétrica, gangorra de equilíbrio, jogo de halteres, rampa para alongamento, aparelho para fisioterapia (ondas curtas), eletroestimulador, jogo de polias, tensmed digital (2 e 4 canais) e escada linear.

Os equipamentos do laboratório deverão chegar nos próximos dias.

epe Empresa de Pesquisa Energética
Ministério de Minas e Energia
GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO SÃO MANOEL

O Ibama (órgão licenciador e realizador das Audiências Públicas) e a Empresa de Pesquisa Energética – EPE (proponente do projeto) convidam a população para as Audiências Públicas de licenciamento Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico São Manoel, processo de número 02001.004420/2007-65

	Paranaíta/MT	Jacareacanga/PA	Itaituba/PA
Dia	27/09/2013	29/09/2013	30/09/2013
Local	Salão Paroquial Av. Ayrton Senna da Silva s/n, Centro	Escola Municipal Carmem Valente da Silva Av. Mundurukania, s/n, São Pedro	Parque de Exposições Hélio da Mota Gueiros Rod. Transamazônica, km 5, Jardim Aeroporto
Horário	18h	16h	18h

Órgão Licenciador: Proponente do Projeto: epe

Comunicado no Jornal Mato Grosso do Norte de 20/09/2013

1803
4420/07-CS

Campanha Ano Novo, Vida Nova 2013 terá participação de três cidades

A CDL de Alta Floresta estará lançando no mês de outubro, dia 13, a Campanha Ano Novo, Vida Nova com objetivo de alavancar as vendas dos lojistas de Alta Floresta, Carlinda e Paranaíta.

CDL lançará em outubro a nova campanha de final de ano em parceria com as cidades de Carlinda e Paranaíta

Neste ano a CDL de Alta Floresta terá a parceria da CDL de Carlinda e CDL de Paranaíta que irão fortalecer esta campanha com a premiação de três carros: 1 Strada (Fiat), 1 Montana(Chevrolet) e 1 Gol (Volkswagen), e 4 motos: 1 Work (Traxx), 1 Fan (Honda) e 2 YBR (Yamaha), e para completar a premiação, será sorteado R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) em vales compras para os consumidores de Alta Floresta, Carlinda e Paranaíta.

Os lojistas interessados em participar desta campanha deverão entrar em contato com a CDL de sua cidade e solicitar uma visita do Departamento Comercial para adquirir os pacotes de vantagens ou os cupons avulsos.

Elsa Maria Lopes, Presidente da CDL de Alta Floresta, comentou que é uma oportunidade dos lojistas associados e não associados participar da campanha e fomentar suas vendas de final de ano, é também um grande atrativo aos consumidores em começar o ano com o pé direito em 2014.

A CDL informa que os pacotes estão quase todos fechados, e que os lojistas interessados deverão solicitar uma visita do Departamento Comercial o mais breve possível.

Del Moro
AURORA supermercados
Economia de Verdade
3512-7200
Av. Ludovico da Riva Neto, nº 2880 • Alta Floresta-MT

Impactos da UHE São Manoel foi tema de reunião em Paranaíta

Assessoria
Prefeitura de Paranaíta

Reunião aconteceu na Câmara Municipal de Paranaíta

Na terça feira, 24, a Administração Municipal promoveu na Câmara de vereadores de Paranaíta, uma reunião de esclarecimento sobre a audiência públicada UHE São Manoel, localizada no Rio Teles Pires, nos municípios de Paranaíta MT e Jacareacanga PA, com a presença de secretários municipais, vereadores e do promotor de justiça doutor Luciano Martins da Silva.

O objetivo principal desta reunião foi conscientizar a população, depois de um estudo feito por um grupo de trabalho da prefeitura, dos possíveis problemas que Paranaíta pode ter com a vinda desta usina, baseado nas muitas condicionantes das compensações que Paranaíta tem direito e não foram cumpridas pela UHE Teles Pires e o município está sofrendo os impactos sociais, na saúde, segurança e no âmbito habitacional, que pelo menos deveria serem divididos entre os dois municípios contemplados com a instalação da hidrelétrica.

O que não pode acontecer é que uma usina, que no projeto, vai ser construída 100% no município de Jacareacanga, onde o ISSQN vai ser recolhido em mais de 90% para Jacareacanga, que fica localizada a quase 400 quilômetros de distância do empreendimento, separada pelo mato, sem nenhuma estrada, e Paranaíta ficaria com os impactos negativos. A população foi esclarecida dos problemas. Paranaíta não pode ficar refém deste empreendimento, estes impactos têm que ser minuciosamente estudados e colocados como condicionantes deste projeto. Se Paranaíta não vai receber ISSQN para custear a saúde, a educação, segurança e todos os demais impactos que serão gerados dentro do município têm que ter garantias reais que a empresa que vai construir esta nova usina irá ajudar a custear as despesas de saúde, educação, segurança, e outros impactos, inclusive o déficit habitacional do município que aumentará com a vinda de mais de 6.000 trabalhadores.

Seria uma falência do setor público e a prefeitura de Paranaíta que hoje já custeia, não suportaria outra demanda injusta, sim, as usinas vêm, constroem prédios, doam carros como condicionantes e a prefeitura tem que colocar pessoas para administrar, aumentar o material humano, comprometendo a folha de pagamento e não recebendo nada por isso. Para cada posto de saúde construído tem que se colocar de 5 a 6 profissionais para atender a atenção básica.

Para cada sala de aula que a usina constrói, porque vêm novos alunos, tem que colocar professor, zelador, vigilante, merenda, transporte, toda uma estrutura. Cada habitante que muda para Paranaíta passa a ter direito a educação, segurança, a saúde. O Hospital Municipal tem atendido mesmo impactado, sobrecarregado, sem nenhum dinheiro de custeio, sem nenhuma ajuda financeira por parte da Usina Hidrelétrica Teles Pires.

Que fique claro: construir prédios é preciso, portanto, não é aceitável receber esta nova obra sem a garantia do custeio e ajuda para o município.

epe Empresa de Pesquisa Energética — Ministério de Minas e Energia — GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO SÃO MANOEL

O Ibama (órgão licenciador e realizador das Audiências Públicas) **e a Empresa de Pesquisa Energética – EPE** (proponente do projeto), **convidam a população para as Audiências Públicas de licenciamento Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico São Manoel, processo de número 02001.004420/2007-65**

	Paranaíta/MT	Jacareacanga/PA	Itaituba/PA
Dia:	27/09/2013	29/09/2013	30/09/2013
Local:	Salão Paroquial Av. Ayrton Senna da Silva s/n, Centro	Escola Municipal Carmem Valente da Silva Av. Mundurukania, s/n, São Pedro	Parque de Exposições Hélio da Mota Gueiros Rod. Transamazônica, km 5, Jardim Aeroporto
Horário:	18h	16h	18h

Órgão Licenciador: Proponente do Projeto: epe

Comunicado no Jornal Mato Grosso do Norte de 27/09/2013

EBC Serviços

EBC - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A.
SCS Q. 8, Bl. B-50, Ed. Venâncio 2000 - 1º Subsolo
Asa Sul - CEP 70333-900
Brasília/DF
CNPJ: 09.168.704/0001-42
Gerência de Publicidade

Nº Planilha: **0022/2013**
Data Emissão: 12/09/2013

Planilha de Ações de Divulgação - EBC

Identificação do órgão: **EPE - RJ - RIO DE JANEIRO**	CNPJ: 06.977.747/0002-61
Razão Social: EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA	Inscrição Estadual:

Título da publicação: **COMUNICADO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**	
Fornecedor: **EBC Serviços**	Tipo de campanha: **LEGAL**
Mídia solicitada pelo cliente: **R$ 0,00**	Mídia técnica informada pela EBC: **R$ 432,00**
Mídia valor total: **R$ 432,00**	

MÍDIA SOLICITADA PELO CLIENTE

PI / PO	Nome do Veículo	Cidade - UF	Data de publicação	Desconto %	Formato col x alt	Edição	Valor	Circulação	Fonte	CPM **

MÍDIA TÉCNICA OPCIONAL INFORMADA PELA EBC

PI / PO	Nome do Veículo	Cidade - UF	Data de publicação	Desconto %	Formato col x alt	Edição	Valor	Circulação	Fonte	CPM **
PI052931/2013	Folha do Oeste (PA)	Itaituba - PA	14/09/2013	10,00	3 x 8	Ind.Reg.	R$ 216,00	1.390	Ivc. Jul/12.	155,40
PI052930/2013	Folha do Oeste (PA)	Itaituba - PA	17/09/2013	10,00	3 x 8	Ind.Reg.	R$ 216,00	1.390	Ivc. Jul/12.	155,40

Observações, justificativas e esclarecimentos:
** CPM = Custo por mil: valor a ser pago pela publicação em cada 1.000 exemplares deste jornal.

> As datas mencionadas acima são apenas exemplo para efeito de cálculo.
> Os jornais sugeridos pela EBC são baseados em estudos em mídia técnica. Servem como parâmetro para a escolha do veículo mais adequado e/ou de menor custo, ou ainda como complemento à mídia indicada pelo cliente.

Cidade - UF	Solicitante	Identificação e assinatura do responsável
Rio de Janeiro - RJ	ARLINDO FERREIRA SEBASTIÃO Fone: (21) 3512-3140	ARLINDO FERREIRA SEBASTIÃO Responsável

Espaço reservado à subsecretaria de comunicação institucional da SCS/PR.

"A concordância da subsecretaria de Comunicação Institucional da SCS/PR com a Ação de Comunicação caracterizada nesta Planilha limita-se aos aspectos técnico-publicitários e não exime a responsabilidade administrativa dos dirigentes da Entidade que a propõe."

AUTORIZAÇÃO OU CANCELAMENTO - FAX: (61) 3799-5589
DÚVIDAS - TELEFONES: (61) 3799-5590 / 3799-5587 / 3799-5595 / 3799-5586

Contratação do comunicado no Jornal Folha do Oeste

Bem-vindo(a), JACQUES WIZENBERG - EPE - RJ - RIO DE JANEIRO.

Aprovação de Publicação

Publicações
Consultar tabelas de preços dos veículos
Pedido de Publicação Impresso - Jornais e Revistas
Acompanhar Pedidos de Publicação Impresso - Jornais e Revistas em Andamento
Solicitar Mídia Eletrônica
Acompanhar Solicitações de Mídia Eletrônica
Baixar Planilha Eletrônica
Consultar Confirmação de Publicação de Matéria
Consultar Perfil do veículo
Financeiro
Pesquisar Notas Fiscais de RBC
Relatórios
Relatório de Veículos por Cobertura
Outros
Ajuda ao Sistema
Sair do Sistema

Dados da Publicação
Planilha 0023/2013
Número de Controle
Título COMUNICADO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Informações Adicionais do Cliente
Observações da EBC Artindo

Pedidos da Planilha
Clique sobre o nome do veículo para saber informações de funcionamento do veículo.
Clique sobre o arquivo para fazer download das publicações.
PO - Pedidos de Orçamento podem apresentar mudanças nos valores apresentados sem aviso prévio. Clicando em "Aprovar", os valores serão atualizados e o pedido será novamente submetido à sua aprovação.

Status	Pedido	Veículo	Data de Publicação	Valor da Publicação	Arquivo	
A publicar - Aprovado pelo cliente	PI052830/2013	Folha do Oeste (PA)	17/09/2013	R$ 316,80	EPE_RJ_22.pdf	[X]
A publicar - Aprovado pelo cliente	PI052911/2013	Folha do Oeste (PA)	24/09/2013	R$ 316,80	EPE_RJ_22.pdf	[X]
Cancelado - Aprovado pelo cliente	PI052819/2013	Folha do Oeste (PA)	13/09/2013	R$ 316,80	EPE_RJ_22.pdf	[X]

Total: R$ 648,00
Saldo disponível: R$ -43.410,87

Publicação
Em caso de cancelamento, utilize o campo abaixo para informar os motivos.
Em caso de alteração em arte final, use o campo abaixo para detalhar as mudanças ou devolva esta planilha e entre em contato com a EBC.
Todas as artes finais que precisam ser alteradas devem ser selecionadas.

Observações

Para Cancelar, Aprovar ou Solicitar Alterações, selecione os respectivos arquivos.
Aprovar um PI / PO significa estar de acordo com a arte final, a planilha de custos e todas as observações.

Imprimir Planilha

Informe sobre a contratação da publicação no Jornal Folha do Oeste

Bem-vindo(a), JACQUES WIZENBERG - EPE - RJ - RIO DE JANEIRO.

Consultar PI - Confirmação de Publicação

Publicações
Consultar tabelas de preços dos veículos
Pedido de Publicação Impresso - Jornais e Revistas
Acompanhar Pedidos de Publicação Impresso - Jornais e Revistas em Andamento
Solicitar Mídia Eletrônica
Acompanhar Solicitações de Mídia Eletrônica
Baixar Planilha Eletrônica
Consultar Confirmação de Publicação de Matéria
Consultar Perfil do veículo
Financeiro
Pesquisar Notas Fiscais de RBC
Relatórios
Relatório de Veículos por Cobertura
Outros
Ajuda ao Sistema
Sair do Sistema

Filtro de Listagem
Veículo Folha do Oeste (PA)
Representante Selecionar uma Opção
PI Data Início de Publicação 17/09/2013 Data Fim de Publicação 24/09/2013
Pedidos de Inserção com pendências Pedidos de Inserção confirmados
Pesquisar

Informações de Pedido de Inserção
Representante:
Veículo: Folha do Oeste (PA)
Histórico de Publicações

Nº de PI	Data de Publicação	Título	Cliente	Status	Responsável pela	Data de Confirmação	
PI052830/2013 (A publicar)	17/09/2013	COMUNICADO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	EPE - RJ - RIO DE JANEIRO	Pendente			
PI052911/2013 (A publicar)	24/09/2013	COMUNICADO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	EPE - RJ - RIO DE JANEIRO	Pendente			

Total de PIs: 2
Total Geral de PIs: 2

Imprimir

Informe sobre a contratação da publicação no Jornal Folha do Oeste

EM BRANCO

Anexo 5 - Arquivos Digitais

DILIC/IBAMA
Fl. 1805
Ass.:

Serviço Público Federal

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

REGULAMENTO PARA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Data:
Local:
Horário:

Art. 1º - O presente Regulamento trata dos procedimentos a serem observados nas Audiências Públicas para discussão do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (Rima) relativos ao empreendimento AHE São Manoel.

Art. 2º - Os presentes à Audiência Pública deverão assinar a Lista de Presença.

Art. 3º - A Audiência será constituída por uma Mesa de Abertura, uma Mesa Diretora e um Plenário.

Art. 4º - A Mesa de Abertura será composta pelo Presidente, pelo Secretário Executivo, por representante do empreendedor e autoridades federais, estaduais e municipais convidadas pelo Ibama e será desfeita após a abertura da Audiência para a formação da Mesa Diretora, composta pelo Presidente e Secretário Executivo.

§ 1º A Audiência será presidida e coordenada pelo Ibama, que mediará os debates.

§ 2º Caberá ao Secretário Executivo a coordenação do registro dos participantes da audiência pública, em lista de presença, constando nome, número do documento de identidade e Instituição que representa, se for o caso, assim como a preparação da respectiva ata.

Art. 5º - Todos os documentos assinados, apresentados à Mesa Diretora, serão recebidos mediante protocolo e juntados ao processo administrativo de licenciamento ambiental do empreendimento, devendo ser citados no decorrer da Audiência Pública.

Art 6º - O Ibama apresentará o procedimento de licenciamento ambiental em 10 (dez) minutos. Na seqüência será realizada apresentação pelo proponente sobre o consórcio empreendedor e sobre empreendimento e seus objetivos, com duração máxima de 15 (quinze) minutos.

Art. 7º - A equipe técnica responsável pela elaboração do EIA/RIMA terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) minutos para realizar exposição técnica sobre os estudos desenvolvidos, que deverá ter linguagem clara e objetiva.

Art. 8º - Será concedido um intervalo de 15 (quinze) minutos, no qual se iniciará a inscrição dos debatedores. O prazo total para inscrição será de 30 minutos, podendo ser prorrogado, caso necessário, e com a devida permissão do Presidente da Mesa.

Parágrafo Único. As inscrições ao debate serão feitas por escrito, a partir do preenchimento do formulário próprio a ser distribuído aos presentes, tanto para formulação de perguntas por escrito quanto para questionamentos com uso do microfone. Não serão aceitas inscrições após o encerramento do prazo.

Art. 9º - Para a etapa dos debates, a mesa será composta pelo Presidente, pelo Secretário, pelos representantes do proponente do projeto e da empresa responsável pelos estudos.

Art. 10º - O Presidente abrirá os debates, obedecendo à ordem das inscrições chegadas à mesa, sendo respondidos primeiramente 10 questionamentos por escrito, seguidos de 05

EM BRANCO

EM BRANCO

Anexo 6 – Regulamento para realização de Audiência Pública

questionamentos verbais, e assim sucessivamente. Os questionamentos poderão ser respondidos em bloco, a critério da mesa.

§1º O Presidente deverá conduzir os debates com firmeza, não permitindo apartes ou manifestações extemporâneas de qualquer natureza. Não são permitidas apresentações de estudos, questões de ordem ou votações; bem como o uso de apitos, instrumentos musicais ou quaisquer manifestações que possam dificultar a compreensão das apresentações ou dos debates.

§2º Os esclarecimentos e/ou respostas, assim como os questionamentos feitos verbalmente deverão ter a duração máxima de 03 (três) minutos, tempo eventualmente prorrogável a critério do Presidente.

§3º O participante inscrito poderá, se for o caso, solicitar esclarecimentos adicionais, através de manifestação oral, no tempo de 3 (três) minutos, eventualmente prorrogável a critério do Presidente da mesa.

§4º Os esclarecimentos adicionais prestados deverão ter a duração máxima de 3 (três) minutos, eventualmente prorrogável a critério do Presidente da mesa.

§5º O participante inscrito não poderá transferir seu tempo ou cedê-lo para somar ao de outro.

§6º Os questionamentos ou eventuais esclarecimentos que não forem possíveis de serem atendidos durante a audiência, terão um prazo de 15 (quinze) dias para serem enviados ao IBAMA, que providenciará o respectivo encaminhamento aos responsáveis pelas respostas, as quais serão enviadas diretamente ao interessado.

Art. 11º - Posteriormente à realização da Audiência Pública será lavrada a correspondente Ata sucinta, que deverá ser assinada pelo Presidente, Secretário, representante do empreendedor e pelas autoridades participantes, se assim o desejarem, passando a ser parte integrante do processo administrativo.

Art. 12º - O encerramento será realizado pelo Presidente da Mesa Diretora.

§1º Todos os documentos assinados entregues por ocasião da Audiência Pública serão anexados ao processo administrativo de licenciamento do empreendimento.

§2º A gravação em meio digital da Audiência Pública será anexada ao processo administrativo de licenciamento do empreendimento.

Art. 13º - Por um período de 15 (quinze) dias, a contar da data da realização da Audiência Pública, o Ibama receberá comentários, manifestações e sugestões que serão anexados ao processo administrativo de licenciamento do empreendimento.

Art.14º - Caberá ao Presidente da Mesa Diretora decidir em situações que impeçam a regular continuidade da Audiência Pública, bem como deliberar em casos omissos neste Regimento.*

EM BRANCO

1807
442107-6

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

OF 02001.014025/2013-39 DILIC/IBAMA

Brasilia, 12 de novembro de 2013.

Ao Senhor
Amilcar Guerreiro
Diretor da Empresa de Pesquisa Energética
Av. Rio Branco nº 1 - 10º andar - Centro
RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
CEP.: 20.090-003

Assunto: **AHE São Manoel**

Senhor Diretor,

1. Em atenção ao processo de licenciamento do AHE São Manoel, encaminho cópia do Ofício nº 796/2013/DPDS/FUNAI-MJ, por meio do qual a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), nos termos do § 6º do art. 6º da Portaria Interministerial nº 419/2011, apresenta manifestação sobre os estudos realizados para avaliação de impactos sobre as comunidades indígenas.

2. Solicito que a Empresa de Pesquisa Energética contate a FUNAI para discutir, esclarecer e sanar as questões elencadas no documento supracitado, ao tempo em que informo que o Ibama se encontra à disposição para esclarecimentos no que se refere às demais questões abordadas no Estudo de Impacto Ambiental.

Atenciosamente,

GISELA DAMM FORATTINI
Diretora do DILIC/IBAMA

OK

EM BRANCO

02001.018935/2013-91
07.10.2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.

Gestão 2013 - 2016

Proc.: 1120/07-5

Rubr.:

Paranaíta, 07 outubro de 2013.

Ofício 171/2013 Gabinete Municipal

Ao
Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
Gabinete da Presidência
Ao Ilmo Sr. Volney Zanardi Júnior
Presidente

C/c: Coordenadoria Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica
Ao Sr. Thomaz Miazaki de Toledo

Ref: Impactos gerados pela UHE São Manoel no município de Paranaíta.

Senhor Presidente, em decorrência do processo de licenciamento ambiental da Usina Hidroelétrica São Manoel, foi realizada no município de Paranaíta, no dia 27 de setembro do corrente ano, a audiência pública que apresentou o Estudo de Impacto Ambiental, bem como estabeleceu um canal de comunicação, através de perguntas e respostas, para o esclarecimento popular. Não obstante a isso, também ficou convencionado e devidamente registrado que, quaisquer solicitações e/ou esclarecimentos adicionais, bem como a reafirmação dos entendimentos já firmados na ocasião, poderiam dar continuidade ao presente processo desde que protocolados na Diretoria de Licenciamento, ou em qualquer outro escritório em um prazo não posterior a 15 dias após a data de 27 de setembro.

Desse modo, vimos mui respeitosamente através deste, apresentar a esse Instituto, as demandas de caráter emergencial e de forma cumulativa à instalação da UHE Teles Pires, que não só surgirão, mas também se intensificarão ainda mais em Paranaíta em decorrência da construção da UHE São Manoel. Vale ressaltar que, embora o projeto inicial preveja a instalação de todas as infraestruturas em Jacareacanga, no Estado do Pará, o qual ficará com toda quase a totalidade da arrecadação e incentivos fiscais, o acesso à sua sede municipal encontra-se 1.300 km, o que inibe qualquer impacto negativo no referido município.

Especulação imobiliária e, consequentemente, aumento da demanda habitacional.

Até o ano de 2009, quando se iniciaram os trabalhos de instalação da Companhia Hidrelétrica Teles Pires no município, não havia demanda habitacional. Nesse período, a Secretaria Municipal de

EM BRANCO

Ação Social precisou realizar várias incursões pelos bairros da cidade, buscas ativas e outras estratégias para poder preencher as 99 oportunidades habitacionais oferecidas naquele momento.

Hoje com intensa população migrante, que chegou ao município para trabalhar direta ou indiretamente nas obras de instalação da UHE Teles Pires, não só ocuparam quase a totalidade dos imóveis disponíveis, como também causaram grande inflacionamento desse mercado. Devido à urgência de se estabelecerem no município, essas empresas bem como seus colaboradores, passaram a oferecer para a população valores que excediam em 1.000% os valores locais. Com isso, os proprietários de imóveis iniciaram um processo de despejo compulsório, substituindo os ocupantes locais que não tinham como pagar tão altos aluguéis, pelo inquilinato migrante, gerando assim uma demanda imobiliária no município que atualmente, considerando somente às solicitações realizadas pela população à Secretaria Municipal de Assistência Social é de 374 casas. Com a chegada da UHE São Manoel, as demandas habitacionais nesse município em função desses empreendimentos, só poderão ser mitigadas com a construção de no mínimo 600 casas, a serem ofertadas á população residente e também migrante.

Segurança pública

Paranaíta possui uma população não flutuante de aproximadamente 10.000 habitantes, mas com a instalação desses recentes empreendimentos sua população já aumentou em quase 50% e com a perspectiva de instalação da UHE São Manoel o novo incremento populacional poderá chegar a 200%. É nítida a grande circulação de pessoas estranhas no município, muitas das quais de caráter bastante duvidoso e moral questionável. Com isso, segundo relatórios apresentados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública, percebemos grande aumento nos índices de violência, prostituição, roubos e furtos, consumo de álcool e tráfico de drogas. Desse modo, considerando que, mesmo sem poupar esforços, o poder público ainda não conseguiu viabilizar a alocação de mais agentes de segurança pública em nosso município, solicitamos que figure entre as obrigações compensatórias impostas ao empreendedor frente aos impactos que serão gerados, a criação e a manutenção, incluindo despesas de custeio, de uma guarda municipal.

Quadro da proporção do aumento nas principais ocorrências registradas no município de Paranaíta após a instalação da UHE Teles Pires até Dezembro de 2012. (Fonte: SSP/MT)

Ocorrências	*Percentual de aumento*
Homicídio	*266 %*
Tentativa de homicídio	*120 %*
Roubo	*150 %*

EM BRANCO

Furto	*84 %*
Tráfico, posse e uso de drogas.	*1300 %*
Estupro	*300 %*
Ameaças	*73 %*
Lesão corporal	*833 %*

Abastecimento Municipal de Água

A pressão sobre a rede de abastecimento de água também encontra-se limítrofe às qualidades mínimas de atendimento. O Departamento Municipal de Águas – DAE, conta atualmente com 10 colaboradores e possui uma infraestrutura composta por sistema de captação, reservatórios, duas Estações de Tratamento, tanques de preparo e laboratórios, que em conjunto possuem a capacidade de ofertar mais de um milhão de litros de água tratada por dia, quantidade essa que sempre foi suficiente para propiciar à população um abastecimento de qualidade, mas definitivamente não está preparado para extrapolar seu atendimento, de forma cumulativa ao impacto causado pela UHE Teles Pires, também para os colaboradores e familiares que virão com a UHE São Manoel.

Percebe-se um grande aumento não só no consumo de água, mas também na proporção de aumento do consumo. Entre os quatro anos, de 2005 e 2009, a proporção de aumento no consumo foi de 9,45% enquanto que nos quatro últimos anos, entre 2009 e 2013 o consumo aumentou em 84,34%, quase 10 vezes mais que o mesmo período antes da instalação da Companhia Hidrelétrica Teles Pires no município.

Desse modo, diante da instalação da UHE São Manoel em nosso município e considerando uma demanda proporcional de consumo, até mesmo a água tão essencial, não poderá ser ofertada sem racionamento a população residente e migrante a menos que o abastecimento seja ampliado através da construção de mais uma estação de tratamento de água e a partir de um novo sistema de captação.

Sobrecarga no sistema municipal de saúde

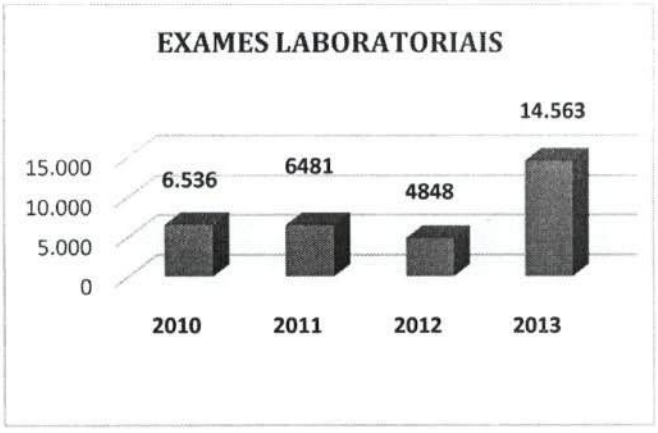
A Política Municipal de Saúde é consonante com os princípios constitucionais que estabelecem a saúde como direito de todos e dever do Estado que mediante políticas sociais e econômicas visam à redução do risco de agravos e buscando o acesso universal e igualitário às ações para a promoção, proteção e recuperação da saúde. Entretanto, com o grande aumento da população migrante, aumentam também os índices de acidentes, de consumo de álcool, e drogas, além de aumentar também as possibilidades de veiculação de doenças contagiosas como tuberculose, sífilis, AIDS, malária,

EM BRANCO

leishmaniose e dengue, além dos acidentes de trânsito, trabalhistas e oriundos da violência, exigindo do sistema de saúde municipal um posicionando limítrofe a sua capacidade de atendimento hospitalar, já que os déficits provocados pelo crescimento populacional sem planejamento não são contabilizados nas receitas vinda do Governo Federal e Estadual, que se baseiam na população per capita levantada pelo IBGE. Além disso, com criação do reservatório e a transformação de um ambiente lótico em lêntico, surgirão vetores antes inexistentes que aumentarão as probabilidades de surgimento de doenças de veiculação hídrica como a esquistossomose e algumas filarioses e harboviroses.

Sendo assim, para que possamos garantir o acesso do cidadão, dos colaboradores envolvidos na instalação da UHE Teles Pires e das populações que virão em função da implantação da UHE São Manoel á um sistema de saúde com qualidade e eficiente, Paranaíta necessita urgentemente, de um novo hospital, bem equipado e com um número de leitos suficientes ao atendimento de todos. Não obstante a isso, solicitamos ainda dessa coordenação que nos auxilie no convencimento do atual empreendedor, Companhia Hidrelétrica Teles Pires, a realizar a contratação imediata de no mínimo dois médicos e dois enfermeiros, até que ocorra a completa desmobilização dos seus colaboradores.

Quadro demonstrativo do aumento da demanda por serviços de saúde no município após a implantação da UHE Teles Pires.



Resíduos sólidos e tratamento de esgoto

Prevê-se um quase que imensurável acréscimo na produção de lixo, considerando que a cultura de consumo da população migrante é bastante diferente da observada na população local, principalmente no que se refere a descartáveis. Isso demandará como já ocorrido durante instalação da UHE Teles Pires, que Secretaria Municipal de Obras realize a aquisição de mais veículos coletores de lixo, bem como maior alocação de servidores, aumentando suas despesas de investimento e custeio.

Além disso, devido ao seu baixo adensamento populacional, Paranaíta adotou tanto em seu perímetro rural quanto urbano o sistema de esgotamento sanitário através de fossas sépticas. Com a

·M BRANCO

chegada da população migrante, esse sistema não está mais sendo suficiente para a destinação do esgoto. Devido a isso, Paranaíta enfrenta hoje situações inusitadas, como o ilegal esgotamento sanitário em galerias pluviais, já flagrado e notificado pela vigilância sanitária do município, bem como o aumento da possibilidade de esgotamentos sanitários irregulares em cursos de água urbanos. Sabidamente, com a chegada da UHE São Manoel esse quadro irá se comprometer ainda mais, o que justifica imediata necessidade de instalação de uma estação de tratamento e universalização de um sistema de esgotamento sanitário em Paranaíta, que não só trará maior saúde à população e melhor qualidade ambiental, mas também virá de encontro à implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Inflacionamento de bens e serviços locais que prejudicam a população local.

Para tratarmos desse assunto, tomemos por base a lei da oferta e da procura. Com a grande quantidade de pessoas que chegaram ao município com poderes aquisitivos superiores ao da população local, houve um verdadeiro sequestro da mão de obra local. Empregadas domésticas que antes recebiam salários mínimos, a exemplo do que acontece hoje, não aceitarão trabalhos por menos de R$ 1.500. Marceneiros, carpinteiros e diversos operários da indústria madeireira, até então uma das maiores economias municipais, atraídos por melhores remunerações deixarão seus postos de trabalho, muitas vezes de longa data, para se tornarem prestadores de serviços temporários. Com isso, muitos pequenos empreendedores fecharão suas portas e quando terminarem os trabalhos de instalação da UHE São Manoel, o que restará para o município será uma grande redução de suas atividades econômicas,que obrigará a gestão pública municipal e o setor empresarial a um homérico esforço para sua retomada. Além disso, será notória a falta de produtos em supermercados, casas de materiais para construção, postos de combustíveis, tudo isso acompanhado de um grande aumento de preços, como já é percebido diante da instalação da UHE Teles Pires. Considerando que esse é um impacto claramente visível, gostaríamos de deixar registrado nesse documento, sua contribuição nas demais compensações.

Sobrecarga a folha de pagamento dos servidores municipais.

Considerando que, a priori, o município de Paranaita terá uma participação irrisória na arrecadação de ISSQN, e estando com sua folha de pagamento no limite do comprometimento legal, solicitamos que o empreendedor, antes de sua instalação, esclareça quais instrumentos estão previstos para o repasse de custeio necessário à complementação dos profissionais de todas as áreas que serão

EM BRANCO

Fls.: 1813
Proc.: 4422/07-65
Rubr.:

necessários ao atendimento da população que se estabelecerá no município em decorrência da instalação do empreendimento.

Perda de grande parte do patrimônio natural e arqueológico, com altíssimo potencial de exploração turística, como as pousadas de pesca, cachoeiras e de diversos sítios paleontológicos do pleistoceno tardio.

Conforme divulgado pelo ministério do Turismo, o turismo é uma das economias que mais cresce no país. Paranaíta, no coração da Amazônia Brasileira, é um hotspot de biodiversidade com altíssimo potencial de turismo ecológico. Seus rios, altamente piscosos, atraem milhares de turistas por ano. Além disso, o rio Teles Pires é um grande depósito de fosseis da megafauna do pleistoceno tardio que se configura também como um grande atrativo. Com a implantação da UHEs Teles Pires e São Manoel, grande parte desse patrimônio está sendo e será perdida e o que poderia se configurar como um promissor roteiro turístico será apenas alguns atrativos isolados, prejudicando irreversivelmente essa economia municipal. Desse modo, considerando o impacto cumulativo a ser trazido pela UHE São Manoel de forma cumulativa ao já ocasionado pela UHE Teles Pires e, em atendimento às práticas recomendadas pela UNESCO, IFC, IAIA e IPHAN, gostaríamos que o empreendedor providenciasse a construção, infraestruturamento e, ao menos a manutenção pelo período de instalação da referida UHE, de um centro cultural no município, capaz de receber parte do material arqueológico e paleontológico resgatado durante as obras, bem como de realizar apresentações culturais e demais exposições capazes de incrementar e divulgar o potencial turístico da região, bem como criar alternativa saudável de entretenimento à população.

Aumento na circulação de máquinas pesadas que danificam as vias públicas e modificam as características do trânsito local.

Para que seja possível construir uma Usina Hidrelétrica exige-se uma grande infraestrutura de máquinas, equipamentos e veículos. Os bairros estão se expandindo, o trafego de veículos aumentando e acessos antes pouco utilizados, enfrentam agora intensa movimentação, incluindo a de caminhões e maquinário pesado. Essa circulação danifica as vias públicas e modifica as características do trânsito local, obrigando o município a criar novas rotas de acesso. Desse modo, é necessária uma expansão da pavimentação asfáltica em nosso município, de modo a garantir o deslocamento da população de forma segura e em padrões logísticos aceitáveis. Devido a isso e a pouca perspectiva compensatória a ser gerada pela instalação da UHE São Manoel, solicitamos auxílio desse Instituto e do empreendedor na

EM BRANCO

Fls.: 1814
Proc.: 4120/07-65
Rubr.:

pavimentação de 208.500 metros quadrados necessários a melhoria da qualidade de vida da população frente aos impactos sofridos.

Projetos Básicos Ambientais

Considerando que todos os impactos negativos ambientais, sociais e econômicos são cumulativos ao causados pela UHE Teles Pires, que sequer conseguiu executar diversos componentes dos seus vários Projetos Básicos Ambientais, gostaríamos de exigir que o empreendedor, mesmo antes de sua instalação, assuma ações preventivas e adeque ao menos a infraestrutura básica municipal, à recepção de todos os impactos que recairão sobre a gestão pública e a sociedade paranaitense. Caso isso não seja uma ação possível e/ou prevista nos arcabouços legais, solicitamos ao órgão licenciador que, todos os projetos básicos ambientais a serem apresentados pelo empreendedor possuam um cronograma executivo e um cronograma financeiro e de desembolso e sejam submetidos aos gestores dos municípios impactados para avaliação e submissão de propostas de alteração, bem como emissão de parecer favorável, antes da emissão da licença de instalação. Não obstante a isso e, observando que a população de Paranaíta vem sofrendo diversos impactos ainda não compensados ou sequer mitigados por um empreendimento já instalado e de igual magnitude, solicitamos também que o órgão licenciador não conceda a licença de instalação à UHE São Manoel antes que todas as compensações previstas no Projeto Básico Ambiental da UHE Teles Pires estejam devidamente implementados ou, ao menos, em consenso executivo com essa gestão municipal.

Rearranjo do Projeto

Conforme apresentado no Estudo de Impacto Ambiental da UHE Teles Pires:

> ***"Localizada na margem esquerda, a casa de força será do tipo convencional, fechada, abrigando seis unidades geradoras com turbinas do tipo Francis, de eixo vertical, com potência instalada de 303,33 megawatts cada, totalizando 1.820 MW, quando em funcionamento na capacidade máxima. É nessa estrutura que a energia das águas em movimento é transformada em energia elétrica".***

Entretanto, com o decorrer das obras, a Casa de Força, foi transferida para a margem direita, anulando diversas perspectivas positivas do governo municipal de Paranaíta, comprometendo inclusive as pactuações realizadas entre o empreendedor e esse município, já que essas pactuações isentaram o empreendedor de diversas compensações, considerando os recursos que viriam em decorrência da

EM BRANCO

Fls.: 1815
Proc.: 4420/07-SE
Rubr.:

localização casa de força. Desse modo, solicitamos que o empreendedor que implantará UHE São Manoel, também altere o atual projeto de instalação da UHE São Manoel que aloca a casa de força, o canteiro de obras, os alojamentos e todas as demais infraestruturas geradoras de diversos recursos financeiros no município de Jacareacanga, cujo acesso ao empreendimento está a 1300 km da sede municipal. Para essa alteração, onde solicitamos que a casa de força seja instalada na margem direita do rio Teles Pires, deve ser lembrado que, além de todos os principais impactos negativos que esse novo empreendimento trará ao município, deve ser considerar-se que isso já aconteceu de forma inversa no empreendimento anterior.

Iluminação Pública

Devido ao grande inflacionamento imobiliário, o deslocamento compulsório da população residente na área central para áreas mais periféricas, demanda em caráter de urgência uma ampliação no sistema de iluminação pública em nosso município. Essa ampliação é necessária não só para mitigar os efeitos negativos dessa migração obrigatória, mas também para garantir a segurança em locais mais isolados, incluindo o risco de atropelamentos, já que a intensa movimentação de pedestres nesses locais, ainda não iluminados, tornou-se tão notável quanto o aumento do tráfego de veículos e de trabalhadores braçais, empregados ou não. Com isso, avaliamos e gostaríamos de registrar nesse documento que uma das formas de mitigar os impactos gerados pela construção da UHE São Manoel, é a ampliação de 7.000 metros em redes de iluminação pública.

Deslocamento de animais topos de cadeia para propriedades criadoras de gado.

Com a supressão da vegetação nativa, desmontes de rocha com uso de explosivos e intensa movimentação de máquinas e pessoas, muitos animais iniciam um processo de migração para áreas mais estáveis do entorno, buscando principalmente as áreas ainda florestadas em fazendas cuja única ou principal atividade econômica é a pecuária. Com isso, haverá um aumento muito grande do abate de gado por predadores como onças, que, impreterivelmente, serão abatidas por esses proprietários dependentes de tal economia. Sendo assim, torna-se importante a criação de um fundo compensatório ou de um instrumento preventivo a perda do gado e consequente abate de felinos de grande porte, que deverá ser realizado através da contratação de empresas especializadas em manejo de felinos silvestres que já tenham experiência comprovada nesse tipo de mediação de conflito como, por exemplo, a Pró Carnívoros ou Projeto Jaguar.

EM BRANCO

Impactos levantados ao meio natural

Diminuição dos serviços ecossistêmicos essenciais.

Novamente tomemos com exemplo o abastecimento de água. Paranaíta possui um grande lago, cercado de florestas nativas que é utilizado como reservatório municipal de abastecimento. Com a supressão de parte da vegetação marginal e diversas obras em seu entorno por colaboradores da UHE Teles Pires, esse reservatório que por anos sempre atendeu com excelência as demandas municipais, não possui mais a mesma capacidade de resiliência de purificação e de volume de água, sendo necessário a partir de então a perfuração de diversos poços e a adição de uma quantidade nunca utilizada de produtos químicos para o adequado tratamento da água. Com a instalação da UHE São Manoel, as previsões de agravos nos serviços ecossistêmicos são quase uma certeza, diminuindo também a regularização hidrológica na atenuação de cheias e vazantes, a estabilização de encostas contra erosões, a manutenção da população de polinizadores e de ictiofauna, o controle natural de pragas, de doenças e das espécies exóticas invasoras.

Interferência de forma irreversível no micro clima local, provocando alterações na temperatura, na umidade relativa do ar, na evaporação e no ciclo pluvial.

Essa é uma outra grande preocupação dessa municipalidade, principalmente por parte da secretaria municipal de agricultura que ano após ano adequou a produção municipal de alimentos ao bem definido clima local e suas sazonalidades, entretanto com a implantação desses novos reservatórios a produção agrícola local necessitará de novos estudos e se preparar, inclusive, para um possível período de pouca produtividade até as devidas adequações estejam implementadas. Também, na contra-mão das políticas públicas mundiais, com a instalação do reservatório a vegetação da zona de deplecionamento não produzira mais CO2 e sim CH4, o que provoca 21 vezes mais impacto sobre o efeito estufa do que o gás carbônico. Isso ocorrerá devido à estratificação térmica e criação da camada hipolímnio.

Desmatamento e ocupação da área de preservação permanente da represa e supressão de 4.800 hectares de florestas nativas para a instalação do canteiro de obras e preparação para a área de inundação.

Esse impacto, além de colocar Paranaíta em condições desfavoráveis à exclusão da lista negra do desmatamento, também contribuirá para a perda de habitat e de sítios reprodutivos para os animais da

EM BRANCO

Fls.: 1017
Proc.: 4420/07-GS
Rubr.:

região da usina e interferência na alimentação de mamíferos semi-aquáticos na área da represa. Com isso, o forte potencial turístico regional vai se depreciando a passos largos, ao mesmo tempo que os esforços municipais para integrar Paranaíta no circuito dos municípios regulares do ponto de vista do desmatamento se tornam menos efetivos. Também ocorrerão fatores que contribuirão para a perda da biodiversidade local, agravada pelo fato da área em questão ser considerada de extrema importância biológica, com a possível presença de espécies da fauna e da flora ainda não descritas pela ciência.

Alteração das vazões e níveis d´água do Rio Teles Pires e seus afluentes.

O rio Teles Pires terá um alargamento do leito original e elevação do nível do lençol freático, propiciando a formação de pântanos. Haverá um aumento da possibilidade de erosão nas margens, de mudanças na temperatura e na composição química da água, com consequências diretas na sua qualidade e, com a construção da barragem, interferindo diretamente no processo migratório e reprodutivo da ictiofauna (peixes), comprometendo a conhecida abundancia regional. Também teremos a perda de solos cultiváveis e benfeitorias nas propriedades, ocasionando além do impacto econômico também a perda de laços comunitários entre as populações atingidas e deslocamento compulsório.

Impactos sobre a população ribeirinha e indígena.

Com a instalação de canteiros de obras da UHE São Manoel próximos a Terras Indígenas, haverá grande disseminação de doenças. Cabe ressaltar que o sistema imunológico dessas etnias possuem outro tipo imunização, sobrecarregando ainda mais o sistema municipal de saúde, com pacientes diferenciados onde muitos necessitarão de atendimento especial.Vale ressaltar também que a UHE São Manoel, assim como a UHE Teles Pires, inundarão de locais sagrados para comunidades indígenas e tradicionais, gerando uma perda de identidade de culturas milenares.Não obstante a isso, as áreas de caça e pesca dessas comunidades também serão consumidas em grande parte pelo empreendimento, trazendo junto com as doenças também a escassez de recursos alimentares.

Desse modo, considerando que o município de Paranaíta possui imensuráveis atributos ecológicos e recursos naturais indispensáveis ao atendimento das diversas demandas de desenvolvimento econômico do país e, entendendo que a população municipal tem passado por grandes transtornos devido aos impactos sócio ambientais ainda não compensados adequadamente e que se agravarão com a instalação da UHE São Manoel, gostaríamos que Vossa Excelência avaliasse positivamente às solicitações acima realizadas, auxiliando o município a priorizar junto ao governo federal e ao empreendedor tais

EM BRANCO

Fls.: 1918
Proc.: 4420/07-05
Rubr.:

investimentos, garantindo assim uma inclusão digna dessa população aos grandes projetos para desenvolvimento nacional instalados em nosso município. Além disso, em decorrência de um processo de licenciamento tão importante para esse município, gostaríamos de inserir, de forma colaborativa durante os trabalhos de elaboração das condicionantes constantes na Licença Prévia e na Licença de Instalação, ao menos 1 técnico da área socioambiental dessa municipalidade, à equipe do órgão licenciador.

Sendo assim, no anseio de podermos contar com o atendimento de nossas solicitações a esse respeitável Instituto, colocamos-nos a desde agora a vossa inteira disposição para quaisquer esclarecimentos ou diálogos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Antônio Domingo Rufatto
Prefeito Municipal de Paranaíta

EM BRANCO

02001.009978/13-85

Fls.: 1819
Proc.: 4420/07-65
Rubr.:

Ministério do Meio Ambiente
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
PEDIDO DE VISTA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO

01. Nº DO DOCUMENTO/PROCESSO		
02001.004420/2007-65 (UHE São Manoel)		
A - IDENTIFICAÇÃO		
02. NOME DO INTERESSADO OU REPRESENTANTE LEGAL		
Luis Gustavo Socher		
03. CARTEIRA DE IDENTIDADE	04. ÓRGÃO EXPEDIDOR/UF	05. CPF
43886070	SSP/PR	034.412.229-89
06. EMPRESA		07. CNPJ
Copel Geração e Transmissão S.A.		04370282/0001-70
08. ENDEREÇO		
Rua José Izidoro Biazetto, 158 Bl. A		
09.TELEFONE (DDD-NUMERO)	10. FAX (DDD-NUMERO)	11.ENDEREÇO ELETRÔNICO
41-3310-5246		luis.socher@copel.com
B - AUTORIZAÇÃO PARA OBTER VISTAS (CASO NÃO SEJA O PRÓPRIO INTERESSADO)		
12. NOME DO (A) AUTORIZADO (A)		
Alessandra Tathiana Villa Lopardo		
13. CARTEIRA DE IDENTIDADE	14. ÓRGÃO EXPEDIDOR/UF	15. CPF
30.065.026-7	SSS/SP	214.625.948-59
16. ENDEREÇO		
Rua Comendador Araújo, 614		
17.TELEFONE (DDD-NUMERO)	18. FAX (DDD-NUMERO)	19.ENDEREÇO ELETRÔNICO
41-3331-4611		alessandra.lopardo@copel.com
C - TIPO DE SOLICITAÇÃO		
20. (X) VISTA DO DOCUMENTO/PROCESSO		( ) CÓPIA EM CD-ROM
( ) CÓPIA IMPRESSA		(X) CÓPIA FOTOGRÁFICA
D - EXTENSÃO DA CÓPIA		
21. ( ) CÓPIA INTEGRAL		( ) CÓPIA PARCIAL - FOLHAS Nº
22. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:		
IMPORTANTE:		
* Este formulário deverá ser entregue no Protocolo Geral do Ibama e após o seu cadastramento, será encaminhado à Unidade em que se encontrar o processo e/ou documento. * No caso de documentos sigilosos, o interessado deverá apresentar instrumento de mandato que comprove a representação legal da empresa titular do processo/documento. * Cópias com autenticação somente serão fornecidas em papel.		
* Anexar Atos Administrativos correspondentes * A cópia solicitada em papel somente será providenciada após o recebimento do comprovante de pagamento da Guia de Recolhimento da União - (GRU) . A solicitação de cópia em mídia CD deve vir acompanhada de dois cds para cada processo e/ou documento. Curitiba , 28 / 05 / 2013 LOCAL DATA ASSINATURA DO (A) INTERESSADO (A)		

Gerente de Departamento - Mat. 42510
Coord. Planej. Estud. Ambientais
DMC / ISC / CPMA

DMC

EM BRANCO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA EXECUTIVA
ASSESSORIA ESPECIAL EM GESTÃO SOCIOAMBIENTAL
Esplanada dos Ministérios – Bloco "U" – 7º andar – Sala 737
70065-900 – Brasília - DF

À COHID I,
PARA ANEXAR AO
PROCESSO. 16/08/13

Thomaz Miazaki de Toledo
Coordenador Geral Infraestrutura de Energia Elétrica
CGENE/DILIC/IBAMA

LISTA DE PRESENÇA

Assunto: Reunião sobre Ictiofauna(São Manoel).
Data: 06/08/2013
Horário: 14h00min
Local: 5º andar – Sala 555

Nome: Guilherme M. Furgler		
Empresa//Órgão: Concremat Eng e Tecnologia		Assinatura:
Telefone: (61) 3214 7813	Fax:	E-mail: guilherme.furgler@concremat.com.br

Nome: Federica Natasha Ganança Abreu dos Santos Sodré		
Empresa//Órgão: EPE		Assinatura:
Telefone: (21) 3512-3327	Fax:	E-mail: federica.sodre@epe.com.br

Nome: Elisângela Medeiros de Almeida		
Empresa//Órgão: EPE		Assinatura:
Telefone: 21-3512 3293	Fax:	E-mail: elisangela.almeida@epe.gov.br

Nome: Carlos Frederico S. Menezes		
Empresa//Órgão: EPE		Assinatura:
Telefone: 21-3512 3212	Fax:	E-mail: Frederico.menezes@epe.gov.br

Fls.: 1920
Proc.: 4420/07-65
Rubr.:

BRANCO

Nome: EFREM JORGE G. FERREIRA			
Empresa//Órgão: INPA		Assinatura:	
Telefone: (92) 99821444	Fax:	E-mail: EFREM@INPA.GOV.BR	

Nome: MARCOS A. DUARTE			
Empresa//Órgão: UHE TELES PIRES		Assinatura:	
Telefone: (21) 3251-0252	Fax: (21) 3253-0353	E-mail: MDUARTE@UHETELESPIRES.COM.BR	

Nome: Solange Aparecida Carvalho da Silva			
Empresa//Órgão: UNEMAT - LIAM, MAPSMUT		Assinatura:	
Telefone: (66) 3521-7674	Fax: (66) 3521-2041	E-mail: solarvalho@yahoo.com.br	

Nome: Maira Fonseca da Cunha			
Empresa//Órgão: CHTP - UHE TELES PIRES		Assinatura:	
Telefone: (66) 9914-9389	Fax:	E-mail: mfonseca@uhetelespires.com.br	

Nome: ANGELO ANTONIO AGOSTINHO			
Empresa//Órgão: LIMNOBIOS		Assinatura:	
Telefone: (44) 99734739	Fax:	E-mail: agostinhoaa@gmail.com	

Nome: Mayara Cardoso			
Empresa//Órgão: MME/SE-PAC		Assinatura:	
Telefone: (61) 2032-5751	Fax:	E-mail: mayara.cardoso@mme.gov.br	

Nome: LUIZ FERNANDO DO MONTE PINTO			
Empresa//Órgão: MME/SE/AESA		Assinatura:	
Telefone: (61) 96078452	Fax:	E-mail: luiz.pinto@mme.gov.br	

Fls.: 1821
Proc.: 1120/07-ES
Rubr.:

EM BRANCO

Empresa//Órgão: Frederico Miranda de Queiroz		Assinatura:
Telefone: (61) 3316 - 1595	Fax:	E-mail: frederico.queiroz@ibama.gov.br

Nome: THOMAZ TOLEDO		
Empresa//Órgão: IBAMA		Assinatura:
Telefone: (61) 3316-1292	Fax:	E-mail: THOMAZ.TOLEDO@IBAMA.GOV.BR

Nome: AMILCAR GUERREIRO		
Empresa//Órgão: EPE		Assinatura:
Telefone: (21)3512-3101	Fax:	E-mail: amilcar.guerreiro@epe.gov.br

Nome: RAFAEL REIS		
Empresa//Órgão: IBAMA		Assinatura:
Telefone: (61) 3316 1174	Fax:	E-mail: RAFAEL.REIS@IBAMA.GOV.BR

Nome: Frederico Queiroga do Amaral		
Empresa//Órgão: Ibama		Assinatura:
Telefone: (61) 3316-1596	Fax:	E-mail: frederico.amaral@ibama.gov.br

Nome: HILTONEY DE OLIVEIRA		
Empresa//Órgão: IBAMA		Assinatura:
Telefone: (61) 3316 - 1596	Fax:	E-mail: hiltoney.oliveira@IBAMA.GOV.BR

Nome:		
Empresa//Órgão:		Assinatura:
Telefone:	Fax:	E-mail:

Fls.: 1922
Proc.: 4120/07-65
Rubr.:

EM BRANCO

Fls.: 1823
Proc.: 4120/07-65
Rubr.:

epe
Empresa de Pesquisa Energética

Ofício nº **0822** /EPE/2013

Rio de Janeiro, 02 de setembro de 2013.

A Sua Senhoria o Senhor
THOMAZ TOLEDO
Coordenador Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA, Bloco A, 1º andar
70818-900 Brasília DF

Assunto: UHE São Manoel - Local da audiência em Jacareacanga

Senhor Coordenador,

Na reunião da sala de situação de geração e transmissão de energia do PAC 2, realizada no dia 22 de agosto, foi solicitado à EPE providências para alteração do local da audiência pública planejada para o Município de Jacareacanga-PA.

2. Neste sentido informo que recebemos a confirmação da Prefeitura de Jacareacanga de agendamento, junto à Secretaria de Educação, da utilização para realização da citada Audiência, no dia 29/09/2013, a partir das 16:00, no seguinte local:

- **Escola Municipal Carmem Valente da Silva, quadra coberta**
  Avenida Mundurukania, s/n São Pedro
  CEP: 68195-000 – Jacareacanga – PA

3. Desta forma solicito a retificação e republicação do edital de convocação da Audiência Pública no Município de Jacareacanga.

Atenciosamente,

EDNA ELIAS XAVIER
Superintendente de Meio Ambiente

À COHID I.

Solicito minutar Ofício, digo, Edital da DILIC para publicação no DOU, com informação sobre a audiência de local.

03/09/13

Thomaz Miazaki de Toledo
Coordenador Geral Infraestrutura de Energia Elétrica
CGENE/DILIC/IBAMA

do analista Rafael Reis, para atender ao Despacho do CCBNB.

3/9/13

02001.016734/2013-59
06/09/2013

Fls.: 1821
Proc.: 4122/07-65
Rubr.:

epe
Empresa de Pesquisa Energética

Ofício nº 0825 /EPE/2013

Rio de Janeiro, 03 de setembro de 2013.

A Sua Senhoria o Senhor
THOMAZ TOLEDO
Coordenador Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA, Bloco A, 1º andar
70818-900 Brasília DF

Assunto: **UHE São Manoel – Resposta ao Parecer 4510/2013 - COHID**

Senhor Coordenador,

Em resposta ao Parecer 4510/2013 relativo à análise do EIA da UHE São Manoel (processo nº 02001.004420/2007-65), encaminhamos, em anexo, as complementações solicitadas no Parecer, as quais versam sobre alternativas tecnológicas do projeto; impactos decorrentes da concentração de fósforo no sedimento registrada no EIA; adequações da modelagem matemática de qualidade da água; caminhamentos realizados para os levantamentos espeleológicos; informação sobre os quantitativos de áreas de florestas submontana, aluvial e antropizada na AID e inclusão de três impactos adicionais identificados pela equipe do IBAMA.

2. Permanecemos ao inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

EDNA ELIAS XAVIER
Superintendente de Meio Ambiente

Anexo: **Resposta ao Parecer nº 4510/2013/COHID/IBAMA - Informações sobre o EIA da UHE São Manoel**

Ao analista Rafael Leis,
para elaboração de Parecer
em conjunto com os analistas
José Geraldo e Antônio Araújo.

11/9/13

Frederico Queiroga do Amaral
Matrícula n.º 15.121-56
Chefe Substituto
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

02001.020425/2013-83
29/10/2013

Fls.: 1825
Proc.: 4120/07-CS
Rubr.:

DIGITALIZADO NO IBAMA

Ministério do Meio Ambiente
Gabinete da Ministra
Esplanada dos Ministérios, Bloco "B" – 5º andar
70068-901 - Brasília/DF
Fone: (61) 2028-1254 - Fax: (61) 2028-1756
gm@mma.gov.br

Ofício nº 951/2013/GM-MMA

Brasília, 29 de outubro de 2013.

Ao Senhor
HÉLIO SYDOL
Chefe de Gabinete do Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama
SCEN Trecho 2 – EdifícioSede
70818-900 – Brasília – DF

Assunto: **Encaminhamento do OF Nº. 135/2013/GAB**

Senhor Chefe de Gabinete,

1. Encaminho a Vossa Senhoria, para avaliação e demais providências, o anexo OF Nº 135/2013/GAB, de 11 de outubro de 2013, do Prefeito Municipal de Alta Floresta/MT, Senhor Asiel Bezerra de Araújo, por meio do qual solicita medidas de mitigação, onde se inclua procedimentos para amenizar ou eliminar a ocorrência de riscos impactantes do projeto na discussão com a nova implantação da Usina de São Manoel. (Protocolo MMA n. 037315/2013).

2. Solicito a gentileza de responder diretamente ao interessado, acerca das providências adotadas.

Atenciosamente,

MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA
Chefe de Gabinete da Ministra

"Papel não clorado, com menor custo ambiental"

À COHID I,

PARA ANÁLISE E RESPOSTA.

08/11/13

Thomaz Miazaki de Toledo
Coordenador Geral Infraestrutura de Energia Elétrica
CGENE/DILIC/IBAMA

À analista Aline Carvalho, para avaliação e elaboração de minuta de ofício de DILIC ao Prefeito da cidade de Alta Floresta (MT).

11/11/2013

Mônica Cristina Marcos da Fonseca
Matrícula nº 1.423.150
Chefe
COHID/CGENE/DILIC

DO TRP, para anexar ao processo.

20/11/2013

Aline Fonseca Carvalho
Analista Ambiental
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
Mat. 1572936

Prefeitura Municipal de Alta Floresta - MT

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 15.023.906/0001-07

Nossa casa.

Fls.: 1826
Proc.: 4420/07-GC
Rubr.:

Alta Floresta – MT, 11 de Outubro de 2013.

OF Nº. 135/2013/GAB

MMA - Protocolo GABIN
Nº 037315/2013
DATA 21/10/13 RUBRICA

À Exma. Sra.
ISABELA TEIXEIRA
MD. MINISTRA DO MEIO AMBIENTE
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS
BRASÍLIA – DF

SEPRO/DSG/CGGA/MMA
Recebi em: 21/10/2013
Ass: José Plusson Hora: 1040

REF. Instalação da Usina do São Manoel

Prezada Senhora,

O município de Alta Floresta, localizado no extremo norte do estado de Mato Grosso, faz parte do Programa Hidroelétrico que assegura o desenvolvimento Nacional, hoje já em fase de implantação no rio Teles Pires através da CHTP – Companhia Hidroelétrica Teles Pires - Alta Floresta e Paranaíta, usina essa com geração de aproximadamente 7 mil empregos diretos e indiretos em sua grande maioria pessoas oriundas de outros estados federativos.

E se iniciando o processo da construção da nova Usina São Manoel, aproximadamente 30 km rio acima, fato esse que muito nos preocupa, pois, Alta floresta é a cidade pólo nesse extremo norte, servindo como base de apoio a todos esses empreendimentos. Conforme informações da Empresa de Pesquisa Energética (epe), nesta nova Usina São Manoel, com geração de mais 5 mil empregos, causando um verdadeiro caos social e ambiental em nossa região, principalmente social em Alta Floresta, tanto na área da saúde, educação, segurança, entre outros, gerando miséria, pois inúmeras famílias que em busca de dias melhores procuram nossa região com o objetivo de encontrar emprego. Tivemos já com essa primeira usina em andamento, um aumento populacional na ordem de 30%, gerando desta forma inúmeros transtornos, dificultando o atendimento em todas as áreas necessárias do poder público.

Solicitamos deste Ministério que faça parte da discussão com a nova implantação da Usina São Manoel das medidas de mitigação onde se inclua procedimentos para amenizar ou eliminar a ocorrência de riscos impactantes do projeto.

Relacionamos abaixo as medidas e obras metigatórias com o objetivo de amenizarmos os graves problemas já causados e também os futuros com a implantação da Usina São Manoel em nossa região.

EM BRANCO

Fls.: 1827
Proc.: 4120/07-CE
Rubr.:

❖ MEDIDAS PARA O MUNICÍPIO

Pesquisas comprovam que mesmo quando os estudos de impacto ambiental são realizados de forma correta, apontando os verdadeiros impactos gerados por uma hidrelétrica, na maioria das vezes as ações de mitigação desses impactos não chegam a compensar de fato os efeitos negativos.

A construção de hidrelétricas, e concomitantemente suas barragens e lagos, causam além das conseqüências ambientais, diversos impactos socioeconômicos negativos ao município impactado, podendo aumentar: a criminalidade, a insegurança pública, aumento do consumo de álcool e drogas entre outros.

Outro agravante é o fato de que a parte da população atingida diretamente através do alagamento de suas propriedades, residências, benfeitorias, áreas produtivas e até vias de acesso, acaba se deslocando para o meio urbano. Os fatos evidenciam a necessidade de investimentos em infraestrutura urbana e rural para o município de Alta Floresta, que será o maior impactado, pela futura instalação da Usina de São Manoel, assim como já ocorre pela CHTP – Companhia Hidrelétrica Teles Pires – Paranaíta de forma direta, como também pela construção das demais Usinas do eixo Teles Pires – Tapajós.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS: INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS EM VIRTUDE DOS IMPACTOS FUTUROS

- **Pavimentação asfáltica de Vicinal Leste MT 325 e Perimetral Teles Pires**

Km linear	Necessidade
7,3	Pavimentação asfáltica completa da vicinal Leste MT 325, (Construção de ponte, drenagem, meio fio, sarjetas).
2,5	Pavimentação asfáltica da Perimetral Teles Pires até o encontro da MT 208
0,5	Prolongamento da rua 7 de setembro até a rua Maceió no setor norte I (Construção de ponte,drenagem, meio fio, sarjetas).
0,53	Rua saindo da Av. Mato Grosso de encontro a rua 1° de maio (Construção de ponte, drenagem, meio fio e sarjetas).
860	Alargamento da Av. Mato Grosso

EM BRANCO

Este projeto de infraestrutura é fundamental para o município, considerando o crescimento populacional, a expansão dos bairros, o aumento do tráfego de veículos no centro, o redirecionamento das rotas de acesso ao trabalho, escolas, faculdades, são necessários pra possibilitar acesso a diferentes nas áreas da logística e beneficiando diretamente os munícipes, tanto socialmente como economicamente.

- **Habitação**

Programa	Necessidade
PMCMV	Aquisição de terreno para construção de casas populares

Compra de 20 hectares para edificação de casas populares no Programa Minha Casa Minha vida, visto nossa demanda ser de mais de 3.000 famílias e não dispormos de terrenos públicos.

➢ **ASSISTENCIA SOCIAL**

- **CREAS "CASA ARACELLI"**

Projeto	Necessidade
"Casa Aracelli"	Ampliação e reforma do CREAS – Centro de Referencia Especializado de Assistência Social

Este projeto de infraestrutura é de suma importância para o município, entendendo que a instituição tem atendido uma demanda de 25 casos novos por mês com vítimas de abuso, exploração e violência sexual e suas famílias no município. Abrangendo uma média de 400 atendimentos por mês com equipe multiprofissional no intuito de amenizar os estigmas da violência.

- **Projeto "CASA LAR CRIANÇA E ADOLESCENTE"**

Projeto	Necessidade
Casa-Lar	Construção de Casa-Lar para crianças e adolescentes

Este projeto de infraestrutura é de singular importância para o município, uma vez que atendi uma média de 20 crianças e adolescentes ao mês, que tiveram seus vínculos familiares

EM BRANCO

Fls.: 1829
Proc.: 4120/07
Rubr.:

rompidos e necessitam de um espaço que possibilitem a construção e reconstrução de novos vínculos com a família de origem ou famílias adotivas, uma vez que não podem permanecer no lar por mais de dois anos.

- **Centros de múltiplo uso com quadra coberta "Casa da Família"**

Projeto	Necessidade
Centro de múltiplo uso	Construção do Centro de múltiplo uso com quadra coberta "Casa da Família"

O projeto compreende a construção de uma quadra coberta em anexo ao CRAS Casa da Família, otimizando o atendimento das famílias que procuram os serviços do CRAS e, este por sua vez, não tem tido mais condições de atender a demanda, visto que esta tem crescido nos últimos 2 anos em um percentual de 20%.

- **Centro de Referência de Assistência Social**

Projeto	Necessidade
Cras "Conviver"	Construção do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

Este projeto de infraestrutura é fundamental para o município, considerando o crescimento populacional e o aumento nos atendimentos de famílias e indivíduos nos CRAS – Centros de Referência de Assistência Social de Proteção Básica de Alta Floresta registrou apresentou 8.651 atendimentos em todo o ano de 2012 e em apenas 6 meses de 2013 saltou para 9.387 atendimentos. Esse aumento de 8,5% do número de atendimentos, se deve a crescente populacional de Alta Floresta, fato relacionado a instalação da Usina Hidrelétrica na região.

Nossa casa.

- **Aquisição de Veículos – CRAS**

Projeto	Necessidade
a) Camioneta equipe CRAS volante	Aquisição de Camioneta traçada, cabine dupla para Equipe CRAS Volante

EM BRANCO

b) Microônibus para CRAS	Aquisição de 2 Microônibus com elevador para cadeirante e acessibilidade comportando 04 cadeirantes para CRAS Casa da Família e CRAS Conviver

a) Este projeto de aquisição de veículo oportunizará as famílias rurais do município, o desenvolvimento de atividades sociais que fortaleçam vínculos familiares e comunitários, bem como oferta de serviços e atividades lúdicas, artísticas, culturais e profissionais de forma gratuitas, uma vez que a distancia dos centros urbanos impossibilita as famílias o acesso aos serviços que elas têm direito e devem ser oferecidos pelo poder público.

b) Entendendo que Alta Floresta é um município com bairros muito espalhados, a aquisição desse veículo oportunizará a participação de famílias que estão localizadas até cinco quilômetros dos Centros de Referência na participação de atividades e atendimento preventivo a essas famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, aos dois CRAS existentes em nosso município. Esta aquisição possibilitará desenvolver atividades com grupos geracionais promovendo o seu empoderamento na sociedade para que ela possa ser protagonista de sua história, de sua independência financeira, usufruir de todos os bens e políticas públicas oferecendo melhoria em sua qualidade de vida.

- **Van com acessibilidade**

Entidade	Necessidade
a) Lar dos Idosos Pedro Sierra	Aquisição de 3 (três) VAN com 16 lugares com elevador para cadeirante e acessibilidade comportando 04 cadeirantes
b) Lar Santa Izabel	
c) Abrigo Dom Bosco	

a) Esta aquisição atenderá 25 idosos, portadores de deficiência no deslocamento para serviços da rede de saúde, assistência social e atividades de fortalecimento de vínculos, desses cidadãos aos seus direitos.

b) A aquisição atenderá uma média mensal de 30 pessoas que não possuem famílias ou estão com laços rompidos por desentendimentos familiares. O lar objetiva realizar atendimento de busca deforma continuada nas ruas de pessoas, amenizando situações de abandono e de vícios, oferecendo abrigo, alimentação, procedimentos de higiene,

EM BRANCO

encaminhamento para rede de saúde, assistência e atividades de fortalecimento de vínculos, no intuito de reingressá-los no seio da família ou na construção de novos projetos de vida.

c) Esta aquisição proporcionará melhores condições no atendimento médio mensal de 200 pessoas da zona rural do município e de outros municípios, com deslocamento para serviços na rede de saúde e assistência social.

➢ **SAUDE**

- **Aquisição de Veiculo**

Veiculos	Necessidade
01 (um) ônibus	Atender aos pacientes em tratamentos fisioterápicos, fonoaudiológicos, psicológicos da Unidade Descentralizada de Reabilitação – UDR, Unidade Municipal de Assistência a Saúde Complementar – UMACAF, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS de nosso município
02 (duas) ambulâncias	Para transporte de pacientes para tratamento em outros centros especializados (principalmente até Cuiabá/MT), para apoio em eventos em massa em Alta Floresta/MT que requerem veículos desse porte, bem como, a utilização na prestação de socorro a acidentados e transporte de moradores das Unidades Básicas de Saúde até a internação em Unidade Especializada no município
02 (duas) caminhonetes	Para uso em ações e atividades dos departamentos desta Secretaria em Comunidades Rurais do município. Em decorrência dos frequentes problemas nas vias de acesso as comunidades rurais, ocorridos pela alta incidência de chuvas é necessário o apoio de equipes naquelas localidades, com veículo apropriado para tal.
02 (duas) vans com acesso exclusivo para deficientes	Visa atender o transporte de pacientes da Unidade Descentralizada de Reabilitação – UDR, Unidade Municipal de Assistência a Saúde Complementar – UMACAF, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS de nosso município, que possuem algum tipo de deficiência, bem como atendimento a pessoas idosas, que possuem dificuldade de acesso a veículos comuns
03 motocicletas	Aquisição de 03 motocicletas 125 cc com bagageiro para atendimento das necessidades do laboratório clinico; farmácia; vigilância epidemiológica e sanitária e SMS.
02 Fiat uno	02 carros Fiat Uno com ar condicionado para atendimento da atenção básica, vigilância epidemiológica/sanitária; saúde bucal e SMS.

EM BRANCO

- **Aquisição de Equipamentos**

Equipamentos eletrônicos	Necessidade
- 30 (vinte) computadores - 20 (vinte) impressoras	Atender a demanda administrativa dos Departamentos e Coordenações desta Secretaria, bem como, atender Postos de Saúde das Comunidades Rurais e Urbanas que necessitam lançar as informações dos atendimentos e ações aos Sistemas ligados ao Ministério da Saúde
- 04 (quatro) notebooks - 06 (seis) datashow	Para uso dos técnicos da Secretaria em locais de nosso município onde não tenha computadores, em viagens, bem como em reuniões e palestras em comunidades rurais e urbanas que visam atendimento a diversos públicos (juventude, mulheres, homens, idosos)
- 20 (vinte) máquinas fotográficas - 10 (dez) filmadoras	Para uso e registro das atividades desenvolvidas nas Unidades de Saúde e demais Departamentos desta Secretaria com jovens, idosos, gestantes e demais usuários do SUS local

- **Reforma e construção de unidades básicas de saúde/caps e secretaria municipal de saúde**

Descrição	Necessidade
20 (vinte) Reformas de postos/unidades de saúde	Melhora no atendimento a população alta florestense nas recepção e sala de atendimentos das Unidades Básicas de Saúde das comunidades urbanas e rurais de Alta Floresta/MT
02 salas na SMS	Construção de 02 salas na SMS 6X8 para ampliação dos atendimentos para Central de regulação/vigilância sanitária.
01 Auditório na SMS	Construção de 01 Auditório na SMS 15X20 para capacitação e treinamento de funcionários e comunidade em geral.
01 CAPS – Centro de Atenção Psicossocial	Construção de 01 unidade de atendimento para o Centro de Atenção Psicossocial "Essência da Vida" – CAPS.
01 Posto de Saúde	Construção de 01 unidade de atendimento para Posto de Saúde.
01 reforma/construção	Reforma/construção da vigilância ambiental – prédio rua B – FUNASA

EM BRANCO

- **Demais equipamentos para unidades básicas de saúde/CAPS/UMACAFE/UDR**

Descrição	Necessidade
50 (vinte) ar condicionados- 1200 btus 30 (trinta) ar condicionados splits 7000 btus	Atender a recepção e sala de atendimentos das Unidades Básicas de Saúde das comunidades urbanas e rurais de Alta Floresta/MT
- 30 (vinte) otoscópio - 30 (trinta) estetoscópio - 60 (sessenta) aparelhos de pressão - 30 (trinta) balanças antropométricas - 30 esfignomanometro - 18 cilindros de oxigênio - 30 autoclaves - 30 macas para exames clínicos - 20 macas para exames ginecológicos	Atender a triagem e a consulta dos pacientes pelos profissionais das Unidades Básicas de Saúde e demais unidades de atendimento do SUS.
03 consultórios odontológicos completos	Atender as unidades de saúde e população em geral
60 escrivaninhas 60 cadeiras secretarias 500 cadeiras longarinas Estofadas 100 cadeiras de madeira reforçada.	Para atender os Postos/unidades de saúde/UDR/UMACAFE/CAPS
01 fogão industrial com forno 01 geladeira biplex 320 lts	Atendimento ao CAPS

Nossa casa.

- **ESPORTE**

Aquisição	Necessidade
Veículo	Aquisição de dois Ônibus

Os mesmos serviram para atender a Secretaria de Esporte e Lazer e as demais Secretarias. Viabilizando o bom desempenho de projetos realizados pela SEMEL nos bairros

EM BRANCO

Fls.: 1834
Proc.: 4120/07

periféricos com crianças carentes e pessoas da Melhor Idade, assim como a participação da SEMEL em diversas outras atividades Esportivas fora do Município.

- **CULTURA**

Descrição	Necessidade
Centro Cultural	Implementação do Centro Cultural de Alta Floresta

O Centro Cultural do município de Alta Floresta, que é referencia na produção cultural e artística de Mato Grosso, propicia acesso para comunidade local e de outros municípios circunvizinhos a obras artísticas (espetáculos, exposições, shows, saraus), cursos e oficinas; bem como a eventos diversos, tais como: festivais, conferências, seminários, palestras, encontros, dentre outros. Porém o prédio carece de equipamentos cenotécnicos, poltronas, móveis, sistema de refrigeração e outros imprescindíveis para o seu pleno funcionamento. O crescimento populacional provocado pela implantação de usinas hidrelétricas gerou o aumento significativo na demanda que procura pelo Centro Cultural e pelas ações por este promovido. Já que o mesmo proporciona lazer e entretenimento para toda família. O que torna o presente projeto de fundamental relevância para o município e região.

- **EDUCAÇÃO**

Descrição	Necessidade
Escola De Educação Infantil	Construção de 01 Escola para atender a Educação Infantil (Bairro Universitário)
Quadra de esportes	Construção de 01 (uma) quadra de esportes na Escola Municipal Nilo Procópio Peçanha;
Quadra de Esportes	Construção de 01 (uma) quadra de esportes na Escola Municipal Jardim das Flores.

Justificamos a necessidade da construção de (01) uma Escola para atender 120 alunos da Educação Infantil no (Bairro Universitário). Também de 02 (duas) quadras esportivas, para

EM BRANCO

as escolas municipais Jardim das Flores e Nilo Procópio Peçanha, atendendo atualmente 298 alunos e 357 alunos respectivamente.

Justifica-se a necessidade do solicitado em virtude da construção da Usina Teles Pires (CHTP), localizada a aproximadamente 70 km deste município, assim vivenciamos hoje uma problemática grande em relação à infraestrutura local. Ocorre que o aumento populacional dera rapidamente numa proporção grandiosa e assim, conseqüentemente a grande procura por vagas nas escolas. A fim de amenizarmos esses problemas é fundamental a necessidade da construção de mais uma escola para atender a Educação Infantil onde há procura é maior. No caso das quadras justifica-se a necessidade do solicitado, pois entendemos que é fundamental a prática desportiva para a Saúde e Educação das crianças, porém em nosso Estado é praticamente impossível executar essas atividades com exposição total ao sol e chuva. Ainda ponderando que essas escolas realizam o atendimento ao Programa Mais Educação há mais de 05 (cinco) anos e recentemente também aderiu ao Programa Escola Aberta. Assim faz-se necessário urgentemente a construção dessas quadras. Também, por termos plena convicção que esta ação educacional de construção de quadras cobertas nas escolas é uma excelente saída para não deixarmos as crianças ao perigo das ruas, e com isso contribuir na diminuição da criminalidade existente no País. Pois é certo que prática desportiva ensina-os a conviver, a competir, a perder e ganhar, ter atitudes de cidadania, disciplina e responsabilidade.

➢ AGRICULTURA

Aquisição de Maquinas e implementos agrícolas

Aquisição	Necessidade
Maquinas e implementos	Aquisição de máquinas e implementos agrícolas: • 06 trator de pneus • 06 grade niveladora; • 06 carretas basculante mecânica de lata c/ eixo e rodado simples; • 06 roçadeiras hidráulica de 1700mm c/ correia e roda de apoio; • 06 distribuidor de calcário e sementes; • 06 plantadeiras de milho e sorgo convencional; • 06 Forrageira c/ disco de corte de alta liga; • 06 terraceadores de arrasto; • 06 subsoladores controle • 06 pulverizadores de barra

EM BRANCO

Fls.: 1836
Proc.: 412/07

A aquisição desses equipamentos tem por finalidade a melhoria, qualidade e ampliação da produção de diversas culturas, objetivando assim, o abastecimento do centro urbano que tem crescido significativamente o índice populacional em virtude do empreendimento da das Usinas Hidrelétricas na região.

➢ INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

Projeto	Necessidade
a) Implantação do Ancoradouro	Implantar Ancoradouro as margens do rio Teles Pires, onde haverá um trecho alagado, e há a necessidade de um porto para as embarcações turísticas do município.
b) Aquisição de área para Distrito Industrial	Adquirir área de 30 hectares para implantação do Distrito Industrial no município, visando compensar empregos a população após saída das Usinas de nossa região.
c) Construção de Barracão	Construção de Barracão de 4.000 m2 para implantação de Projeto Piloto de Amparo aos Empreendedores Individuais - EI. O Barracão será construído no Distrito Industrial.

Aquisição	Necessidade
a) Ônibus	Aquisição de 01 Ônibus para CITY TOUR
b) Camioneta	Aquisição de Camioneta traçada, cabine dupla para Equipe técnica de Turismo.

A implantação do Ancoradouro, do Distrito Industrial, da construção do Barracão para Projeto Piloto de Amparo aos EI e aquisição de veículos tem por finalidade o desenvolvimento do Turismo no município de forma sustentável, fomentando a Indústria e o comércio local, e dando sustentabilidade ao Empreendedor Individual.

Isto posto, resta evidenciado que frente a magnitude do projeto de instalação da Usina Hidroelétrica de São Manoel, é justa a proposição que ora se apresenta em atendimento as necessidades da população afetada pelo empreendimento.

EM BRANCO

Prefeitura Municipal de Alta Floresta - MT

ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 15.023.906/0001-07

Nossa casa.

Sendo o que motiva o presente, reiteramos votos de estima e consideração respaldados no empenho de V. Excia. em atender o pleito apreço.

Atenciosamente,

Asiel Bezerra de Araújo
Prefeito Municipal

MMA - Protocolo GABIN
Recebido em:
21 / 10 / 13
Assinatura Nome
11:13 Thonata Reis

Nossa casa.

EM BRANCO

Fls.: 1938
Proc.: 02001.007-65
Rubr.:

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
SCEN Trecho 02 – Ed. Sede do IBAMA CEP 70818900 – Brasília/DF – www.ibama.gov.br

DESPACHO DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA

N° do documento: 02001.020425/2013-83 – Oficio nº 951/2013/GM-MMA
Origem: MMA – Gabinete da Ministra
Assunto: Encaminhamento do Ofício nº 135/2013/GAB.

Destinatário: DILIC	**Data:**	30/10/13

1º Despacho: Para providências.

Hélio Sydol
Chefe de Gabinete
Presidência do IBAMA

Destinatário: CGENE	**Data:**	06.11.13

2º Despacho:

Moara Menta Giasson
Assessora Técnica
DILIC/IBAMA

Destinatário:	**Data:**	

3º Despacho:

Destinatário:	**Data:**	

4º Despacho:

Destinatário:	**Data:**	

5º Despacho:

Destinatário:	**Data:**	
6º Despacho:		
Destinatário:	**Data:**	
7º Despacho:		
Destinatário:	**Data:**	
8º Despacho:		
Destinatário:	**Data:**	
9º Despacho:		
Destinatário:	**Data:**	
10º Despacho.		
Destinatário:	**Data:**	
11º Despacho:		
Destinatário:	**Data:**	
12º Despacho:		

02001.020600/2013-32
31/10/2013

Fls.: 1939
Proc.: 4420/07-65
Rubr.:

Ministério do Meio Ambiente
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

IBAMA
MMA

PEDIDO DE VISTA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO
(nos termos da IN IBAMA nº 02/2013)

1. Nº do documento/processo
02001.004420/2007-65

DIGITALIZADO NO IBAMA

A - Identificação

UHE São Manoel

2. Nome do interessado ou Representante Legal
Alessandra Lopardo

3. Carteira de Identidade
30.065.026-7

4. Orgão Expedidor / UF
SSP/SP

5. CPF
214.625.948-59

6. Empresa
Copel

7. CNPJ
76483817/0001-20

8. Endereço
Rua Comendador Araújo, 614

9. Telefone (DDD - Número)
41-3331-4611

10. Fax (DDD - Número)

11. Endereço Eletrônico
alessandra.lopardo@copel.com

B - Autorização para obter vistas (caso não seja o próprio interessado)

12. Nome do(a) autorizado(a)

13. Carteira de identidade

14. Órgão expedidor/UF

15. CPF

16. Endereço

17. Telefone (DDD - Número)

18. Fax (DDD - Número)

19. Endereço Eletrônico

C - Tipo de Solicitação

○ Vista do documento/processo ◉ Cópia em CD-ROM

○ Cópia impressa ○ Cópia Fotográfica

D- Extensão da Cópia

◉ Cópia integral ○ Cópia Parcial Folha(s) nº

22. Informações Complementares:

IMPORTANTE:
* Este formulário deverá ser entregue no Protocolo Geral do Ibama e após o seu cadastramento, será encaminhado à Unidade em que se encontrar o processo e/ou documento.
* No caso de documentos sigilosos, o interessado deverá apresentar instrumento de mandato que comprove a representação legal da empresa titular do processo/documento.
* Cópias com autenticação somente serão fornecidas em papel.
* Anexar Atos Administrativos correspondentes
* A cópia solicitada em papel somente será providenciada após o recebimento do comprovante de pagamento da Guia de Recolhimento da União - (GRU) . A solicitação de cópia em mídia CD deve vir acompanhada de dois cds para cada processo e/ou documento.

Curitiba, 28/10/13, Alessandra Lopardo

Local, Data, Assinatura do Interessado

À Ivone, para providências.

04/11/2013

Mônica Cristina Carvalho da Fonseca
Matrícula nº 1.423.150
Chefe
COHID/CGENE/DILIC

Fls.: 1840
Proc.: 1120/07-65
Rubr.:

Ministério do Meio Ambiente
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

IBAMA
MMA

PEDIDO DE VISTA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO
(nos termos da IN IBAMA nº 02/2013)

1. Nº do documento/processo
02001.004420/2007-65

A - Identificação

UHE Sao Manoel

2. Nome do interessado ou Representante Legal
Alessandra Lopardo

3. Carteira de Identidade
30.065.026-7

4. Orgão Expedidor / UF
SSP/SP

5. CPF
214.625.948-59

6. Empresa
Copel

7. CNPJ
76483817/0001-20

8. Endereço
Rua Comendador Araújo, 614

9. Telefone (DDD - Número)
41-3331-4611

10. Fax (DDD - Número)

11. Endereço Eletrônico
alessandra.lopardo@copel.com

B - Autorização para obter vistas (caso não seja o próprio interessado)

12. Nome do(a) autorizado(a)

13. Carteira de identidade

14. Órgão expedidor/UF

15. CPF

16. Endereço

17. Telefone (DDD - Número)

18. Fax (DDD - Número)

19. Endereço Eletrônico

C - Tipo de Solicitação

○ Vista do documento/processo ◉ Cópia em CD-ROM
○ Cópia impressa ○ Cópia Fotográfica

D- Extensão da Cópia

◉ Cópia integral ○ Cópia Parcial Folha(s) nº

22. Informações Complementares:

IMPORTANTE:
* Este formulário deverá ser entregue no Protocolo Geral do Ibama e após o seu cadastramento, será encaminhado à Unidade em que se encontrar o processo e/ou documento.
* No caso de documentos sigilosos, o interessado deverá apresentar instrumento de mandato que comprove a representação legal da empresa titular do processo/documento.
* Cópias com autenticação somente serão fornecidas em papel.
* Anexar Atos Administrativos correspondentes
* A cópia solicitada em papel somente será providenciada após o recebimento do comprovante de pagamento da Guia de Recolhimento da União - (GRU) . A solicitação de cópia em mídia CD deve vir acompanhada de dois cds para cada processo e/ou documento.

Curitiba , 28/10/13 Alessandra Lopardo

Local, Data, Assinatura do Interessado

EM BRANCO

IBAI
Rubr.:
Proc.: 4420/07-65
Fls.:
FUNAI/SEPRO
Serviço de Expedição e Protocolo
08620.068102/2013-60
Recebi 06/11/2013

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
SBS – Setor Bancário Sul, Quadra 2, Lote 14 – Ed. Cleto Meirelles. Cep.: 70070-120 - Brasília/DF
Fone: (61) 3247-6000 - e-mail: dpds@funai.gov.br

Ofício nº. 796/2013/DPDS/FUNAI-MJ

Brasília, 5 de novembro de 2013

A Sua Senhoria a Senhora
Gisela Damm Forattini
Diretora de Licenciamento Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
SCEN Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA
70.818-900 – Brasília/DF

Assunto: **Componente Indígena - UHE São Manoel**
Referência: Processo Funai nº 08620.00209/2008-93

Senhora Diretora,

1. Cumprimentando-a cordialmente, vimos manifestarmo-nos em relação ao componente indígena do processo de licenciamento ambiental da UHE São Manoel, a partir das informações técnicas produzidas pelo setor competente da Funai a respeito do referido processo, cuja análise teve por base as seguintes peças técnicas: i) Estudos do Componente Indígena - Tomos I, II e III; ii) Nota Técnica Preliminar anexa ao Ofício 614/ EPE/2013 e; iii) Documento de Revisão da Matriz anexo ao Ofício 811/EPE/2013.

2. A matriz de impacto reformulada pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE e encaminhada pelo Ofício nº 0811/EPE/2013 identifica 28 impactos advindos do empreendimento sobre os povos indígenas, sendo 27 deles negativos e 1 classificado como adverso e benéfico. Desses, 5 foram considerados irreversíveis pela própria EPE. Do ponto de vista da Funai outros 3 foram considerados também irreversíveis, totalizando 8 impactos irreversíveis. Dos demais, nem todos contam com medidas condizentes com sua magnitude e abrangência, como pode ser verificado na Informação Técnica nº 291/2013/COEP/CGLIC/DPDS/Funai –MJ, de 01 de novembro de 2013, em anexo.

Dos aspectos ambientais

3. No que se refere a aspectos do componente ambiental dos estudos e a seu potencial impacto sobre os povos indígenas afetados, esta Fundação permanece sem todos os elementos necessários para um posicionamento técnico seguro acerca da ictiofauna. Há que se destacar que a ictiofauna é elemento fundamental sobretudo para a segurança alimentar dos povos indígenas da região, bem como para sua reprodução cultural, uma vez que rituais e aspectos cosmológicos desses povos estão atrelados a ela.

EM BRANCO

Fls.: 1842
Proc.: 4120/07-65
Rubr.:

4. No âmbito do processo de licenciamento da UHE São Manoel, a Funai manifestou-se diversas vezes acerca da necessidade de levantamento de dados mais precisos sobre os recursos pesqueiros utilizados pelos povos indígenas, incluindo a estruturação, distribuição e grau de intercruzamento das populações para permitir uma compreensão plena dos impactos a todas as espécies de referência alimentar e/ou cosmológica aos grupos indígenas, o que pode ser verificado, por exemplo, nos Ofícios 521/2010/PRES-FUNAI-MJ, 783/2011/DPDS-FUNAI-MJ e 71/2012/DPDS-FUNAI-MJ (em anexo). No entanto, os estudos realizados não responderam suficientemente ao requerido pela Funai, nem tampouco foram apresentadas medidas de comprovada eficácia para mitigar os impactos, sendo apenas proposto um programa de monitoramento.

5. Cabe destacar que no Ofício 521/2010/PRES-FUNAI-MJ a Funai estabeleceu uma série de condicionantes no âmbito do licenciamento prévio da UHE Teles Pires que se referiam a qualquer aproveitamento a jusante daquele empreendimento, as quais não foram cumpridas, sendo uma delas o monitoramento da ictiofauna por três anos após a operação da UHE Teles Pires.

6. Cumpre informar que no dia 29 de outubro de 2013, o Ministério Público Federal em Cuiabá solicitou à Funai, no âmbito do ICP 1.20.000.000717/2012-55, informações sobre a qualidade da água do rio em função das obras da UHE Teles Pires. O expediente aponta impactos (não previstos nos estudos) que os povos indígenas - especialmente Kayabi e Apiaká - estariam sofrendo em função da instalação da UHE Teles Pires, que dista cerca de 40 km da TI Kayabi, como atestam os trechos a seguir: *'[...] inúmeros indígenas têm relatado que, desde o início da construção das obras da Usina Hidrelétrica Teles Pires a qualidade da água tem se deteriorado muito: inicialmente relataram que perceberam muito sedimento na água, o que atribuíram à detonação de rochas no rio para implantação das obras. A situação, no entanto, vem se agravando a cada dia, em especial, após o curso normal do rio ter sido desviado. Após o desvio do rio, os indígenas relatam que a água se tornou barrenta e suja, o que não é normal em tempos de seca, onde o rio, normalmente, adquire uma coloração esverdeada/azulada e, em locais mais rasos, torna-se límpido e transparente. Os indígenas relatam que em alguns dias a água estava tão barrenta que seu consumo se tornou impossível e "nem mesmo para lavar roupa a água estava servindo"'*. Por meio de sobrevôo foi constatado que realmente havia uma grande mancha de barro na água que saía da Usina e chegava até a aldeia Kururuzinho. *"Outra reclamação constante dos indígenas é que o peixe do rio tem diminuído drasticamente e que é difícil pescar, principalmente nos dias em que há dinamitação de rochas na área do empreendimento"*.

7. O relato dos impactos diz respeito à segurança alimentar e acesso à água potável dos povos indígenas da região, que dependem do rio para sua sobrevivência física e cultural, quadro esse que tende a se agravar no caso da UHE São Manoel em virtude de sua proximidade em relação à TI Kayabi (apenas 1.6 km). Importante ressaltar que diversas aldeias das TIs impactadas dependem exclusivamente da água do Rio Teles Pires para consumo.

8. Outras condicionantes do Ofício 521/2010/PRES-FUNAI-MJ que igualmente carecem de cumprimento e que merecem destaque são a revisão da avaliação ambiental integrada no que se refere aos indicadores de fragilidade e vulnerabilidade das terras indígenas, tendo em vista os impactos sinérgicos e cumulativos decorrentes dos barramentos no Rio Teles Pires; bem como a condicionante relativa ao programa de proteção e integridade territorial, conforme declarado na Carta n. 302/2013 da CHTP.

EM BRANCO

Fls.: 1843
Proc.: 4120/07 - GS
Rubr.:

Dos aspectos socioculturais

9. No que se refere a aspectos do componente sociocultural dos estudos e seu potencial impacto sobre os povos indígenas, esta Fundação também carece de elementos para uma manifestação conclusiva e segura acerca dos impactos socioculturais aos povos indígenas envolvidos.

10. O Tomo III do Estudo do CI, de setembro de 2012, aponta a inviabilidade a curto e médio prazo do empreendimento, embasando suas conclusões tanto no que diz respeito às dificuldades de interlocução e participação dos povos indígenas impactados, quanto em relação às inseguranças acerca dos reais impactos ambientais sobre as terras e povos indígenas.

11. De fato, a homologação da TI Kayabi realizada este ano, colocada pelo Tomo III do Estudo do CI como uma das condições para avaliação de viabilidade, representou um avanço. No entanto, refere-se a apenas *um* dos aspectos levantados pelo estudo. De toda forma, a Funai, até o presente momento, não recebeu nova análise de viabilidade do empreendimento à luz das ações de regularização fundiária e da revisão da matriz de impactos.

12. Grande parte das comunidades indígenas afetadas pelo empreendimento têm se manifestado contrariamente ao projeto da UHE São Manoel ao longo de todo processo, como pode ser verificado também nos documentos anexos. Decorre dessa contrariedade o fato de que os Munduruku sequer permitiram a realização de estudos em suas aldeias, o que leva à ausência de estudos primários de impacto a esse povo, que seguiu manifestando sua oposição ao empreendimento inclusive durante a realização das audiências públicas em Paranaíta – MT e Jacareacanga – PA.

13. Cabe, ainda, ressaltar que desde o início das discussões sobre o empreendimento, passaram a ser verificados conflitos geracionais e interétnicos entre os povos indígenas potencialmente afetados que coabitam a região, decorrentes da maior ou menor abertura ao diálogo e das expectativas levantadas em função de possíveis compensações advindas do empreendimento.

Considerações finais

14. Tendo em vista o exposto, informamos que neste momento não possuímos elementos conclusivos para manifestação positiva em relação à continuidade do processo de licenciamento.

15. Recomendamos atenção dos órgãos públicos federais para a necessidade de maior presença do Estado brasileiro na região, por meio da implementação de políticas públicas voltadas aos povos indígenas, bem como através do fortalecimento da representação do órgão indigenista oficial localmente, para que se avance na interlocução.

16. Recomendamos que as incertezas e questionamentos advindos da fragilidade dos estudos no que diz respeito à ictiofauna, dos impactos apontados pelo MPF atribuídos à instalação da UHE Teles Pires e da ausência do cumprimento das condicionantes elencadas em 2010 sejam sanados para garantir uma continuidade segura no processo de licenciamento e nos diálogos com as comunidades indígenas.

Atenciosamente,

Carolina Schneider Comandulli
Diretora Substituta

EM BRANCO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Serviço de Informação Ao Cidadão

MEM. 020145/2013 SIC/IBAMA

Brasilia, 20 de novembro de 2013

À Senhora Diretora da DILIC

Assunto: **Pedido de Informação nº 14790/2013.**

1. Em cumprimento à Lei de Acesso à Informação - Lei nº 12.527/2011 de 18/09/2011, regulamentada pelo Decreto n° 7.724, de 16/05/2012, encaminho pedido de informação protocolo n° 14790/2013, recebido por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão - e-SIC.

2. Lei n° 12.527/2011, art. 11, § 1º, estabelece que, não sendo possível o imediato acesso à informação solicitada, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá fornecê-la ao interessado, em prazo não superior a 20 (vinte) dias. Por sua vez, as informações pessoais ou sigilosas não podem ser fornecidas.

3. Outrossim, em razão da tramitação interna do pedido de informação, solicito que as respostas sejam encaminhadas ao SIC-IBAMA, no prazo de 15 dias.

Atenciosamente,

CARLA MARIA SERENO NEVES
Coordenadora do SIC/IBAMA

À COHID,

por pertinência.

atenciosamente,

Ana Paula Inglez

Ana Paula Inglez
Analista Ambiental
Mat. 1571826

Brasília, 29/11/2013

Ao TRP Rafael Reis, para juntar ao processo. Resposta enviada por email à Assessoria Técnica de DILIC em 02/12/2013.

03/12/2013

Mônica Cristina Cardoso Pereira
Matrícula nº 1.420.190
Chefe
COHID/CGENE/DILIC

Fls.: 1845
Proc.: 1120/07-65
Rubr.:

Encaminhamos para conhecimento e devidas providências, a ocorrência abaixo discriminada:

OCORRÊNCIA

Número: 14790/2013 Nº WEB: 2011-0714

Data / Hora: 20/11/2013 11:07:14

Documentos: 02680002293201314

Tipo de Assunto: Redirecionamento

Descrição: Prezados Senhores, gostaria de solicitar as atas de todas as audiências públicas realizadas junto as comunidades, indígena ou não, com referência o empreendimento hidrelétrico São Manoel, localizado no Rio Teles Pires. Como também, caso haja, o relatório técnico de análise do EIA/RIMA do empreendimento, com o indicativo das condicionantes ambientais a constarem na Licença Prévia.

Nome
Sandro Inácio Carneiro da Cruz
CPF
01240857764
Número Doc. Identificação
Data de nascimento
03/06/1971
Sexo
M
Escolaridade
Mestrado/Doutorado
Profissão

E-mail
sandroc@chesf.gov.br
País
Brasil
Endereço
rua delmiro gouveia, 333, san martin, recife, Bloco C, Sala 235
UF
PE
Cidade
Recife
CEP
50761-901
Telefone
(81) 32293484

LOCAL DA SIC - SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO

Endereço: rua delmiro gouveia, 333, san martin, recife, Bloco C, Sala 235

Município: RECIFE UF: PE CEP: 50761901

Cadastrada por: MARIA LUIZA SILVA Recebida Via: E-SIC

Nenhum encaminhamento efetuado.

EM BRANCO

Fls.: 1846
Proc.: 02001.004420/2007-65
Rubr.:

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

FUNAI/SEPRO
RECEBIDO EM: 21 / 11 /2013
Demilda
ASSINATURA
Prot: 08620.077654/2013-69

OF 02001.014312/2013-49 DILIC/IBAMA

Brasilia, 20 de novembro de 2013.

À Senhora
Maria Augusta Boulitreau Assirati
Presidenta da Fundação Nacional do Índio/Ministério da Justiça
SBS - Setor Bancário Sul, Quadra 2, Lote 14 - Ed. Cleto Mairelles
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70.070-120

Assunto: **Envio Nota Técnica do IBAMA à FUNAI no âmbito do licenciamento ambiental do AHE São Manoel (02001.004420/2007-65).**

Senhora Presidenta,

1. No sentido de prestar esclarecimentos a esta Fundação sobre as análises efetuadas pelo Ibama acerca do EIA/RIMA do AHE São Manoel, encaminho cópia da Nota Técnica 6822/2013 CGENE/DILIC, que trata especificamente do componente ictiofaunístico.

2. Coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

EUGENIO PIO COSTA
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 1847
Ass.:

DESP. ENC. VOL. 000360/2014 COHID/IBAMA

Brasília, 20 de março de 2014

Ao Arquivo Setorial do SETORIAL DILIC

Solicitamos o encerramento de volume do processo de nº 02001.004420/2007-65, Após encerramento tramite o processo à Coordenação de Energia Hidrelétrica.

Atenciosamente,

RAFAEL MELO DOS REIS
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

DILIC/IBAMA
Fl. 1848
Ass.:

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos 20 dias do mês de março de 2014, procedemos ao encerramento deste volume nº X do processo de nº 02001.004420/2007-65, contendo 200 folhas. Abrindo-se em seguida o volume nº XI. Assim sendo subscrevo e assino.

Maycon Martins

MAYCON ROBERTO DA S. MARTINS
Responsável do(a) SETORIAL DILIC/IBAMA

EM BRANCO